



RELATÓRIO E CONTAS 2021





Águas do Algarve, S.A.

Relatório e Contas de 2021

Águas do Algarve, S.A.

Sociedade Anónima

Capital Social Realizado: 29.825.000 Euros

Matrícula nº 4254 na Conservatória do Registo Comercial de Faro

Pessoa Coletiva nº 505176300



SEDE SOCIAL:

Rua do Repouso, 10

8000-302 Faro

Telefone: 289 899 070

Sítio Eletrónico: www.aguasdoalgarve.pt

Correio eletrónico: geral.ada@adp.pt

ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração.....	5
A- A Empresa	7
1- Quem somos.....	7
1.1. Missão, Visão e Valores.....	7
1.2. Descrição, atividade e presença.....	8
1.3. Cadeia de Valor.....	11
1.4. Estrutura acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais	12
1.5. Carteira de Participações e Sucursais	18
1.6. Síntese de Indicadores	18
2- Reconhecimento / Prémios / Certificações.....	19
3- Destaques do ano / Principais acontecimentos.....	19
B- O Negócio	20
1- Linhas Estratégicas	20
2- Enquadramento	25
2.1. A Envolvente.....	25
2.2. O Sector	27
2.3. A Regulação	32
3- O Negócio.....	35
3.1. Introdução.....	35
3.2. Água em Alta.....	35
3.3. Saneamento em Alta.....	44
3.4. Outros negócios	51
4- Sustentabilidade	51
4.1. Enquadramento	51
4.2. Stakeholders/Partes Interessadas.....	52
4.3. Gestão do Risco.....	52
4.4. Atividade Operacional.....	59
4.5. Gestão do capital humano.....	91
4.6. Financeira.....	96
4.7. Investigação e desenvolvimento / Inovação.....	104
4.8. Eventos Posteriores ao Fecho.....	110
4.9 Cumprimento das Orientações Legais	111
C- Perspetivas Futuras.....	141
D- Considerações Finais.....	143
E- Proposta de Aplicação de Resultados	143

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração



Caros Acionistas,

Após duas décadas de existência, podemos afirmar com clareza que a empresa Águas do Algarve, respondendo às necessidades da região, transformou o sector do abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, elevando o seu padrão de qualidade e garantindo a preservação do ambiente, contribuindo desta forma para dotar o Algarve de um sistema seguro, do ponto de vista de saúde pública dos cidadãos, melhorando os níveis de atendimento e promovendo a qualidade ambiental, fatores essenciais para o bem estar da população e para o desenvolvimento económico e turístico da região.

No Algarve, o impacto das alterações climáticas, tem vindo a notar-se de forma mais evidente. A precipitação tem diminuído ao longo dos últimos anos, nomeadamente nas últimas duas décadas, observando-se uma irregular distribuição de precipitação ao longo dos meses do período considerado húmido (outubro a abril), ocorrendo por vezes concentrada em um ou dois meses e nem sempre nos que eram tipicamente mais chuvosos (dezembro e janeiro), sendo essa irregularidade prejudicial para a economia e obrigando a uma adaptação dos ecossistemas.

O desenvolvimento económico, social e ambiental da região do Algarve, sobretudo nas atuais condições de pandemia e escassez hídrica, pressupõe a promoção da diversificação da atividade económica.

É nesta adversidade, que surge a necessidade de identificar e desenvolver um vasto conjunto de ações, distribuídas pelas diferentes dimensões da gestão da procura e da gestão da oferta das disponibilidades hídricas. É fundamental assegurar a implementação de investimentos visando o controlo e gestão integrada das disponibilidades hídricas e dos consumos, a mitigação da escassez e a resiliência aos episódios de seca, promovendo a manutenção da disponibilidade de água não apenas em quantidade como em qualidade, bem como a manutenção da qualidade de serviço prestado em toda a região.

O ano de 2021, fica marcado pela atribuição à Águas do Algarve da missão de execução dos investimentos previstos nas medidas SM4 - Promover a utilização de ApR; SM5 – Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta e SM6 – Promover a dessalinização de água do mar. Todos estes são investimentos que foram identificados no Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve e previstos no Plano de Recuperação e Resiliência, no valor total de 143 Milhões de euros.

A empresa encontra-se numa das fases mais importantes da sua existência, onde a importância da Resiliência dos Ativos é encarada como um fator chave na estratégia futura. De facto, a qualidade e fiabilidade, dos serviços estão hoje num patamar muito elevado, permitindo que abracemos um novo e aliciente desafio: o reforço da robustez e resiliência do Sistema Multimunicipal e dos seus ativos, preparando-o para garantir níveis de serviço em contexto de crescente escassez do recurso principal da nossa atividade.

O Conselho de Administração encara com entusiasmo e confiança as perspetivas futuras da Águas do Algarve, S.A. acreditando que a Empresa estará capacitada para enfrentar estes grandes desafios, mas também consciente da necessidade do envolvimento dos seus acionistas e das várias entidades da Tutela que permitirão prosseguir tais objetivos.

O ano 2021, fica também marcado pela preparação do Plano Anual de Compras com o envolvimento de toda a empresa, num esforço de implementação de contabilidade analítica, para uma gestão mais rigorosa, garantindo uma disciplina financeira e o estrito cumprimento das melhores práticas ao nível ambiental, de segurança e de governo corporativo.

Em termos de realizações físicas relevantes, a nova linha de Flotação na ETA de Alcantarilha, encontra-se concluída e constitui uma infraestrutura fundamental do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, garantindo a melhoria dos padrões de qualidade e garantia inerente ao seu produto certificado.

Tratou-se ainda de um ano de preparação de importantes investimentos na região, os quais contribuirão, inclusive, para aquela que é a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas onde se insere a economia circular. Destaque para os projetos de Águas para Reutilização e a Secagem Solar a executar na ETAR de VRSA.

O reforço da comunicação continuou a efetuar-se considerando a disseminação de informação e conhecimento, através da realização de ações de comunicação e sensibilização da população para as questões associadas às alterações climáticas, uso sustentável do recurso água, fomento do conhecimento para as ApR, de forma a promover o reforço das capacidades individuais da adaptação às alterações climáticas na nossa região. Também aqui se inclui o envolvimento crescente da comunidade escolar nestas ações promovidas pela Águas do Algarve ao longo de todo o ano.

A Investigação e Desenvolvimento continua a ser um fator diferenciador da Águas do Algarve pelo número de projetos em que está envolvida, bem como pelo caráter internacional dos parceiros que deles fazem parte, com destaque para o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), a Universidade do Algarve (UAAlg), Agência Portuguesa do Ambiente, o Instituto Superior Técnico, a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, FFUL, entre outros.

A Águas do Algarve, S.A. foi galardoada pela ERSAR com 3 distinções, tendo recebido o Prémio de Excelência do Serviço Público de Abastecimento de Água, o Selo de qualidade para o **uso eficiente da água** e o Selo de **qualidade do Serviço** de abastecimento público de água. Sendo que estes galardões pretendem evidenciar as entidades prestadoras de serviços de abastecimento público de água que, no último ano de avaliação regulatória, tenham assegurado uma qualidade exemplar da água para consumo humano, é mais um motivo que nos enche de muito orgulho.

Na ótica do desempenho financeiro, os resultados líquidos da atividade (sem o Desvio de Recuperação de Gastos) atingiram em 2021 +7,8 milhões de euros, face a + 5,6 milhões de euros em 2020.

Este crescimento de cerca de 2,2 milhões de euros deve-se ao aumento verificado na venda de água, pela variação favorável dos gastos operacionais com reagentes, gastos com pessoal e fornecimentos externos, e pela melhoria dos Resultados Financeiros devido à redução do passivo oneroso.

Pelo facto de a Empresa ter a sua atividade regulada, sobre o resultado líquido da atividade foram ajustados os números referentes ao Desvio de Recuperação de Gastos de 2021, bem como um ajustamento feito pela ERSAR ao Desvio de Recuperação de Gastos de 2020. Assim, o resultado líquido após o Desvio de Recuperação de Gastos foi de +365,7 mil euros em 2021 face a +739,4 mil euros no ano anterior. A redução face a 2020 explica-se pelo maior ajustamento da ERSAR feito com impacto nas contas de 2021, do que o feito com impacto nas contas de 2020.

Do ponto de vista da posição financeira, há a relevar que a dívida de clientes, apesar de ter aumentado 2,4% (+883 mil €) face a 2020, diminuiu -0,9% relativamente à dívida vencida.

Por outro lado, a Águas do Algarve, S.A., em 2021, manteve a tendência descendente do endividamento dos últimos anos, reduzindo no triénio 2019-2021, perante as respetivas instituições financeiras, em mais de 20,9 milhões de euros, reduzindo igualmente o Prazo Médio de Pagamento em 9 dias (de 47 para 38 dias) face a 2020.

Ao nível financeiro, é de realçar também a assinatura, em maio de 2021, do Acordo de Regularização de Dívida com o Município de VRSA, no valor de 16,8 milhões de euros, bem como o cumprimento das obrigações emergentes deste acordo.

Finalmente uma palavra de apreço aos acionistas, aos meus colegas de equipa de gestão, aos órgãos de fiscalização e demais entidades públicas e privadas e, especialmente, a todos os trabalhadores da Águas do Algarve, S.A. que, apesar das dificuldades associadas à situação Pandémica, souberam responder, determinação e responsabilidade, aos novos desafios que lhe foram sendo colocados no exercício da missão de serviço público prestado pela Águas do Algarve, S.A..

António Paulo Jacinto Eusébio

(Presidente do Conselho de Administração)

A- A Empresa

I- Quem somos

A Águas do Algarve, S.A. constituída pelo Decreto-Lei n.º 168/2000, de 5 de agosto encontra-se numa fase de alteração do seu caminho Empresarial, tendo sido assinado um novo Contrato de Concessão (CC), no dia 24/07/2019, para o período 2019-2048. Atendendo ao ponto I da Clausula 1.ª do CC, o Concedente atribuiu à Águas do Algarve, S.A. nos termos desse contrato e do Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, a concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Algarve (adiante abreviado por Sistema), criado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo.

1.1. Missão, Visão e Valores

Missão

A Águas do Algarve, S.A., tem como missão, garantir o abastecimento de água para consumo humano e o tratamento de águas residuais de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e fiabilidade, num quadro de sustentabilidade económica, social e ambiental, assumindo o compromisso de:

- Respeitar as normas mais exigentes do sector, apostando sempre numa perspetiva de melhoria contínua dos padrões de qualidade inerentes aos seus processos;
- Minimizar os consumos de recursos naturais e transformados, permitindo a aplicação de tarifas equilibradas;
- Adequar os recursos técnicos e humanos necessários ao desenvolvimento da sua atividade e compromissos assumidos e;
- Contribuir para a melhoria da saúde pública e do ambiente da região em que se insere, adotando políticas e práticas cada vez mais responsáveis.

Visão

Ser reconhecida como referência Empresarial no setor, pela qualidade do serviço que presta, pela competência profissional e pelos valores que pratica.

Valores

A Águas do Algarve, S.A. tal como o grupo AdP tem como valores centrais:

- Espírito de Servir;
- Excelência;
- Integridade;
- Responsabilidade;
- Rigor.

E rege-se pelos seguintes Princípios:

- Respeito e proteção dos direitos humanos;
- Respeito pelos direitos dos trabalhadores;
- Luta contra a corrupção;
- Erradicação de todas as formas de exploração;
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias;
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável.

1.2. Descrição, atividade e presença

O Sistema abrange geograficamente os 16 municípios da região do Algarve, nomeadamente: Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Olhão, Monchique, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António.

Este Sistema é dos investimentos mais importantes dos últimos anos no Algarve, do ponto de vista do desenvolvimento sustentável, da diversidade e complexidade técnica bem como da dimensão e extensão do investimento na Região. A totalidade dos investimentos efetuados pela Águas do Algarve, S.A. até ao final de 2021 é de 654,6 milhões de euros (não incluindo a reclassificação do valor residual da barragem de Odelouca e os valores relativos aos Ativos sob Direito de Uso).

Sistema de Abastecimento de Água



O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve (SMAASA) tem a concessão para a captação, tratamento e adução de água, em alta, para a garantia do abastecimento público de água à região do Algarve., assegurando elevados níveis de qualidade, mediante a implementação de tecnologias avançadas de tratamento e com um rigoroso controlo e monitorização dos processos.

A eficiência e resiliência do SMAASA é fundamental para o Algarve e um fator decisivo para o dinamismo socioeconómico, sendo que a garantia de elevados padrões de qualidade da água para o abastecimento público, constitui um critério diferenciador para o dinamismo socioeconómico da região, nomeadamente para a indústria do turismo, sector industrial e serviços.

Ao nível da garantia de origens de água e fiabilidade e resiliência do SMAASA, um dos investimentos mais significativos prendeu-se com a construção, exploração e manutenção do Empreendimento Hidráulico de Odelouca, que compreende a Barragem de Odelouca, seus órgãos de segurança, obras complementares, assim como os restantes investimentos que lhe estão associados, quer para a constituição da albufeira da barragem, quer para as componentes ambientais e sociais associadas ao mesmo.

A Águas do Algarve S.A. (AdA), assumiu o compromisso de implementar um ambicioso Programa Ambiental, associado à temática da água, desde as origens de água aos meios receptores e às áreas e habitats em que se inserem as infraestruturas da concessão.

Na estruturação deste Programa Ambiental, foi entendimento da AdA que as ações a desenvolver seriam tanto mais eficazes quanto maior fosse o seu impacto positivo na biodiversidade, o seu potencial científico, educacional e interpretativo e a sustentabilidade socioeconómica, isto é, medidas cujos efeitos perdurem no médio e longo prazo.

Neste contexto a Conservação do Lince Ibérico teve especial relevância, dado que a principal origem de água do Algarve se localiza numa região histórica de presença desta espécie, mas devem também destacar-se os projetos associados à

requalificação de galerias ripícolas, e à valorização e preservação de ecossistemas ribeirinhos na Região do Algarve, nomeadamente na Bacia do Arade.

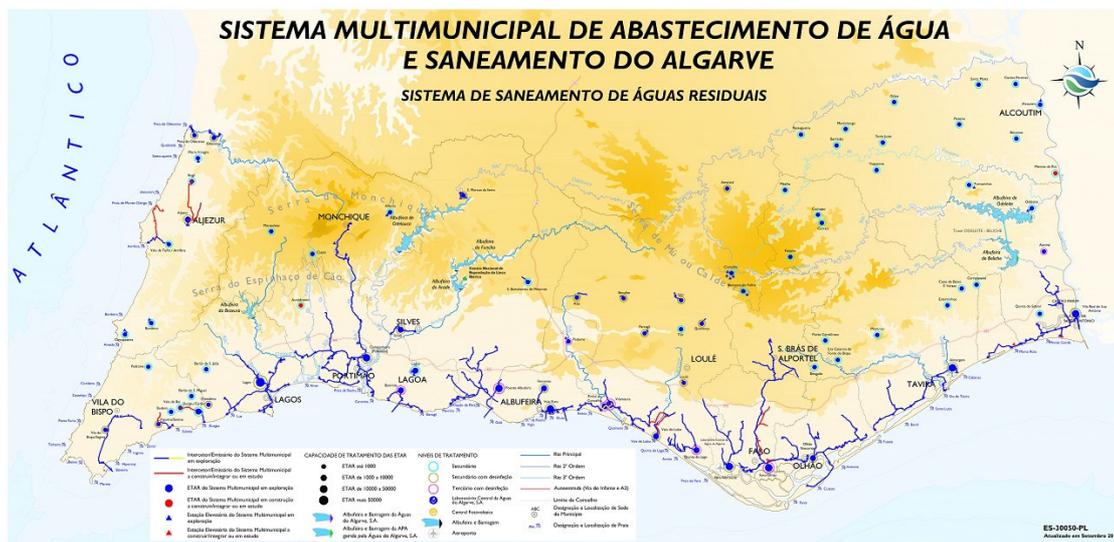
No ano 2021 deve salientar-se a implementação do Projeto Falanges, com foco na preservação de três espécies de peixes endémicas do Sudoeste de Portugal, duas das quais possuem estatuto de “Críticamente em Perigo” de extinção: a Bogado-Sudoeste (*Iberochondrostoma almaçai*) e o Escalo-do-Arade (*Squalius aradensis*); e ainda o Barbo do Sul (*Barbus sclateri*), com estatuto de “em Perigo” de extinção. É um projeto de conservação, com ações ex situ, com vista à investigação, manejo e proteção destas três espécies de Ciprinídeos, e posteriores ações de repovoamento, in situ, no seu local de origem, a Ribeira de Odelouca. Prevê também a inclusão de atividades de monitorização ecológica, de ictiofauna e vegetação ripícola, avaliando a qualidade de refúgios térmicos adequados à salvaguarda das populações endémicas de peixes, como forma de garantir a conservação de espécies vulneráveis e ameaçadas e o aumento da sua resiliência e a preservação dos ecossistemas ribeirinhos face aos efeitos gerados pelas alterações climáticas.

O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve – Sistema de Abastecimento de Água é composto atualmente pelas infraestruturas constantes do quadro seguinte:

Infraestruturas do Sistema de Abastecimento de Água	Quantidade
Estações de tratamento de água (ETA)	4
Estações elevatórias	31
Pontos de Entrega	80
Reservatórios	18
Barragens	1
Adutor [kms]	495

No ano de 2021 entrou em serviço o novo ponto de entrega de Vale dos Polvos no concelho de Aljezur.

Sistema de Saneamento de Águas Residuais



O Sistema de Saneamento de Águas Residuais (SSAR) permite recolher, tratar e devolver ao meio ambiente as águas residuais tratadas nas ETAR que integram a concessão.

As condições de funcionamento das infraestruturas que integram o SSAR são da maior importância para o Algarve, na medida em que tal contribui para as exigências ambientais e de tratamento das águas residuais, para a qualidade dos meios recetores, nomeadamente as zonas húmidas e as águas balneares, essencial às atividades económicas da região.

Este sistema, em termos de desenvolvimento de projetos e obras, teve início em 2003 e, atualmente, estão em exploração as infraestruturas constantes do seguinte quadro.

Infraestruturas do Sistema de Saneamento de Águas Residuais	Quantidade
<i>ETAR</i>	79
<i>Estações elevatórias</i>	192
<i>Colector gravítico (km)</i>	269
<i>Conduta elevatória (km)</i>	213

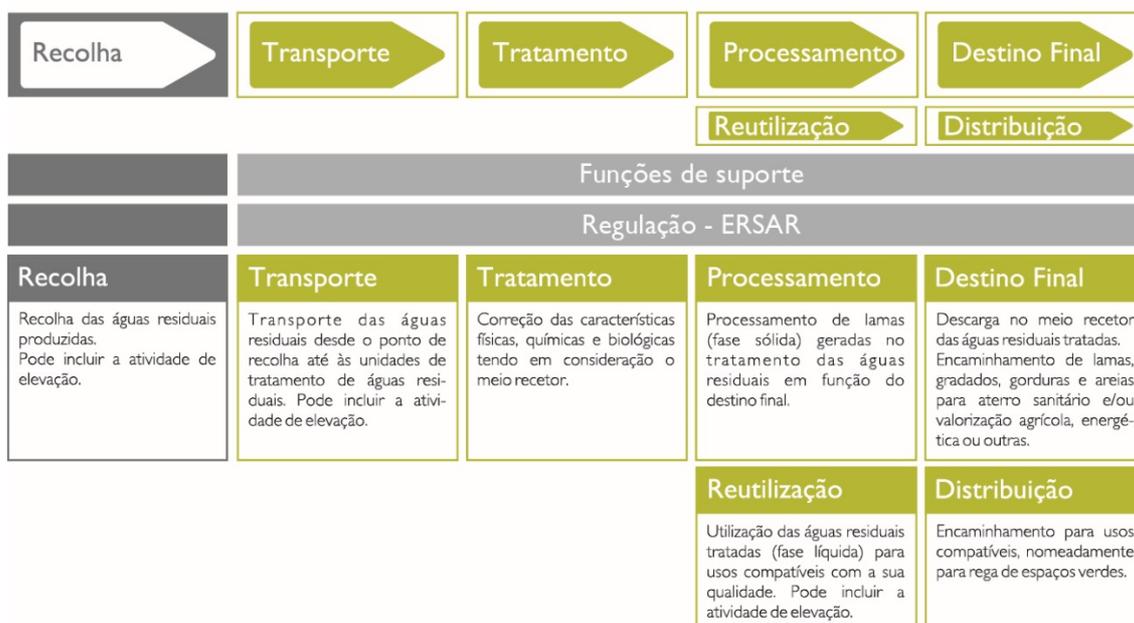
As infraestruturas que entraram em serviço no Sistema de saneamento de águas residuais, no ano de 2021, foram as ETARs de Montes do Rio, de Clarines e de Loteamento Industrial, todas do município de Alcoutim.

1.3. Cadeia de Valor

Operação - Água



Operação - Saneamento



1.4. Estrutura acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais

Estrutura acionista

A Águas do Algarve, S.A. é uma sociedade anónima de capitais públicos, com um capital social integralmente realizado de 29.825.000 euros. No final de 2021 o capital da sociedade estava repartido com a seguinte distribuição:

Acionistas	Ações			
	Quantidade	Valor	Classe	%
Águas de Portugal, SGPS, SA	3.247.447	16.237.235	A + B	54,44%
Município de Albufeira	289.270	1.446.350	A + B	4,85%
Município de Alcoutim	17.236	86.180	A	0,29%
Município de Aljezur	34.046	170.230	A	0,57%
Município de Castro Marim	32.787	163.935	A	0,55%
Município de Faro	409.788	2.048.940	A + B	6,87%
Município de Lagoa	187.813	939.065	A + B	3,15%
Município de Lagos	202.726	1.013.630	A + B	3,40%
Município de Loulé	338.797	1.693.985	A	5,68%
Município de Monchique	25.718	128.590	A	0,43%
Município de Olhão	230.791	1.153.955	A	3,87%
Município de Portimão	369.206	1.846.030	A + B	6,19%
Município de São Brás de Alportel	49.607	248.035	A + B	0,83%
Município de Silves	222.439	1.112.195	A + B	3,73%
Município de Tavira	135.680	678.400	A	2,27%
Município de Vila do Bispo	53.605	268.025	A + B	0,90%
Município de Vila Real de Santo António	118.044	590.220	A	1,98%
Totais	5.965.000	29.825.000		100,00%

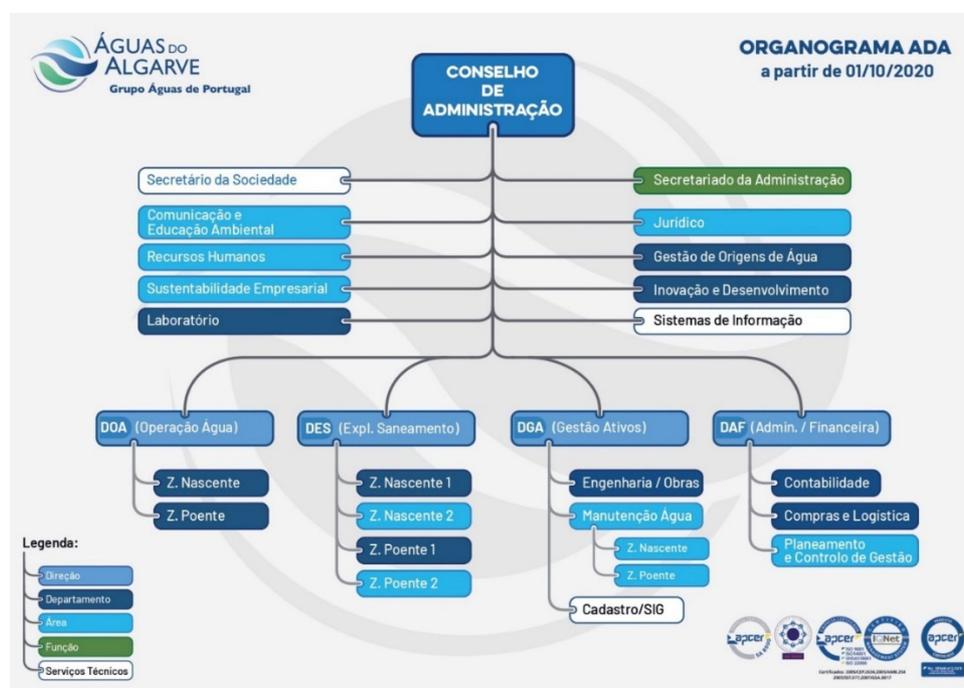
Em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 448.º do código das sociedades comerciais, informa-se que na data do encerramento do exercício social o acionista Águas de Portugal, SGPS, S.A. detinha uma participação igual ou superior a 10%, mais precisamente 3.247.447 ações com o valor nominal de 5,00€ (cinco euros), correspondentes a 54,44% do capital social da Águas do Algarve, S.A.

Nos termos do artigo 66.º do código das sociedades comerciais, cumpre informar que no exercício de 2021:

- A sociedade não tem ações próprias;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores.

Estrutura organizacional

A Águas do Algarve, S.A. está organizada em quatro direções, dez departamentos, nove áreas funcionais e de suporte e dois serviços técnico.



Para o desempenho das suas atividades, a Águas do Algarve, S.A. conta atualmente com um conjunto de unidades orgânicas, operacionais e de estrutura, para apoio à gestão e exploração de ambas as áreas de negócio da Empresa, abastecimento de água e saneamento de águas residuais. Descrevem-se, de seguida as principais características:

Direção de Operação Água – DOA

Assegura o fornecimento, a cada um dos utilizadores, da água necessária à satisfação das suas necessidades em termos de quantidade, qualidade, constância e pressão, até aos volumes máximos diários que o sistema esteja, em cada momento, em condições de fornecer, tendo em atenção o dimensionamento do sistema e as necessidades dos respetivos utilizadores. Coordena o sistema de segurança alimentar, avaliando e controlando continuamente os riscos para a saúde pública, com origem no consumo de água, implementando medidas de prevenção e monitorização eficazes. Coordena as atividades relacionadas com o produto água para consumo humano, assumindo a responsabilidade pelo produto.

Direção de Exploração Saneamento - DES

Assegura, de forma regular, contínua e eficiente, a recolha, tratamento e rejeição de efluentes canalizados pelos utilizadores, cujo destino seja o sistema.

Direção de Gestão de Ativos – DGA

Assegura a conceção e construção de todos os órgãos necessários à captação, tratamento e adução de água para abastecimento e à recolha, tratamento e rejeição de efluentes, incluindo a instalação de condutas e a conceção e construção de estações elevatórias e de tratamento, a respetiva reparação e renovação de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis, cumprindo a legislação aplicável à adjudicação das empreitadas. Responsável por manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens e meios afetos à concessão, efetuando para tanto a manutenção preventiva, as reparações, renovações e adaptações necessárias ao bom desempenho do serviço público.

Direção Administrativa e Financeira – DAF

A Direção integra três áreas: a da contabilidade e tesouraria, a das compras e a do planeamento e controlo de gestão.

Assegura a gestão financeira e contabilística da Empresa, de acordo com a estratégia da Administração e autonomia delegada, de forma a contribuir para o cumprimento dos objetivos da Águas do Algarve, S.A. e a sua otimização financeira. Garante o cumprimento das obrigações fiscais da Empresa. É responsável por assegurar a prestação da correta informação de gestão aos órgãos decisores para a adequada tomada de decisão, assim como propor a implementação de medidas corretivas. Elabora o orçamento anual e o respetivo controlo orçamental mensal. Garante ainda a atualização do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira da Empresa. Contribui, em colaboração com as restantes áreas da Empresa, na preparação e prestação de toda a informação necessária de modo a promover e controlar o cumprimento das obrigações perante o concedente e das obrigações perante os acionistas e entidades oficiais.

É responsável pelo “Processo de Compras”, e todas as atividades/tarefas que lhe são inerentes, com respeito pela atual legislação que regula todo o processo de compras públicas – Código dos Contratos Públicos – por transposição, para o normativo nacional, das diretivas comunitárias 2014/23/UE – relativa à adjudicação de contratos de concessão, 2014/24/UE – relativa aos contratos públicos, 2014/25/UE – relativa aos contratos público celebrados pelas entidades que operam nos setores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais e posteriores alterações e retificações.

É ainda responsável pela elaboração e controlo do Plano Anual de Compras.

Gestão das Origens de Água – GOA

Unidades rgânicas que assegura, com os poderes delegados pela Administração, a gestão e exploração das infraestruturas das Origens de Água do SMAASA, coordenando e garantindo o controlo e fiabilidade dos processos e atividades de Segurança de Barragens, Captação de Água, e sua Adução às Estações de Tratamento de Água, contribuindo para a garantia da produção de água para abastecimento público, na quantidade e qualidade definida. Coordena também as atividades associadas à implementação do Programa Ambiental de Odelouca.

Tem ainda também como missão, controlar e assegurar o cumprimento das obrigações da AdA nos contratos de concessão e títulos de utilização de recursos hídricos (TURH) das origens de água do SMAASA. E, em consonância com as orientações provenientes da Administração da AdA, a articulação com as várias entidades com competências no território, na área da gestão de recursos hídricos, assegurando a gestão das disponibilidades de água, e sua qualidade, para a captação pelo SMAASA.

Laboratório – LAB

O Laboratório apoia a operação dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, maioritariamente na área de planeamento e execução de planos de monitorização da qualidade da água. Assegura o escrupuloso cumprimento dos planos legais aplicáveis às águas para consumo humano, através da definição, implementação e acompanhamento do Programa de Controlo da Qualidade da Água

(PCQA), no Abastecimento, dos Planos de Autocontrolo de Águas Residuais (PAAR), para cumprimento dos parâmetros de descarga no saneamento de águas residuais, dos planos para cumprimento dos Contratos de Concessão, para utilização dos recursos hídricos, e nas licenças de captação de águas subterrâneas e superficiais, bem como dos Planos Operacionais das Origens, Abastecimento e Saneamento. No âmbito da sua atividade, garante o cumprimento integral de todos os requisitos da norma de acreditação ISO/IEC 17025, bem como os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, baseado em princípios de confiança, imparcialidade, confidencialidade e objetividade.

Sustentabilidade Empresarial – SE

Promove e coordena as atividades relativas ao acompanhamento e melhoria contínua do Sistema de Responsabilidade Empresarial de acordo com a estratégia definida pela Administração, assegurando o cumprimento dos requisitos das normas de referência (ISO 9001, ISO 14001, ISO45001 e SA8000), dos requisitos legais e dos compromissos assumidos pela Administração, contribuindo para a otimização dos processos e a melhoria da qualidade do serviço prestado.

Assegura e organiza as atividades inerentes aos Serviços Internos de Segurança no Trabalho de forma a prevenir os riscos profissionais e promover a segurança e a saúde dos trabalhadores.

Compila e reporta dados para entidades oficiais, nomeadamente: Concedente, APA, INE, ERSAR, AdP, ACT, quando designado para o efeito.

Recursos Humanos - RH

É a unidade orgânica responsável pelo tratamento dos processos de recrutamento e seleção de pessoal, avaliação de desempenho dos funcionários, formação, processamento de vencimentos, tratamento de seguros de pessoas, organização dos horários de trabalho e cumprimento das obrigações legais relacionadas com as questões laborais.

Comunicação e Educação Ambiental - CEA

O Gabinete de Comunicação e Educação Ambiental da Águas do Algarve tem como objetivo principal estabelecer uma estreita ligação entre a Empresa e os seus principais stakeholders. Promove também o alinhamento da visão, e daquela que é a missão estratégica da Empresa com os seus diferentes públicos. Definindo estratégias de comunicação globais, internas e externas, online e offline, munindo-se de um conjunto vasto de ferramentas, sem nunca deixar de incorporar a história da marca da Águas do Algarve, de uma forma diferenciadora e eficiente, potenciando as relações também com os nossos acionistas e parceiros de negócio, destacando-se os clientes, fornecedores, consumidores, imprensa, público em geral.

Tem também como objetivo estratégico o reforço da notoriedade da Empresa junto de todos os stakeholders, fortalecendo o bom relacionamento entre estes bem como com os órgãos de comunicação social, e agir como o porta-voz da Empresa, com especial enfoque no que se refere ao envolvimento da Empresa com a comunidade servida pelos serviços prestados pela Empresa, concebendo, acompanhando e participando nas diversas ações e iniciativas promovidas dentro e fora da região.

Apoio Jurídico / Secretário da Sociedade

Trata-se de uma unidade orgânica de apoio à Administração e à Empresa com as atribuições e competências de elaborar pareceres/interpretações da Lei, normativos e regulamentos, e executa atividades que visem o cumprimento de obrigações legais pela Empresa. Assessora nos processos de concurso e sua avaliação. Trata da resolução de disputas e litígios e patrocínio da Empresa em ações judiciais, quer na qualidade de demandante

ou demandada. Desempenha funções de Secretário da Sociedade, devendo assegurar o cumprimento do normativo legal específico dessa função.

Secretariado de Administração – SEC

Unidade orgânica responsável por:

- Gerir e priorizar a agenda e compromissos dos membros da Comissão Executiva;
- Convocar reuniões internas e externas de acordo com a orientação da Administração;
- Articular entre a Administração e serviços técnicos de modo a cumprirem-se as deliberações das reuniões de Comissão Executiva e Conselho de Administração;
- Organizar os dossiers de apoio às reuniões da Administração;
- Conferir os dados da documentação a assinar pela Administração;
- Receção e triagem, digitalização, classificação e despacho da correspondência geral da Empresa;
- Expedição da correspondência;
- Organização e gestão do arquivo da Administração.

Investigação e Desenvolvimento (I&D)

Identifica oportunidades de colaboração com entidades públicas e privadas no domínio de Inovação, Desenvolvimento e Investigação (IDI), analisa essas oportunidades e avalia a probabilidade da sua realização, em contato estreito com os vários setores da Empresa. Estuda as fontes potenciais de financiamento e cofinanciamento de projetos de IDI, supervisiona a elaboração das respetivas candidaturas e promove e coordena os projetos e estudos relacionados com IDI. Faz a recolha, compilação e análise da informação sobre a atividade de IDI, contribuindo para a elaboração dos relatórios de gestão. Participa em projetos de intervenção e em planos estratégicos do SMAASA, bem como em grupos de trabalho especializados da Holding AdP, em sintonia com o rumo estabelecido no Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo Águas de Portugal.

Sistemas de Informação (SI)

Responsável pela infraestrutura de dados e comunicações da Empresa, assegurando a operacionalidade e adequação de equipamentos informáticos e de comunicação, bem como dos respetivos sistemas e aplicações, às necessidades operacionais.

Promove a aplicação de mecanismos de segurança, confidencialidade e integridade da informação armazenada, processada e transportada nos sistemas de processamento e redes de comunicação utilizados.

ÓRGÃOS SOCIAIS - 2021

Mesa da Assembleia-Geral

Mandato 2021-2023, iniciado em 15 de março de 2021:

Dr.º Rogério Conceição Bacalhau Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Faro (*Presidente*)

Dr.º Paulo Manuel Marques Fernandes (*Vice-Presidente*)

Dra. Ana Cristina Rebelo Pereira (*Secretária*)

Conselho de Administração

Mandato 2021-2023, iniciado em 15 de março de 2021:

Eng.º António Paulo Jacinto Eusébio (*Presidente Executivo*)

Dr.ª Maria Isabel Fernandes da Silva Soares (*Vice-Presidente*)

Dr.º Hugo Miguel Guerreiro Nunes (*Vogal Executivo*)

Dr.ª Ana Paula Fernandes Martins, Presidente da Câmara Municipal de Tavira (*Vogal não executivo*)

Dr.º José Carlos Martins Rolo, Presidente da Câmara Municipal de Albufeira (*Vogal não executivo*)

Conselho Fiscal

Mandato 2019-2021, iniciado em 08 de abril de 2021:

Dr.º Luis António Alves da Encarnação, Presidente da Câmara Municipal de Lagoa (*Presidente*)

Dr.ª Sandra Simões Filipe Valério (*Vogal efetivo*)

Dr.º João Daniel Salgado Alves Salgueiro de Matos (*Vogal efetivo*)

Dr. António Jorge Morgado (*Vogal suplente*)

Revisor Oficial de Contas

Mandato 2019-2021, iniciado em 5 de abril de 2019:

PricewaterhouseCoopers&Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., inscrita na OROC sob o n.º 183 e registada na CMVM sob o n.º 20161485, representado por:

Dr José Alves Bizarro Duarte (ROC Efetivo, ROC nº 1957), registado na CMVM sob o n.º 202000003;

Dr Carlos José Figueiredo Rodrigues (ROC Suplente, ROC nº 1737), registado na CMVM sob o n.º 20161347.

Comissão de Vencimentos

Mandato 2018-2020, iniciado em 15 de março de 2021:

Dra. Carla da Conceição Afonso Correia (*Presidente*)

Dra. Rosa Cristina Gonçalves Palma *Presidente da Câmara Municipal de Silves (Vogal Efetivo)*

1.5. Carteira de Participações e Sucursais

A Empresa não possui participações nem detém sucursais.

1.6. Síntese de Indicadores

Síntese de Dados / Indicadores	2021	2020	Varição (Expresso em unidade de Síntese de Dados/Indicadores)	Varição %
Capital Social (€)	29.825.000	29.825.000	0	0,0%
Capital Próprio (€)	30.556.589	30.190.825	365.764	1,2%
Ativos Tangíveis e Intangíveis Brutos (€)	669.315.164	662.009.198	7.305.966	1,1%
Ativo Líquido Total (€)	483.804.895	490.728.874	-6.923.979	-1,4%
Volume de Negócios (€) (excluindo serviços de construção)	59.834.278	59.021.350	812.928	1,4%
Resultados Antes de Impostos (€)	-633.135	1.006.675	-1.639.811	-162,9%
Resultado Líquido do Exercício (€)	365.764	739.364	-373.600	-50,5%
Rendibilidade dos Capitais Próprios (%)	1,20%	2,45%	-1,25%	
Rendibilidade do Ativo (%)	0,08%	0,15%	-0,08%	
Autonomia Financeira -corrigida subs. Investimento (%)	37,05%	37,87%	-0,82%	-2,2%
Endividamento Líquido : EBITDA	5,96	6,90	-0,94	-13,7%
EBITDA (€)**	29.343.384	26.867.701	2.475.683	9,2%
EBITDA : Serviço da Dívida	0,21	0,17	0,04	22,5%
Cash-cost (€/m ³)	0,2811	0,3045	-0,02	-7,7%
Margem EBITDA (%)	49,0%	45,5%	3,52%	
ROCE- Indicador AdP (%)	1,86%	3,47%	-1,61%	
Colaboradores em 31 Dezembro, excluindo órgãos sociais (nº)	179	170	9	5,3%
Área Geográfica Abrangida (Km ²)	4.995	4.995	0	0,0%
População Residente na Área Abrangida (nº)	453.839	453.839	0	0,0%
Investimento/Empreitadas do Ano (€)	7.305.664	7.487.438	-181.774	-2,4%
ABASTECIMENTO:				
Municípios (nº)	16	16	0	0,0%
Acessibilidade física ao serviço (%) (*)	99%	99%	0%	
Volume de Água Vendida (m ³)	71.058.591	68.208.781	2.849.810	4,2%
Tarifa (€/m ³)	0,4728	0,4771	0	-0,9%
Pontos de Entrega (nº)	80	79	1	1,3%
Estações Tratamento Água em Exploração (nº)	4	4	0	0,0%
Rede Adutora (Km)	495	495	0	0,1%
SANEAMENTO:				
Municípios (nº)	16	16	0	0,0%
Acessibilidade física ao serviço (%) (*)	98%	98%	0%	
Efluente Equivalente Faturado (m ³)	37.398.066	37.389.396	8.670	0,0%
Rendimentos tarifários (€)***	26.237.120	26.472.338	-235.218	-0,9%
Estações Tratamento Água Residual em Exploração (nº)	79	76	3	3,9%
Rede Coletoras (Km)	482	480	2	0,5%

* Com o contrato de concessão em vigor a partir de 27 de julho de 2020

** Exceto imposto selo operações financeiras e imparidades e subsídios ao investimento

*** Não incorpora os volumes faturados às empresas de limpa fossas

2- Reconhecimento / Prémios / Certificações

A Águas do Algarve, S.A. possui as seguintes certificações:

- Recomendação ERSAR nº2/2011 - Certificação do Produto "água para consumo humano" variante: sistemas de abastecimento público em alta;
- NP EN ISO 9001:2015 - Sistemas de Gestão da Qualidade;
- NP EN ISO 14001:2015 - Sistemas de Gestão Ambiental;
- NP ISO 45001:2019 - Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho;
- OHSAS 18001:2007/NP 4397:2008 - Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho;
- SA8000:2014 - Sistemas de Gestão da Responsabilidade Social;
- NP EN ISO 22000:2018 - Sistemas de Gestão da Segurança Alimentar.



Galardões/Prémios

Prémio alusivo ao Plano de Eficiência e de Produção de Energia

A Águas do Algarve, S.A. foi galardoada pela ERSAR com 3 distinções, tendo recebido o Prémio de Excelência do Serviço Público de Abastecimento de Água, o Selo de qualidade para o uso eficiente da água e o Selo de qualidade do Serviço de abastecimento público de água.

3- Destaques do ano / Principais acontecimentos

Todo o esforço que foi realizado nas várias áreas da Empresa, desde as operacionais às de gestão e apoio à gestão completaram mais um ano de grande profissionalismo e dedicação. Muito do trabalho realizado e dos objetivos atingidos em 2021 terão impactos assinaláveis na qualidade do serviço que a AdA prestará à comunidade no futuro.

Os resultados líquidos totalizaram +366 mil euros, resultado inferior em 374 mil euros em relação a 2020 e inferior em 835 mil euros em relação a 2019. De salientar que os dois últimos anos foram executados em contexto pandémico, contrariamente ao de 2019.

	2021	2020	2019	2018
Resultado Líquido da atividade (antes DRG)	7 766 081	5 577 513	5 208 485	7 191 847
DRG líquido do ano	(6 683 003)	(4 466 650)	(4 007 647)	0
DRG líquido do ano anterior	(717 314)	(371 499)	0	0
Resultado Líquido	365 764	739 364	1 200 838	7 191 847

B- O Negócio

I- Linhas Estratégicas

I.1. Introdução

Os objetivos do Grupo AdP, designadamente da Empresa Águas do Algarve, S.A. são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do sector Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da sociedade, em 28 de junho de 2021, foram aprovadas as seguintes orientações estratégicas, objetivos e indicadores de gestão e respetivas metas quantificáveis para o mandato 2021-2023.

I.2. Orientações Estratégicas para o Mandato 2021 - 2023

I.2.1. Missão

A Águas do Algarve, S.A. enquanto Empresa responsável pela exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Algarve, tem por missão garantir o abastecimento de água para consumo humano e o tratamento de águas residuais de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e fiabilidade, num quadro de sustentabilidade económica, social e ambiental.

A preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida e a equidade no acesso aos serviços básicos associados, a par da promoção do bem-estar, através da melhoria da qualidade de vida das pessoas e do equilíbrio ambiental, representam os valores fundamentais assumidos pelas Empresas que integram o Grupo Águas de Portugal, designadamente pela Águas do Algarve, SA.

A atividade prosseguida pela Empresa enquanto instrumento Empresarial do Estado para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais no domínio do ambiente, respeita o enquadramento fixado nos termos do Artigo 24.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, e as orientações emanadas através de despachos ministeriais e deliberações dos acionistas, as quais devem ser vertidas nos planos estratégicos das Empresas.

Assim, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações tendo em vista a elaboração dos respetivos planos de atividade e orçamento anuais, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos definidos no Artigo 29.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Conforme também resulta do referido Regime, compete ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, enquanto tutela setorial, designadamente:

- a. Definir e comunicar a política setorial a prosseguir, com base na qual as Empresas do grupo AdP, designadamente a Águas do Algarve, S.A., desenvolvem a sua atividade;
- b. Emitir as orientações específicas de cariz setorial aplicáveis a cada Empresa;
- c. Definir os objetivos a alcançar pelas Empresas do grupo AdP, designadamente pela Águas do Algarve, S.A. no exercício da respetiva atividade operacional;
- d. Definir o nível de serviço público a prestar pelas Empresas do grupo AdP, e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

I.2.2. Deveres e Responsabilidades da Administração

O exercício das funções do Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A. terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação o qual, prevê:

- a. Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes dos contratos de gestão;
- b. Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da Empresa;
- c. Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da Empresa em todas as suas componentes;
- d. Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da Empresa;
- e. Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à Empresa, bem como a sua confidencialidade;
- f. Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- g. Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A. estão ainda sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão Empresarial, nomeadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

1.2.3. Orientações Estratégicas Gerais

Sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão, o Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A. deverá:

- 1.2.3.1. Assegurar o cumprimento da missão da Empresa e o exercício da sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade Empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- 1.2.3.2. Ser socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- 1.2.3.3. Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- 1.2.3.4. Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- 1.2.3.5. Adotar metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- 1.2.3.6. Concretizar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos

colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;

- I.2.3.7. Desenvolver iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- I.2.3.8. Implementar políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- I.2.3.9. Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

I.2.4. Orientações Estratégicas Específicas

O Conselho de Administração deverá assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para que a Empresa execute uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam.

- I.2.4.1. Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:
 - I.2.4.1.1. Aumento da eficiência na utilização de recursos primários, resiliência e segurança dos sistemas;
 - I.2.4.1.2. Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;
 - I.2.4.1.3. Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação das origens, na flexibilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes.
- I.2.4.2. Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:
 - I.2.4.2.1. Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;
 - I.2.4.2.2. Proporcionar modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
 - I.2.4.2.3. Facilitar a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais;
 - I.2.4.2.4. Potenciar a integração dos empreendimentos hidráulicos.
- I.2.4.3. Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:
 - I.2.4.3.1. O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
 - I.2.4.3.2. A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;
 - I.2.4.3.3. No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para

assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.

- I.2.4.4. Promoção do desenvolvimento regional, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza Empresarial, designadamente:
- I.2.4.4.1. Na integração em comités funcionais com vista à incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;
 - I.2.4.4.2. Na dinamização de redes de competências em ambiente descentralizado e colaborativo;
 - I.2.4.4.3. Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
- I.2.4.5. Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza Empresarial e a capacidade técnica, em especial:
- I.2.4.5.1. Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, alinhando-o com os desafios do setor e padrões da regulação;
 - I.2.4.5.2. No reforço da aposta no digital, incluindo a segurança cibernética, prosseguindo objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.
- I.2.4.6. Assegurar as boas práticas na gestão de ativos, tendo como referência a norma ISSO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:
- I.2.4.6.1. Definição da política de gestão de infraestruturas;
 - I.2.4.6.2. Consolidação dos sistemas de informação e avaliação;
 - I.2.4.6.3. Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas;
 - I.2.4.6.4. Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
- I.2.4.7. Capitalizar as competências e capacidades disponíveis na internacionalização do grupo AdP em projetos de interesse nacional, potenciando colaborações, através de AdP Internacional, de longo prazo, de valor acrescentado e com risco financeiro delimitado, para além da cooperação com entidades de referência internacional.

I.3. Objetivos e Indicadores de Desempenho anuais para a Águas do Algarve, S.A. para o mandato 2021-2023

	Indicador	Cálculo	Escala	AdA
Financieiros	Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV+FSE+GP)/VN]$ Variação face ao PAO proposto	1. var < +0,10pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 3. var < -0,10 pp	10,0%
	Dívida Comercial de devedores municipais	$DCDMA = [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N)}] / [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N-1)}] * 100$	1. DCDMA > 105% 2. 95% <= DCDMA <= 105% 3. DCDMA < 95%	10,0%
	Limite ao endividamento	$\text{Endividamento} = [\text{Stock Dívida (Ano N)} / \text{Stock Dívida (Ano N-1)}] * 100$	1: X > 2% 2: 1,5% <= X <= 2% 3: X < 1,50% * investimentos materialmente relevantes são excluídos do cálculo, a percentagem adotada corresponde ao definido na legislação.	10,0%
	Respeito Prazos de Pagamento	Variação do PMP face ano anterior	Quando PMP <= 60 dias e cumpre com o estipulado na RCM 34/2008: 1: Incumpre: quando PMP aumenta mais de 1 dia face ao ano anterior; 2: Cumpre: quando PMP aumenta 1 dia; 3: Excede: quando PMP <= 60 dias. Quando PMP > 60 dias ou incumpre com a RCM 34/2008: 1: Incumpre: PMP > -15% face ao ano anterior; 2: Cumpre: -25% <= PMP <= -15%, face ao ano anterior; 3: Excede: face ao ano anterior, PMP < -25%.	10,0%
	Rentabilidade	Variação do RL face ao PAO	1. Var < -5% 2. -5% <= Var <= 5% 3. Var > 5% *excluindo o efeito DRG	10,0%

	Indicador	Calculo	Escala	AdA
Ambientais e de Serviço	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	1. Nº Ações executadas face ao previsto < 80,00% 2. Nº Ações executadas face ao previsto >= 80,00%;<90,00% 3. Nº Ações executadas face ao previsto >=90,00%	10,0%
	Qualidade da Água Fornecida	AQA = QA (Ano N)	1. AQA <97,00% 2. 97,00% <= AQA <99,00% 3. AQA >=99,00% *sem deterioração face ao ano anterior	7,5%
	Qualidade das Águas Residuais	AQAR = QAR (Ano N)	1. AQAR <90,00% 2. 90,00% <= AQAR <=95,00% 3. AQAR > 95,00% *sem deterioração face ao ano anterior	7,5%
	Neutralidade Energética	Implementação do Plano de Neutralidade Energética	1. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção inferior a 75% face ao previsto no PAO 2. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto no PAO 3. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto no PAO	7,5%
	Plano de Lamas	Implementação do Plano de lamas	1. Lançamento, em cada ano, de concursos de empreitadas para reduzir produção de lamas em < 40% do previsto no PAO; 2. Lançamento, em cada ano, de concursos de empreitadas para reduzir produção de lamas em 40% do previsto no PAO; 3. Lançamento, em cada ano, de concursos de empreitadas para reduzir produção de lamas em 60% do previsto no PAO.	7,5%
	Plano de Eficiência Hídrica	Cumprimento do Plano de Implementação de Eficiência Hídrica no Algarve.	Cumprimento do plano de ação para as medidas de interligação Sotavento/Barlavento, Aproveitamento do volume morto - Beliche; Águas para Reutilização, Tomada de Água no Pomorão e Dessalinização, de acordo com a tabela em Anexo (?)	5,0%
	Efluentes Agroindustriais e agropecuários	Implementação de atividade acessória e complementar nos Sistemas em Alta de AR e Implementação da plataforma digital integrada para gestão de atividade de operador de ultimo recurso no território nacional	1. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar após 31.03.2022 2. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar até 31.03.2022 3. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar até 31.12.2021 *após verificação dos intervalos de disponibilidade, acrescendo às ACA's existentes	5,0%

100,0%

Sem prejuízo da aferição da prossecução das orientações estratégicas determinadas, a avaliação a realizar pelos titulares da função acionista terá por referência os objetivos e indicadores de desempenho anuais para o período do mandato - e a fórmula de cálculo do respetivo grau de concretização – enunciados no quadro do ponto B-4.9. deste relatório.

A avaliação é realizada em função do grau de concretização dos objetivos, conforme quadro seguinte, e far-se-á pelo arredondamento a uma casa decimal do somatório do atingimento de cada indicador determinado nos termos descritos no quadro de Indicadores e Metas do ponto B-4.9. deste relatório.

Grau de Concretização	Avaliação Global
GC < 1,8	Objetivos não Cumpridos
1,8 ≤ GC < 2,5	Objetivos Cumpridos
GC ≥ 2,5	Objetivos Superados

Em 2021, o Conselho de Administração atuou em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pelos titulares da função acionista, pelo Concedente e pela Tutela Setorial e Financeira.

2- Enquadramento

2.1. A Envolvente

Contexto macroeconómico¹

A pandemia Covid-19 continuou a afetar profundamente a atividade económica em 2021, em Portugal e no resto do mundo. As medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos têm vindo a condicionar o crescimento do PIB. As projeções apresentadas assumem que as restrições irão manter-se. A ação das políticas monetárias, orçamentais e prudenciais foi decisiva na mitigação da crise, e continuará a desempenhar um papel fundamental na dinâmica de recuperação.

Global

A economia mundial prossegue uma trajetória de recuperação, embora os estrangulamentos persistentes do lado da oferta, a subida de preços das matérias-primas e o aparecimento da variante Ómicron do coronavírus (COVID-19) continuem a pesar sobre as perspetivas de crescimento no curto prazo. Em 2021, a recuperação da atividade económica e do comércio a nível mundial foi menos regular do que o anteriormente esperado.

O crescimento global para o ano 2021 estima-se em 5,9% e é esperado um crescimento de 4,4% para 2022 (3,8% para 2023) após um decréscimo global de 3,5% em 2020). Este exercício de projeção incorpora efeitos de restrições à mobilidade, encerramento de fronteiras e impactos sanitários decorrentes da propagação da variante Ómicron.

Entretanto, outros fatores adversos condicionaram a atividade e o comércio e exerceram pressões ascendentes sobre os preços. As tensões nas redes de produção mundiais intensificaram-se no decurso de 2021, tendo afetado sobretudo as economias avançadas de grande dimensão e o setor da indústria transformadora (especialmente a indústria automóvel). A turbulência no mercado imobiliário residencial da China e a maior restritividade da política monetária em algumas economias de mercado emergentes limitaram ainda mais a velocidade de recuperação. Por último, a subida dos preços das matérias-primas conduziu à acumulação de pressões inflacionistas em todo o mundo.

Espera-se que os estrangulamentos do lado da oferta comecem a atenuar a partir do segundo trimestre de 2022 e que se desvançam totalmente até 2023. A trajetória futura da pandemia continua a constituir o principal risco a afetar as projeções de referência para a economia mundial.

Zona do Euro

A economia da área do euro continua a registar uma recuperação. O crescimento apresenta uma moderação, mas espera-se que a atividade recupere fortemente de novo no decurso deste ano. Prevê-se que a continuação da recuperação económica seja impulsionada por uma procura interna robusta. O mercado de trabalho está a melhorar, com mais pessoas empregadas e menos em regimes de manutenção de postos de trabalho. Tal apoia a perspetiva de um aumento do rendimento das famílias e do consumo. A poupança acumulada durante a pandemia também apoiará o consumo. A atividade económica apresentou uma moderação no último trimestre de 2021 e é provável que este crescimento mais lento se estenda ao início de 2022. Espera-se agora que, no primeiro trimestre de 2022, o produto ultrapasse o nível registado antes da pandemia.

Embora a crise da COVID-19 tenha continuado a pesar significativamente nas finanças públicas em 2021, as projeções macroeconómicas de dezembro de 2021 elaboradas por especialistas do Eurosistema mostram que o saldo orçamental segue já uma trajetória de melhoria. Tendo atingido um pico de 7,2% do PIB em 2020, estima-se que o rácio do défice tenha caído para 5,9% em 2021 e projeta-se que continue a cair para 3,2% em

¹ Fontes: *FMI World Economic Outlook*; *European Commission Economic Outlook*; *Boletim Económico do Banco Portugal*; *Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu*; Eurostat e INE.

2022, estabilizando depois disso num valor ligeiramente inferior a 2% no final do horizonte de previsão em 2024.

Espera-se que a atividade económica registe uma recuperação ao longo de 2022. As projeções macroeconómicas elaboradas por especialistas do Eurosistema em dezembro indicam que o crescimento real anual do PIB se situará em 5,1% em 2021, 4,2% em 2022, 2,9% em 2023 e 1,6% em 2024.

A inflação registou nova subida, situando-se em 4,9% em novembro de 2021. Permanecerá acima de 2% durante a maior parte de 2022. Espera-se que a inflação permaneça elevada no curto prazo, mas que decresça no decurso de 2022. As projeções macroeconómicas de dezembro de 2021 elaboradas por especialistas do Eurosistema apontam para uma inflação anual de 2,6% em 2021, 3,2% em 2022, 1,8% em 2023 e 1,8% em 2024.

O Conselho do BCE considera que os riscos para as perspetivas económicas se apresentam globalmente equilibrados. As taxas de juro de mercado permaneceram globalmente estáveis desde a reunião de outubro do Conselho do BCE. A criação de moeda na área do euro aumentou em outubro de 2021, refletindo uma maior incerteza relacionada com a pandemia de COVID-19 e medidas de apoio em termos de políticas.

Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2021 são os seguintes:

	Estimativa 2021	Ano 2020
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	4,8%	-8,4%
Taxa crescimento Consumo Privado	5,0%	-7,1%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	0,9%	-0,1%
Taxa de desemprego	6,6%	7,0%
Taxa de juro OT 10 Anos	0,3%	0,4%

Neste enquadramento, projetou-se um crescimento do PIB de 4,8% em 2021, seguida de um crescimento de 5,8% em 2022, seguido de um ritmo de expansão mais moderado em 2023 e 2024, 3,1% e 2,0%, respetivamente. A recuperação da atividade traduz-se num aumento do emprego e numa redução da taxa de desemprego para níveis inferiores aos pré-pandemia. A inflação aumenta em 2021 e 2022, para 0,9% e 1,8%, respetivamente, fixando-se em 1,1% e 1,3% nos dois anos seguintes, com um perfil muito influenciado pela evolução dos preços dos bens energéticos. A inflação excluindo bens energéticos aumenta gradualmente ao longo do horizonte de projeção, situando-se em 1,5% em 2024.

A evolução da atividade é condicionada no curto prazo por uma nova vaga da pandemia na Europa e pelos problemas nas cadeias de fornecimento globais. A reintrodução de medidas restritivas para conter a pandemia, incluindo sobre a mobilidade internacional, a par do aumento da incerteza, terá impacto sobre o ritmo de recuperação, em particular dos serviços relacionados com o turismo. Adicionalmente, assume-se que as perturbações nas cadeias de fornecimento globais, que se têm refletido na escassez de matérias-primas e outros bens e num aumento dos seus custos, se dissipam a partir da segunda metade de 2022.

A trajetória projetada de crescimento económico é suportada pela manutenção de condições financeiras favoráveis e por maiores recebimentos de fundos da União Europeia. O Produto Interno Bruto (PIB) retoma o nível pré-pandemia na primeira metade de 2022, mas no final do horizonte permanece abaixo da tendência projetada antes da ocorrência da pandemia. O crescimento médio do PIB em Portugal no período de 2022-24 é de 3,6%, o que compara com uma projeção do Eurosistema de 2,9% para a área do euro.

As condições monetárias e financeiras na área do euro deverão permanecer favoráveis. O balanço do BCE em percentagem do PIB da área do euro fixou-se em cerca de 70% no terceiro trimestre de 2021, 30 pp acima do valor pré-pandémico, o que está largamente associado ao programa temporário de aquisição de ativos devido à emergência pandémica (PEPP – pandemic emergency purchase programme). As taxas de juro de curto prazo aumentam ligeiramente a partir de 2023, mas mantêm-se muito baixas. A taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa permanece em torno de 2% no horizonte de projeção.

2.2. O Sector

O setor a nível mundial²

A água está no centro do desenvolvimento sustentável, constituindo um recurso para todos. Este mesmo pressuposto está no centro do Objetivo 6 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento, que defende o acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento até 2030.

Não apenas para fazer frente às alterações climáticas, servindo como elo entre a sociedade e o meio ambiente, a água é essencial para o desenvolvimento socioeconómico, para a produção de energia e alimentos e para a construção de ecossistemas saudáveis. Em suma é crucial para a sobrevivência das espécies.

Todavia, a escassez deste bem tem tendência para se agravar até 2050. Este facto decorre não só do aumento da população mundial, como da procura cada vez maior dos segmentos industrial e doméstico, sobretudo nas economias emergentes.

Significa, portanto, que é urgente promover o equilíbrio entre a oferta e disponibilidade deste recurso e a procura e necessidade das comunidades, em todo o mundo.

Paralelamente, o recurso água não pode ser visto isoladamente do saneamento, na medida em que, conjuntamente são vitais para a melhoria da saúde das populações, sobretudo através da redução a carga global de doenças, para a educação e para a produtividade e crescimento económico das regiões.

Aqui chegados, convém ter em mente que, três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável, mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de “stress” hídrico e que cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano. Estes são factos indesmentíveis a que acrescem outros.

Apesar de, nas últimas décadas, se ter assistido a uma melhoria em alguns indicadores, de que é exemplo, a redução para metade do número de pessoas no mundo sem acesso a uma fonte melhorada de abastecimento de água, ainda se constata que, apenas, cerca de um quarto da população nos países considerados pobres tem acesso a serviços de saneamento adequados.

Mesmo nas regiões desenvolvidas, apesar de existir acessibilidade, os serviços são caracterizados por má gestão, financiamento desadequado e baixos níveis de investimento. Com efeito, poucas Empresas no setor cobrem o nível de custos de operação e são poucas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

Paralelamente, é urgente criar resiliência nos sistemas que possam resistir aos eventos climáticos cada vez mais comuns e extremos, sem descurar a fragilidade patente em regiões com níveis de escassez de água.

Todos estes desafios, para além de muito difíceis, são acompanhados e por vezes exponenciados pelas incertezas das políticas económicas adotadas nas várias geografias do mundo.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico, que o World Bank Water Global Practise, através do novo Plano Estratégico lançado em 2019 e na prossecução da meta do ODS6, baseada na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por: i) a transformação de acordos políticos em regras vinculativas; ii) o garante da distribuição dos serviços de água e

² Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdobserver.org>; <https://iwa-network.org/>; <https://unric.org/pt/>

saneamento de forma equitativa; iii) o exercício de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos pelo empregadores e pelos trabalhadores); e iv) o estabelecimento de instrumentos de *soft-law* (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONGs) a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

Para além do referido, e porque é globalmente aceite que a solução/resolução passa não só pela tecnologia, mas também pelas pessoas e pelos processos. Sendo este sector abundante em dados, mas com muitas lacunas *informação*. O esforço neste âmbito é o compromisso das partes interessadas, no sentido de descobrir que tipo de informação se pretende e, conseqüentemente quais os dados necessários para produzir a mesma.

Em termos tecnológicos, um dos principais focos é a instrumentação, que instalada e implementada de forma adequada permite a correta operação e manutenção dos sistemas e com isso obter qualidade na informação.

A pandemia COVID19

A pandemia do COVID-19 levantou questões para o setor de abastecimento de água e saneamento globalmente. A velocidade e a extensão da propagação da pandemia fizeram com que as respostas a essas perguntas urgissem. Embora as operadoras forneçam os serviços num contexto nacional, as preocupações e os insights científicos e operacionais são relevantes além-fronteiras.

A Associação Internacional da Água (IWA) convocou uma Task Force de seus membros logo no início de 2020, para fornecer ao setor um ponto de referência oficial em relação às questões científicas e operacionais relevantes.

Apoiada por informações e contribuições fornecidas pelas concessionárias, a Task Force da IWA COVID-19 preparou orientações sobre as lições aprendidas durante a pandemia da COVID-19. O objetivo da orientação foi capturar as melhores práticas, para que as lições aprendidas pudessem ser implementadas durante as próximas fases de pandemia. Também ficou evidente que a experiência adquirida, permitirá às entidades operadoras dotar e aumentar a sua capacidade de resposta face a outras circunstâncias desafiadoras futuras.

Para além do referido, vários exemplos surgiram a nível mundial.

- A EurEau - Federação Europeia das Associações Nacionais dos Serviços de Água, que representa 70 mil entidades gestoras e meio milhão de profissionais do setor da Água, reagiu através da criação duma plataforma específica para troca de informações entre países permitindo, numa fase inicial, agilizar decisões essenciais ao sector, o que possibilitou uma reação eficaz.
- A Assembleia Geral da EurEau reuniu periodicamente para fazer a comparação e partilha de dados sobre o estado de cada país a nível do abastecimento de água, tratamento de águas residuais e o impacto financeiro nas operações da Entidades Gestoras; ou
- A delineação de trabalho em rede com os Comitês Especializados da EurEau (EU1 - Água para Consumo Humano, EU2 - Águas Residuais, e EU3 - Economia e Legislação), que contam com a contribuição de elementos de cariz técnico dos vários países, entre os quais membros das Comissões Especializadas da APDA, de forma, a criar pontes e canais entre as diversas organizações.

As conclusões à data obtidas é que o setor da água no quadro europeu respondeu de uma forma eficaz, não se verificando anomalias significativas nos serviços, de que Portugal constitui um exemplo.

No universo do Grupo AdP merece especial referência a parceira estabelecida pela AdP Internacional com o Banco Mundial no projeto "Covid Just-in-Time", iniciativa que procura apoiar entidades gestoras de abastecimento e saneamento na resposta à emergência no contexto da pandemia de Covid-19, incluindo no seu âmbito um quadro de referência para a elaboração de Planos de Emergência de Operadores dos Serviços de Água e o apoio a operadores de diferentes países, principalmente em África e na América Latina..

O abastecimento e o saneamento em Portugal³

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as Empresas municipais e intermunicipais, as Empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as Empresas privadas concessionárias e as Empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. Com efeito, o elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. É, portanto, um facto que a redução dos períodos de retorno dos investimentos implicaria o aumento das receitas anuais, o que traria impactos significativos nas tarifas a praticar aos utilizadores finais.

Em Portugal, o grau de maturidade do setor garante cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

Panorama Nacional

Abastecimento de Água	Saneamento de Águas Residuais
<ul style="list-style-type: none">▪ 9,7 milhões de habitantes servidos▪ 96% de alojamentos servidos▪ 186 litros: consumo médio diário de água por habitante▪ Tarifa média ponderada: 0,5519EUR/m³▪ Indicador água Segura em Portugal Continental (alta): 99,53%	<ul style="list-style-type: none">▪ 8,7 milhões de habitantes servidos com drenagem▪ 86% de alojamentos servidos▪ 8,7 milhões de habitante servidos com tratamento▪ 86% de alojamentos servidos com tratamento▪ 1,9 milhões de m³ de águas residuais tratadas diariamente▪ Tarifa média ponderada: 0,5393EUR/m

Dados RASARP 2021 - ERSAR

O ano de 2021 foi marcado pelo fim do período temporal do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para Portugal continental, no período 2014 – 2020: PENSAAR 2020 – Uma Nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais.

Este plano estratégico promovia, junto das populações, o acesso a um serviço público de água e saneamento de qualidade, adequado às necessidades, com custos socialmente aceitáveis, no quadro legal comunitário e nacional e no enquadramento da política europeia em inovação para o setor.

Com o término do Plano foi criado um grupo de trabalho para proceder à elaboração de um novo plano estratégico, para o período de 2021-2030, que passará a incluir no seu âmbito para além do abastecimento de água e a gestão de águas residuais a gestão de águas pluviais- -Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

² Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt> ; Diário da República, 1.ª série; IWA COVID-19 Task Force - International Water Association (iwa-network.org); <https://www.apda.pt/pt/noticia/3204/disponivel-sessao-gravada-de-a-pandemia-covid-19-e-o-abastecimento-de-agua/>

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que se elencam e que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais.

- Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de dezembro: estabelece o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação e tratamento de água para consumo público, quando atribuídos por concessão, e aprova as respetivas bases. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto que procedeu à sua republicação.
- Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro: consagra o regime jurídico da concessão da exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto que procedeu à sua republicação;
- Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho: regula o acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas. Com a última redação dada pela Lei n.º 35/2013, de 11 de junho;
- Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril: estabelece o regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais para a exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos;
- Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto: estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos. Com a última redação dada pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março;
- Portaria n.º 34/2011, de 13 de janeiro: estabelece o conteúdo mínimo do regulamento de serviço relativo à prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos aos utilizadores;
- Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho: define o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 72/2016 de 4 de novembro;
- Despacho n.º 4385/2015, de 30 de abril: aprovou a estratégia para o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais, para Portugal continental no período 2014-2020, designada por "PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais";
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho: aprova o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050.
- A Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2017, de 7 de junho, criou a Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca (Comissão Permanente da Seca), que vem desenvolvendo os respetivos trabalhos com vista à antecipação dos efeitos da escassez de água e à construção de pistas de solução de resiliência para lhe fazer face.
- Despacho n.º 5316 /2020, de 7 de maio: Cria o grupo de trabalho do plano estratégico para o setor de abastecimento de água e gestão de águas residuais e pluviais, para o período de 2021-2030 (GT PENSAARP 2030).

No contexto de Pandemia, Portugal, em linha com a União Europeia adotou um conjunto de medidas no sentido de procurar mitigar os impactos na economia nacional. De entre estas medidas destacam-se as de apoio à tesouraria das Empresas, que se espera apresentem consequências positivas ao nível da manutenção do emprego e dos rendimentos, como forma de tentar sustentar a procura interna e manter a economia em funcionamento.

Inserem-se também nestas medidas as que destinam a manter os serviços de interesse económico geral em funcionamento. Âmbito em que se inserem as atividades do Grupo AdP. No dia 22 de março de 2020, o Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática determinou a forma como os serviços essenciais devem ser assegurados neste período (Despacho 3547-2020).

Para todas as atividades de abastecimento e saneamento, entre os outros serviços, foi determinado que as entidades e Empresas gestoras dos sistemas deveriam definir as equipas necessárias para assegurar a continuidade e a ininterruptabilidade da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano.

No sentido de garantir a proteção da saúde pública, prevenir a disseminação da doença e proteger os/as trabalhadores/as envolvidos nas operações dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, assim como definir os procedimentos associados ao controlo da qualidade da água para consumo humano em cenário de pandemia provocada pelo SARS-CoV-2 (Covid-19), foram emitidas orientações pela ERSAR, que as entidades gestoras tiveram de implementar.

O Grupo AdP

O Grupo AdP é o principal grupo Empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais. Detido pelo Estado, constitui-se como instrumento Empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

O Grupo atua em todas as fases do ciclo urbano da água, desde a captação, o tratamento, o transporte e distribuição de água para consumo público, à recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas usadas, urbanas e industriais, incluindo a sua reciclagem e reutilização. Através das suas Empresas, tem uma presença alargada no território continental, prestando serviços a cerca de 80% da população portuguesa.

No âmbito do PENSAAR 2020 e do programa do XXI Governo Constitucional, foi efetuada a reestruturação do setor das águas, que passou pela reversão das agregações dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais existentes, criadas ao abrigo dos Decretos-Leis n.º 92/2015, 93/2015 e 94/2015, de 29 de maio. Assim, nos termos dos Decretos-Leis n.º 16/2017 de 1 de fevereiro e 34/2017 de 24 de março, o Grupo Águas de Portugal passou a integrar quatro novas sociedades gestoras de sistemas multimunicipais de água e de saneamento de águas residuais.

A 31 de dezembro de 2021, o Grupo AdP era constituído por 19 Empresas, das quais 13 entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais.

O Grupo AdP trabalha em estreita colaboração com os Municípios na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu *know-how*, no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento e saneamento às populações.

O ano de 2021 continuou marcado pela Pandemia. Já desde 2020 que o Grupo se preparou, quer no âmbito dos Planos de Contingência, quer nos planos operacionais e de emergência para a gestão dos riscos e das contingências inerentes a este tipo de situação, tendo garantido o abastecimento de água e o tratamento das águas residuais de forma segura e fiável.

Em todas as Empresas estão desenvolvidos e implementados planos de contingência no âmbito da infeção pelo novo coronavírus, elaborados de acordo com a Orientação n.º 006/2020 de 26/02/2020, da Direção Geral da Saúde e integrando medidas excecionais de gestão de risco para garantir a segurança e a fiabilidade dos serviços de abastecimento de água e tratamento de águas residuais.

A gestão da energia e a redução de encargos associados constituiu uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP no quadro da promoção de níveis de eficiência que garantam a ecoeficiência e a sustentabilidade das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

Neste âmbito, destaca-se o Programa ZERO com o qual o Grupo AdP visa reduzir os consumos energéticos e aumentar fortemente a produção própria de energia 100% renovável, tendo por objetivo atingir a neutralidade energética em 2030. A efetiva concretização deste programa, deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.”.

No âmbito da implementação das medidas e ações estabelecidas no Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) do Grupo AdP, tem-se efetivado a redução da potência contratada mínima nas infraestruturas das Empresas participadas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica consumida.

Em 2021, a frota operacional do Grupo AdP renovou a certificação energética ao abrigo do programa Move+ da ADENE. Neste âmbito, a frota operacional do Grupo, que integra viaturas movidas a combustível convencional e 100% elétricos, alcançou a classe de eficiência energética B, numa escala de F (menos eficiente) a A (mais eficiente). A estratégia de descarbonização do Grupo prevê que se alcance em 2030 a classe energética A.

Ainda integrado no Programa Zero a AdP assinou a 22 de dezembro um protocolo de cooperação colaboração com vista ao aproveitamento de antigas áreas mineiras ambientalmente remediadas para produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis.

O Grupo AdP é subscritor do compromisso “Business Ambition for 1.5°C” da United Nations Global Compact, que visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e contribuir para a sustentabilidade do planeta, iniciativa que reforça o seu empenho na transição para uma economia de baixo carbono.

Em 2021 o Grupo AdP subscreveu o manifesto “Rumo à COP26” agora assinado por mais de 80 Empresas-membro do BCSD Portugal, no âmbito da 26.ª Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP26) que decorreu de 31 de outubro a 12 de novembro de 2021 em Glasgow.

O desenvolvimento das suas capacidades e competências no mercado nacional permitiu a expansão internacional do Grupo AdP, atuando como montra das vantagens competitivas que Portugal detém no setor do ambiente e desenvolvendo projetos de assistência técnica e parceria em diferentes países.

2.3. A Regulação

Enquadramento regulatório

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestam serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais, que podem incluir para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais. Este setor é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

No que diz respeito à regulação ambiental, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão Empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

As entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuam de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

Regulação económica

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo tarifário e à remuneração contratual.

A intervenção da ERSAR em matéria económica junto destas entidades gestoras encontra-se delimitada, consoante se trate de uma entidade gestora de um sistema de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA), para quem a ERSAR fixa as tarifas e os rendimentos tarifários, quando aplicáveis, e para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), para quem a ERSAR verifica a conformidade das tarifas e dos tarifários com as disposições contratuais e verifica a conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Com a publicação da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, ocorreram alterações aos estatutos da entidade reguladora em matéria tarifária.

Nos SMM, para além da fixação de tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicável, a ERSAR define cenários de eficiência produtiva e aprova o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais registam nas respetivas contas do exercício.

Em 2021, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

O Grupo AdP manteve também durante o ano de 2021 a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destaca-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa à proposta do Guia Técnico n.º 27 – Guia de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores – 4ª geração do sistema de avaliação em novembro de 2021.

Durante 2021, realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária para o segundo período tarifário dos SMM cujos contratos assim o determinavam, perspetivando que os mesmos se concluam até 31 de dezembro de 2022, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 124/2021, de 30 de dezembro.

AdA – atividade em “alta”

A Águas do Algarve, S.A. é um sistema multimunicipal, e exerce, através de contrato de concessão celebrado com o Estado, as atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em “alta”.

As tarifas e os rendimentos tarifários em “alta” praticadas são avaliadas pela ERSAR sendo calculadas com base nos encargos eficientes aceites por esta entidade.

Para a Águas do Algarve, S.A. as tarifas e os rendimentos tarifários encontram-se estabelecidos para o primeiro período tarifário no decreto-lei de constituição e respetivo contrato de concessão. Neste período, a ERSAR valida a atualização das tarifas e dos rendimentos tarifários com base na taxa de inflação (IHPC).

Nos termos do contrato de concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda

considerados encargos tarifário a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável.

As tarifas e os rendimentos tarifários aplicadas na faturação durante o ano de 2021 pela Águas do Algarve, S.A., foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR.

O contrato de concessão determina que a rendibilidade dos capitais próprios, a recuperar por via tarifária, resulte da remuneração do capital social e da reserva legal a uma taxa equivalente às OT (obrigações do tesouro) a dez anos acrescida de uma margem de 3%, e da remuneração acionista em dívida, a uma taxa equivalente às OT a dez anos.

Em 2021, a taxa de juro média diária das obrigações do tesouro a 10 anos cifrou-se em 0,30%.

O diploma constituinte da Águas do Algarve, S.A., estabelece a metodologia de registo e de recuperação dos DRG. Com a publicação do Decreto-lei n.º 16/2021 de 24 de fevereiro, ficou estabelecido que os DRG podem ser gerados até ao termo do terceiro período quinquenal da concessão, e que estes saldos (ativos ou passivos) devem ser recuperados até ao termo do prazo da concessão.

Por via do contrato de concessão, a ERSAR detém o poder de aprovar o valor de DRG a registar nas contas anuais da Águas do Algarve, S.A., tendo por base um cenário de eficiência produtiva estabelecido de acordo com critérios previamente definidos. Este facto confere à ERSAR o poder de estabelecer os gastos que podem ser recuperados por via tarifária, podendo estes ser distintos dos efetivamente incorridos.

Tendo por base os DRG brutos, validados pela ERSAR, em 2021, verificaram-se 503 mil EUR de encargos não aceites por aquela entidade reguladora.

Em 31 de dezembro de 2021 estavam registados nas contas cerca de 34,8 milhões de EUR de DRG de natureza superavitária, decorrentes do histórico da atividade da Águas do Algarve, S.A..

Regulação da qualidade do serviço

A Águas do Algarve, S.A. está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

O volume I do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2019, foi disponibilizado pela ERSAR em janeiro de 2021.

Os indicadores que compõem o sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, encontram-se distribuídos por três grupos:

1. Adequação da interface com os utilizadores;
2. Sustentabilidade da gestão do serviço;
3. Sustentabilidade ambiental.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da Águas do Algarve, S.A. em: <https://www.aguasdoalgarve.pt/content/avaliacao-da-qualidade-do-servico-prestado-aos-utilizadores>

Regulação da qualidade da água para consumo humano

A Águas do Algarve, S.A. que presta atividade de abastecimento público de água está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, a Águas do Algarve, S.A. deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação.

No cumprimento da legislação, a Águas do Algarve, S.A. implementa o PCQA, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às entidades competentes.

Em dezembro de 2020, foi aprovado pela ERSAR o PCQA de 2021 da Águas do Algarve, S.A.. No âmbito deste PCQA, ao longo de 2021 foram efetuadas 8445 análises, tendo sido detetados 12 incumprimentos dos valores paramétricos, o que evidencia um excelente desempenho da Empresa, com um cumprimento de 99,8%.

Os resultados do controlo da qualidade da água realizado pela Águas do Algarve, S.A. são também incluídos no RASARP, elaborado pela ERSAR.

Em setembro de 2021, foi divulgado o volume 2 do RASARP com os resultados da qualidade da água para consumo humano, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2020.

Em 2021, no sentido de garantir a proteção da saúde pública, prevenir a disseminação da doença e proteger os trabalhadores envolvidos nas operações dos serviços de abastecimento de água, e de saneamento de águas residuais, assim como definir os procedimentos associados ao controlo da qualidade da água para consumo humano em cenário de pandemia provocada pelo SARS-CoV-2 (COVID-19), foi dada continuidade à implementação das orientações emitidas pela ERSAR.

Regulação da interface com o utilizador

A Águas do Algarve, S.A. está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água são analisados pela entidade reguladora. Para esse efeito a Águas do Algarve, S.A. dispõem de livro físico de reclamações. Adicionalmente é disponibilizado o livro de reclamações eletrónico no sítio da internet.

Durante o ano de 2021 verificou-se uma taxa de resposta a reclamações de 96,6%. Este valor corresponde a melhoria face ao verificado nos últimos anos.

3- O Negócio

3.1. Introdução

A Águas do Algarve S.A. é uma sociedade de direito privado de capitais públicos onde a Águas de Portugal, SGPS, S.A., participa com a maioria do capital social, sendo o restante distribuído pelos municípios algarvios de acordo com o exposto na nota nº16 do anexo às demonstrações financeiras.

3.2. Água em Alta

Sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve

O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve (SMAASA), numa estratégia de gestão integrada e plurianual dos recursos hídricos, utiliza origens de água quer superficiais, quer subterrâneas, ajustando a sua estratégia de captação, numa avaliação contínua, em função das características dos anos hidrológicos/disponibilidades hídricas registadas nas origens; e da capacidade de redundância e flexibilidade na gestão do SMAASA (em termos de redundância de origens, capacidade de produção de água, transferência de água tratada entre subsistemas e gestão da distribuição).

A albufeira da barragem de Odelouca, destinada exclusivamente ao abastecimento público de água, é uma das principais origens de água superficial do SMAASA, o qual recorre ainda às albufeiras do Aproveitamento Hidráulico de fins-múltiplos de Odeleite-Beliche e à água proveniente da albufeira da Bravura, também de fins-múltiplos, através de captação no Canal de Rega deste Aproveitamento Hidráulico.

As origens superficiais do SMAASA são complementadas com o recurso à captação de água subterrânea, através dos Sistemas de Captações Subterrâneas de Benaciate e de Vale da Vila, localizados no aquífero de Querença-Silves e do Sistema de Captações Subterrâneas de Almádena, localizado no aquífero de Almádena-Odiáxere.



➤ Volumes captados, para assegurar as necessidades do Abastecimento Público ao Algarve, através do SMAASA

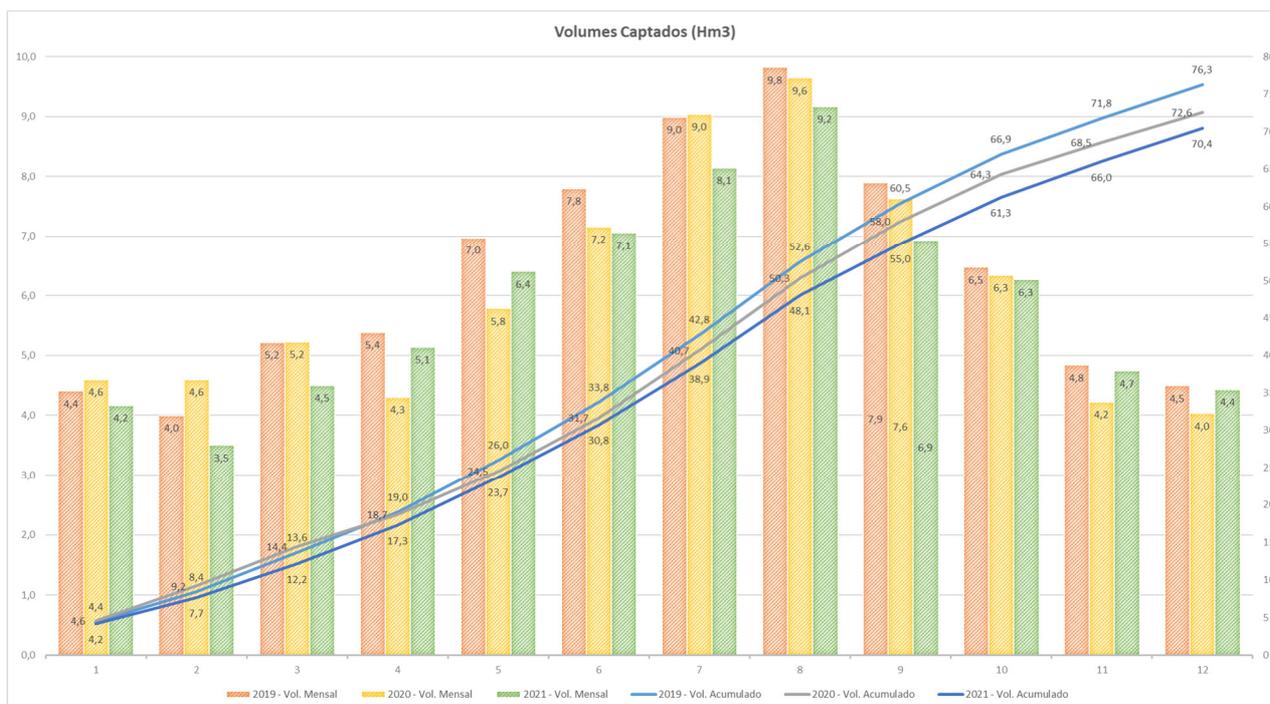
No Quadro I, são apresentados os volumes totais captados pelo SAAASA, por origem de água, para assegurar as necessidades do Abastecimento Público ao Algarve, no ano 2021.

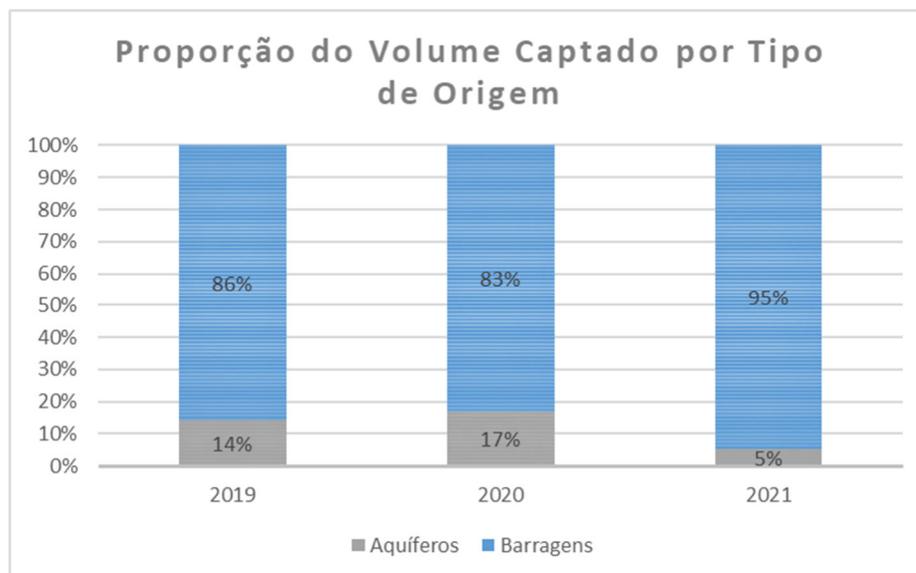
Quadro 1 – Volumes de Água Captados nas Origens de Água do SMAASA, para o Abastecimento Público, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2021

Volumenes de Água Captados nas Origens de Água do SMAASA para o Abastecimento Público (m ³)		
Origem de Água		Janeiro a dezembro de 2021
Superficial	Albufeira da Bravura	2 139 264
	Albufeira do Funcho	0
	Empreendimento Hidráulico de Odeleite-Beliche	27 067 736
	Albufeira de Odelouca	37 524 220
Subterrânea	Aquífero de Almádena\Odeáxere	469 158
	Aquífero de Querença\Silves	3 224 126
Total Abastecimento Público		70 424 504

Face aos dados apresentados, pode verificar-se que, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2021, foram captados nas diversas origens de água do SMAASA, cerca de 70,4 hm³ de água, com recurso a origens superficiais (66,7 hm³) e origens de água subterrâneas (3,7 hm³).

Nos gráficos seguintes apresentam-se os volumes captados no triénio 2019-2021, considerando o volume mensal, volume acumulado e a proporção por tipo de origem:





➤ **Situação das Origens de Água Superficiais do SMAASA**

Nos últimos anos hidrológicos registaram-se fracas aflúências na generalidade das albufeiras que constituem origens de água do SMAASA, não tendo sido possível garantir as necessárias regularizações de volumes armazenados, para uma gestão plurianual, e acentuando-se o défice em termos de disponibilidade hídrica destas albufeiras ao longo dos anos. De facto, tem-se verificado a ausência de anos húmidos após 2000, e aumento de anos hidrológicos consecutivos com precipitação muito abaixo da média.

Neste contexto, a AdA tem vindo a aferir constantemente as suas estratégias de gestão das disponibilidades hídricas das origens afetas ao SMAASA, e numa estratégia de gestão integrada e plurianual dos recursos hídricos, tem vindo a:

- utilizar origens de água quer superficiais, quer subterrâneas, com capacidade de redundância entre elas;
- ajustar a sua estratégia de captação, numa avaliação contínua e numa ótica plurianual:
 - em função das características dos anos hidrológicos;
 - disponibilidades hídricas registadas nas origens;
 - das necessidades de consumo a satisfazer;
- maximizar a capacidade de redundância e flexibilidade de gestão do SMAASA (em termos de redundância de origens, capacidade de produção de água, transferência de água tratada entre subsistemas e gestão da distribuição).

Face às Estratégias de Gestão de Origens de Água adotadas pela AdA ao longo dos últimos anos hidrológicos, não se verificou ainda a necessidade de recorrer a medidas extraordinárias, para fazer face aos episódios de seca registados.

Este esforço, ainda que com custos e investimento assinaláveis, tem vindo a conferir ao SMAASA uma maior resiliência, melhorando a resposta a eventuais situações de emergência e contingência, e num contexto de elevada eficiência hídrica.

Todavia, prolongando-se os cenários de longos períodos de escassez hídrica, como os que se têm vindo a registar, e que se prevê que sejam cada vez mais recorrentes, no contexto das alterações climáticas; as relevantes soluções implementadas pela AdA para resiliência do SMAASA, podem não ser suficientes, para garantia do abastecimento público de água ao Algarve, no futuro próximo.

O novo ano hidrológico de 2021-2022, não se tem revelado favorável, para permitir uma melhoria do balanço entre os caudais afluentes às diversas albufeiras, face os consumos previstos e perdas, e consequentemente o aumento dos volumes de água armazenados destas albufeiras. De facto, no ano hidrológico atual (2021/2022) a precipitação ocorrida durante o mês de dezembro não permitiu à região do Algarve sair do estado de seca (severa e moderada).

Na Tabela 1 são apresentados os volumes armazenados, entre 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2021, nas albufeiras que constituem origens de água superficial do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do

	BARRAGEM DE ODELOUCA				BARRAGEM DE ODELEITE				BARRAGEM DE BELICHE				BARRAGEM DE BRAVURA			
Capacidade Total de Armazenamento (hm ³)	157,14				130,00				48,00				34,82			
Capacidade Útil de Armazenamento (hm ³)	128,20				108,80				42,89				32,26			
Data	Volume Total		Volume Útil		Volume Total		Volume Útil		Volume Total		Volume Útil		Volume Total		Volume Útil	
	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%
31/12/2020	87,15	55,46%	58,21	45,40%	66,70	51,30%	45,50	41,82%	20,91	43,56%	15,80	36,84%	7,45	21,40%	4,89	15,15%
31/01/2021	87,34	55,58%	58,40	45,55%	68,42	52,63%	47,22	43,40%	21,56	44,91%	16,45	38,35%	7,94	22,79%	5,37	16,65%
28/02/2021	113,64	72,32%	84,70	66,07%	86,89	66,84%	65,69	60,38%	28,26	58,87%	23,15	53,97%	11,88	34,12%	9,32	28,88%
31/03/2021	119,02	75,74%	90,08	70,27%	92,83	71,41%	71,63	65,84%	30,25	63,03%	25,14	58,63%	12,29	35,29%	9,73	30,15%
30/04/2021	116,92	74,41%	87,98	68,63%	90,81	69,85%	69,61	63,98%	29,64	61,75%	24,53	57,19%	11,99	34,43%	9,43	29,22%
31/05/2021	112,83	71,80%	83,89	65,44%	86,19	66,30%	64,99	59,73%	27,97	58,27%	22,86	53,30%	11,02	31,65%	8,46	26,22%
30/06/2021	107,56	68,45%	78,62	61,32%	80,30	61,77%	59,10	54,32%	25,90	53,95%	20,79	48,47%	9,90	28,44%	7,34	22,75%
31/07/2021	101,33	64,49%	72,39	56,47%	73,20	56,31%	52,00	47,79%	23,33	48,60%	18,22	42,47%	8,49	24,39%	5,93	18,38%
31/08/2021	94,95	60,42%	66,01	51,49%	65,91	50,70%	44,71	41,09%	20,51	42,74%	15,40	35,92%	6,91	19,83%	4,34	13,46%
30/09/2021	90,99	57,90%	62,05	48,40%	66,05	50,81%	44,85	41,22%	20,60	42,93%	15,49	36,12%	5,65	16,22%	3,08	9,56%
31/10/2021	86,85	55,27%	57,91	45,17%	61,43	47,25%	40,23	36,97%	19,03	39,64%	13,92	32,45%	4,84	13,90%	2,28	7,05%
30/11/2021	83,71	53,27%	54,77	42,72%	62,74	48,26%	41,54	38,18%	19,46	40,54%	14,35	33,45%	4,85	13,92%	2,28	7,08%
31/12/2021	81,91	52,13%	52,97	41,32%	69,34	53,34%	48,14	44,24%	21,88	45,59%	16,77	39,11%	4,97	14,26%	2,40	7,44%

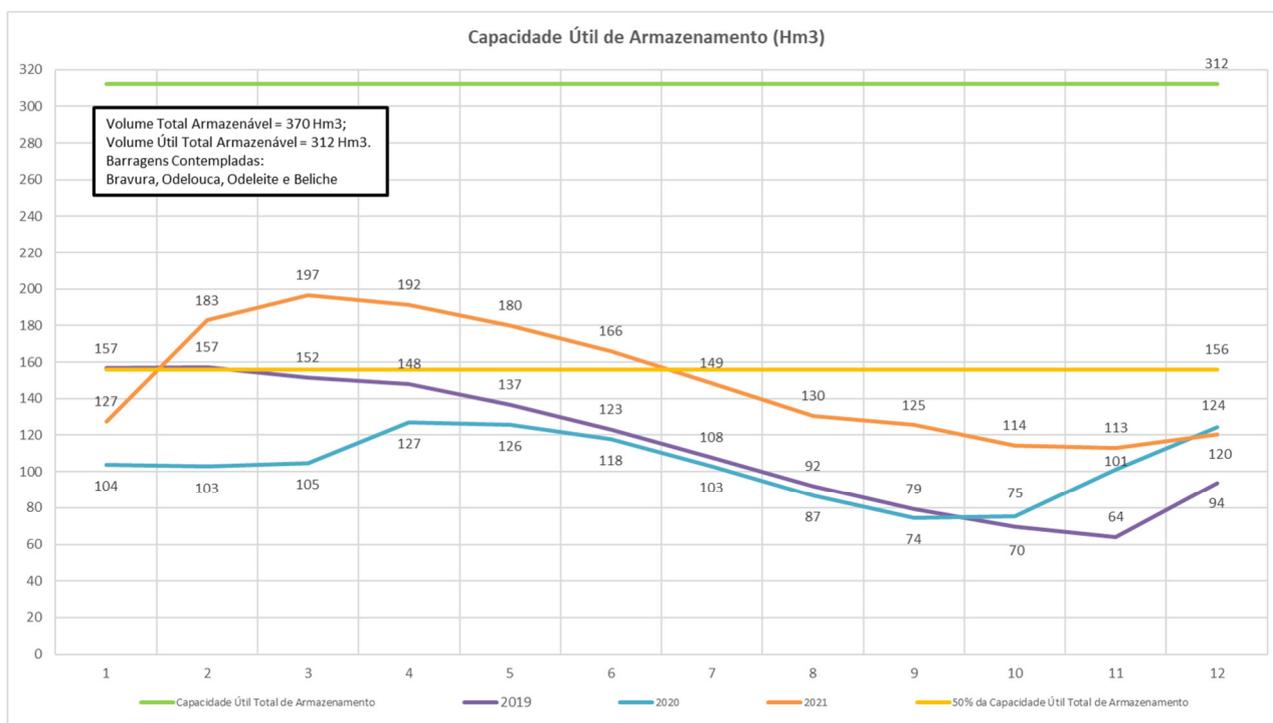
Algarve (SMAASA). Tabela 1 - Volumes mensais de água armazenada nas albufeiras, entre 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2021.

No que respeita à albufeira da barragem de Odelouca, (origem exclusiva para o abastecimento público), os caudais afluentes no presente período húmido, ainda não permitiram compensar os volumes captados mensalmente e as perdas e descargas de volumes reservados e ecológicos, pelo que continua a verificar-se uma diminuição significativa dos volumes de água armazenados. Em 31 de Dezembro de 2021 o volume total de água armazenada nesta albufeira era de cerca de 82 hm³ (a que corresponde um volume útil de cerca de 53 hm³), valor que permite ainda assegurar uma reserva de água de cerca de um ano de consumo do abastecimento público, tendo em consideração os volumes médios captados nesta albufeira, assim como outros consumos (caudais reservados e ecológicos) e perdas por evaporação.

A albufeira da Bravura (fins-múltiplos) permanece em situação preocupante, dado que tem vindo a apresentar, nos últimos anos hidrológicos, valores de armazenamento de água muito baixos, face aos valores médios que a caracterizam, e o período húmido do último ano hidrológico não permitiu uma recuperação significativa destes volumes. A 31 de Dezembro de 2021, registou-se um volume total armazenado de cerca de 5 hm³ (que corresponde a um volume útil de 2,4 hm³). De salientar que a Águas do Algarve efetuou um grande esforço no sentido de minimizar os volumes captados para o abastecimento público, nesta origem no ano hidrológico de 2020-2021, e tendo suspenso a captação nesta origem desde dia 8 de Outubro de 2021.

No que respeita às albufeiras de fins-múltiplos de Odeleite e de Beliche, a 31 de Dezembro de 2021 apresentavam volumes totais de água armazenada de cerca de 69 hm³ e 22 hm³ respetivamente (a que corresponde um volume útil total, no conjunto das duas albufeiras, de cerca de 65 hm³). Tendo-se iniciado um novo ano hidrológico, é relevante que o presente período húmido permita uma regularização significativa dos volumes armazenados, equivalente à de um ano médio ou húmido.

No gráfico seguinte apresenta-se uma análise plurianual ao somatório das capacidades úteis das barragens acima mencionadas:



➤ **Medidas no âmbito da Gestão da Situação de Escassez Hídrica, pelo SMAASA**

A Águas do Algarve S.A. (AdA), tem demonstrado empenho e efetuado investimento significativo, quer na construção de novas infraestruturas, de soluções redundantes de origens de água, tratamento e adução; quer ao nível de projetos, planos, recursos, ferramentas e estratégias de gestão; para promover a melhoria na adaptação do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve (SMAASA) aos fenómenos de escassez hídrica, característicos da região do Algarve.

Estas medidas, ainda que com custos e investimento assinaláveis, têm vindo a conferir ao SMAASA maior robustez e resiliência, melhorando a resposta a eventuais situações de emergência e contingência, e num contexto de elevada eficiência hídrica. De entre as medidas concluídas, ao longo dos últimos 15 anos, salientam-se as seguintes:

- a construção da Barragem de Odelouca;
- a construção de sistemas de captações subterrâneas, para uma gestão integrada de água superficial e subterrânea;
- a construção de 2 estações elevatórias reversíveis, para flexibilidade do SMAASA;
- a construção de reservatórios de armazenamento de água, para reforço da resiliência do sistema (entre outras medidas).

Como resultado, e apesar dos fortes condicionalismos e desafios que os anos de seca têm imposto à gestão do SMAASA, não se verificaram, nos últimos 15 anos, falhas no abastecimento público de água no Algarve, na área da Concessão deste Sistema.

No entanto, e conforme já referido, em cenários de longos períodos de escassez hídrica, como os que vivenciamos nos últimos anos na região do algarve, e que se prevê que sejam cada vez mais recorrentes (no contexto das alterações climáticas) e considerando ainda as necessidades de consumo dos demais utilizadores

desta região, as soluções implementadas pela AdA para resiliência do SMAASA, podem ter necessidade de ser reforçadas, para garantia do abastecimento público de água ao Algarve.

Um instrumento de extrema importância para a caracterização e definição de estratégias de gestão dos Recursos hídricos na Região do Algarve, é o Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve.

- apresenta uma relevante caracterização da situação dos recursos hídricos na região, avaliação das disponibilidades hídricas e dos consumos sectoriais;
- define um conjunto importante de metodologias, indicadores e metas para a melhoria da eficiência hídrica, apresentado várias propostas/medidas a implementar nos diversos sectores e usos.

A Águas do Algarve está sempre empenhada em assumir o seu compromisso com a Região, na Adaptação à Escassez Hídrica e na Proteção e Gestão dos Recursos Hídricos, e em articulação com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), no âmbito do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve e do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) contribuiu para a identificação de um conjunto de soluções e medidas, de curto, médio e longo prazo.

Algumas destas medidas estão já em curso e destacam-se as seguintes

Curto prazo:

- Elaboração de projeto e obra, para a instalação de um Sistema Temporário de Captação do Volume não utilizável/morto da albufeira de Odeleite;
- Desenvolvimento de Projetos com vista à execução de obras que permitam a promoção da utilização de águas para reutilização (ApR) em usos urbanos não potáveis, de forma a reduzir a captação de água e a pressão sobre as atuais origens;
- Contribuir para a Avaliação da operacionalidade e definição do modelo de exploração das captações públicas de água subterrânea estratégicas para o abastecimento público, no âmbito do Sistema Multimunicipal de Abastecimento e Saneamento do Algarve (SMAASA);
- Reforçar as campanhas de sensibilização e comunicação, sobre a necessidade de redução de consumos de água na região, utilização responsável da água e aumento da eficiência hídrica;

Médio/Longo prazo:

- Promoção de Estudo e Projeto do reforço da interligação dos subsistemas de abastecimento do barlavento e do sotavento, e implementação de obra de otimização da transferência de água tratada no SMAASA;
- Promoção de Estudos e Projetos para a Construção de uma Estação de Tratamento de Água por Dessalinização;
- Desenvolvimento de Estudos e Projeto para, em articulação com a APA, implementar uma solução para a captação de água no Pomarão, na bacia do Guadiana;
- Articulação e colaboração com a APA, no âmbito dos estudos que esta entidade pretende promover, para a avaliação das disponibilidades hídricas atuais e futuras, atendendo às alterações previstas para o regime de precipitação e alteração de temperatura, e a viabilidade técnica, ambiental e de sustentabilidade económica de várias soluções, que possam aumentar a reserva hídrica.

A par das medidas a estudar para aumento da oferta de disponibilidade de água, é também de extrema relevância abordar outros aspetos da ADAPTAÇÃO à escassez hídrica e RESILIÊNCIA, nomeadamente do ponto de vista da procura, e através do aumento da eficiência hídrica e da redução de perdas e consumos.

Neste sentido, a melhoria na articulação com as entidades gestoras em baixa e outros stakeholders é um ponto essencial, quer em termos de sensibilização, comunicação e partilha de informação e colaboração técnica, quer na identificação de aspetos críticos comuns e eventual definição de soluções conjuntas e articuladas;

Outro aspeto essencial diz respeito à melhoria dos instrumentos e processos de monitorização e controlo e aposta em modelos previsionais e de apoio à decisão.

O total de água faturada aos utilizadores do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água em Alta, em 2021, foi de 71 058 591 m³, representando um caudal médio diário de 194 681 m³, sendo superior em 4,18% em relação ao caudal médio diário de 2020.

O volume de água não faturada foi de -634 087 m³, devido a erros de medição de caudalímetros nas ETAs, representando menos do que 0,9% do total de água captada para tratamento. As perdas reais foram estimadas em 464 890 m³, ou seja, 0,7% da água captada.

O volume total de água tratada no ano de 2021 foi de 71 663 846 m³ e representou um acréscimo de 4,2% face ao ano anterior.

A taxa de utilização das Estações de Tratamento de Água (ETA) do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água em Alta em 2021 atingiu no mês de agosto, um valor médio de 61,5% correspondente a 300 075 m³/dia, superior em 3,2% relativamente ao ano de 2020.

Através da Interligação Reversível, foram transferidos 3 001 646 m³ de água no sentido Poente – Nascente e 1 033 001 m³ de água no sentido Nascente – Poente, representando um decréscimo global de volumes transferidos de 24 % face ao ano anterior.

Foi captado no furo JK8 um volume de 469 158 m³ de água fornecido diretamente para adução após desinfecção.

O Gráfico 1 apresenta a evolução global dos volumes de água faturada aos Utilizadores Municipais no ano de 2021 face ao ano 2020.

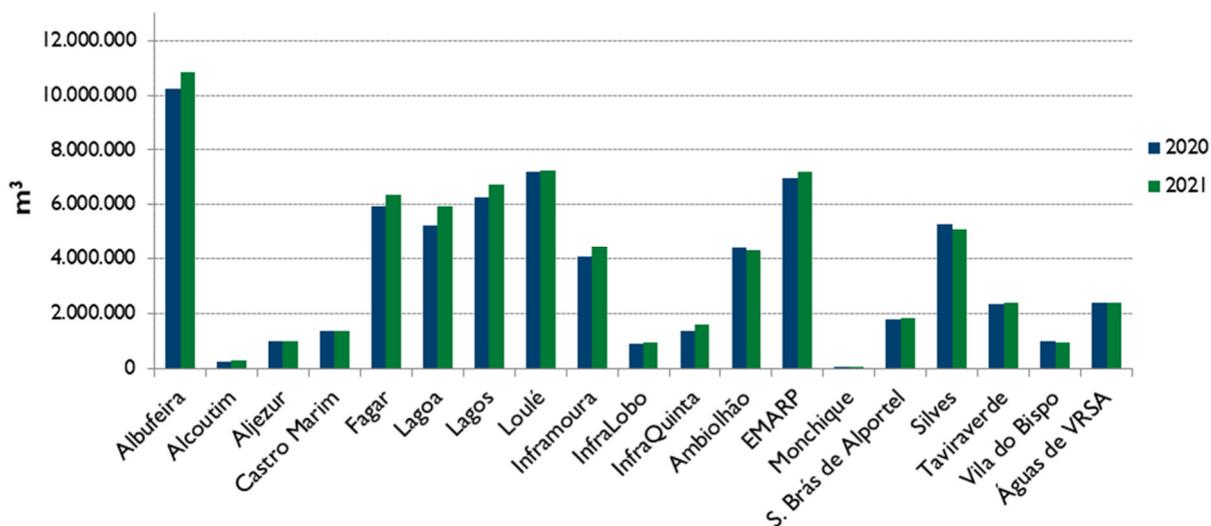


Gráfico 1 - Evolução anual do volume de água fornecida aos Utilizadores Municipais nos anos 2021 e 2020 (m³).

Mantém-se a forte sazonalidade no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água em Alta, com um fator de ponta em 2021, de 1,63 registado no mês de agosto. Em 2020 o fator de ponta tinha sido de 1,54, também no mesmo mês.

O Gráfico 2 apresenta a distribuição dos volumes de água faturados por Utilizador Municipal verificados no ano 2021.

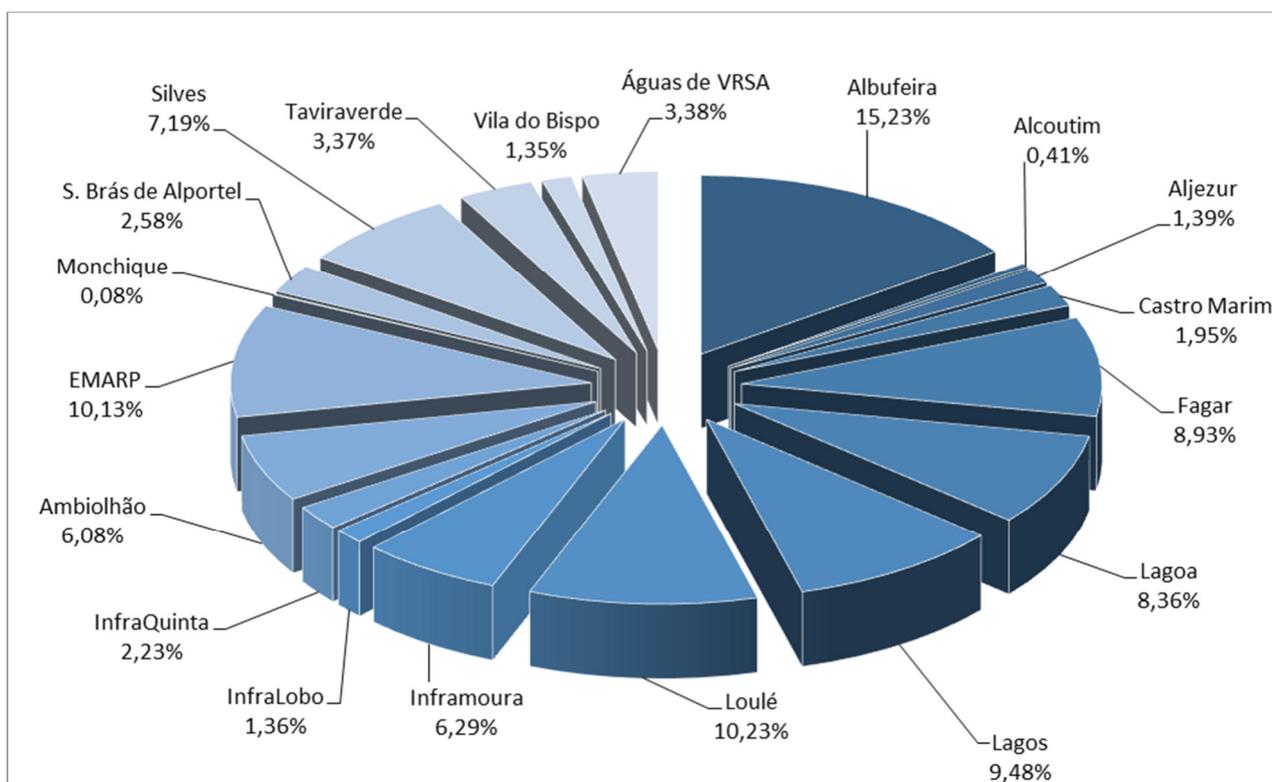


Gráfico 2 - Distribuição do volume de água faturada em percentagem por Utilizadores durante o ano 2021.

O Município com maior percentagem de água faturada foi o de Loulé, incluindo as Empresas concessionárias em baixa InfraQuinta, InfraLobo e InfraMoura, representando cerca de 20% da água faturada no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água em Alta.

O Utilizador Municipal com maior volume faturado foi Albufeira, representando 15,2% da água fornecida no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água em Alta. O Utilizador Municipal com menor volume de água faturada foi Monchique, representando apenas 0,08% da água fornecida.

No ano de 2021 a operacionalidade do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água em Alta, não registou ocorrências que exigissem a interrupção do fornecimento de água aos Utilizadores Municipais com consequências para o abastecimento público de água.

Qualidade da água fornecida para consumo humano

A qualidade da água tratada e fornecida aos Utilizadores servidos pelo Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água em Alta, no ano 2021, pode considerar-se excelente, com uma conformidade de 99,8%, uma vez que das 8445 (oito mil quatrocentos e quarenta e cinco) análises efetuadas apenas 12 incumpriram com os limites da qualidade da água (valores paramétricos) fornecida no âmbito do PCQA - Programa de Controlo da Qualidade da Água aprovado pela ERSAR.

Produção e destino final de lamas do tratamento de água

Nas Estações de Tratamento de Água (ETA) do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água em Alta em 2021 foram produzidas 7 573,57 toneladas de lamas desidratadas e enviadas 9 107,82 toneladas de lamas para valorização no Complexo Industrial da Cimpor, em Loulé, representando, em relação ao ano anterior, um decréscimo de 4% na produção de lamas e um acréscimo de 77% nas lamas encaminhadas para valorização, decorrente do encaminhamento de lamas em 2021 produzidas no ano anterior.

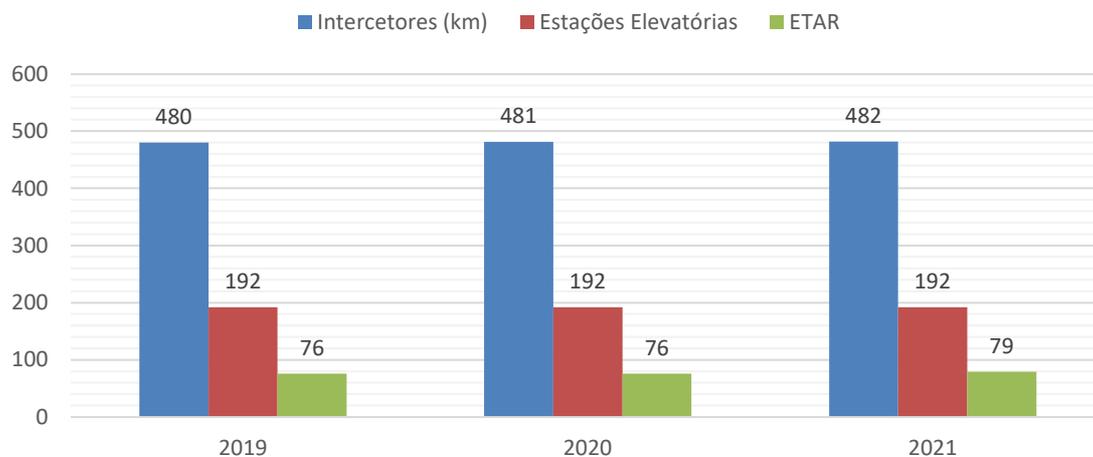
3.3. Saneamento em Alta

Sistema multimunicipal de saneamento do Algarve

Principais características das instalações

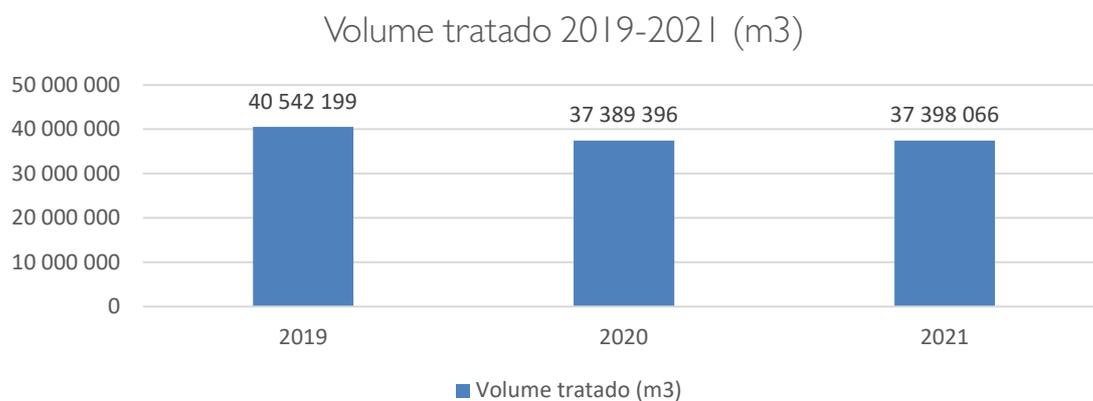
Em 2021, existe um aumento no número de ETAR e no comprimento dos interceptores comparativamente com o ano de 2020, ou seja, foram exploradas 79 ETAR, 192 EE e 482 km de interceptores.

Infraestruturas (2019-2021)

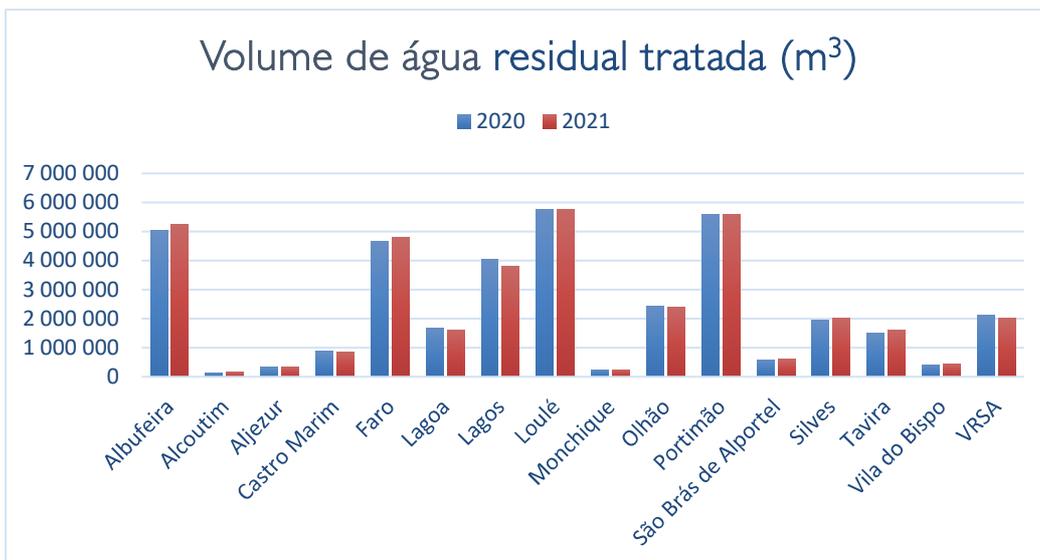


Volume de água residual tratada

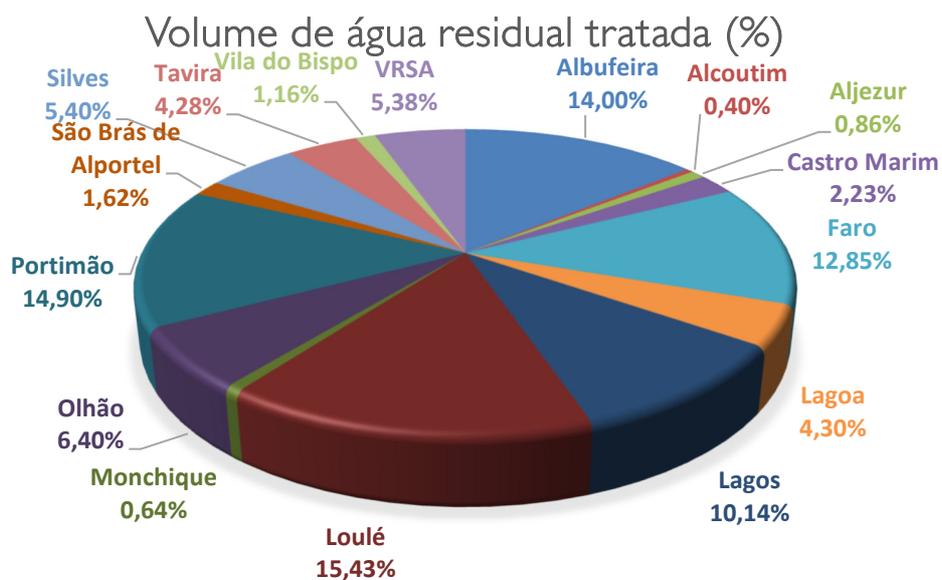
Em 2021, o volume de água residual tratada foi de 37 398 066 m³, o que representa um pequeno aumento face ao ano anterior; sendo, no entanto, um valor inferior ao verificado em 2019. Na figura seguinte estão representados os volumes anuais (m³), de 2019 a 2021.



A distribuição para 2020 e para 2021, por Município, é a que se apresenta de seguida:



Apresenta-se, na figura seguinte, a proporção de cada Município no volume de água residual tratada em 2021 (%).

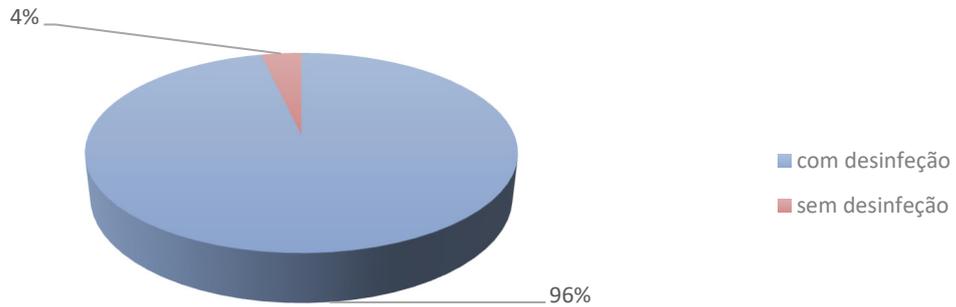


Dados de exploração

Volume de água residual tratada com desinfeção microbiológica

No que respeita à desinfeção microbiológica, 96% do volume de efluente foi tratado em ETARs com sistema de desinfeção por radiação Ultra Violeta, sistema de cloração associado e/ou em lagoas de maturação.

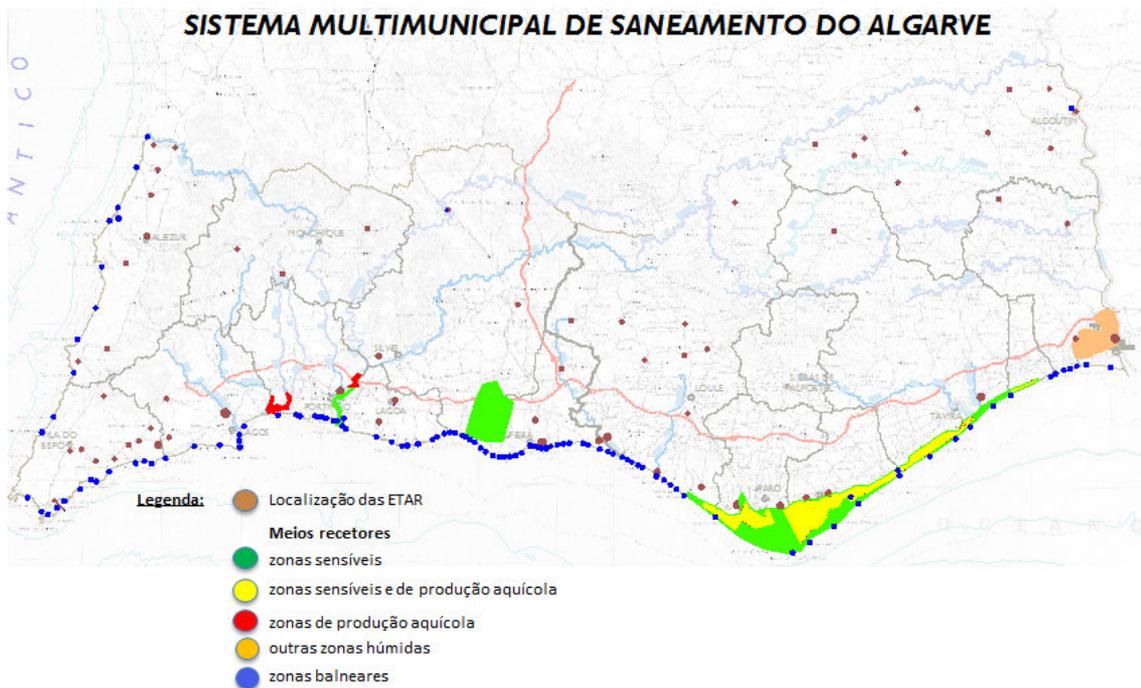
Volume de água residual tratada com desinfecção microbiológica (%)



Percentagem de volume de água residual tratada com desinfecção microbiológica

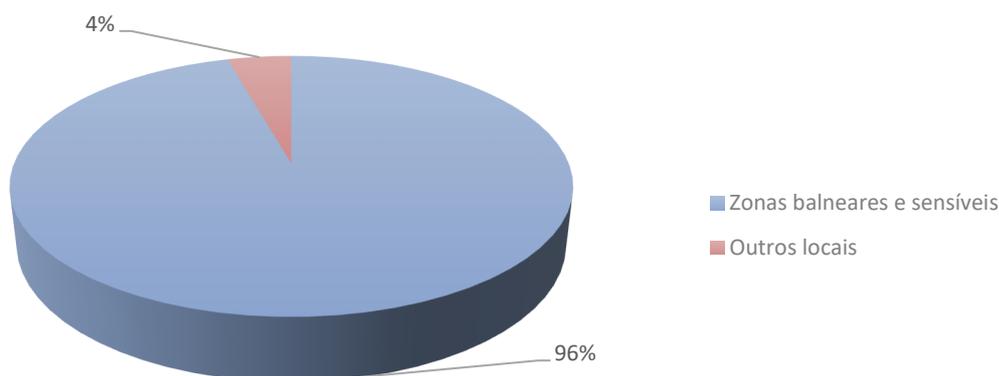
Localização das ETAR e dos meios recetores

A localização das ETAR e dos meios recetores mais vulneráveis em zonas sensíveis, zonas húmidas, zonas de produção aquícola e zonas balneares, são apresentadas na figura seguinte.



No que se refere à capacidade de tratamento instalada no SSAR, 96% dessa capacidade localiza-se junto a zonas sensíveis, balneares ou com produção aquícola.

Capacidade instalada, m³/dia (%)



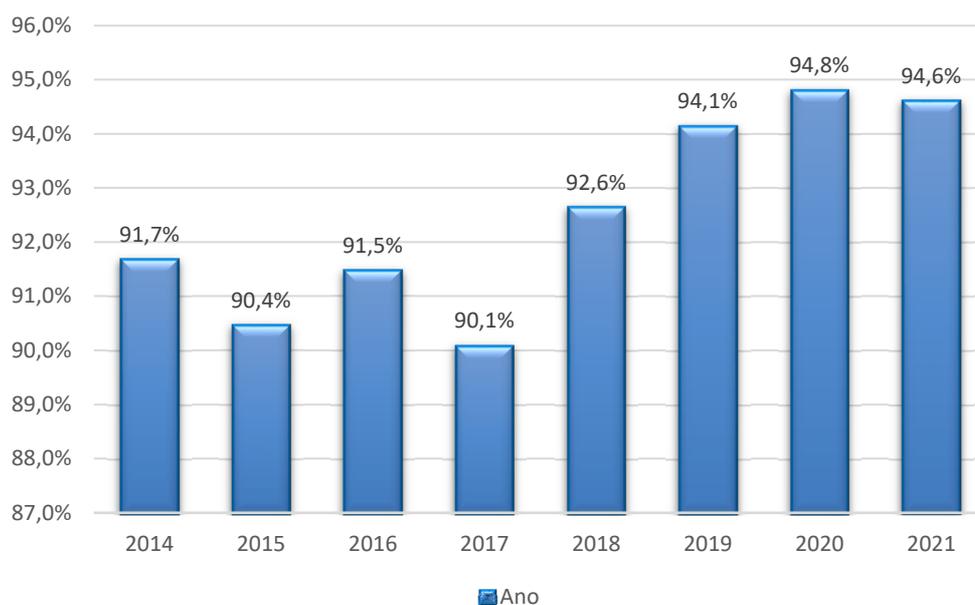
Capacidade instalada m³/dia em percentagem

Cumprimento dos parâmetros de descarga

Em 2021 efetuaram-se 9 975 determinações para controlo dos efluentes nas ETAR e nos respetivos meios recetores, no âmbito do estipulado nas licenças de descarga. A redução verificada deve-se à inclusão das ETARs de Faro Olhão, da Companheira e de Lagos, as quais est

O cumprimento dos parâmetros de descarga é apresentado na figura seguinte (2014-2021).

Cumprimento dos parâmetros de descarga (%)



Cumprimento dos parâmetros de descarga (%)

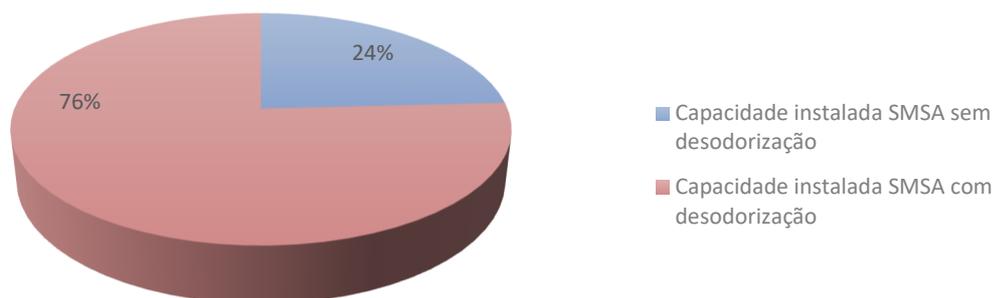
Para a ligeira deterioração do desempenho do indicador em 2021 contribuíram significativamente as ETARs de Faro/Olhão, da Companheira e de Lagos:

- Faro/Olhão – esta ETAR esteve sob a responsabilidade do empreiteiro até 31 de outubro de 2021, sendo que até lá tiveram de ser resolvidos diversos problemas com as etapas de desodorização e de desinfecção por UV.
- Companheira – problemas ao nível da etapa de desinfecção por UV, ainda não resolvidos pelo empreiteiro, à presente data, levam a que a ETAR tenha estado em incumprimento em 2021.
- Lagos – está em curso uma empreitada de remodelação desta ETAR; dado o calendário da mesma só em meados de 2023, estará concluída; até lá, é natural que ainda possa haver alguma degradação das condições de funcionamento da atual ETAR;

Sistemas de desodorização no SMSA

Nas figuras seguintes apresentam-se as ETAR (em função da capacidade instalada em habitante-equivalente) e EE com sistemas de desodorização.

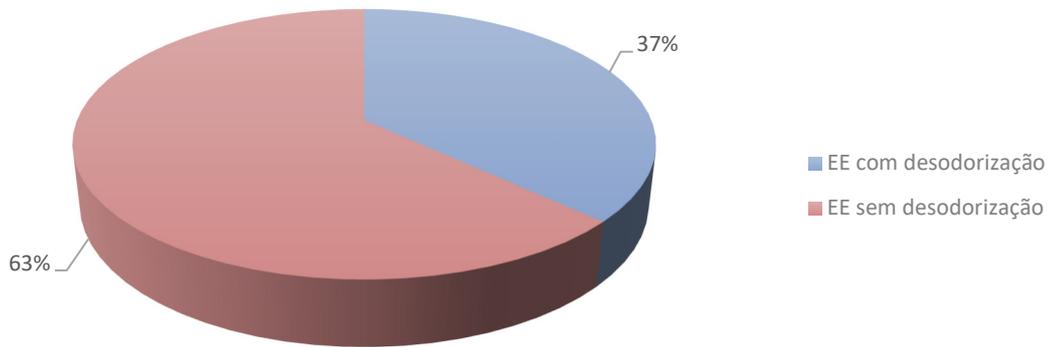
Sistema de Desodorização em ETAR - capacidade instalada (%)



Capacidade instalada de desodorização em ETAR (%)

Verifica-se que, no que respeita à capacidade instalada em habitantes-equivalente, 76% das ETAR têm sistemas de desodorização.

Sistema de Desodorização em EE (%)



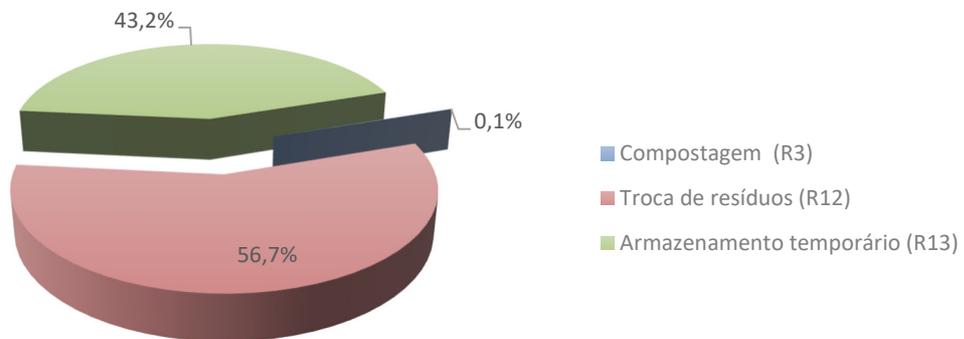
Sistema de desodorização em EE (%)

Relativamente às Estações Elevatórias, 71 têm sistemas de desodorização (37% do total).

Lamas

Em 2021 foram geradas e transportadas para destino final adequado 41 755 toneladas de lamas, representando um aumento de 11%, quando comparado com o valor de 2020 (37 527 toneladas).

Destino das Lamas (%)



As lamas têm como destino final preferencial as operações de valorização de resíduos R12 e R13.

Produção de biogás

A única instalação onde é feito o aproveitamento energético do biogás é a ETAR de Lagos. O volume de biogás e a energia produzida foram os seguintes:

- Volume de biogás produzido: 116 573 m³;

Não houve lugar à produção de energia, dado que o sistema de cogeração esteve fora de serviço, devido a avaria no sistema, e pelo facto de a ETAR de Lagos ir entrar em fase de obra.

3.4. Outros negócios

A Empresa obtém rendimentos complementares resultantes da venda de energia da produção por painéis solares, da prestação de serviços de análises do laboratório, da venda de Lixiviados e limpa-fossas e da renda de cabodutos.

4- Sustentabilidade

4.1. Enquadramento

A água é um recurso essencial à existência da vida no nosso planeta e ao desenvolvimento sustentável, com importância transversal no quadro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e assumindo um papel cada vez mais destacado no quadro da urgência da ação climática.

O Grupo AdP tem a Sustentabilidade no seu ADN e prossegue uma missão de serviço público, com uma visão de longo prazo, assente num modelo organizacional robusto e numa cultura ética forte, sustentando a sua atuação num compromisso com a melhoria do capital natural e humano e em benefício das populações atuais e das gerações futuras.

A profunda transformação que ocorreu em Portugal nas últimas décadas no setor do abastecimento de água e do saneamento veio elevar o padrão de qualidade e a cobertura destes serviços, estabelecendo e promovendo condições de saúde pública, de desenvolvimento económico e coesão regional e de preservação do ambiente.

Através das nossas Empresas de base regional e integrando a sustentabilidade nos alicerces da estratégia de gestão e como instrumento potenciador da criação de valor para todos os nossos stakeholders, também elevámos progressivamente o nosso contributo para a concretização dos ODS.

Na gestão da água o trabalho nunca está terminado e sobressai, em especial neste setor de serviços públicos essenciais, a enorme responsabilidade de antecipar cenários, avaliar riscos, desenvolver soluções e agir consequentemente.

Assim, cientes da responsabilidade que nos é dada pela nossa missão e por sermos o grupo Empresarial com maior impacto na vida dos portugueses, reforçamos a nossa capacidade de resposta aos desafios acrescidos associados às alterações climáticas, ao controlo da poluição e à proteção da saúde humana e do ambiente.

Assumimos a nossa quota-parte de responsabilidade em ambos os planos da ação climática: no que respeita à adaptação, dando ênfase à resiliência dos sistemas, ao estabelecimento de um modelo de economia circular que promova a eficiência hídrica, a reciclagem da água e a valorização de outros subprodutos de elevado valor ecológico e ainda à sensibilização para o valor da água e para o seu uso eficiente.

Quanto à mitigação, temos por objetivo atingir a neutralidade energética em 2030, através do programa ZERO, que envolve todas as Empresas e atividades do Grupo e integra a redução dos consumos energéticos e o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável.

A nossa estratégia de sustentabilidade até 2025 está apresentada no relatório de sustentabilidade consolidado do grupo Águas de Portugal.

O ano de 2021 voltou a ser um ano agitado e marcado pela Pandemia de COVID-19. Neste contexto de incerteza, prosseguimos o nosso caminho adaptando os processos internos por forma a não comprometer o respeito dos princípios da universalidade, qualidade de serviço e de eficiência.

“**Nunca parámos**”, levamos a cabo o nosso compromisso de prestar serviços críticos e essenciais de uma forma ininterrupta com o empenho e espírito de missão, dos/as nossos/as trabalhadores/as que, na linha da frente, garantiram a continuidade das operações.

Há semelhança do que fizemos em 2020, continuámos com o Plano de Contingência, readaptámos a operação, garantimos a segurança e saúde dos/as nossos/as trabalhadores/as, tanto das estruturas operacionais, como aos que podiam exercer as suas funções em trabalho remoto. Disponibilizámos EPI's adequados, desinfetantes, meios informáticos, entre outros. O apoio psicológico e a ginástica laboral, muito importantes em tempos de pandemia, foi mantido pelo Grupo AdP, como forma de minimização do impacto provocado pelas alterações laborais.

4.2. Stakeholders/Partes Interessadas

A Águas do Algarve, S.A. está consciente das suas responsabilidades enquanto entidade prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.



Deveres especiais de prestação de informação

A Águas do Algarve, S.A. cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência e assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*.

4.3. Gestão do Risco

No âmbito da primeira fase do projeto, em 2021 na Águas do Algarve, S.A. foi dada continuidade ao mapeamento dos 15 processos iniciais, identificados os eventos de riscos e os controlos implementados na sua mitigação. Pese embora trabalho já desenvolvido, a conclusão do mapeamento da totalidade de processos apenas será concluída no início de 2022.

Tendo sido finalizada a revisão do Manual de Controlo Interno do Grupo AdP e das Métricas de avaliação do SCI definidas, por forma a melhor adequá-los à realidade das Empresas do Grupo AdP e acomodar os conhecimentos adquiridos ao longo da implementação da primeira fase do projeto, prevê-se a sua aprovação

na Empresa no início de 2022, passando as MRC dos processos já mapeados, a fazer desde já, parte integrante do referido Manual de Controlo Interno.

Foi efetuada uma análise preliminar à maturidade do Controlo Interno da Águas dos Algarve, S.A., através da sistematização das respostas obtidas nos questionários submetidos, de modo a identificar o nível de conhecimento e a sensibilidade a esta matéria.

No seguimento, encontra-se prevista a continuação da revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, melhorar os conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados.

Paralelamente, será efetuado um teste à avaliação das métricas de avaliação do sistema de controlo interno definidas, por forma a obter uma visão preliminar da situação dos respetivos sistemas de controlo interno;

Concluída a implementação do modelo, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados dos testes aos controlos, nomeadamente os controlos chave, obtidos através das auditorias de controlo interno a realizar anualmente, permitirão a obtenção de informação que possibilitará aferir se as cinco componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da Águas dos Algarve, S.A. sobre o desempenho do SCl.

Será promovida a sensibilização e formação sobre o controlo interno, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, por parte da Empresa e nomeadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

As alterações acima indicadas conjugadas com a revisão e do Modelo de Gestão de Risco em vigor no Grupo AdP e na Águas dos Algarve, S.A., prevista para 2022, permitirão ao seu Conselho de Administração um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à atividade e que resultam da sua operação diária.

A existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na Empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na Empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCl encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir ao nível das categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na Empresa, conforme é visível abaixo.



- **Ambiente de Controle**

Deve refletir a importância CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. É o conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização.

Define o espírito da organização, influenciando a consciência que os outros trabalhadores têm para o risco.

É a base de todas as restantes componentes do SCI.

- **Avaliação dos Riscos**

Destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela instituição, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

- **Atividades de Controlo**

Atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos. Atividades recorrentes de controlo do processo.

Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração para mitigar os riscos na concretização dos objetivos são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas do processo de negócio e sobre o ambiente tecnológico.

As atividades de controlo podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.

- **Informação e comunicação**

Instituído para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da instituição.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é o processo contínuo que permite à equipa compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para o atingimento dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a Empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser levadas a sério. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

- **Monitorização de Atividades**

É executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

No âmbito da primeira fase do projeto, em 2021 na Águas dos Algarve, S.A. foi dada continuidade ao mapeamento dos 15 processos iniciais, identificados os eventos de riscos e os controlos implementados na sua

mitigação. Pese embora trabalho já desenvolvido, a conclusão do mapeamento da totalidade de processos apenas será concluída no início de 2022.

Tendo sido finalizada a revisão do Manual de Controlo Interno do Grupo AdP e das Métricas de avaliação do SCI definidas, por forma a melhor adequá-los à realidade das Empresas do Grupo AdP e acomodar os conhecimentos adquiridos ao longo da implementação da primeira fase do projeto, prevê-se a sua aprovação na Empresa no início de 2022, passando as MRC dos processos já mapeados, a fazer desde já, parte integrante do referido Manual de Controlo Interno.

Foi efetuada uma análise preliminar à maturidade do Controlo Interno da Águas dos Algarve, S.A., através da sistematização das respostas obtidas nos questionários submetidos, de modo a identificar o nível de conhecimento e a sensibilidade a esta matéria.

No seguimento, encontra-se prevista a continuação da revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, melhorar os conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados.

Paralelamente, será efetuado um teste à avaliação das métricas de avaliação do sistema de controlo interno definidas, por forma a obter uma visão preliminar da situação dos respetivos sistemas de controlo interno;

Concluída a implementação do modelo, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados dos testes aos controlos (nomeadamente, os chave) obtidos através das auditorias de controlo interno a realizar anualmente, permitirão a obtenção de informação que possibilitará aferir se os cinco componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da Águas dos Algarve, S.A. sobre o desempenho do SCI.

Será promovida a sensibilização e formação sobre o controlo interno, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, por parte da Empresa e nomeadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

As alterações acima indicadas conjugadas com a revisão e do Modelo de Gestão de Risco em vigor no Grupo AdP e na Águas dos Algarve, S.A., prevista para 2022, permitirão ao seu Conselho de Administração um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à atividade e que resultam da sua operação diária.

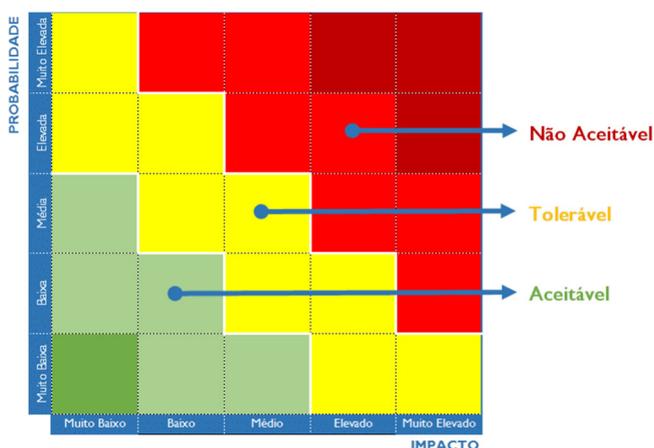
A existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na Empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na Empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O Modelo de Gestão do Risco Empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, também definido de acordo com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, conforme se observa em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCl instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

No âmbito do processo de gestão do risco Empresarial, os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela Águas dos Algarve, S.A., sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos

riscos da classe operacional e infraestrutura, além de ser assegurada pela Águas dos Algarve, S.A. e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Considerando a avaliação do risco efetuada em 2021, alguns dos principais riscos a que a Águas dos Algarve, S.A. se encontra exposta, são os seguintes:

(identificados no quadro “Riscos + Relevantes” do relatório de avaliação do risco Empresarial de 2021)

- **R.2.1.3 – Eventos climáticos extremos**

Danos nos ecossistemas, destruição de propriedade e/ou perda financeira em resultado de eventos climáticos extremos: frentes frias, incêndios, inundações, ondas de calor, seca extrema, tempestades e tornados, etc.

- **R.2.3.5– Falha das medidas de ciber segurança**

Infraestruturas e/ou medidas de segurança cibernética na organização ultrapassadas ou obsoletas, devido a cibercrimes cada vez mais sofisticados e frequentes, resultando em perturbações económicas e perdas financeiras para a organização.

- **R.2.3.6– Segurança da informação**

Risco de perda de confidencialidade, integridade e disponibilidade dos sistemas de informação, decorrente de uma inexistente ou inadequada definição de políticas de segurança da informação.

- **R.3.4.2 - Capacidade técnica e humana**

Risco de não atingimento dos objetivos definidos para a organização, decorrente da dificuldade na manutenção e gestão dos meios técnicos, humanos e financeiros adequados e suficientes para a operação do negócio.

- **R.3.4.5 - Infiltrações de saneamento em alta**

Risco de infiltrações ao longo da cadeia de saneamento "em alta", diminuição da capacidade de tratamento e perdas financeiras, por avarias e falhas não detetadas atempadamente, envelhecimento da infraestrutura e ausência de redes separativas.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e o responsável e respetivo plano de implementação. Consoante a duração do período de tratamento definido, poderão ser definidas datas de monitorização e os respetivos responsáveis, sendo o impacto das ações desenvolvidas aferido na avaliação subsequente efetuada.

De acordo com a metodologia implementada, concluída a avaliação do risco efetuada pela Empresa, o Conselho de Administração avalia a necessidade de identificar e/ou implementar ações corretivas, que devem ser monitorizados periodicamente, de forma a acompanhar a sua implementação, o impacto na mitigação dos riscos identificados e aferir o respetivo nível de controlo.

Risco Financeiro

Relativamente à componente financeira os riscos associados prendem-se sobretudo com eventuais erros ou imprecisões na Informação Económica e Financeira prestada aos acionistas e restantes *stakeholders*, bem como

aos riscos relativos a condições exógenas com impacto no desempenho das Contas da Empresa, concretamente variações nas taxas de juro, aumentos de preços, ou diminuição de procura por parte dos clientes.

4.4. Atividade Operacional

4.4.1. Laboratório

A atividade, e complexidade, do trabalho do Laboratório cresceu, de forma sistemática, ao longo dos anos pré-Covid, tendo-se registado um aumento do volume de colheitas e análises de cerca de 43%, entre 2015 e 2019. Em 2020 e 2021, e contrariando esta tendência, verificou-se um decréscimo de atividade devido, sobretudo, aos impactos da Crise COVID-19, em particular às limitações de pessoal em trabalho presencial e ao elevado absentismo que originaram reduções do número de análises legais e operacionais e constantes alterações no planeamento de análises dos diversos clientes. Todavia, apesar das flutuações, o Laboratório manteve sempre a sua equipa em trabalho presencial, ao longo de todo o ano, e assegurou a monitorização da qualidade da água no SMAAA, e origens, e no SMSA e respetivos meios recetores, como detalhado a seguir

Controlo da qualidade da água para consumo humano e respetivas origens

O controlo da qualidade da água destinada ao consumo humano é efetuado de modo a cumprir não só a legislação nacional aplicável, como também as orientações da Organização Mundial de Saúde, as especificações do Regulador ERSAR e do Plano de Segurança da Água (PSA/ ISO 22000), e ainda da Certificação do produto “Água para consumo humano”, segundo a Recomendação nº02/2011, da ERSAR.

A monitorização da qualidade da água para consumo humano, da Empresa Águas do Algarve, S.A., abrange o controlo legal e operacional e incide sobre as etapas de tratamento das 4 ETA e todos os pontos do sistema de adução, do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve (SMAAA).

De acordo com o definido nos Contratos de Concessão, para utilização dos recursos hídricos, e nas licenças de captação de águas subterrâneas e superficiais (no âmbito da Diretiva Quadro da Água), é também responsabilidade da AdA a monitorização da qualidade das águas de origem nas albufeiras de Odelouca, Sistema de Odeleite / Beliche e nos sistemas de captação de águas subterrâneas de Vale da Vila, Benaciate e JK8 (Lagos).

O controlo analítico necessário para garantir a qualidade da água captada, produzida e distribuída, pela AdA é efetuado pelo Laboratório, que garante a realização de todas as colheitas e análises incluídas nos diversos planos. Para a monitorização da qualidade da água do SMAAA e das respetivas origens, o Laboratório da AdA utilizou uma rede de amostragem com cerca de 270 pontos de colheita, tendo processado, em 2021, um total de cerca de 90.500 análises nas áreas técnicas de físico-química (FQ), microbiologia (MB) e biologia (BIO), em águas superficiais, subterrâneas e para consumo humano. Das análises realizadas no SMAAA, e respetivas origens, apenas 16% foram contratadas a laboratórios externos.

É ainda de salientar o arranque do flotador, o novo órgão de tratamento da ETA de Alcantarilha que originou um acréscimo significativo no número de colheitas e análises solicitadas ao Laboratório, durante o ano de 2021.

Controlo da qualidade de águas residuais

O controlo da qualidade das águas residuais do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve (SMSA) é efetuado de forma a garantir o cumprimento dos valores exigidos nas Licenças de Utilização dos Recursos Hídricos – Rejeição de Águas Residuais, de todas as Estações de Tratamento de Água Residual (ETAR) da AdA, e respetivos meios recetores.

A monitorização da qualidade das águas residuais incide sobre o controlo legal e operacional das ETAR que constituem o SMSA. Após a alteração do regime de exploração do Sistema de Saneamento (em Abril de 2020), o Laboratório da AdA foi, em 2021, responsável pelas colheitas e análises de âmbito legal das ETAR das 2 zonas do SMSA e também pelas colheitas e análises referentes aos planos de controlo operacional da ETAR de Faro-Olhão.

Para monitorização da qualidade das águas residuais, e meios recetores, o Laboratório da AdA utilizou uma rede de amostragem de cerca de 252 pontos de colheita, situados em ETAR's, (84%) e meios hídricos recetores (cerca de 16%).

O controlo da qualidade da água do SMSA, ao longo de 2021, implicou a realização de cerca de 18.800 análises, nas áreas técnicas de físico-química (FQ), microbiologia (MB) e biologia (BIO), das quais cerca de 10% foram contratadas a laboratórios externos. Na sequência da alteração do regime de exploração do Sistema de Saneamento, e também devido aos impactos da crise COVID-19, verificou-se que, face ao ano anterior, o volume de análises referentes ao SMSA não sofreu alterações significativas durante o ano de 2021.

Atividade complementar – venda de análises para clientes externos

O Laboratório da AdA encontra-se, desde 2012, habilitado para o exercício da atividade complementar de “realização de análises laboratoriais para clientes externos” na sequência de uma autorização do Concedente e ERSAR.

Ao abrigo desta autorização, o Laboratório da AdA tem vindo a prestar serviços de análises para clientes externos, nomeadamente para a Empresa Águas Públicas do Alentejo (AgdA), do Grupo AdP.

Qualidade da água – redes internas AdA

É também responsabilidade do Laboratório a monitorização da qualidade da água consumida internamente nas diversas instalações da AdA (água para consumo humano), através de uma rede que incluiu 82 pontos de colheita e no âmbito da qual se realizaram cerca de 3.000 análises, ao longo do ano 2021.

Métodos implementados no Laboratório da AdA

Com o objetivo de garantir a monitorização e controlo da qualidade da água, o Laboratório da AdA tem atualmente implementados 485 ensaios/determinações analíticas, que utiliza regularmente na análise dos diversos tipos de águas e subprodutos de tratamento.

Acreditação do Laboratório - norma NP EN ISO/IEC 17025

De modo a satisfazer as exigências regulamentares, e legais, aplicáveis ao setor Águas, o Laboratório da AdA encontra-se acreditado pelo IPAC, desde 2006, pela norma NP EN ISO/IEC 17025, com o certificado IPAC nº L0400.

O Laboratório da AdA mantém um total de cerca de 280 ensaios/determinações analíticas acreditadas - nas áreas técnicas de físico-química, microbiologia e biologia - para os produtos águas naturais, águas de consumo, águas residuais, balneares e piscinas. Adicionalmente, mantém a acreditação de colheita de amostras para os diversos parâmetros analisados nas águas para consumo humano e naturais (superficiais e subterrâneas).

Tal como em anos anteriores, e de forma a garantir uma resposta contínua às exigências de controlo de qualidade da água, o Laboratório tem vindo a adequar a acreditação de parâmetros às normas e Legislação em vigor. Com este fim, foi submetido ao IPAC, em 2021, um pedido de extensão do âmbito da acreditação para adequação de alguns ensaios e colheita de amostras às novas exigências de monitorização de qualidade das águas.

Controlo de qualidade externo do Laboratório

O Laboratório participa anualmente em ensaios de intercomparação laboratorial (EIL), considerados como a principal ferramenta de controlo de qualidade externo de análises. Este tipo de ensaios permite comparar os desempenhos entre Laboratórios, a nível mundial, e assim garantir e evidenciar a qualidade das análises efetuadas no Laboratório. Para além de dar cumprimento a um dos requisitos da norma de acreditação (ISO 17025), os resultados destas participações permitem também validar as metodologias dos ensaios acreditados, bem como os técnicos que as executam, calcular as incertezas das medições e evidenciar a fiabilidade dos resultados. À semelhança dos anos anteriores, o Laboratório da AdA manteve, durante o ano de 2021, um desempenho muito bom nas várias participações em EIL's.

Colaborações, Protocolos e Projetos

O Laboratório da AdA integra, desde 2006, a Equipa da ISO 22000 / Plano de Segurança de Água (PSA) da AdA, assumindo a co-coordenação da referida Equipa (ESA). Participa ainda no projeto de Certificação do Produto "Água para consumo humano", de acordo com a Recomendação ERSAR 02/2011.

No que respeita a participações em Comissões Técnica (CT), o Laboratório da AdA manteve a sua colaboração com os vários grupos de trabalho promovidos pela RELACRE – Associação Portuguesa dos Laboratórios Acreditados – com o objetivo de estudar e debater os problemas específicos dos laboratórios, nomeadamente os relacionados com a gestão, a qualidade dos resultados e a elaboração de guias e documentos técnicos de trabalho.

À semelhança do efetuado em anos anteriores, manteve-se durante o ano de 2021 uma estreita colaboração com instituições de ensino, nomeadamente Universidades e Escolas, através da qual foram executados estágios curriculares de licenciatura e mestrado, e planeados estágios para 2022.

O Laboratório participou ainda em projetos de I&D da AdA identificados no ponto B.4.7 deste Relatório.

4.4.2. Manutenção

4.4.2.1. Manutenção no Abastecimento de Água

Na área de negócio – abastecimento de água para consumo humano, no ano de 2021 os Serviços de Manutenção da área água, afeto à Direção de Gestão de Ativos, deram continuidade ao trabalho desenvolvido nos anos anteriores, dentro dos objetivos traçados para este serviço, de acordo com a legislação em vigor e com as normas internas da Empresa, de modo a consolidar as certificações em qualidade, ambiente, segurança, responsabilidade social e HACCP no âmbito de construção, exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve e certificação do produto água para consumo humano em alta.

A Prestação de Serviços de Manutenção é efetuada em regime de Outsourcing.

No ano de 2021 continuou a vigorar o Contrato de Prestação de Serviços com a Empresa BE WATER, S.A., que teve início a 1 de outubro de 2020, com uma duração total de 3 anos.

Devido à continuação em 2021 da pandemia do COVID-19, com os regimes de confinamento e restrições verificadas ao longo do ano, os Serviços de Manutenção redefiniram prioridades de atuação de forma a garantir a operacionalidade das instalações.

Para os técnicos de gestão foi dada prioridade ao teletrabalho, com deslocação às instalações apenas para fazer trabalho imprescindível e para os técnicos operacionais foram criadas condições de segurança e higienização de forma a minimizar eventuais contaminações.

No ano de 2021 realizaram-se 15.429 intervenções de manutenção, abrangendo 4 ETA's, 33 estações elevatórias, 72 pontos de entrega, 18 furos de captação e 425km de adutores, com um total de 13.765 equipamentos ativos.

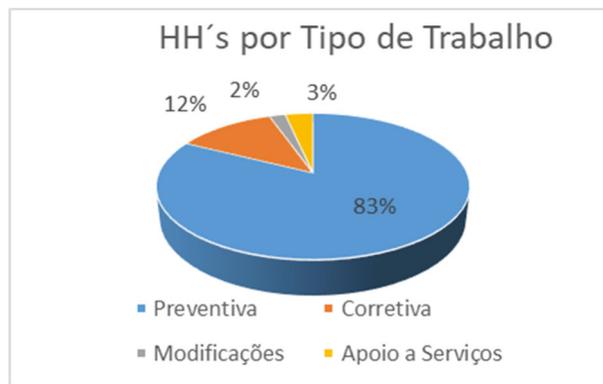
Com recurso às medidas e meios de prevenção, segurança e condições higienização, em 2021 foram retomadas quase na totalidade, as Revisões Preventivas de acordo com o plano existente

Assim, em 2021, na área de negócio água, a Águas do Algarve, S.A. conseguiu um cumprimento do plano de manutenção preventiva em 91%, voltando aos valores habituais antes da Pandemia.

De salientar o esforço efetuado, mesmo com as restrições da pandemia, no sentido de manter toda a instrumentação analítica (325 equipamentos) em perfeito funcionamento e dentro dos critérios de aceitação estabelecidos, de modo a dar cumprimento aos requisitos do Sistema de HACCP e da Certificação do Produto. Para tal foram realizadas nestes equipamentos 6.336 intervenções Preventivas e 204 intervenções Corretivas, que originaram 21.316 ensaios comparativos com Equipamento Padrão.

Nos gráficos seguintes, apresenta-se a distribuição do número de horas gastas por tipos de trabalho realizados e o número de ordens de trabalho por grau de urgência.

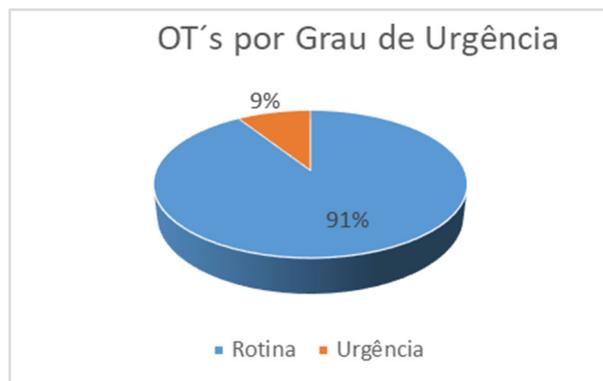
Mão-de-Obra (Horas x Homem – HH's) utilizada, distribuída por "Tipo de Trabalho"



HH's por Tipo de Trabalho – abastecimento

Tipo de Trabalho	HH's
Preventiva	68 842
Corretiva	10 148
Modificações	1 643
Apoio a Serviços	2 852
Total	83 485

N.º de Ordens de Trabalho (OT's), distribuída por "Grau de Urgência"



OT's por Grau de Urgência – abastecimento

Urgentes

Grau 1 – execução em 24H

Grau 2 – execução em 48H

Rotina

Restantes Graus de Urgência

Tipo de Trabalho	OT's
Rotina	14 005
Urgência	1 395
<i>Total</i>	<i>15 400</i>

Relativamente aos anos anterior, continuou-se a verificar uma estabilização dos valores percentuais da mão-de-obra utilizada em manutenção preventiva em 83% e de 12% para a manutenção corretiva (neste caso + 1% que em 2020), sendo que em valores absolutos houve um aumento de 12.901 horas x homem (HH's) em relação à mão-de-obra utilizada em 2020, resultante do esforço da normalização da atividade de manutenção, embora ainda em contexto de pandemia, e à nova equipa definida no novo Contrato de Manutenção que se iniciou em outubro de 2020 (com o reforço de técnicos em algumas especialidades).

Recorde-se que em 2020, no período mais crítico da pandemia e com a utilização de menos mão-de-obra efetiva, verificou-se uma aposta na intensificação das inspeções de rotina (incluídas na manutenção preventiva) o permitiu que a relação percentual de manutenção preventiva e corretiva se mantivesse muito próxima da de anos anteriores e também de 2021.

Como já referido anteriormente, em 2021, na área de negócio água, conseguiu-se um cumprimento do plano de manutenção preventiva em 91%, o que representa o regresso aos valores habituais antes da pandemia, depois de em 2020 termos tido cumprimentos de apenas 77% devido às restrições mais apertadas no início da pandemia do COVID-19

O número de intervenções Urgentes (com prazo de reparação imediato ou até 48 horas) reduziu em 3% em relação ao ano anterior, fixando-se agora em 9%. Este aumento justifica-se pela retoma de ordens de trabalho das revisões preventivas, geralmente classificadas como de rotina, com prazos de resposta mais dilatados no tempo.

Atendendo à idade das infraestruturas, na maioria com mais de 20 anos, é espectável que comecem a surgir necessidades de substituição de equipamentos, quer por avaria quer por perda de rendimento. Os Serviços de manutenção em conjunto com os outros serviços integrados na Direção de Gestão de Ativos estão atentos a esta situação e têm vindo a identificar necessidades de investimento de substituição/remodelação, algumas já calendarizadas.

Exemplos de intervenções mais complexas:

Das 12 Roturas em Conduitas do SMAAA que ocorreram em 2021, destacamos 3 delas pela sua dimensão e particularidades dos meios envolvidos:

Reparação de Rotura em troço subaquático do Ramal de abastecimento às Ilhas da Armonia e Culatra

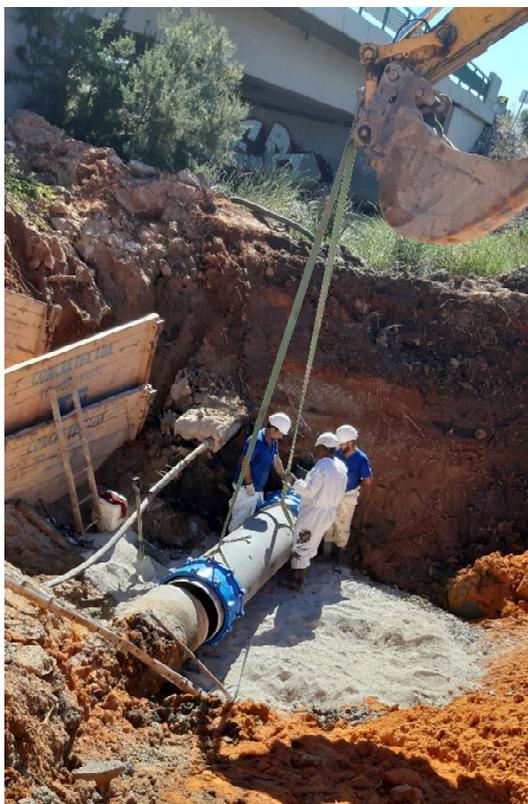


Reparação de fuga em conduta de PEAD DNI 60 localizada na travessia entre as Ilhas da Armonia e da Culatra, em zona permanentemente submersa.

Reparação efetuada com recurso a

mergulhadores e flutuadores.

Reparação de Rotura junto da Ponte da Esteveira – concelho de Castro Marim



Reparação de fuga em conduta de Fibrocimento DN600, com acesso dificultado pela proximidade do talude de viaduto rodoviário e com a ribeira da

Esteveira sob influência dos níveis de maré.

Foi necessária a criação de placas de entivação, criação de plataformas de acesso e compactação do solo lodoso.

Substituição do troço danificado por Tubo em FFD DN600 com duas juntas Multidiâmetro para a ligação FFD/FC.

Revisão geral e beneficiação do Grupo Eletrobomba D da E.E. da ETA de Alcantarilha



Desmontagem para manutenção e beneficiação da Bomba.

Melhoria com a alteração da linha de água de arrefecimento dos rolamentos da bomba, que estava a ser encaminhada para dentro do corpo e provocou muita corrosão no interior.

O corpo foi todo decapado e pintado, foi substituído o empanque ensebado por empanque mecânico de cartucho e desviada a água de arrefecimento dos rolamentos.

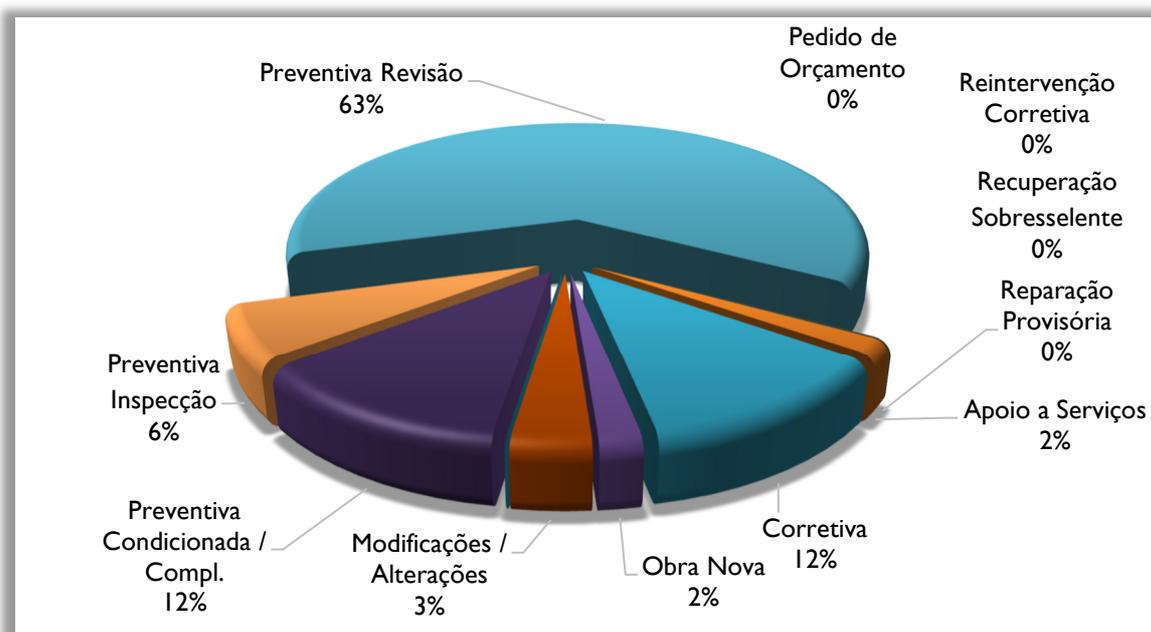
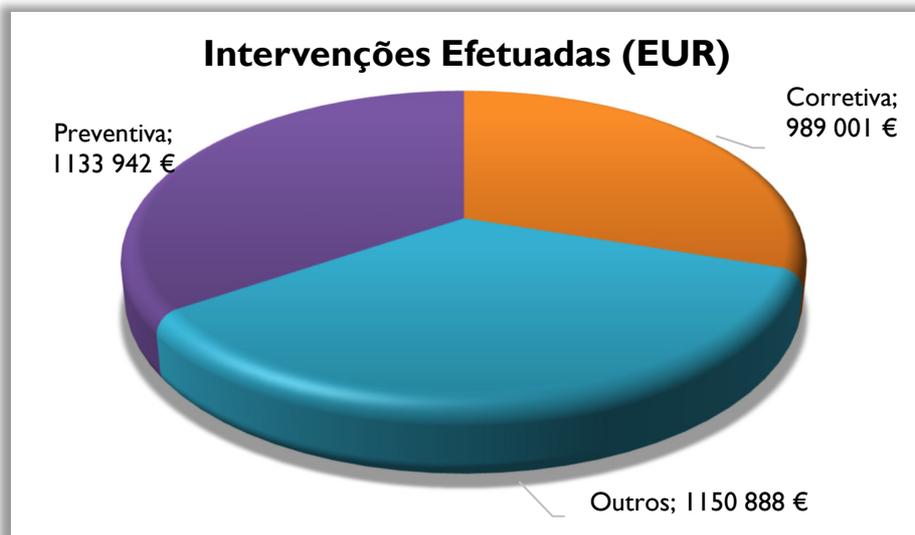
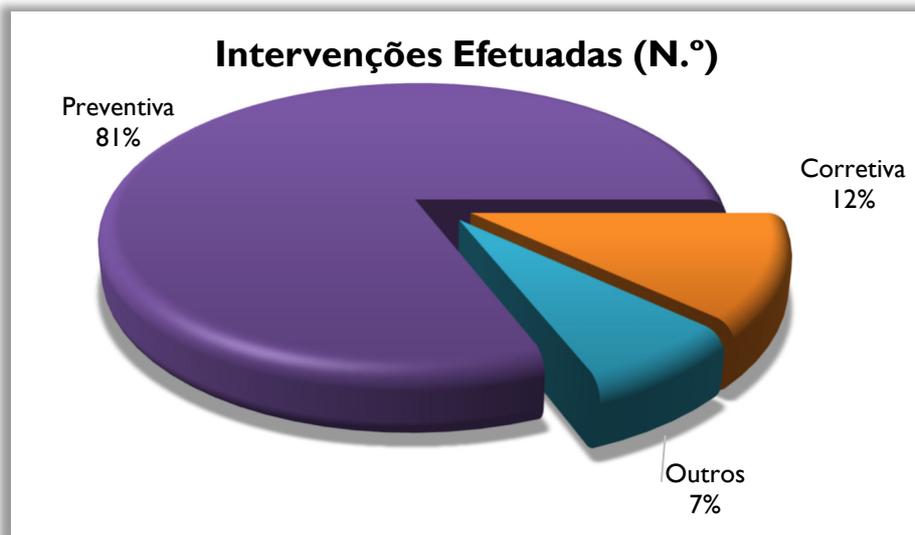
Apoio interno entre áreas:

Além da atividade de manutenção, os Serviços de Manutenção da Direção de Gestão de Ativos também têm contribuído com o seu apoio em vários projetos e obras em curso nas instalações da Águas do Algarve, com especial destaque em 2021 para as obras de construção e arranque do Flotador na ETA de Alcantarilha e para a obra de implementação da nova Telegestão das instalações de tratamento e abastecimento de água de todo o SMAAA.

4.4.2.1. Manutenção no Saneamento

Manutenção Saneamento

No âmbito de todas as instalações de saneamento que integram o SSAR, no ano de 2021, apresenta-se nos diagramas seguintes a informação mais relevante, no que se refere à atividade de manutenção:



Agrupamento por Tipo de Equipamentos instalados nos Subsistemas de Saneamento da AdA:

Tipo de equipamentos	N.º
GRUPOS GERADORES	170
GRADES MECÂNICAS	481
AUTOMAÇÃO E COMUNICAÇÕES (Supervisão, Telegestão, Automatos, PC, etc.)	849
EQUIPAMENTOS ELEVAÇÃO CARGAS (Pontes Rolantes, Gruas, etc.)	538
OUTROS	1154
ELETROMECAÂNICOS (A/C, Agitadores, Ventiladores, Compressores, etc.)	1574
INSTRUMENTAÇÃO (Sondas, Medidores Caudal, Analizadores, etc.)	1409
SEGURANÇA (Extintores, Pontos Ancoragem, etc.)	1135
EQUIPAMENTOS ELEVAÇÃO LIQUIDOS Bombas Centrífugas, Bombas Doseadoras, Motobombas, etc.	1813
ESTRUTURAS (Orgãos ETAR/EE, Conduatas, Caixas Visita, etc.)	6712
ELÉTRICOS (Quadros Potência/Comando, Variadores, Postos Transformação, etc.)	3032
MECÂNICOS HIDRAULICOS (Válvulas, filtros, etc.)	5064

4.4.3. Investimento

A componente de investimentos tem-se revelado de elevada importância na continuidade do bom nível de serviço prestado à região do Algarve e na concretização dos compromissos assumidos para o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve.

Por outro lado, registando-se um decréscimo dos valores de precipitação registados na Região do Algarve, torna-se fundamental tomar medidas que visem mitigar a escassez hídrica e assegurar a resiliência necessária aos efeitos das alterações climáticas.

Assim foram definidas um conjunto de medidas no âmbito do Plano de Regional de Eficiência Hídrica do Algarve (PREH), as quais visam a mitigação da escassez e a resiliência aos episódios de seca promovendo a manutenção da disponibilidade de água e a qualidade de serviço.

Assim, no ano de 2021, foi contemplado no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) um conjunto de investimentos que caberá à Águas do Algarve, S.A. executar e têm como objetivo, em primeira linha, privilegiar a adoção de medidas do lado da procura através do recurso à utilização de origens alternativas, como sejam as águas residuais tratadas e, em segunda linha, de medidas que permitam superar os períodos de seca prolongada, promovendo o aumento das disponibilidades hídricas da região, recorrendo à otimização da exploração das infraestruturas existentes (de adução em alta e de armazenamento) e ao reforço das origens de água.

Estes investimentos traduzem-se na materialização das seguintes submedidas:

- a) **Submedida SM4 – Promover a utilização de Água Residual Tratada (ApR)**, através da identificação de potenciais utilizadores desta origem de água não potável, sobretudo em atividades económicas ligadas ao turismo e agricultura e espaços públicos. Para as áreas com maior potencial será desenvolvida a afinação do tratamento das estações de tratamento de águas residuais para um nível de qualidade compatível e serão construídas infraestruturas de elevação, armazenamento e distribuição de modo a permitir a substituição de outras origens de água potável ou o uso de captações próprias, no cumprimento do regime jurídico que regulamenta a produção de ApR, bem como a sua utilização, por forma a promover a sua correta utilização e a evitar efeitos nocivos para a saúde e para o ambiente, seguindo as orientações da proposta do Regulamento Europeu sobre esta matéria.
- b) **SM5 – Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes e reforçar com novas origens de água**, nomeadamente reforçando a ligação entre os sistemas de abastecimento de água do Sotavento/Barlavento Algarvio, reforçando as aflúências à albufeira de Odeleite e otimizando a exploração da sua capacidade de armazenamento,

nomeadamente, permitindo a exploração de parte do seu volume morto. Prevê-se, designadamente, o reforço das aflúncias à albufeira de Odeleite através de uma captação no rio Guadiana;

- c) **SM6 – Promover a dessalinização de água do mar**, através de uma instalação de dessalinização que complemente as outras medidas de reforço da oferta e que permita modularidade e a possibilidade de incrementos adicionais de disponibilidade de água, para mitigação de riscos futuros. Esta infraestrutura prevê a instalação de um sistema de produção de energia fotovoltaica de modo a assegurar a mitigação das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da produção de água por esta via

Em termos de valores de investimento global previstos para as várias submedidas, o mesmo totaliza o valor estimado de 143 M€, e distribuído da seguinte forma:

Submedida	2021	2022	2023	2024	2025	Total (M€)
SM4 – Promover a utilização de Água residual tratada para Reutilização (ApR)	0.1	1.1	6.4	7.0	8.3	23
SM5 - Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes, reforçar com novas origens de água	0.0	7.4	24.6	21.2	21.8	75
SM6 Promover a dessalinização de água do mar	0.1	0.3	0.9	29.3	14.5	45
Total	0.3	8.8	31.9	57.5	44.6	143

De salientar que no ano de 2021 os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis atingiram o valor de 7,3 milhões de euros, correspondente a uma realização física de 48% face ao orçamento inicialmente previsto para o ano, o que em muito contribuiu o facto de não se ter concretizado a integração das infraestruturas de VRSA, que estavam previstas para dezembro de 2020 e que não se conseguiu concretizar no decorrer do ano de 2021, assim como pelo facto de não ter sido possível a contratualização da empreitada “*Fases de Reforço de Adução a Loulé - Ligação ao Reservatório Intermediário*” e os atrasos verificados no início das empreitadas da “*Central de Secagem Solar de VRSA*” e “*Reabilitação da ETAR de Lagos*”.

Investimento no Sistema de Abastecimento de Água

Durante o ano de 2021, com o objetivo de serem cumpridos os objetivos traçados para o Sistema de Abastecimento de Água, foi realizado um investimento total de cerca de 3,7 milhões de euros, em que em muito contribuiu a execução física de empreitadas como:

- Beneficiações da ETA de Alcantarilha;
- Reformulação do sistema de telegestão do SMAAA - Fase I;
- Nova Reserva do Barlavento.



Nova Reserva do Barlavento

Investimento no Sistema de Saneamento de Águas Residuais

No ano de 2021, relativamente ao Sistema de Saneamento, foi executado um investimento de cerca de 3,3 milhões de euros, para o qual contribuiu a continuidade de empreitadas, das quais se destacam:

- a. Reabilitação das EEAR de Faro e de Olhão
- b. Reparações e Melhorias em Infraestruturas de Saneamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve – 1º contrato;
- c. Conceção-Construção da ETAR de Faro-Olhão;
- d. Reabilitação do Intercetor Ibis-Aeroporto (Lote A);
- e. Reparação do Emissário Submarino do Carvoeiro.

Foram ainda iniciadas as empreitadas de:

- a. Desativar a ETAR do Rogil e do Carrascalinho e respectivos emissários;
- b. Reabilitação da ETAR de Lagos;
- c. Central de secagem solar de lamas da ETAR da de Vila Real de Santo António;
- d. Empreitada de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR da ETAR VRSA - Fase I;
- e. Construção da Nova Reserva do Barlavento;
- f. Reparação do Túnel de Descarga de Fundo e Caleira Perimetral da Barragem de Odelouca



Início dos trabalhos de Reabilitação da ETAR de Lagos

No que diz respeito à elaboração de Estudos e Projetos, no ano em análise, deu-se continuidade à sua contratação a Empresas da especialidade, dando-se como exemplo a contratação do projeto referente à *“Elaboração do Projeto de Execução das Empreitadas de Reforço da Interligação Barlavento/Sotavento”*, cujo investimento é considerado de relevância estratégica para a Águas do Algarve, S.A., no âmbito do Ciclo Urbano da Água.

Perspetivas de investimento para 2022

O ano de 2022 continuará a ser um ano muito importante para a Águas do Algarve, S.A. estando previsto um total de investimento em empreitadas de cerca de 22,3 milhões de euros.

As obras mais importantes a realizar, em 2022, são:

Sistema de Abastecimento de Água

- Fases de Reforço de Adução a Loulé – Ligação ao Reservatório Intermédio (início);
- Fases de Reforço de Adução a Loulé – Fase III (início);
- Sistema de Elevação de água para o Túnel Odeleite-Beliche;
- Nova Reserva do Barlavento (continuação).

Sistema de Saneamento de Águas Residuais

- Desativar a ETAR do Rogil e do Carrascalinho e respectivos emissários (continuação);
- Reabilitação da ETAR de Lagos (continuação);

- Empreitada de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR da ETAR VRSA - Fase I;
- Central de secagem solar de lamas da ETAR de Vila Real de Santo António;
- Reparações e Melhorias em Infraestruturas de Saneamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve – 2º contrato

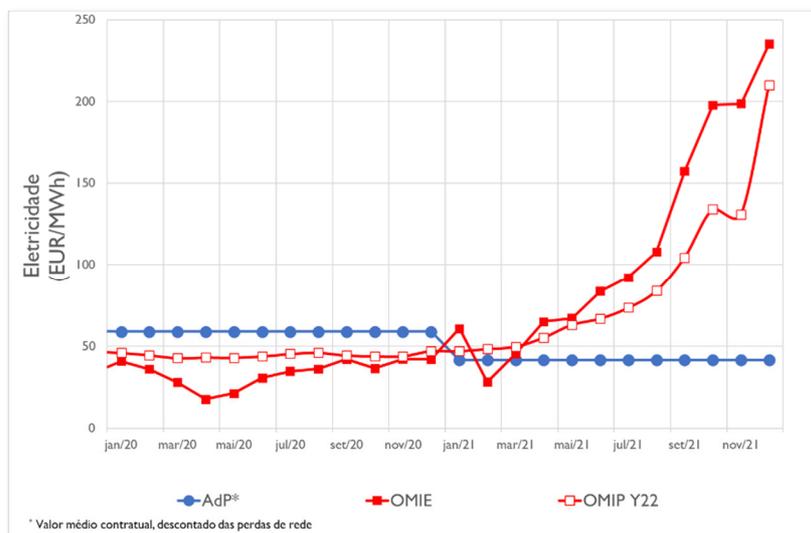
4.4.4. Gestão de Energia

A energia no Grupo AdP

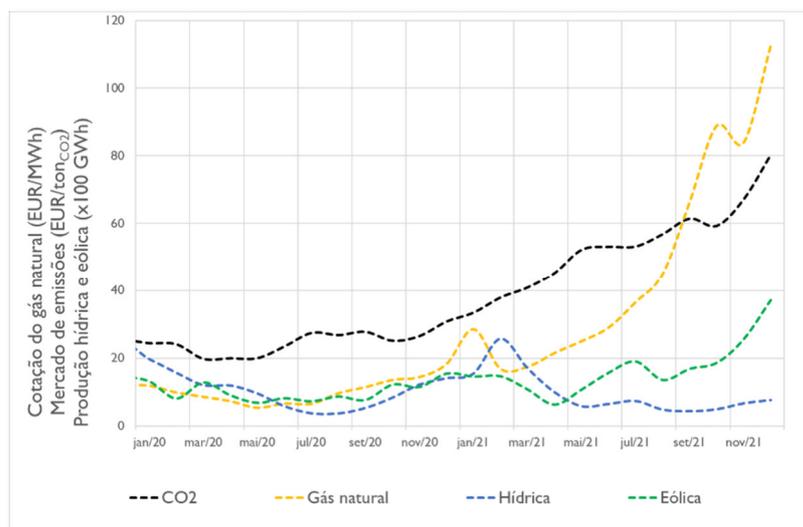
O preço da energia elétrica em Portugal

Em 2021 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 111,99 €/MWh (de 33,99 €/MWh em 2020), tendo as cotações no OMIE atingido valores máximos históricos, em particular ao longo do 2.º semestre.

A figura seguinte traduz a evolução do preço da energia no mercado ibérico nos anos de 2020 e 2021.



Analisando as componentes que influenciam o preço da energia, destacam-se o aumento quase exponencial do preço do gás natural (+364,7%) e o aumento da cotação média do CO₂ (+116,0%), que atingiram valores máximos históricos de 138,48 EUR/MWh e de 89,00 EUR/ton CO₂ para as cotações do gás natural e do CO₂, respetivamente.



Este aumento da cotação da eletricidade no mercado ibérico foi acompanhado nos mercados diários europeus, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Varição da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	Cotação média em 2021 (EUR/MWh)	Cotação média em 2020 (EUR/MWh)	2021/ 2020
Portugal	111,99	33,99	229,5%
Alemanha	96,85	30,47	217,8%
França	109,17	32,20	239,0%

A variação dos preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2022, teve um ritmo semelhante, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Varição da cotação média da energia elétrica (mercado futuro diário)	Cotação média em 2021 (EUR/MWh)	Cotação média em 2020 (EUR/MWh)	2021/ 2020
Portugal	90,04	44,51	102,3%
Alemanha	90,15	43,67	106,4%
França	96,68	46,09	109,8%

No ano de 2021, o consumo nacional foi de 49.512 GWh, superior em 1,4% face a 2020. De notar que 2020 foi o ano com menor consumo da década em resultado do confinamento provocado pela pandemia do Covid-19.

O consumo foi satisfeito em 59,7% com produção de origem renovável, ligeiramente superior aos 59,0% verificados em 2020. Comparativamente ao ano anterior, a produção hídrica foi de -4,8% - e o índice de produtividade hidroelétrica foi de 0,93 (-4,1% face a 2020) - e a produção de energia eólica foi de +7,1%.

A produção térmica, entre 2020 e 2021, apresentou um decréscimo de 11,6% no gás natural e um decréscimo de 18,2% na cogeração, também a produção com base em carvão reduziu em 67,5%, sendo de apenas 1,4% a sua importância no consumo de 2021. Recorda-se que em 2022 todas as centrais a carvão existentes em Portugal interromperam a produção de energia elétrica.

O saldo com o exterior foi importador em 9,6% do consumo, superior ao verificado em 2020, 3,0%. Em termos meteorológicos, a temperatura média de 2021 foi de 15,67° C, inferior em 0,55° C relativamente a 2020, o que terá aumentado as necessidades de consumo por aquecimento.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso das Empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante as Tarifas de Acesso a Redes (TAR), fixadas pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes a cargo dos respetivos operadores, são incluídos os custos de política energética, ambiental ou de interesse económico geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário e as convergências tarifárias regionais.

De acordo com a ERSE, em 2021 as TAR subiram apenas nos fornecimentos em baixa tensão (+6,2%). Em 2022 as TAR terão uma redução muito significativa: -94,0% em AT e MT, -65,6% em BTE e -52,2% em BTN. Esta diminuição das TAR, para todos os níveis de tensão, resulta do facto dos CIEG (Custo de Interesse Económico Geral) se traduzirem em 2022 num benefício para o sistema.

Em 2020, o Grupo celebrou um contrato de fornecimento de eletricidade em AT, MT e BTE - para 2021 e 2022 - com uma redução média de -30,7% face ao contrato vigente em 2020, tirando partido da forte descida das cotações dos mercados elétricos ocorrida em março de 2020.

O ano de 2021 ficou marcado por uma subida ímpar dos preços de energia, o que impediu o sucesso da contratação antecipada do Grupo com um preço base exigente, que se materializou em 2 processos de concurso, obrigando ao lançamento de um terceiro concurso sem preço base, mas apenas por um ano, de que resultou o atual valor contratualizado (+163,7% face ao contrato terminado em 2021).

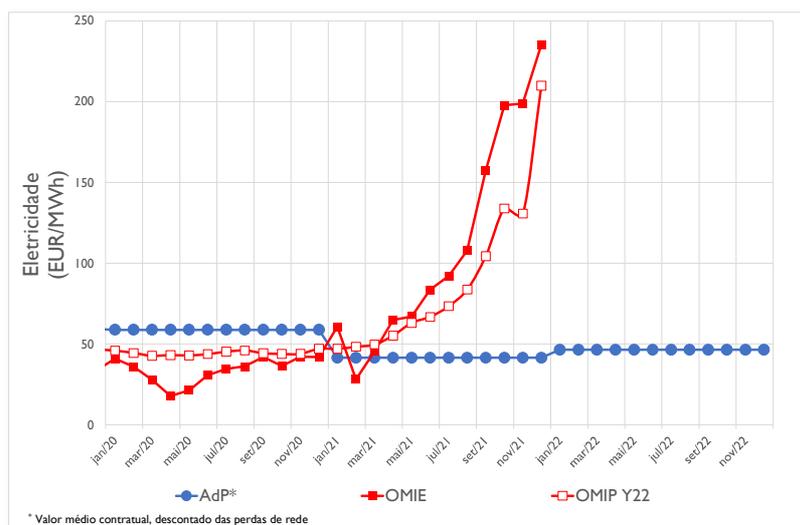
Em resultado das fortes alterações do custo da energia de mercado entre 2020 e 2022, fruto de uma redução acentuada em AT, MT, e BTE no fornecimento em 2021 e 2022 (obtido através de concurso de compras centralizadas que teve como inovação apresentar preço base) e de um aumento em BTN no fornecimento para 2022, acompanhado da forte redução das TAR em 2022, prevê-se que a fatura elétrica do Grupo se reduza em 33,58 milhões de euros entre 2020 e 2022 (-44,9%).

O consumo de energia elétrica no Grupo AdP

Sendo o consumo de energia elétrica indissociável da atividade das Empresas do Grupo Águas de Portugal, constitui uma parcela substancial dos gastos das entidades gestoras de abastecimento de água e/ ou de saneamento de águas residuais, com um peso muito significativo nos FSEs e com uma repercussão direta nas tarifas praticadas nos serviços de água e saneamento.

O ano de 2021 foi caracterizado por uma pressão inflacionista, associado ao aumento do consumo originado pelas poupanças acumuladas, à evolução dos preços das matérias-primas e da energia, com constrangimentos nas cadeias de abastecimento na sequência da reabertura das economias. A partir de meados de 2021 essa evolução acentuou-se, e foi mais evidente para o preço do gás natural, que no mês de dezembro de 2021 registou um valor médio 999,0% superior ao valor médio registado do ano de 2020. Este aumento deve-se sobretudo às restrições à importação de gás proveniente da Rússia, acompanhado de baixas reservas de gás natural na Europa. No conjunto do ano de 2021, o preço do gás natural registou um aumento de 364,7%, comparando com o valor médio registado no ano anterior. Também as cotações do mercado de emissões sofreram um aumento significativo no segundo semestre. Em resultado, no ano de 2021 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 111,99 €/MWh (tendo sido 33,99 €/MWh em 2020).

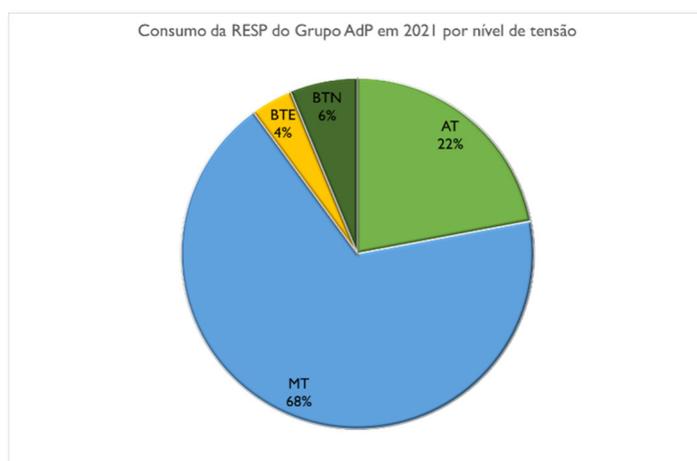
A figura seguinte traduz a evolução do preço da energia nos mercados ibéricos OMIE, o preço do futuro de energia para 2022 (OMIP Y22) e a curva dos contratos de fornecimento de energia celebrados pelo Grupo AdP ao longo dos anos de 2020, 2021 e 2022.



Refira-se que, com base nos dados de faturação (quase finais), os consumos elétricos do Grupo AdP reduziram entre 2021 e 2020, cifrando-se neste ano em 736,37 GWh (-1,3% do que em 2020).

Destes, 710,07 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a -1,6% do que em 2020 e 26,30 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+7,8% do que em 2020). Este valor de 710,07 GWh resulta do fornecimento dos comercializadores de 708,12 GWh e do fornecimento pela REN no âmbito do projeto piloto de Reserva de Regulação de 1,95 GWh.

A figura seguinte apresenta o consumo da RESP do Grupo AdP em 2021 por nível de tensão: 22,0% em alta tensão (AT), 68,0% do consumo é em média tensão (MT), 3,8% em baixa tensão especial (BTE) e 6,2% em baixa tensão normal (BTN).



No ano de 2021 merece destaque a produção própria de energia, seja para injeção na rede elétrica seja para autoconsumo. Os dados de 2021 apontam para uma produção de 36,60 GWh/ano (+2,5% face a 2020). Em termos de autossuficiência energética, o Grupo AdP atingiu cerca de 5,0% do seu consumo total de energia (foi de 4,8% em 2020).

Registo ainda para a produção de energia para venda à RESP que, em 2021, totalizou 10,30 GWh (-8,8% do que em 2020).

Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2020 foi de 699,77 GWh, que representa uma variação de -1,5% do que em 2020, em que o saldo foi de 710,30 GWh.

Em termos de emissões de CO₂, a produção própria de energia possibilitou uma redução de 8.858 toneladas, o que representa um aumento de -282 toneladas face a 2020 (+3,1%).

Em termos nacionais e relativamente a 2021, o Grupo AdP é um dos maiores consumidores de energia do país (representando 1,5% do consumo total de energia elétrica a partir da RESP), e o maior em termos de pontos de ligação à rede.

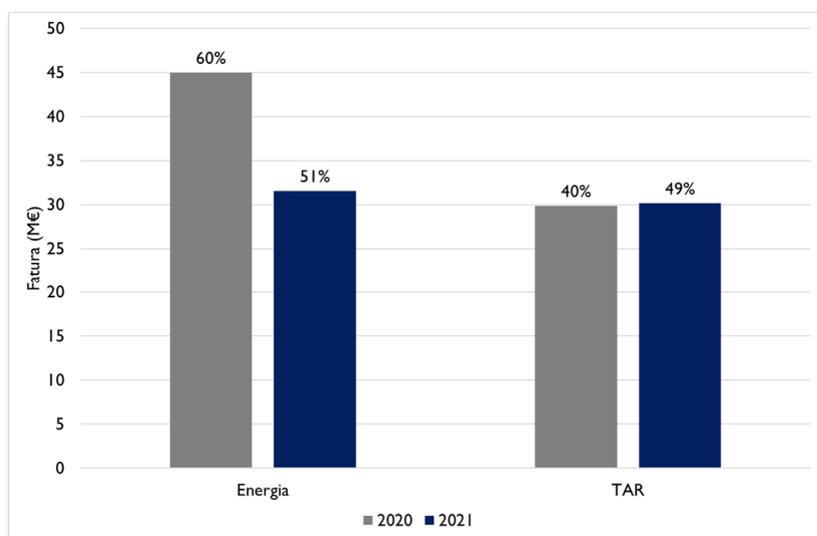
O Grupo AdP tinha, a 31 de dezembro de 2021, 6.513 pontos de ligação à RESP (9 em Alta Tensão, 999 em Média Tensão, 384 em Baixa Tensão Especial e 5.121 em Baixa Tensão Normal), o que representa um crescimento de +0,9% face a 2020 (+60 novos pontos de ligação). Refira-se que dos pontos de ligação à rede, 6.239 registaram consumos durante o ano de 2021, representando 95,8% ativos.

Em termos do segmento Estado, o Grupo AdP é o maior consumidor público nacional, quer em pontos de ligação quer em consumo de energia elétrica.

A fatura com a energia elétrica, com todos os encargos, atingiu em 2021 os 61,67 milhões de euros (-18,0% do que em 2020), que corresponde a cerca de -13,53 milhões de euros face aos gastos registados no ano anterior, resultado conjugado da redução do preço médio de compra de energia (-17,3%) e da diminuição do consumo da RESP (-1,6%).

Em termos de custo unitário de energia para as Empresas do Grupo AdP (energia + TAR + impostos + outros), o valor médio global em 2021 foi cerca de 86,60 €/MWh (foi de 104,70 €/MWh em 2020), correspondendo a uma redução média de -17,3% face a 2020, representando o custo de aquisição de energia 51,1% (versus 60,1% em 2020).

Os valores médios de aquisição de energia nos mercados foram de 44,41 e 62,32 €/MWh, para 2021 e 2020, respetivamente (-28,7%).



Para o ano de 2022 (o Grupo AdP tem contratada o fornecimento de energia até 31 de dezembro de 2022 para todos os níveis de tensão) o valor médio deverá situar-se em torno dos 57,38 €/MWh (versus 86,60 €/MWh em 2021 e 104,7 €/MWh em 2020), representando uma redução face a 2021 de -33,7%, maioritariamente influenciado pela descida das tarifas de acesso a redes; a combinação da descida do preço da energia de mercado verificada entre 2021 e 2020 e a descida das tarifas de acesso a redes entre 2022 e 2021 representa uma redução do preço médio do Grupo AdP entre 2022 e 2020 de -45,2%.

Os valores estimados para 2022 tiveram como base a atual estrutura de consumos das Empresas do Grupo AdP pelo que eventuais alterações no perfil terão efeitos no preço médio da energia por Empresa e no Grupo.

Existe uma correlação direta entre os consumos e a atividade; refira-se que os dados apurados até à presente data apontam para um volume de caudais fornecidos de água para consumo humano e caudais tratados de águas residuais, que geram despesas com consumo de energia elétrica, de 1.235,3 milhões de m³ (+1,2% do que em 2020), sendo diferenciada entre as atividades, uma vez que se registou um aumento de +1,3% nos caudais de água (680,5 versus 671,5 milhões de m³) e um aumento de +0,9% nos caudais de saneamento (554,8 versus 549,6 milhões de m³).

Assim, os dados preliminares globais do consumo específico apontam para uma variação de -9,5% face a 2020 (0,5961 kWh/m³ em 2021, versus 0,6590 kWh/m³ em 2020), estimando-se que seja de 0,6654 kWh/m³ e de 0,5111 kWh/m³ para o abastecimento de água e saneamento de águas residuais, respetivamente.

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2021, os 128 veículos 100% elétricos que integram a frota de serviço do Grupo AdP percorreram mais de 2,1 milhões de km, tendo evitado o consumo de mais de 176 mil litros de combustíveis de origem fóssil e que representa uma redução de 593 barris equivalentes de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de -57,4% (-86,47tep), e o consumo elétrico foi de 299 MWh.

Em termos de emissões de CO₂, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -395 toneladas (-84,5%).

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, que se espera vir a acontecer gradualmente ao longo dos próximos anos, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

No ano de 2021 a frota automóvel do Grupo AdP (1.421 veículos) consumiu cerca de 2,8 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina) e que representa uma variação de 11,1% face a 2020 – primeiro ano da pandemia e em que foram consumidos 2,50 milhões - e uma variação de -2,9% face a 2019 (onde se consumiram 2,9 milhões de litros de combustível), o que representa em termos médios um consumo global de 7.579l/dia (em 2020 o consumo médio diário foi de 6.803 l/dia, tendo sido de 7.806 l/dia em 2019).

O consumo de combustíveis em 2021 correspondeu a um gasto total da ordem de 3,0 milhões de euros (sem IVA incluído) que representa uma variação de +25,1% face a 2020 (2,381 milhões de euros, sem IVA incluído) e de 4,4% face a 2019 (2,856 milhões de euros, sem IVA incluído). Este aumento da fatura de combustíveis deve-se a dois fatores: aumento do número de quilómetros percorridos e ao aumento do preço médio dos combustíveis.

Refira-se que, de acordo com a ENSE – Entidade Nacional para o Sector Energético - entidade responsável pela constituição, gestão e manutenção das reservas estratégicas nacionais de petróleo e produtos petrolífero – e comparando os valores de dezembro de 2021 com os valores de dezembro de 2020, verificou-se um aumento do preço médio de venda ao público de 29,2 cents/l (+22,7%) para o gasóleo e de 28,0 cents/l (+19,4%) para a gasolina.

Já no Grupo AdP, o preço médio de aquisição de combustíveis aumentou face ao ano anterior: +9,1% no gasóleo e de 7,9% na gasolina.

Em termos de distâncias, a frota automóvel do Grupo AdP percorreu em 2021 cerca de 33,5 milhões de km (o que representa cerca de 836 vezes o perímetro da Terra).

A estratégia do Grupo AdP

Como se sabe, o Grupo AdP – Águas de Portugal é o principal grupo Empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais. E paralelamente é o maior consumidor público de energia elétrica.

Deste modo, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados

à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO₂ nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias - e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas;
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia;
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados.

Não pode deixar de ser tido em consideração numa estratégia os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.

Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados nos documentos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

E naturalmente, o Grupo AdP – enquanto grupo público da área do ambiente - está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica.

E sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, através da implementação de medidas/ações de eficiência energética, e do incremento na produção própria de energia registada nos últimos anos, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados em 2020 (5%).

Desta forma, o Grupo AdP desenvolveu o Programa ZERO, assente na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável, principalmente para autoconsumo. Com este programa o Grupo pretende atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e autossustentabilidade energética.

O Programa prevê um *míx* integrado de produção, considerando sistemas baseados em solar fotovoltaica, eólica, hídrica (condutas de água e de águas residuais, entradas de reservatórios, barragens) e de cogeração com recurso ao biogás, com aproveitamento elétrico e térmico, promovendo a maximização do autoconsumo.

O facto de ser unanimemente aceite que, para o cumprimento das estratégias definidas no âmbito das políticas públicas referidas anteriormente, se devem concentrar na década 2021 a 2030 os maiores esforços de redução de emissões de GEE, levou a que o Grupo AdP o considerasse como o período crítico para o seu desenvolvimento e, por conseguinte, alinhasse o seu modelo de negócio com a trajetória de neutralidade carbónica assumida por Portugal.

O Programa ZERO irá desenvolver-se em 2 períodos de investimento (2021 a 2025 e 2026 a 2030), diferenciando-se do seguinte modo:

- Período 1 - Eficiência energética e instalações de produção de energia em infraestruturas com maior autoconsumo, e
- Período 2 – Outras instalações de produção de energia, tirando partido do potencial de recursos endógenos disponíveis no território.

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos.

Paralelamente ao desenvolvimento do Programa ZERO, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o Programa NEUTRO, com vista à quantificação e redução das emissões de GEE do Grupo Águas de Portugal. Um dos objetivos deste Programa é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas Empresas.

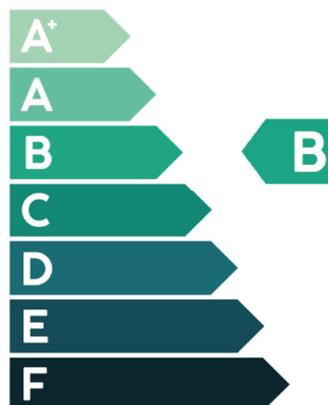
Após o desenvolvimento desta ferramenta será implementado um conjunto de medidas com vista à redução das emissões do Grupo.

Na área da mobilidade elétrica, as viaturas elétricas que constam do parque automóvel da AdA, 14 viaturas ligeiras de passageiros e 2 viaturas ligeiras de mercadorias encontram-se ao serviço de todos os setores da Empresa.

No ano de 2021 estas viaturas percorreram 188.177 km, onde as viaturas ligeiras de passageiros percorreram 167.243 km e as viaturas de mercadorias 20.934 km. A utilização das viaturas elétricas implicou um consumo de energia elétrica de 32.989 kWh o qual corresponde à emissão de 15,5 Toneladas de CO₂ para a atmosfera. Comparando com as 16 viaturas com motor térmico convencional, se as mesmas tivessem sido mantidas ao serviço, seriam responsáveis, considerando a mesma quantidade de quilómetros (188.177 km), pela emissão de 37 Ton de CO₂ para a atmosfera. A substituição das viaturas permitiu assim evitar uma emissão de 21 Ton de CO₂ para a atmosfera.

Mobilidade Elétrica 2021									
Veículos			Cenário com Veículos Convencionais		Cenário atual: Veículos Elétricos		Variação nas emissões de CO ₂		
Tipologia	nº de viaturas	kms percorridos	combustível (litros)	emissões t CO ₂	energia (kWh)	emissões t CO ₂	em t CO ₂	em %	
veículos MI (passageiros)	14	167 243	12 046	32,5	28 811	13,6	-19,0	-58,3%	
veículos NI (mercadorias)	2	20 934	1 533	4,1	4 178	2,0	-2,2	-52,7%	
SOMA	16	188 177	13 579	36,7	32 989	15,5	-21,2	-57,7%	

Na área da certificação da frota, em 2021 a AdA manteve a certificação de toda a frota automóvel de viaturas de serviço da AdA. Trata-se de um sistema de etiquetagem energética da frota (SEEF) que tem por objetivo a promoção da mobilidade sustentável, a melhoria do desempenho energético e ambiental das frotas nacionais e, a redução do consumo de combustível e custos associados ao sector dos transportes.



Como não poderia deixar de ser a AdA irá participar no plano de neutralidade energética do grupo AdP, integrando a comunidade de produção de energia onde será permitido, em caso de necessidade, que algumas Empresas do grupo possam adquirir a sua energia no seio da comunidade e outras possam vender para a comunidade. Dado o forte potencial da AdA na produção de energia, a expectativa reside no facto de podermos vir a ser um forte vendedor de energia para esta comunidade.

De forma a reforçar o potencial de produção de energia elétrica a AdA, S.A., irá, nos próximos anos, investir 40,4 milhões de euros no programa zero, conforme detalhe seguinte:

Área (AA,AR, outros)	Código ERSAR	DESCRIÇÃO	PAO 2022	PROJEÇÃO			SOMA
			PAO no Ano 2022	Projeção para 2023	Projeção para 2024	Após a 2024	SOMA
AA+AR	353	Programa ZERO - Melhorias de Eficiência Energética nas Infraestruturas do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve (2021-2025)	562.558	3.186.912	0	0	3.749.470
AA+AR	354	Programa ZERO - Ação Solar III (solo) (2021-2025)	1.316.531	2.446.000	0	0	3.762.531
AA+AR	355	Programa ZERO - Ação Solar III (flutuante) (2021-2025)	13.500	687.750	0	0	701.250
AA+AR	356	Programa ZERO - Ação Solar IV (solo) - FASE I (2021-2025)	15.000	3.173.512	25.000	0	3.213.512
AA+AR	357	Programa ZERO - Ação Solar IV (solo) - FASE II (2026-2030)	0	0	0	7.054.861	7.054.861
AA+AR	358	Programa ZERO - Ação Solar IV (flutuante) (2026-2030)	0	0	0	6.223.500	6.223.500
AA+AR	359	Programa ZERO - Construção Parque Eólico - FASE I (2021-2025)	0	55.440	1.713.600	3.270.960	5.040.000
AA+AR	360	Programa ZERO - Construção Parque Eólico - FASE II (2026-2030)	0	0	0	7.560.000	7.560.000
AA+AR	361	Programa ZERO - Instalação de Centrais Hidricas nas Infraestruturas de Água do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve (2021-2025)	2.000	2.409.442	507.558	0	2.919.000
AA+AR	362	Programa ZERO - Instalação de Centrais Hidricas nas Infraestruturas de Saneamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve (2021-2025)	18.650	140.850	0	0	159.500
AA	363	Programa ZERO - Instalação de Central Hidrica na Barragem de Odelouca (2021-2025)	7.050	47.950	0	0	55.000
SOMA			1.935.289	12.147.856	2.246.158	24.109.321	40.438.624

4.4.5. Compras e Logística

As funções e competências do Departamento de Compras e Logística, baseiam-se essencialmente na execução de todas as tarefas inerentes ao Processo de Compras e Logística que diariamente são desenvolvidas no intuito de dar resposta às necessidades das várias Áreas Requisitantes, tendo em linha de conta todo o processo de "Procurement" implementado na AdA, nomeadamente através da condução das ações necessárias à contratação, utilizando as ferramentas colocadas à sua disposição, tais como a plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, SAP e iPortalDoc, na estrita observância dos preceitos regulados pela atual legislação de contratação pública, o que se traduz nas seguintes tarefas/funções:

- a) Garantir que os procedimentos de aquisição a realizar se encontram enquadrados dentro do regime de contratação em vigor e nas regras refletidas nas Instruções de Trabalho (IT's) aprovadas pela AdA;
- b) Efetuar a tramitação dos procedimentos pré-contratuais na respetiva plataforma eletrónica, ou através de correio eletrónico, de acordo com as regras fixadas nas IT's;
- c) Validar e processar a informação de origem na Área Requisitante, via requisição de compra SAP, elaborando e emitindo os respetivos Contratos Básicos e proceder ao envio da nota de encomenda às Áreas Requisitantes, que promovem ao seu envio ao adjudicatário;
- d) Zelar pelo bom funcionamento do fluxo de compra SAP, identificando e reportando em plataforma própria (PACO) as anomalias que coloquem em risco o processo de contratação pública por incumprimento da legislação aplicável, ou por forma a fomentar uma melhoria contínua do próprio fluxo;
- e) Promover as ações necessárias, no intuito de fornecer uma resposta adequada aos pedidos de apoio dos utilizadores SAP, no que diz respeito à criação de requisições de compra, liberação de contratos e utilização das ferramentas de pesquisa dos diversos documentos;
- f) Propor soluções à medida para a redução dos procedimentos de baixo valor, como é o caso dos Ajustes Diretos Regime Simplificado (ADRS) por forma a conseguir sinergias e alcançar benefícios económico-financeiros para a Empresa.

Por se considerar uma boa prática, potenciada pelos princípios da qualidade, seguindo o exigido pela norma ISO 9001, a DAF-DCL produziu em 2016, no momento da sua criação, um conjunto de documentos de suporte à contratação pública, nomeadamente o Processo de Compras da Águas do Algarve, S.A., um conjunto de instruções de trabalho, fluxogramas que tinham o intuito de definir a evolução de todos o processo de compra consoante o tipo de procedimento escolhido e respetivas minutas padronizadas.

A acrescentar, a Águas do Algarve, S.A., implementou o Manual de Contratação Pública da AdP SGPS, bem como outros regulamentos e demais orientações internas, com vista a uma maior eficiência e eficácia do processo de compras.

4.4.5.1 Valores contratualizados durante o ano de 2021.

Durante o ano de 2021 foram desenvolvidos pela DAF-DCL um conjunto de processos aquisitivos que se traduziram num valor global de contratações de aproximadamente 40 M€ (quarenta milhões de euros), correspondendo a um número total de Contratos Básico SAP de 1 196.

Do universo de procedimentos pré-contratuais conduzidos pela DAF-DCL há a destacar os que conduziram à celebração dos seguintes contratos:

- a) *Empreitada de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR da ETAR VRSA – Fase I, no valor de **1.507.059,14 EUR + IVA;***
- b) *Empreitada para Desativar a ETAR do Rogil e do Carrascalinho e respetivos emissários, no valor de **1.458.107,32 EUR + IVA;***
- c) *Prestação de Serviços de Operação e Manutenção do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve – Zona Poente, no valor de **4.365.264,00 EUR + IVA;***
- d) *Empreitada de Reabilitação da ETAR de Lagos por Conceção / Construção, no valor de **13.229.190,00 EUR + IVA.***

4.4.5.1.1 Por tipo de procedimento pré-contratual

Tipo de procedimento	Valor do Contrato
Ajuste Directo-Critério Material	9 238 456 €
Ajuste Directo-Regime Geral	119 202 €
Ajuste Direto ao Abrigo Acordo Quadro	10 114 €
Ajuste Direto Simplificado	607 155 €
Ajuste direto simplificado COVID 19	19 547 €
Concurso Público	22 760 319 €
Consulta Prévia	633 034 €
Contratação Excluída	4 935 941 €
Setor Especial	2 478 305 €
Total	40 802 074 €

4.4.5.1.2 Número de procedimentos por tipo de procedimento pré-contratual

Tipo de Procedimento	Nº de Procedimentos
Ajuste Direto Simplificado	527
Setor Especial	475
Contratação Excluída	80
Ajuste direto simplificado COVID 19	12
Concurso Público	64
Consulta Prévia	18
Ajuste Directo-Regime Geral	11
Ajuste Directo-Critério Material	8
Ajuste Direto ao Abrigo Acordo Quadro	1
Total	1196

4.4.6. Medidas de eficiência em termos de sustentabilidade

O ano de 2021 foi para a Águas do Algarve um ano de continuidade no desenvolvimento da estratégia, em alinhamento com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, tendo focalizado a sua atenção na:

- **Eficiência no Uso da Água** - Prevenção e redução das perdas físicas de água, aumentando a taxa de reutilização de água residual tratada, nomeadamente a nível interno como água de serviço e água para rega e a disponibilização da água para usos externos;
- **Projetos de I&D** - Execução de projetos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação que visam desenvolver, testar e aplicar soluções nos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais com o objetivo de melhorar o controlo e a capacidade previsional dos mesmos, reduzir os consumos energéticos e a respetiva pegada de carbono, reduzir a produção de lamas de depuração e a recuperação de subprodutos decorrentes dos processos de tratamento;
- **Eficiência Energética** – Continuação do investimento na redução da dependência energética do exterior, com a utilização de fontes de energia renováveis. Adequação de condições de funcionamento e de consumos energéticos de alguns equipamentos com vista à redução dos respetivos consumos;

- **Gestão de Resíduos** - Continuação da redução da geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização;

- **Responsabilidade Social** – Em tempos de pandemia, a AdA voltou a contribuir para a garantia de acesso ao ensino à distância dos filhos dos trabalhadores/as, continuando a proporcionar a flexibilização do trabalho remoto como forma de promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal;

- **Segurança e Saúde no Trabalho** – Para além da contínua disponibilização de EPIs e desinfetantes adequados à prevenção da contaminação com o novo coronavírus, mantivemos o reforço da presença do Médico do Trabalho nas nossas instalações e o Grupo teams para assuntos Covid-19. Foi efetuado um novo protocolo de testagem massiva nas instalações da AdA, que permitiu a testagem de todos os trabalhadores e trabalhadoras que o desejassem.

4.4.7. Comunicação e Educação Ambiental

A Águas do Algarve, S.A. focalizou as suas atividades de 2021 com as partes interessadas em duas áreas:

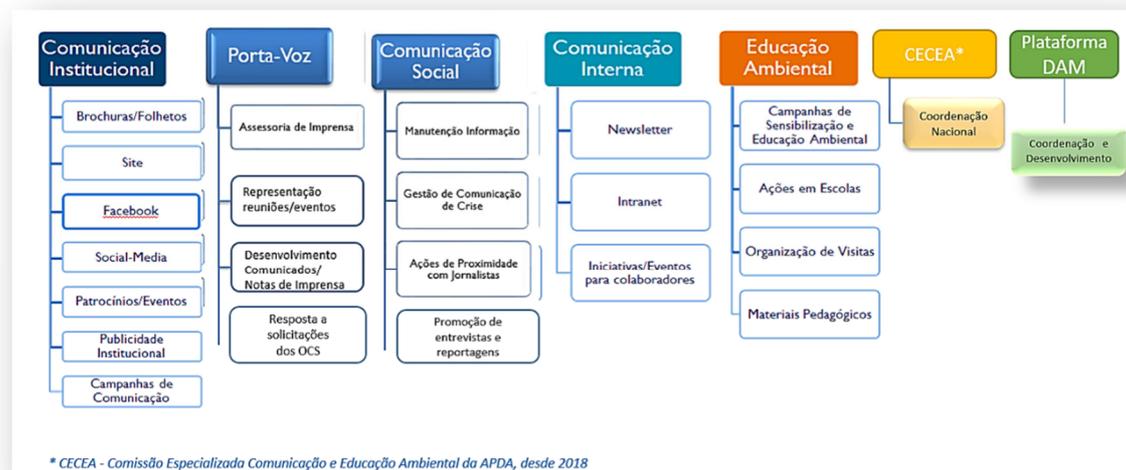
No âmbito da Comunicação, todas as atividades desenvolvidas tiveram como objetivos principais a manutenção da imagem, reforço de identidade, de valores e divulgação da atividade da Empresa na região, junto dos seus públicos interno (empregados) e externo (comunidade local, fornecedores, clientes, investidores, entidades públicas e cidadãos em geral), com base na estratégia interna e externa de comunicação e relacionamento, aprovada pela Administração;

No âmbito da Educação Ambiental, esta é assumida pela Empresa como sendo uma ferramenta necessária para alcançar o desenvolvimento da sociedade rumo à competitividade sustentável, pois contribui de forma decisiva para a construção de novos valores e atitudes, voltados para o desenvolvimento de uma sociedade comprometida com a solução dos seus problemas ambientais e sociais. Os valores intrínsecos à educação ambiental contribuem para a formação integral do indivíduo, enquanto cidadão inserido na sociedade e no meio ambiente. A Empresa nas diversas ações que preconiza na região algarvia, integra o envolvimento de todas as camadas da população: família, escola e sociedade.

Metodologia

As ações desenvolvidas em 2021 foram estruturadas de forma a abranger toda a população incluindo campanhas direcionadas para a população em geral e população escolar das diversas faixas etárias. Durante 2020, para além da realização própria de ações, a Águas do Algarve, S.A. recorreu também à realização de parcerias com entidades externas, complementando conhecimentos, agregando competências e consequentemente mais resultados atingidos. Todas as ações foram organizadas e desenvolvidas dentro das possibilidades permitidas pela pandemia Covid-19

Organograma simplificado do Gabinete Comunicação e Educação Ambiental



A comunicação institucional

A comunicação institucional tem uma importância cada vez maior naquela que é a reputação e a imagem da Águas do Algarve, S.A., sendo a mesma um tónico para a preservação do valor e da marca da Empresa a nível regional, nacional e internacional, a mesma é diariamente gerida de forma refletida e criteriosa.

Para além daquelas que podem ser designadas as funções tradicionais, como sejam a assessoria mediática, assessoria de imprensa, relacionamento com os média, publicidade institucional, ativação da política de patrocínios, entre outros, verificou-se a necessidade de uma atuação mais incisiva, nomeadamente naquele que é atualmente o desafio da gestão da comunicação no mundo digital - redes sociais e canal *online*. Aproveitar a força e dinâmica das comunicações digitais, integrando as necessárias estratégias conjuntas de comunicação.

Falamos do modelo de abordagem utilizado, monitorização e capacidade atempada de resposta *online* que é coordenado a partir de uma comunicação institucional integrada, visando uma crescente valorização e consolidação da imagem e da identidade da Águas do Algarve, S.A..

- **Mailling List**

A comunicação é uma peça fundamental na estratégia de marketing da Empresa, e as Mailling List são uma importante ferramenta personalizada que a Águas do Algarve, S.A. utiliza nas campanhas que são promovidas, ou apenas para a divulgação de informações através das Press Releases. Usualmente é associada a esta prática o uso dos emails, os quais são altamente customizáveis, sendo possível criar campanhas de marketing ou de informação, específicas para grupos determinados pela Empresa. Para além disso trata-se uma ferramenta de utilização ágil e eficiente.

- **Template de Email**

Atitude, aparência e coerência na comunicação visual e verbal são ferramentas essenciais de uma Imagem com credibilidade. Melhorar, controlar a impressão que transmitimos aos outros é um ativo que devemos desenvolver e rentabilizar de forma inteligente.

Porque o Email é uma poderosa ferramenta de comunicação nas funções diárias, considerou-se fundamental a criação de um banner informativo para ser utilizado nesta ferramenta, de acordo com as várias ações promovidas pela Empresa, ou no caso de não haver, com a colocação de uma mensagem alusiva à atividade desenvolvida na região.



Redes sociais e site

Já não é novidade que o Social Media Marketing ou Marketing nas Redes Sociais é um dos formatos de comunicação mais abrangente e acessível, pelo que o potencial da presença nas redes sociais e de uma estratégia de marketing digital integrada é enorme, motivo pelo qual a Águas do Algarve, S.A. está presente na internet com diferentes plataformas que se complementam: Facebook/Instagram/Youtube e Site

❖ Facebook

As redes sociais são um instrumento numa estratégia de comunicação organizacional que se pretende eficaz. A interatividade proporcionada permite que os nossos públicos possam participar ativamente na construção e manutenção da imagem institucional, para além de criar uma experiência envolvente com cada usuário. Trata-se de uma ferramenta que precisa de estar ativa e repleta de elementos interativos, conteúdos dinâmicos e atualizações frequentes. Trata-se de uma interessante ferramenta que auxilia a dinâmica necessária do processo comunicacional da Águas do Algarve, S.A.



<https://www.facebook.com/aguasdoalgarve>

❖ Instagram

Para além de possibilitar um relacionamento mais próximo com o público, ter um perfil no Instagram é uma ferramenta de grande valor, na divulgação da atividade da Empresa e ativação da nossa marca. As imagens geram uma conexão emocional praticamente imediata se comparadas a um texto, porque são facilmente compreendidas. A Águas do Algarve consegue através desta ferramenta de comunicação, transmitir aos leitores, os valores da Empresa e a nossa atividade na região ao longo de todo o ano, expondo informações importantes para o consumidor atual e posicionamento sobre questões sociais importantes para a sociedade.



<https://www.instagram.com/aguasdoalgarve/>

❖ Youtube

O Youtube é uma plataforma que hospeda vídeos e facilita a partilha dos seus conteúdos. Para a Águas do Algarve os seus benefícios destacam-se pela ajuda na divulgação da marca, melhora o nosso relacionamento com os públicos alvo, informa, entretém e traz uma conjunto vasto de oportunidades de comunicação. A Águas do Algarve potencia todos estes recursos de comunicação, os quais são parte de uma mesma *estratégia digital*, com linguagem e formatos coesos, alcançando-se uma divulgação muito eficaz. É importante explorar as particularidades que cada meio oferece, porém sem perder a visão do todo. No caso dos vídeos no youtube a vantagem está no uso da imagem e do som.

<https://www.youtube.com/channel/UCI8c4qdLW8Fy4uIly4qsdaw>

- Participações publicitárias

A publicidade é uma ferramenta de comunicação fundamental que a Empresa utiliza na divulgação quer dos investimentos que efetua quer do desenvolvimento de atividades ou ações na região. O objetivo essencial desta modalidade prende-se com a desejo de dar a conhecer, manter e conquistar a atenção dos vários públicos para a imagem institucional da Empresa, bem como para a sensibilização e reconhecimento pelas suas competências e capacidades quer a nível da água para consumo, quer no tratamento de águas residuais.

ÁGUAS DO ALGARVE
Grupo Águas de Portugal

A SÉRIO?
não siga maus exemplos!
EVITE o desperdício

de **água**
DESPERDIÇAR HOJE É FALTAR AMANHÃ

Feche a torneira enquanto está a escovar os dentes.
 Tome duches rápidos e feche a água enquanto se ensaboa.
 Ajuste o autoclismo para o volume de descarga mínimo.
 Instale dispositivos de redução de caudal nas suas torneiras.
 Faça sempre cargas completas nas máquinas de lavar.
 Reutilize a água. Por exemplo, águas das lavagens para a sanita ou jardim.
 Evite regar o jardim em horas de calor. Sempre que possível, use um regador.
 Feche a torneira enquanto ensaboa a loiça e volte a abrir apenas para enxaguar.

POR UM FUTURO COM ÁGUA
 USE APENAS A NECESSÁRIA

Conheça mais dicas em www.aguasdoalgarve.pt

Comunicação Interna

Para ter uma imagem consolidada é necessário transformar os nossos funcionários em verdadeiros embaixadores da “boa vontade da Empresa”. Neste sentido, é objetivo essencial tornar os nossos colaboradores pessoas influentes, informadas e integradas naquela que é a atividade e do que acontece na Águas do Algarve, S.A., fazendo-os sentir parte desta. A comunicação interna, é neste ponto imprescindível à Empresa, tendo merecido também o apoio da Administração no desenvolvimento da sua atividade diária.

Abaixo apresentam-se exemplos dos principais meios utilizados pela Águas do Algarve, S.A. para a prossecução dos objetivos acima definidos durante o ano de 2020:

- **Intranet**

Esta ferramenta tem como principal objetivo a centralização das informações internas da Empresa num único local, com o intuito destas informações poderem ser facilmente acedidas e partilhadas por pessoas autorizadas, de qualquer departamento. Sublinha-se o facto de que todos os colaboradores têm acesso a esta ferramenta.

Acresce dizer que a porta de acesso da intranet é um endereço de internet que pode ser acedido também pelos funcionários da Empresa mesmo que estes estejam fora desta

Ao abrir o Internet Explorer automaticamente abre a página da intranet, funcionando como um canal de fluxo permanente de informações e comunicação. É atualmente um instrumento essencial na rotina dos nossos colaboradores, sendo muito provavelmente a primeira opção de fonte para obter informações, notícias e outros dados.

Repartida por vários temas específicos, a atualização da Intranet é efetuada sempre que a Empresa tenha informações a comunicar.

- **Clipping**

Este é um serviço de recolha seletiva de notícias dos meios TV, Rádio, Imprensa e Internet, e que se disponibiliza na nossa Intranet, com atualização diária, ou sempre que haja notícias da Empresa. As notícias resultam das Notas de Imprensa que são promovidas pela Empresa, ou por temas do Grupo AdP, onde a Águas do Algarve, S.A. aparece integrada.

- **Jornal interno e externo “Marca d’água”**

A Marca d'água, newsletter da Águas do Algarve, com publicação bimestral, veicula, para além de notícias de interesse geral acerca da atividade da Empresa e com interesse para a comunidade algarvia, informação de cariz personalizado acerca dos nossos colaboradores. É mais uma importante ferramenta de comunicação utilizada pela Empresa para enaltecer os seus colaboradores, convidando-os a participar neste projeto de forma mais ativa e empenhada. O resultado tem sido muito positivo. A distribuição é efetuada interna e externamente à Águas do Algarve, S.A.

- **Celebração do Natal**

Este ano devido à pandemia esta data não foi celebrada nos moldes habituais.

Houve contudo a oferta de um cabaz de Natal a todos os funcionários, e uma prenda de Natal para os filhos dos funcionários, com idades até aos 12 anos inclusive.

- **Atividades de comunicação/ educação ambiental**

A Águas do Algarve consciente das responsabilidades a nível de sensibilização e educação para a sustentabilidade desenvolveu durante o ano de 2021 um conjunto vário de parcerias, que se encontram resumidas no quadro anexo.

Mapa de atividades desenvolvidas em 2021

Nome da Iniciativa	Entidade ou Parceiros	Descrição sumária
O Mar Começa Aqui	Águas do Algarve + ABAE (Associação Bandeira Azul da Europa)	O Mar representa uma área aproximada de 97% do território português. O mar tem uma importância inestimável nas diferentes áreas e setores da nossa sociedade, seja na cultural, saúde, economia, emprego, política e claro no Ambiente. A importância que este projeto assume na proteção das águas do nosso mar é muito significativa, motivando-nos a efetuar esta Parceria com a ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa. Trata-se de uma iniciativa, que em conjunto com outros que desenvolvemos e apoiamos na nossa Região, nos permite garantir uma valiosa colaboração na dinamização dos valores ambientais, cada vez mais fundamentais para a sustentabilidade do nosso Planeta e da vida de todas as espécies na Terra. Na nossa página web pode ser consultado um vasto conjunto de informação sobre a temática dos mares e dos oceanos, incluindo infografias disponíveis para imprimir. https://www.aguasdoalgarve.pt/content/oceanos
11ª Edição Água Jovem	Águas do Algarve + Agência Portuguesa do Ambiente I.P. – Administração da Região Hidrográfica do Algarve + Zorramine	O Concurso “Água Jovem”, que tem como principal objectivo sensibilizar os jovens do Algarve para o conhecimento e a preservação do património água. O concurso tem como grupo alvo crianças e jovens que frequentem o pré-escolar, 1º, 2º e 3º Ciclos do ensino Básico e os alunos que beneficiam de medidas educativas seletivas e adicionais. Os Temas desta edição são dois: Tema I – A importância da Água para a Biodiversidade; Tema II – A Ria de Alvor
Movimento H2OFF - 22 de Março	APDA + Águas do Algarve	No dia 22 de Março, em que se celebra o Dia mundial da Água, a Águas do Algarve apela à reflexão de todos os consumidores e utilizadores da água, na tomada de consciência, para uma atuação mais consciente na gestão deste bem precioso, que mais que não é que a própria VIDA. A Águas do Algarve, consciente da importância deste Recurso, tem investido ao longo dos anos na melhoria e resiliência do serviço primordial que presta à região, nomeadamente no que concerne ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve. Para assinalar o Dia Mundial da água, que se celebra a 22 de março, a Águas do Algarve junta-se à iniciativa H2OFF, promovida pela Comissão Especializada de Comunicação e Educação Ambiental da APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas, a qual é coordenada pela nossa colaboradora Teresa Fernandes, pretendendo assim chamar à atenção de TODOS do valor deste precioso recurso VITAL – a ÁGUA.
Roteiro da água no Algarve	Águas do Algarve + Ministério do Ambiente	O Ministro do Ambiente e da Ação Climática e a Secretária de Estado do Ambiente participaram num roteiro dedicado à água no Algarve, promovido pela Águas do Algarve, gestora do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve, onde se destacam alguns dos projetos de reforço da resiliência do abastecimento de água e dos serviços de tratamento de águas residuais da região. A sensibilização para as questões associadas às alterações climáticas e à consequente escassez de água, foram um dos motores que nos levaram a promover este momento, com passagem pel Barragem do Beliche, duas estações elevatórias de águas residuais (EEAR) - EEAR de Ferragal em Faro e EEAR do Mercado em Olhão e ETA de Alcantarilha.
Dia Internacional da Terra 22 de Abril	Águas do Algarve	O Dia Internacional da Mãe Terra celebra-se a 22 de abril. É também conhecido como Dia da Terra, Dia Mundial da Terra e Dia Internacional da Terra. O objetivo deste dia é essencialmente promover a preservação do ambiente, considerando o encontro com o equilíbrio justo entre as necessidades económicas, sociais e ambientais das gerações presentes e futuras. Sendo urgente que se provoquem mais e melhores reflexões sobre a importância do planeta e o desenvolvimento de uma consciência ambiental duradora, durante todo o mês de Abril, a Águas do Algarve teve um maior interação nas redes sociais com um passatempo onde foi sugerida a partilha com a Águas do Algarve, pelos nossos seguidores sobre o que costuma fazer para proteger o nosso Planeta, oferecendo em contrapartida um cantil para colocar água da torneira, e um saco amigo do ambiente evitando desta forma a utilização de garrafas e sacos de plástico.

Nome da Iniciativa	Entidade ou Parceiros	Descrição sumária
Dia Mundial de Prevenção e Segurança no Trabalho 28 de Abril	Águas do Algarve	Desde o ano de 1996 que o dia 28 de Abril é comemorado em todo o mundo como forma de homenagear as vítimas de acidentes de trabalho e doenças profissionais. O objetivo deste dia prende-se essencialmente com a chamada de atenção das empresas e dos seus trabalhadores para a importância na adoção de medidas preventivas que garantam a segurança no trabalho. Associamo-nos à celebração do dia 28 de abril - reforçando alguns dos principais objetivos associados a esta data, homenageando todos aqueles que foram vítimas de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, sendo este um instrumento relevante para promover a consciencialização da importância do trabalho seguro e saudável. Este dia foi ainda assinalado, através da dinamização de um evento interno, com os diversos técnicos de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), que conosco colaboram, neste Dia Mundial para a Prevenção e Segurança no Trabalho.
Concurso de Fotografia Integração da família 1 de Outubro	Águas do Algarve	Integrado nas comemorações do Dia da criança e do Ambiente, a Águas do Algarve promoveu a Edição do Concurso de Fotografia – A Água pelos meus Olhos - Integração da FAMÍLIA com o ambiente. O tema neste ano é bastante diferente, mais voltado para a relação da família com a natureza. A educação ambiental para a sustentabilidade, num quadro mais abrangente da educação para a cidadania, constitui atualmente uma vertente fundamental da educação, como processo de sensibilização, de promoção de valores e de mudança de atitudes e de comportamentos face ao ambiente, numa perspetiva do desenvolvimento sustentável. A família tem papel fundamental neste processo. Objetivos desta ação foram essencialmente 4, consciencializar as crianças para que elas passem a agir de maneira mais consciente no seu dia a dia, integrar a comunidade numa ação em prol do ambiente, reconhecer a importância de um ambiente sustentável e promover uma cultura diária mais sustentável.
IIº Fórum Combate ao Desperdício Alimentar – Uma Causa de Todos - 29 de Setembro	Águas do Algarve + Banco Alimentar contra a fome	A água está presente em todos os processos e atividades humanas, entre os quais o setor de produção primária. O excesso da utilização da água nestes setores é uma problemática dos dias de hoje, que tem vindo a suscitar muitas questões acerca do futuro desta. A Águas do Algarve esteve presente neste fórum com o propósito abordar a pegada hídrica, também dos alimentos, e consequentemente efetuar recomendações, bem como consciencializar a população sobre esta temática. O conceito de pegada hídrica deve ser transmitido à população, alertando sobre a importância do consumo de água consciente de forma a prevenir a sua escassez no futuro. Intervenção Use água com um Pingó de Consciência
Dia da Terra - 22 de Abril	Águas do Algarve	Criação de Posts nas redes sociais - Facebook e Instagram, com mensagens de sensibilização para a população e geral, acerca da preservação dos recursos hídricos, reutilização e do ambiente de forma geral.
Dia Mundial do Meio Ambiente - 5 de Junho	Águas do Algarve + Ministério do Mar	A atuação da Águas do Algarve estende-se pelos 16 municípios que constituem a região algarve, cada um deles mais belo que outro, e com características tão próprias que os tornam únicos. 14 destes são banhados pelo mar. O Algarve tem uma costa magnífica, com praias a perder de vista, e a nossa dependência económica e natural é muito elevada. A sustentabilidade dos oceanos é uma situação que nos preocupa, e uma causa nobre e essencial que merece a nossa dedicação. Pela importância desta temática, assinámos um Protocolo de Cooperação com a Escola Azul um programa educativo do Ministério do Mar, desenvolvido na Direção-Geral de Política do Mar, que tem como missão promover a Literacia do Oceano na comunidade escolar e criar gerações mais responsáveis e participativas, que contribuam para a sustentabilidade do Oceano.

Nome da Iniciativa	Entidade ou Parceiros	Descrição sumária
"Existem triângulos que valem a pena – Eu, Tu e a Água", Dia dos Namorados - 14 de Março	Águas do Algarve	O Passatempo teve como objetivo a estimulação dos valores ambientais e de proteção dos recursos naturais, através da exploração das habilidades artísticas ligadas à imagem, explorando o potencial criativo dos participantes por meio do mundo visual. Pretendemos ainda, que este Passatempo tivesse uma significativa contribuição para a construção de uma sociedade mais sustentável e ambientalmente responsável.
Minutos Verdes	Águas do Algarve - Quercus	No âmbito da sensibilização da população em geral, para as questões da sustentabilidade, foram desenvolvidos 4 Minutos Verdes, com a Quercus. 1) Escassez água na região do Algarve A emitir no dia 17 Junho (Dia Mundial do Combate à Seca e à Desertificação) Local: Barragem de Odelouca; 2) Uso eficiente água / o que está antes da torneira- A emitir no dia 17 Setembro (véspera do Dia Mundial da Monitorização da Água) Local: ETA Alcantarilha / Laboratório; 3) Reutilizar é essencial A emitir no dia 1 Outubro (Dia Nacional da Água). Local: ETAR da Companheira, Portimão e 4) O que não deitar para o esgoto A emitir no dia 19 Novembro (Dia Mundial do Saneamento) Local: ETAR da Companheira, Portimão.
Campanha de Sensibilização Porque desperdiçar hoje, significa faltar amanhã	Águas do Algarve	A seca hidrológica na região do Algarve assume hoje um caráter estrutural com tendência de agravamento devido ao efeito expectável das alterações climáticas. A mudança de paradigma na utilização do recurso água impõe-se face à evidência da insuficiente eficácia das medidas até agora adotadas, sendo necessário, por isso, repensar e encontrar novos caminhos em estreita articulação entre a administração, os utilizadores e a comunidade científica. O movimento de sensibilização para a importância de se integrar o uso eficiente e racional de água de forma permanente é, cada vez mais, uma causa nacional, e planetária uma vez que a escassez de água é uma realidade inevitável para a qual população deve estar cada vez mais desperta, designadamente no contexto das alterações climáticas. Com esta Campanha pretendemos dar um contributo para a criação de uma maior consciência coletiva relativamente ao valor da água e ao imperativo da mudança de comportamentos, junto dos principais utilizadores e da população para o uso parcimonioso da água. A melhoria da eficiência hídrica é um imperativo dado que a água é um recurso limitado que é necessário proteger, conservar e gerir para garantir a sustentabilidade dos ecossistemas e dos serviços que estes proporcionam à sociedade em geral e para garantir a sustentabilidade de outros recursos intrinsecamente associados.
Concurso "Eficiência Hídrica na Escola"	Águas do Algarve + APA - ARH Algarve + AMAL+Ualg+ ADENE + DGESTE - DSR Algarve	O Concurso tem como principal objetivo sensibilizar e mobilizar as comunidades escolares do Algarve, em parceria com os seus municípios/entidades gestoras de serviços de água, para a necessidade de monitorizar o seu consumo de água, promovendo simultaneamente a implementação das melhores práticas para o seu uso eficiente. As mais recentes projeções climáticas para a região do Algarve preveem um aumento da frequência e severidade dos períodos de seca, com impactos ao nível da quantidade e qualidade dos recursos hídricos, pelo que se torna urgente e importante que se estabeleçam metas e horizontes temporais de eficiência hídrica para os principais usos, podendo as Escolas funcionar como um "laboratório de boas práticas" aos níveis infraestrutural (e.g. redes, dispositivos, equipamentos) e comportamental, que permitam alavancar outras dinâmicas e posturas.

4.4.8. Serviço de Cadastro e Sistemas de Informação Geográfica

Apesar das expectativas, 2021 continuou a ser um ano predominantemente marcado pela pandemia mundial, tendo sido necessário proceder à manutenção e, em alguns casos, ao reforço das adaptações das rotinas de trabalho implementadas no ano anterior.

Assim, com vista à disponibilização de mais informação aos colaboradores da AdA, através da plataforma WebSIG, foi criado um novo mapa direcionado à Telegestão e atualizada a informação referente aos Planos de Ordenamento Territorial, nomeadamente a introdução do PDM de Lagos, e introduzido os traçados de referentes ao Gás Natural, gerida pela Medigás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Algarve, S.A..

Prevê-se que durante o ano de 2022, sejam disponibilizados nesta plataforma as linhas delimitadoras do Domínio Público Marítimo (DPM), nomeadamente a Linha Limite do Leito (LLL) e Linha Limite de Margem (LLM) das águas do mar.

Ainda com o objetivo de partilha de informação, foi adquirido um disco rígido de grande capacidade e solicitada a ligação aos servidores da Águas do Algarve, S.A. de forma a ser disponibilizado a todos os colaboradores as Telas Finais em posse deste Serviço e criada uma pasta "análise" para consulta e análise dos processos, externos, mas com afetação de infraestruturas geridas pelas várias áreas e departamentos desta Empresa.

Por outro lado, continuamos a assegurar o acesso, a gestão e a atualização do arquivo central da Empresa, tendo sido iniciados os trabalhos de digitalização dos processos de expropriação, estando a ser estudada uma forma de armazenamento e acesso a estes processos para consulta.

No que se refere ao Processo orçamental de 2022, este Serviço voltou a participar na elaboração do mesmo, no ano de 2021, bem como no Plano de Atividades e Orçamento, na componente de investimentos e integrações.

De referir que no âmbito das integrações, foi possível concluir os processos relativamente às ETAR do Município de Alcoutim tendo sido integradas 3 novas ETAR, nomeadamente a de Clarines, de Loteamento Industrial e de Montes do Rio.

Foram ainda levados a cabo a análise de soluções possíveis de implementar, avaliando os melhores cenários em termos tecno-económicos, dos quais se destacam, os vários estudos para a Adução de ApR, a Solução de Tomada de Água no Pomarão e a Solução de Dessalinização no Algarve, projetos estes que são parte integrante do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR).

Apesar dos desafios inerentes a estes estudos, a DGA-CADSIG não descurou os projetos já anteriormente aceites.

Continuamos a promover a atualização do cadastro geométrico das parcelas expropriadas, um processo moroso e particularmente difícil, devido aos constrangimentos temporais de operacionalização e conclusão por parte da Direção-Geral do Território (DGT). Recorde-se que este trabalho tem sido executado pela AdA, uma vez que a DGT não efetua operações de renovação cadastral, conforme disposto no n.º 1 do Artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 172/95, de 18 de julho.

Prosseguimos com o acompanhamento e reporte para o Ministério da Tutela dos trabalhos de remoção da biomassa vegetal em redor das nossas instalações, localizadas em espaços classificados como rurais, dando integral cumprimento do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, recentemente revogado pelo Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro.

Mantivemos como uma das nossas tarefas, a recolha e validação dos valores de cada componente, referentes à Taxa de Recursos Hídricos (TRH), efetuando à posteriori, a previsão para o ano seguinte e apurando os valores unitários a cobrar por metro cúbico a cada área de negócio.

Mais resumidamente, continuaram-se os trabalhos referentes à uniformização dos números e legendas das peças desenhadas tanto produzidas na Empresa como as que são criadas pelos projetistas e/ou empreiteiros contratados por esta Empresa, e manteve-se o processo de regularização de parcelas expropriadas e a consequente obtenção de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) dos nossos prédios ao abrigo do disposto no artigo 44.º, n.º 1, alínea p), do Estatuto dos Benefícios Fiscais, na redação dada pelo artigo 9.º da Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro.

Uma nota importante à participação deste serviço nas reuniões de acompanhamento para revisão do PDM de Faro e Comissão de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Município de Tavira, tanto por videoconferência como presencialmente, prevendo-se para o ano de 2022 a realização de Comissões Consultivas no âmbito da revisão dos PDM de Loulé, Alcoutim e São Brás de Alportel, Tavira e Vila Real de Santo António.

Por último foi concluída a Prestação de Serviços relativa à Aquisição de Serviços de Delimitação, fornecimento e Colocação de Marcos de Propriedade da Albufeira de Odelouca – 1ª Fase, adjudicada à Empresa Luis M. Sousa & Cláudio Sousa, Lda. a 12 de janeiro de 2021 e prevê-se a elaboração da 2.ª fase de uma aquisição de serviços desta natureza.

Para além do referido anteriormente em relação às ações a realizar durante o ano de 2022, este serviço desenvolverá as atividades da sua responsabilidade, com enfoque nos novos projetos a desenvolver no combate às alterações climáticas e à concretização dos processos de integrações de infraestruturas municipais em curso, no SMAASA.

4.5. Gestão do capital humano

De modo a assegurar o desempenho cabal da sua missão, que se centra em áreas marcadamente de serviço público, a Águas do Algarve, S.A. necessita de quadros muito qualificados, o que torna mais exigente a política de recursos humanos da Empresa, que tem de estar orientada para a valorização dos colaboradores e para a sua motivação através de níveis cada vez mais elevados de satisfação.

Caracterização dos recursos humanos da Águas do Algarve, S.A.

No exercício da sua missão, a Águas do Algarve, S.A. tem optado, ao longo dos anos, por utilizar recursos internos para as tarefas de operação ligadas ao tratamento e abastecimento de água, e utilizar recursos externos e internos, desde 2018, para as tarefas de operação de recolha e tratamento de águas residuais, bem como para as tarefas de manutenção dos equipamentos, quer sejam de água, quer de saneamento.

Tendo consciência que o setor de atividade em que a Águas do Algarve, S.A. se insere, e o território onde atua, acarretam exigências muito fortes quanto à qualidade do produto fornecido (água para consumo humano) e qualidade dos serviços prestados (tratamento de águas residuais) numa região (Algarve) basilar para a economia nacional, está implementada a opção de dotar a Empresa de um departamento laboratorial de excelência, com recursos materiais e humanos próprios, altamente especializados, capazes de controlar todos os processos ligados ao ciclo completo da água, levando a que a Águas do Algarve, S.A. tenha sido pioneira em Portugal na obtenção da certificação, segundo normas internacionais, do produto Água por si abastecida.

Como resultado desta estratégia, os trabalhadores da Águas do Algarve, S.A. repartem-se pelas seguintes áreas:

Colaboradores por áreas (excluindo órgãos sociais)	2021	2020
Abastecimento	56	51
Saneamento	31	31
Laboratórios	32	31
Estrutura	60	57
Cedidos + Licenças sem retribuição	0	0
Total	179	170

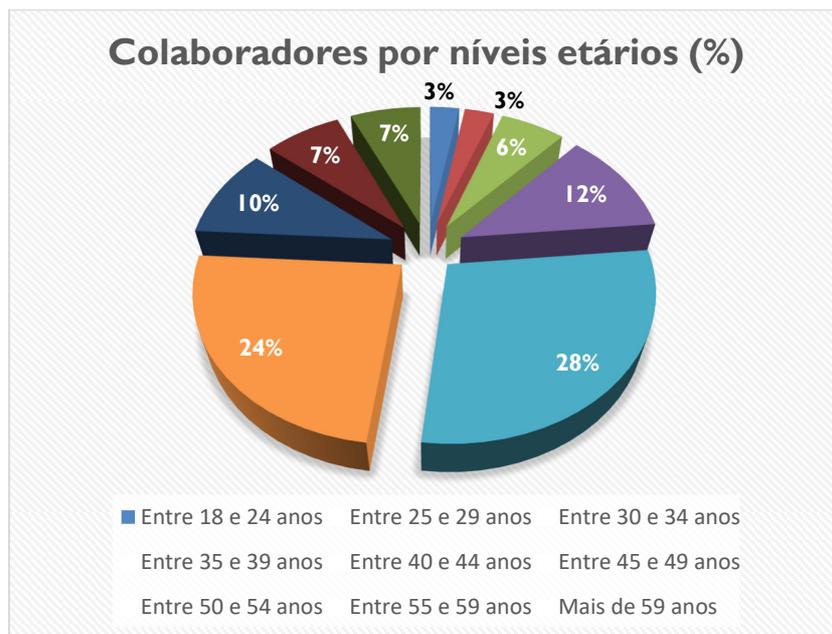


Colaboradores por área (%)

Em 31 de dezembro de 2021 o número total de colaboradores na situação de efetividade situou-se em 179.

A estrutura etária dos colaboradores da Empresa tem a idade média de 44 anos e é fortemente dominada pela faixa etária dos 40 aos 44 anos.

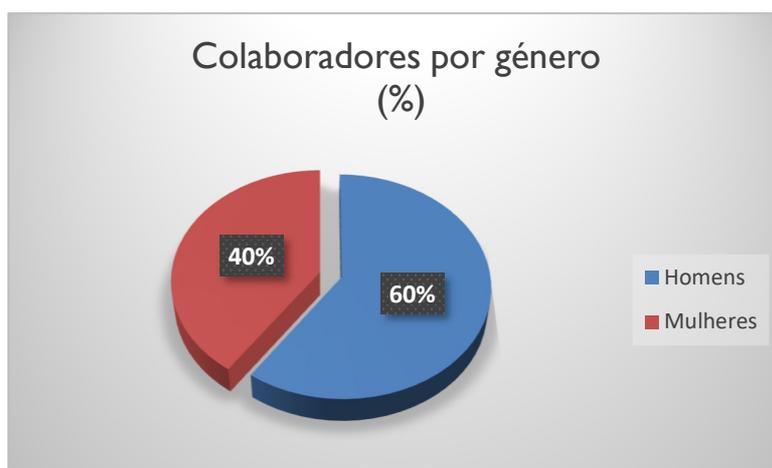
Colaboradores por níveis etários	2021	2020
Entre 18 e 24 anos	5	2
Entre 25 e 29 anos	5	3
Entre 30 e 34 anos	11	9
Entre 35 e 39 anos	21	27
Entre 40 e 44 anos	51	51
Entre 45 e 49 anos	43	39
Entre 50 e 54 anos	18	18
Entre 55 e 59 anos	13	11
Mais de 59 anos	12	10
Total	179	170



Colaboradores por níveis etários (%)

Em 2021 a distribuição dos colaboradores, ao nível dos géneros, revela uma repartição predominante do sexo masculino:

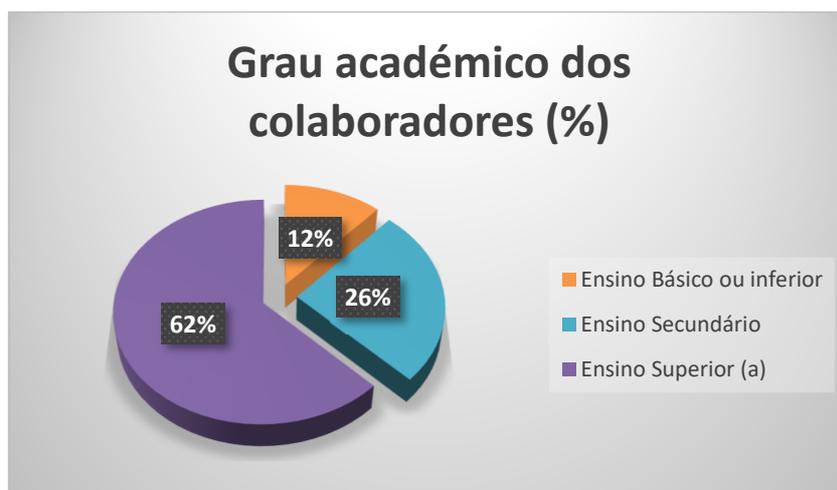
Colaboradores por género (excluindo órgãos sociais)	2021	2020
Homens	107	103
Mulheres	72	67
<i>Total</i>	<i>179</i>	<i>170</i>



Colaboradores por género (%)

Em 2021 a Empresa continuou a evidenciar um nível elevado de qualificação dos seus colaboradores, sendo o peso dos colaboradores com grau de ensino superior de cerca de 62,57%

Grau académico dos colaboradores	2021	2020
Ensino Básico ou inferior	21	21
Ensino Secundário	46	43
Ensino Superior (a)	112	106
Total	179	170



Grau académico dos colaboradores (%)

O quadro seguinte resume os indicadores de tempo de 2021:

Tempo de trabalho dos colaboradores (excluindo órgãos sociais)	2021	2020
Potencial de horas de trabalho (1)	317 100	309 960
Horas efetivas trabalhadas (sem HS) (2)	292 768	282 444
Horas não trabalhadas (sem férias) (3)=(1)-(2)	24 332	27 516
Horas de trabalho suplementar (HS)	2 205	2 174
Taxa de Absentismo	7,67%	8,88%

Motivos do absentismo (excluindo órgãos sociais)	2021	2020
Acidentes de trabalho	744	116
Doença	15 463	13 081
Suspensão disciplinar	80	96
Assistência a familiares	549	905
Maternidade/paternidade	6 505	3 392
Outras causas	990	1 909
Total	24 332	19 499

Constata-se que no ano de 2021 o nível de absentismo melhorou ligeiramente como resultado, essencialmente, do decréscimo das horas relacionadas com assistência a familiares e outras causas. Este efeito é grandemente explicado pela pandemia e pelo facto de, sempre que fosse compatível com o exercício das funções dos colaboradores, a Empresa ter estado todo o ano com recurso ao trabalho remoto como forma de a mitigar.

Formação profissional

A qualificação dos recursos humanos constitui uma das prioridades da Águas do Algarve, S.A., por se considerar que a melhoria dos níveis de qualificação se revela de importância estratégica para sustentar um novo modelo de desenvolvimento, baseado na inovação e no conhecimento. É também esta a convicção dos seus colaboradores que continuam a apostar na melhoria das suas habilitações literárias, sendo cada vez mais as horas de formação em ambiente académico.

Os princípios básicos ligados à operação, a Revisão do Código dos Contratos Públicos de 2021, e Liderança Consciente, foram as formações com maior número de horas ministradas em 2021.

A formação proporcionada em 2021 vem detalhada no quadro abaixo:

Número de horas de formação (excluindo órgãos sociais)	2021	
	Horas	%
Internas	364	15%
Externas	2 114	85%
Total	2 478	100%

Seguro de saúde e seguro de vida

A 31 de dezembro de 2021, todos os colaboradores da Empresa estavam abrangidos por um seguro de saúde, extensível aos respetivos cônjuges não separados de pessoas e bens ou equiparados (pessoas em união de facto com o trabalhador) e filhos ou equiparados enteados ou adotados). Os filhos, enteado ou adotado serão excluídos da apólice na data da renovação desta ocorrida imediatamente após completarem 25 anos de idade, exceto se, cumulativamente, permanecerem no agregado familiar do trabalhador, forem portadores de deficiência, ou doença crónica, que confira grau de incapacidade permanente, e não auferirem remuneração. Nestes casos a exclusão da apólice ocorre na data da renovação desta ocorrida imediatamente após completarem 30 anos de idade.

A Empresa proporciona ainda a todos os colaboradores um seguro de vida.

Segurança no trabalho

A Águas do Algarve, S.A. continua empenhada na promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável para todos os que, direta ou indiretamente, consigo trabalham. A melhoria das condições de trabalho e a prevenção de acidentes, tem sido uma das principais preocupações desta Empresa, ao longo dos anos.

Em 2021 destaca-se:

- Acompanhamento da medicina no trabalho: No âmbito da medicina no trabalho o médico esteve presente nas instalações da Empresa para acompanhamento dos trabalhadores, cerca de 9h/mês, tendo sido realizadas 24 visitas;
- Baixo índice de sinistralidade: foram registados 3 (três) acidentes de trabalho em 2021, número inferior aos anos anteriores (2019 e 2020 – 7 acidentes). Houve também uma consequente redução dos dias de baixa, dado que se tratou de acidentes menos graves.
- Formação: foram realizadas diversas ações de formação no âmbito da SST, com especial relevância para as ações internas sobre trabalhos em altura e produtos químicos perigosos e para a ação interna por entidade externa de Segurança e Laboratórios. Estas ações ministradas em diversas instalações da Empresa contaram com a participação de cerca de 90 formandos da AdA. Foram ainda realizados 11 simulacros em 11 instalações diferentes.

4.6. Financeira

Análise económica

O Volume de Negócios associado à atividade de exploração dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais da Empresa cifrou-se em cerca de 59,8 milhões de euros em 2021, representando um aumento de 1,3% face ao ano anterior. Este acréscimo resultou da combinação de vários fatores, nomeadamente:

- de um aumento dos volumes faturados na área de negócio do abastecimento, passando de 68,21 Mm3 para 71,06 Mm3 (+3,95%) em 2021;
- do decréscimo de 0,9% na tarifa praticada no abastecimento de água, nomeadamente, de 0,4771 €/m3 para 0,4728€/m3 e nos rendimentos tarifários, de 26.472.338 de euros para 26.237.120 de euros.

Relativamente ao volume de efluente tratado em 2021, verificou um ligeiro aumento, na ordem dos 8,7 mil m3, embora, não tivesse impacto no volume de negócio da Águas do Algarve, S.A. por força da adoção do método de faturação por via de rendimentos tarifários.

Abaixo o volume de negócio em euros:

Volume de negócios ⁽¹⁾	2021	2020	Varição	Varição
Vendas	33.596.511	32.542.552	1.053.959	3,24%
Prestação de serviços	26.237.766	26.478.797	-241.031	-0,91%
Volume de negócios	59.834.278	59.021.350	812.928	1,34%

(1) -O volume de negócios apresentado não inclui os Rendimentos dos Serviços de Construção e DRG

Relativamente aos rendimentos e gastos relacionados com a manutenção e exploração dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais é de evidenciar o seguinte:

- No caso do abastecimento de água, os serviços de operação são assegurados totalmente por recursos internos (da AdA) e os serviços de manutenção estão contratados externamente. No saneamento, todos os serviços de operação e manutenção foram contratados externamente exceto para a nova ETAR de Faro/Olhão;

- Em abril 2020 iniciaram-se novos contratos de operação e manutenção para as duas zonas de saneamento, Nascente e Poente, e também se deu início, em fevereiro de 2020, a dois contratos, um para cada lote, para o transporte de lamas provenientes das ETARs. Estes contratos, por razões de estratégia da Empresa, passaram a ter objetos diferentes dos anteriormente celebrados, o que implica que a comparabilidade entre 2021 e 2020 para cada rubrica específica de Fornecimentos e Serviços Externos perca significado quanto a conclusões, passando a valer a análise de rubricas agregadas.

Assim, considera-se que o *cash-cost* é o indicador mais adequado para retirar conclusões, indicador esse que se explicita de seguida:

Cash-cost	2021	2020	Varição	Varição
Gastos de Vendas (1)	1.959.076	2.387.017	-427.941	-17,93%
FSE	23.893.319	24.193.356	-300.037	-1,24%
Gastos com o Pessoal	5.598.973	5.685.161	-86.188	-1,52%
Outros gastos operacionais *	651.085	645.340	5.745	0,89%
soma 1	32.102.453	32.910.874	-808.421	-2,46%
Subsídios à exploração	338.098	124.770	213.329	170,98%
Outros rendimentos operacionais **	1.273.461	632.455	641.006	101,35%
soma 2	1.611.559	757.225	854.334	112,82%
Cash-Cost =soma 1 - soma 2	30.490.894	32.153.649	-1.662.755	-5,17%

* - exceto imposto selo operações financeiras e imparidades

** - exceto subsídios ao investimento

(1)- O Gasto das Vendas apresentado não inclui os Gastos dos Serviços de Construção

Como se constata, o *cash-cost* diminuiu como resultado do decréscimo dos gastos ocorridos nas várias rubricas, em especial para o CMVMC, os "FSE" e "Outros Gastos Operacionais", somando conjuntamente 814 mil euros, devido a uma redução na compra de água bruta para a ETA de Fontainhas (-112 mil euros) com origem na Barragem da Bravura, a redução dos gastos com reagentes por não ter incorporado no sistema de abastecimento, água bruta com origem na Barragem do Funcho e uma significativa redução nos gastos com Energia, motivada pela redução do preço unitário no fornecedor, que anulou o efeito do aumento das outras rubricas de FSE's.

Assim, apresenta-se de seguida, o detalhe dos gastos mais significativos, os quais representam cerca de 93% dos gastos em FSE:

Rubrica	2021	2020	Varição	
			Euros	%
621 - Subcontratos	11.134.618	10.663.185	471.433	4,4%
6241 - Electricidade	3.209.701	4.888.086	-1.678.386	-34,3%
6261 - Rendas e alugueres	122.540	173.062	-50.522	-29,2%
6263 - Seguros	228.832	474.366	-245.534	-51,8%
6226 - Conservação e reparação	2.931.342	2.766.192	165.150	6,0%
6221 - Trabalhos especializados	4.274.465	3.930.633	343.832	8,7%
62681003-Material de laboratório	332.939	259.494	73.444	28,3%
Outros FSE	1.658.883	1.038.337	620.546	59,8%
62 - FSE	23.893.319	24.193.356	-300.037	-1,2%

Contando que os contratos de operação e manutenção das infraestruturas de saneamento começaram a ser executados em abril de 2020 verifica-se um agravamento do saldo da rubrica subcontrato em 2021, pois enquanto o modelo teve uma execução de 12 meses em 2021, 2020 apenas conta com uma execução de 8 meses. Posto isto, verifica-se, em 2021, um aumento de 4,4% (+471 mil euros) na rubrica de subcontratos, um aumento de 8,7% (+344 mil euros) na rubrica trabalhos especializados, um aumento de 6% (+165 mil euros) na rubrica conservação e reparação e igualmente um aumento de 59,8% em outros FSE (+621 mil euros) que resulta das contas de trabalho temporário (+170 mil euros), desmatização e limpeza de espaços verdes (+138 mil euros) e ainda, um aumento de 252 mil euros na conta correções relativas a exercícios anteriores. Em contraciclo, verifica-se uma redução de 34,3% (-1,68 M euros) na rubrica de energia, explicada pelo acima exposto relativamente aos contratos de operação e manutenção das infraestruturas de saneamento, pela redução do preço unitários no fornecedor (-17,3%) e pela redução efetiva dos consumos de eletricidade (-6,1%).

As rendas e alugueres evidenciam um decréscimo de valor entre 2021 e 2020 devido essencialmente às rubricas FSE-Aluguer Viat. s/Cond. – Outras e FSE-Renda Máquinas e Equipamentos com uma redução de 39 mil euros e 17 mil euros respetivamente.

A diferença entre o Volume de Negócios e o *Cash-Cost* representa o EBITDA gerado pela Empresa, cuja evolução se apresenta no quadro seguinte, evidenciando-se igualmente o peso do EBITDA no Volume de Negócios.

EBITDA ⁽¹⁾	2021	2020	Variação €	Variação (%)
Volume de negócios	59 834 278	59 021 350	812 928	1,4%
Cash-Cost Líquido	30 490 894	32 153 649	-1 662 755	-5,2%
EBITDA	29 343 384	26 867 701	2 475 683	9,2%
EBITDA : VN	49,0%	45,5%		3,5%

A componente financeira associada aos gastos com os recursos das entidades financiadoras da Empresa (bancos + empréstimos AdP) e com os proveitos decorrentes das aplicações financeiras e juros de mora imputáveis aos clientes evoluiu conforme quadro seguinte:

Resultados Financeiros	2021	2020	Variação	Variação
Gastos financeiros (1) (2)	6.282.497	7.737.145	-1.454.648	-18,80%
Rendimentos financeiros (1)	1.821.140	1.315.502	505.638	38,44%
Resultados Financeiros	4.461.357	6.421.643	-1.960.286	-30,53%

(1) - exceto justo valor

(2) - inclui imposto selo operações financeiras

Os gastos financeiros diminuíram em linha com a diminuição do endividamento da Empresa de 2020 para 2021.

Os rendimentos financeiros de 2021, excluindo o efeito do justo valor, aumentaram 38,4% relativamente ao ano 2020 devido à regularização das prestações iniciais do ARD celebrado com o Município de VRSA.

Conjugando os valores do EBITDA com os Resultados Financeiros e IRC, conforme quadro seguinte, chegamos ao indicador Cash-Flow Líquido, que aumentou em valor absoluto e no peso face ao Volume de Negócios.

Cash Flow Líquido	2021	2020	Varição	Varição
EBITDA	29.343.384	26.867.701	2.475.683	9,21%
Resultados financeiros	4.461.357	6.421.643	-1.960.286	-30,53%
IRC	-998.899	267.311	-1.266.211	-473,68%
Cash Flow Líquido	25.880.926	20.178.747	5.702.180	28,26%
Cash Flow Líquido : VN	43,3%	34,2%		

Pelo quadro acima podemos concluir que o denominado cash-flow líquido melhorou face ao volume de negócios, passando de 34,2% para 43,3% em 2021.

O quadro seguinte evidencia, em detalhe, a evolução das restantes rubricas de gastos e rendimentos associados ao investimento e justo valor, cujo agregado denominamos gastos de investimento.

Gastos e Rendimentos ligados ao investimento e justo valor	2021	2020	Varição	Varição
Amortizações	20.226.439	19.322.648	903.791	4,68%
Provisões / Perdas por Imparidade	1.040.188	516.839	523.349	101,26%
Gastos (justo valor)	149.811	181.698	-31.887	-17,55%
soma 1	21.416.438	20.021.186	1.395.252	6,97%
Subsídios ao Investimento	5.771.409	5.635.771	135.637	2,41%
Rendimentos (justo valor)	39.236	37.449	1.787	4,77%
Margem (IFRIC 2)	0	353.411	-353.411	-100,00%
soma 2	5.810.645	6.026.632	-215.987	-3,58%
Gastos Inv= Soma 1 - Soma 2	15.605.793	13.994.554	1.611.239	11,51%

Conjugando os valores do Cash-flow líquido com os deste último quadro (gastos de investimento), chegamos aos Resultados Líquidos da Empresa, cuja evolução se apresenta de seguida:

Cash Flow Líquido	2021	2020	Varição	Varição
Cash-flow líquido	25.880.926	20.178.747	5.702.180	28,26%
Gastos Inv	15.605.793	13.994.554	1.611.239	11,51%
Resultados Líquidos	365.764	739.364	-373.600	-50,53%
Resultados líquidos / Capital Social	1,23%	2,48%		

Os resultados antes de impostos reduziram-se significativamente em 2020 e em 2021 face a 2019. O mesmo se verificou em relação aos resultados líquidos, gerando uma rentabilidade dos capitais próprios de 4,1% em 2019, 2,5% em 2020 e de 1,2% em 2021. O principal motivo para este decréscimo está relacionado com o registo contabilístico a partir de 2019, e nos termos do novo Contrato de Concessão assinado em julho de 2019, dos desvios de recuperação de gastos (superavit tarifário). Em 2021 o DRG registado, em termos líquidos de impostos diferidos, ascendeu a cerca de 7,4 milhões de euros.

Situação financeira

Da análise económica efetuada acima resulta que a situação financeira da Empresa é robusta melhorou consideravelmente face a 2020:

- A Empresa reduziu o seu Passivo oneroso em 5%, melhorou o seu Prazo Médio de Pagamentos, passando-o de 47 para 38 dias e reduziu o valor de dívidas vencidas de clientes em 1%.
- Em termos de Resultados o rácio EBITDA / Volume de Negócios melhorou, passando de 46% em 2020 para 49% em 2021, e o Resultado Líquido da Atividade (sem o Desvio de Recuperação de Gastos) aumentou 39%.

No capítulo abaixo designado por “prazos médios de recebimento e pagamento” analisa-se o comportamento dos clientes e da Empresa face aos fornecedores, de que resultou uma tesouraria melhorada para a Águas do Algarve, S.A..

Quanto aos investimentos, a nota 6 do anexo às contas evidencia o acréscimo de 7,3 milhões de euros em ativos tangíveis e intangíveis brutos (excluindo o valor residual da barragem de Odelouca no montante de 14,7 milhões de euros) e um acréscimo de 145 mil euros em ativos financeiros.

O quadro seguinte dá-nos conta de como decorrem as candidaturas no âmbito do POSEUR:

Candidatura - Contrato em vigor			Pedidos de Pagamento			Comparticipação			
Código - Designação	Valor elegível da Candidatura (1)	Comparticipação (2)	Despesas apresentadas (3)	Desp. elegíveis já aprovadas (4)	Despesas não elegíveis (5)	Despesas em análise (6)	Comparticipação Aprovada (7)	Valor Recebido (8)	Valor aprovado ainda não recebido (9)
FC-000028-FaroOlhão	16.653.651	14.383.297	17.100.811	15.949.292	1.151.519	0	13.678.938	13.524.001	154.937
FC-000027-Companheira	11.831.658	10.229.979	11.983.696	10.710.336	1.273.360	0	9.108.656	8.694.058	414.598
FC-000026 - Vila do Bispo Sagres	2.026.246	1.722.309	2.087.797	2.016.806	70.991	0	1.716.423	1.630.602	85.821
FC-000025 - Algoz Tunes	1.817.039	1.544.483	1.857.263	1.781.032	76.231	0	1.513.877	1.438.183	75.694
FC-000002 - Monchique Norte	770.752	655.139	781.971	767.134	14.838	0	652.064	622.383	29.681
FC-000835 - Beneficção da ETA de Alcantarilha	4.923.456	3.405.549	4.844.418	4.815.556	28.863	0	3.331.633	3.235.271	96.362
FC-0001445 - Construção de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR de Vila Real de Santo António	1.156.332	809.433	31.639	12.089		15.520	12.089	12.089	
TOTAIS	39.179.134	32.750.189	38.687.595	36.052.244	2.615.801	15.520	30.013.680	29.156.588	857.092

1) Montante Elegível aprovado na Candidatura

2) Montante máximo de participação aprovada

3) Montante total de despesas apresentadas em PP

4) Montante elegível total aprovado, das despesas apresentadas em PP

5) Montante não elegível validado, das despesas apresentadas em PP

6) Pedidos de Pagamento em análise

7) Montante de participação aprovada, face às despesas elegíveis apresentadas em PP

8) Montantes de participação já recebidos

9) Montantes de participação já aprovados, por pagar

Prazos médios de recebimento e de pagamento

A Águas do Algarve, S.A. é prestadora dos serviços de abastecimento e de saneamento “em alta” para a região do Algarve. Como consequência, os Clientes são as Câmaras Municipais ou Empresas detidas exclusiva ou maioritariamente pelos Municípios, perfazendo atualmente 19 clientes.

Os quadros seguintes resumem a dívida (não corrente e corrente) dos clientes no final de 2021 e 2020 e os prazos médios de recebimento:

	2021	2020	Variação	
			Euros	%
Dívida Vencida	13.444.722	13.561.140	-116.418	-0,9%
Dívida Não Vencida	24.905.133	23.905.778	999.356	4,2%
TOTAIS	38.349.856	37.466.918	882.938	2,4%

Os saldos acima correspondem a valores brutos, portanto sem imparidades (2.718.640€ em 2021), e faturados, ou seja, sem Acréscimos de juros de mora não faturados a clientes (2.575.698€ em 2021).

PMR	2021	2020	Variação	
			Dias	%
PMR (Dias)	57	59	-2	-2,9%

Verifica-se no final de 2021 um aumento da dívida total de clientes, uma ligeira diminuição da dívida vencida por contrapartida da dívida total não vencido. Este efeito tem origem em 2020, no recebimento de dívidas de clientes não vencidas antes do fim do prazo de pagamento, o que não se verificou em 2021. A semelhança de anos anteriores, e conforme pode ser verificado no quadro da dívida total de clientes, a Empresa renovou o esforço em procurar resolver diferendos com clientes com vista a recuperação de créditos vencidos, o que resultou em 2021, na diminuição da dívida vencida em 116 mil euros.

A semelhança do verificado no mandato anterior, após a nomeação do Conselho de Administração em 15 de março de 2021 para o triénio 2021-2023, foram efetuadas várias reuniões com os municípios com idade do saldo superior a 2 meses com o objetivo de se estabelecerem plataformas de entendimento para que os acordos existentes fossem respeitados e/ou se estabelecessem novos acordos. Os pontos mais relevantes são os seguintes:

Tavirverde E.M.

O valor vencido, 3,32 milhões de euros, corresponde a 4 Processos que se encontram no Supremo Tribunal a aguardar decisão;

VRSA, SGU E.M. / Município de Vila Real de Santo António

A 25 de maio 2021 foi celebrado um Acordo de Regularização de Dívida (ARD), para 16,8 M€. À data de fecho do ano de 2021 o cliente amortizou as prestações trimestrais consideradas no Plano de Pagamento do

ARD. A expectativa da AdA é a de que o remanescente do ARD à data seja regularizado via FAM – Fundo de Apoio Municipal, ou através de uma cessão de posição contratual a um banco comercial ou ao BEI.

Atendendo ao acima referido, tendo sido celebrado o referido ARD, reclassificou-se, para não vencida, a dívida incluída no acordo. A restante dívida poderá ser resolvida extrajudicialmente, favorecendo o indicador de gestão “Dívida Comercial de Devedores Municipais”, caso este se mantenha em 2022, independentemente da data de entrada em caixa ou equivalente de caixa se verificar.

Fora do ARD ficaram 9,8 M€, que se mantêm em tribunal.

Águas de VRSA

No final do exercício, o cliente registava uma dívida vencida de 237,8 mil euros correspondente às faturas AA e AR de outubro de 2021. O Cliente tem registado valores vencidos nos fechos de cada mês, liquidando-os num prazo entre 60 e 90 dias.

FAGAR

Relativamente ao Acordo de Regularização de Dívida (ARD), celebrado em 2011 entre a Empresa e a FAGAR, a AdA mantém contabilisticamente um valor em aberto de 1,06 milhões de euros. Aquando da integração das infraestruturas de saneamento no património da AdA, S.A., haverá lugar à compensação de valores que resultarem da valorização final das infraestruturas, a qual irá ser ainda feita.

Em 2021 foi iniciado um processo para conciliação de registos contabilísticos e acerto de contas com a CM Faro e a FAGAR, visando resolver algumas divergências que persistiram durante alguns anos. A conciliação foi realizada durante o exercício de 2021.

Os trabalhos referentes à formalização da transferência da propriedade de ativos e do cumprimento dos termos da adesão do Município de Faro aos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento estão em curso, tendo as entidades acordado a contratação de serviços jurídicos comuns para o efeito, que desejavelmente permitirá no curto prazo regularizar os processos em aberto entre a AdA e a FAGAR.

Relativamente aos **restantes clientes**, verifica-se, em termos gerais, o cumprimento do determinado no contrato de concessão, concretamente, às condições de crédito que este determina (60 dias). Em alguns casos, os saldos apresentados correspondem a faturas emitidas a 30.11.2021 e 31.12.2021.

Para além dos valores contabilizados na conta de clientes, estão registados na rubrica de devedores por acréscimos de rendimentos, 3,7 milhões de euros referentes a juros de mora estimados para os atrasos na regularização de dívida, tais como a dívida de clientes em injunções/processos administrativos (ver nota 11).

No que respeita ao pagamento a fornecedores, os prazos contratualmente estabelecidos, em regra 30 dias, estão a ser antecipados. De notar que o saldo de fornecedores de imobilizado incorpora valores de integração de património municipal ainda não liquidados por razões de natureza administrativa, nomeadamente obtenção das autorizações do concedente para proceder à integração, bem como retenções de pagamento de faturas como garantia prevista em contrato, nos termos do Código da Contratação Pública.

PMP	2021	2020	Variação	
			Dias	%
PMP (dias)	38	47	-9	-19,1%

O valor do PMP melhorou substancialmente de 2020 para 2021, devido ao esforço da Empresa em liquidar os seus compromissos comerciais num prazo mais curto.

4.7. *Investigação e desenvolvimento / Inovação*

No ano de 2021 deu-se seguimento à execução dos projetos IDI, iniciaram-se novos projetos e elaboraram-se novas candidaturas, tendo-se apoiado igualmente a realização de estudos e projetos por parte de entidades do Sistema Científico e Tecnológico.

Projetos I+I&D

- *Projeto AA-Floods*

Em 2021 a AdA deu continuidade à execução do projeto AA-FLOODS - Novas ferramentas de prevenção, alerta, coordenação e gestão de Emergência por Cheias ao nível local – no âmbito do Programa Europeu - Espaço Atlântico, que conta com 9 parceiros de 5 países, especificamente de Portugal, Espanha, França, Irlanda e Reino Unido. O projeto iniciou-se em 1 de março de 2019, tendo uma duração de 36 meses. Contudo, devido à conjuntura associada à Pandemia, o Projeto foi objeto de uma prorrogação, pelo que se prevê que termine em 3 de setembro de 2022. O projeto AA-FLOODS mereceu aprovação do Programa Europeu - Espaço Atlântico, e tem um orçamento global de 2.483.642€.

As cheias são os fenómenos decorrentes das Alterações Climáticas que afetam mais pessoas na área do Espaço Atlântico. Esta é uma matéria de gestão e responsabilidade não só dos governos nacionais e regionais, mas também dos municípios, comunidades locais, entidades gestoras de água, meio científico e ONGs. O objetivo do AA-FLOODS é unir esses atores para criar e testar novas ferramentas, projetos pilotos, planos e regulamentos que melhorem a gestão e a resposta a situações de inundações.

No âmbito do projeto AA-FLOODS a AdA pretende desenvolver novas ferramentas ao nível dos sistemas de prevenção e simulação de inundações/cheias, com especial foco no vale a jusante da Barragem de Odelouca, e com o objetivo de otimizar o regime de descargas da barragem, num compromisso entre assegurar o cumprimento das descargas necessárias à garantia da segurança estrutural da barragem e minimizar o risco e danos no vale a jusante. No ano de 2021 a AdA participou, em articulação com os restantes parceiros, na definição de metodologias a adotar para implementação dos objetivos do projeto; promoveu a Produção de Modelo Digital de Terreno (MDT), Modelo Digital de Superfície (MDS), Modelo Digital de Elevação (DEM) e Ortofotomapas da área de influência da descarga da barragem de Odelouca através da utilização de LIDAR (*Light Detection And Ranging*) e Aerofotogrametria, e a realização de levantamentos topográficos para caracterização de secções transversais e definição geométrica de pontes na ribeira de Odelouca, com o objetivo da sua integração nos modelos de simulação de cheias em desenvolvimento;

- *IDIAQUA*

Em 2021 deu-se continuidade ao projeto IDIaqua - *Fortalecimento da I&D+I de Excelência em Matéria de Tratamento de Águas Residuais para Pequenos Aglomerados*, o qual é financiado no âmbito do programa INTERREG V A Espanha-Portugal (POCTEP). O consórcio é constituído por 16 parceiros. O coordenador do

projeto é o CENTA (*Centro de las Nuevas Tecnologías del Agua*), participando os seguintes parceiros para além da AdA: *Universidade de Cádiz, Universidade de Sevilha, Universidade de Extremadura, Centro Tecnológico Avanzado de Energías Renovables, Centro Andaluz de Innovación y Tecnologías de la Información y las Comunicaciones, Asociación de Abastecimientos de Agua y Saneamientos de Andalucía, Dirección General de Infraestructuras y Explotación del Agua de la Junta de Andalucía, Dirección General de Infraestructuras de la Junta de Extremadura, Promedio, Gihisa, Universidade da Beira Interior, Universidade do Algarve, EPAL e Parceria Portuguesa para a Água*. O projeto foi prolongado por mais 6 meses, tendo terminando em junho 2021.

Este projeto visa a consolidação da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação relativamente a processos de tratamento de águas residuais para pequenos aglomerados, prevendo a aplicação de sistemas tecnológicos inovadores que possuam pegada de carbono reduzida, baixos consumos energéticos, reduzidos custos de exploração e, sempre que possível, que utilizem processos naturais (sistemas extensivos).

Durante o ano de 2021 continuou-se com a exploração do protótipo anaeróbio de lama granular de fluxo ascendente (UASB), que tinha sido instalado na ETAR de Lagos, no último trimestre de 2019, monitorizando o respetivo desempenho. Procedeu-se à aquisição de equipamento de monitorização de molde a acompanhar mais de perto a operação do sistema. A digestão anaeróbia na fase líquida foi testada com o intuito de avaliar a sua eficiência na remoção da carga orgânica, dado que possui vantagens comparativamente a outras tecnologias, designadamente a nível de redução do consumo energético e de produção de lamas de depuração.

A nível de divulgação de resultados do projeto, destaca-se a participação no evento SMALLWAT 21, nos dias 17 e 18 de junho, em Sevilha, onde se realizou a reunião de fecho do projeto. Foi desenvolvido um vídeo onde se apresentou e se descreveu o projeto e o protótipo UASB testado em Lagos, e foram apresentadas duas comunicações. O projeto foi igualmente objeto de apresentações através de comunicações orais nas Jornadas de Engenharia do Grupo AdP, que decorreram entre 25 e 29 de outubro e no ENEG 2021, realizado em Vilamoura, entre 23 e 26 de novembro;

- **PRED AQUA**

Embora o projeto PRED AQUA – *Pré-tratamentos de Águas Residuais Industriais e Domésticas: Contribuição para o desenvolvimento económico em equilíbrio com o meio ambiente*, aprovado no âmbito do programa INTERREG V A Espanha-Portugal (POCTEP), coordenado pela ARECIAR (*Agencia de Régimen Especial Ciclo Integral de Aguas del Retortillo*), e que contou como parceiros para além da AdA a Promedio (*Diputación de Badajoz*) e a Águas Públicas do Alentejo. S.A., tenha terminado em 2020, durante o ano de 2021 continuou-se com a operação do UASB, à escala piloto, na fase líquida. O desempenho do sistema foi bastante bom, tendo os resultados sido divulgados nas Jornadas de Engenharia do Grupo AdP e no ENEG 2021.

- **SECASOL**

Em 2021 deu-se seguimento à operação do sistema de secagem solar de lamas através da desidratação por leitões de macrófitas, que foi construído no âmbito do projeto SECASOL – *Aplicação de tecnologias inovadoras para melhorar a eficiência dos processos de secagem de lamas de Águas Residuais e de Resíduos Sólidos Urbanos através da utilização de Tecnologias Solares nas regiões de Andaluzia-Algarve-Alentejo*, que foi financiado pelo programa INTERREG V A Espanha-Portugal (POCTEP), tendo terminado em 2020. Procedeu-se à monitorização das variáveis de operação do sistema de modo a otimizar as respetivas condições operacionais, designadamente a nível da carga de lamas aplicada, ao longo das várias estações do ano, e determinar o critério de dimensionamento mais adequado para instalações da região. Procedeu-se à divulgação dos resultados nas Jornadas de Engenharia do Grupo AdP e no ENEG 2021.

➤ WATER MINING

Continuou-se com a execução projeto de I&D e inovação WATER- MINING – “*Next generation water-smart management systems: large scale demonstrations for a circular economy and society*”, que é coordenado pela Universidade Técnica de Delft (Países Baixos) e conta com a participação de 38 parceiros europeus dos setores científico – tecnológico e Empresarial, público e privado, provenientes de 12 países. O projeto é financiado pela União Europeia ao abrigo do programa Europeu de inovação e investigação H2020, no tópico CE-SC5-04-2019 - *Building a water-smart economy and society, subtópicos Symbiosis between industry and water utilities e Large Scale applications with multiple water users at various relevant scales* e tem como principal objetivo desenvolver tecnologias inovadoras e energeticamente eficientes para o tratamento de águas residuais urbanas e industriais, bem como para a dessalinização da água do mar, promovendo a produção de materiais com valor de mercado a partir dos resíduos formados no tratamento e para a utilização sustentável de fontes alternativas de água, contribuindo assim para a implementação da Diretiva Quadro da Água e para a criação de novos modelos de negócio baseados na Economia Circular no setor da Água.

A AdA participou em diversas ações do projeto, destacando-se os ensaios que serão realizados numa unidade protótipo na ETAR de Faro-Olhão, para produção de substâncias poliméricas extracelulares (EPS), do tipo alginatos - KAUMERA - a partir da lama granular em excesso do processo NEREDA®. Realizaram-se várias sessões de trabalho para discussão do dimensionamento do protótipo que, em 2021, começou a ser construído nos Países Baixos.

Desenvolveu-se igualmente as componentes sociais (atividade WP2) e de mercado (Atividade WP9) do projeto, incluindo a criação das Comunidades de Prática (*Communities of Practice, CoP*), onde participam as principais partes interessadas. Em setembro decorreu a reunião alargada com todas as partes interessadas, tendo-se discutido os principais aspetos técnicos, sociais e de mercado relacionados com o projeto. Deu-se a conhecer as tecnologias inovadoras para a recuperação de produtos de valor acrescentado do Caso de Estudo e, conjuntamente com as partes interessadas, identificaram-se oportunidades de mercado, bem como algumas barreiras e facilitadores, ao nível político, jurídico, económico, social, tecnológico e ambiental.

➤ SINERGEA

Em 2021 entrou-se no segundo ano de execução do projeto SINERGEA – “*Sistema inteligente para apoio ao uso eficiente de recursos e à gestão de emergências de inundações e de contaminação balnear em cidades costeiras*”, que tem como parceiros beneficiários para além da AdA a SIEMENS S.A. (promotor líder), o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), a Universidade do Algarve (UAAlg) e o Instituto Superior Técnico. Conta ainda com o Município de Albufeira (MunAlb) e a Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Algarve (APA-ARHAlg), como parceiros não financiados.

O projeto tem como principal objetivo criar uma plataforma inteligente e inovadora de suporte à gestão integrada e otimizada da energia, da qualidade da água balnear e da inundações em cidades costeiras.

Em 2021 desenvolveram-se as atividades A2 - Desenvolvimento da infraestrutura de modelação integrada energia - inundações urbanas - zonas balneares; A3 - Desenvolvimento da plataforma inteligente XHQ-SINERGEA e A4 - Demonstração em caso de estudo real - a cidade de Albufeira e ambientes adjacentes.

Realizou-se o planeamento das campanhas experimentais in situ através de diversas reuniões entre os parceiros intervenientes, tendo-se realizada uma campanha em Abril de 2021 durante um período de chuva muito baixo. Procedeu-se à implementação da base de dados em SQL com a informação disponível das instalações dos subsistemas de Vale Faro e Ferreiras, a qual é essencial para permitir a integração dos sistemas de monitorização e de controle na plataforma XHQ. Identificaram-se ainda redes de monitorização a integrar no XHQ, e definiram-se parâmetros a considerar para efeitos de cenários com as respetivas gamas de valores a simular.

➤ *SARS Control*

O projeto SARS Control, que se iniciou em 2021, tem como objetivo compreender o comportamento do vírus SARS-CoV-2 ao longo da cadeia de tratamento de águas residuais urbanas (fases líquida e sólida) de modo a avaliar em que medida as ETAR constituem barreiras eficazes à viabilidade e disseminação do vírus, e avaliar os impactos, diretos e indiretos, na saúde pública e na saúde dos ecossistemas, dos fluxos gerados nas ETAR, no contexto de economia circular. O objetivo final prende-se com a definição de eventuais medidas de controlo e mitigação adaptadas às diferentes tipologias de tratamento implementadas nas instalações. O projeto é coordenado pela AdP VALOR, fazendo parte do Consórcio a FCiências.ID, o Laboratório de Análises do Instituto Superior Técnico (LAIST) da Universidade de Lisboa, o Centro de Engenharia Biológica da Universidade do Minho e as Empresas Águas do Norte, SIMDOURO, Águas do Centro Litoral, Águas do Tejo Atlântico e SIMARSUL, para além da AdA. A ETAR de Faro-Noreste, com sistema de tratamento por lamas ativadas em regime de arejamento prolongado, foi a instalação selecionada pela AdA para fazer parte deste estudo. Realizaram-se campanhas de amostragem para monitorização dos parâmetros objeto do estudo, tendo-se iniciado a avaliação da eficiência das soluções de tratamento implementadas nas ETAR.

➤ *iAFLUI*

Em 2021 finalizou-se a participação da AdA na 2ª edição da iniciativa colaborativa para implementação de um plano de controlo de afluências indevidas – iAFLUI –, que se tinha iniciado em maio 2019. O projeto teve um formato de parceria coletiva com as entidades participantes a beneficiarem da partilha de experiências entre si, sendo coordenado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

Os principais objetivos do iAFLUI foram a disseminação das melhores e mais recentes metodologias e ferramentas de boas práticas no domínio das afluências indevidas, criação de uma rede efetiva de partilha de resultados e capacitação de um número crescente de técnicos para esta problemática.

Nesta iniciativa a AdA avaliou a existência e a magnitude das afluências indevidas (pluviais e intrusão salina) no subsistema de Faro/Olhão, através da monitorização de caudais na rede de drenagem, medição de eventos pluviométricos e da condutividade. Os resultados da monitorização evidenciam a existência de afluências indevidas salinas com elevada expressão na rede de drenagem do subsistema de Faro/Olhão.

A nível de divulgação de resultados do projeto, destaca-se a participação com comunicação oral no fórum iAFLUI, que decorreu no LNEC, no dia 13 de outubro.

Outros projetos

- *Plano de Segurança da Água do SMAAA e certificação do produto “água para consumo humano”* - Em 2021 foi mantido o Plano de Segurança da Água do SMAAA e a certificação do produto “água para consumo humano” de acordo com a recomendação ERSAR n.º 2/2011.
- *Projeto FRISCO - Gestão dos riscos de contaminação da qualidade de água induzidos pelo fogo* – A AdA colabora neste projeto coordenado pela Faculdade de Ciências da Universidade Nova de Lisboa e que possui como parceiros beneficiários a AdP VALOR, Instituto Superior de Agronomia e Universidade de Aveiro. O projeto tem como objetivo fornecer aos gestores nacionais da água e floresta informação baseada em ciência, e em tempo útil, sobre o risco de contaminação para as massas de água a jusante de fogos rurais, e sobre metodologias para minimizar o risco e mitigar as consequências. A AdA tem colaborado através da disponibilização de diversa informação,

designadamente relativa ao caso de estudo considerado que envolve a captação e barragem de Odelouca, como sejam dados de qualidade da água na referida origem de água antes, durante e após a ocorrência de incêndios; informação sobre eventuais impactos técnicos e financeiros no tratamento da água, boas práticas e partilha de experiências, entre outros.

- Prosseguiu-se com o desenvolvimento e execução de atividades de Monitorização dos Recursos Hídricos Superficiais e Qualidade de Água, Águas Subterrâneas e Fauna Bentónica em conformidade com o preconizado na DCAPE, no RECAPE e EIA da ETAR de Faro-Olhão, dando-se seguimento ao estabelecido no Acordo Específico de Colaboração entre a AdA e a Universidade do Algarve.
- *Projeto GREENTREAT – Tratamento Integrado e Sustentável de Efluentes Urbanos usando Microalgas.* A AdA participa no projeto GREENTREAT, que é liderado pela Universidade do Algarve, tendo como principal objetivo a utilização de fotobioreatores de algas para remover os nutrientes azoto e fósforo e compostos farmacêuticos, bem como avaliar o potencial de valorização da biomassa produzida, designadamente através da produção de biocombustíveis (biodiesel e biogás). No ano de 2021 foram realizados os últimos ensaios no protótipo instalado na ETAR da Quinta do Lago, estando parte do trabalho integrado no âmbito da dissertação de Mestrado em Ciclo Urbano da Água de um funcionário da AdA, que foi defendido com sucesso em 2021.
- *Projeto CONPRAR – Contributo para a Proteção do Recurso Amêijoas *rudítapes decussatus* no Ecosistema da ria Formosa.* A AdA colabora neste projeto coordenado pela Universidade do Algarve e aprovado no âmbito do Programa Operacional Mar2020, que visa diagnosticar a qualidade da água na Ria Formosa e o desenvolvimento de uma plataforma informática de apoio à gestão, com recurso à modelação numérica, contribuindo assim para a política nacional e europeia relativa à proteção do meio marinho. Em novembro de 2021 teve lugar o Workshop final do projeto, sendo perfeitamente perceptível o papel positivo que as ETAR têm tido na melhoria da qualidade da água no meio recetor.
- *Projeto de Investigação e Desenvolvimento sobre tratamento terciário de águas residuais com microalgas e valorização de biomassa em biorefinaria.* A AdA apoia a realização da Tese de Doutoramento na área de Sistemas Ambientais da Universidade do Algarve, referente à utilização de microalgas, uma tecnologia sustentável e de baixo custo, para remoção de contaminantes de interesse emergente (CIE), disponibilizando acesso às suas instalações para recolha de amostras de águas residuais passíveis de serem utilizadas nos ensaios laboratoriais.
- *IMiST - Improving mixing in Storage Tanks for safer water supply:* A AdA apoiou através de um caso de estudo, uma candidatura à FCT do IST para um Doutoramento, no âmbito do projeto IMiST. O objetivo é estudar a dinâmica do escoamento nos reservatórios de água para consumo humano (velocidades, percursos da água, distribuição dos tempos de residência, grau de mistura, estratificação de temperatura e decaimento do cloro, entre outros), de modo a obter as linhas de orientação para o projeto, operação e a sua reabilitação. O projeto está em curso desde outubro de 2018. Em 2019 foi efetuada uma visita de campo da equipa do IST à AdA para verificar aplicação do Caso de Estudo da AdA no caso do Reservatório Inicial Oriental do Algoz. No ano 2020 não se desenvolveram atividades com a AdA associadas ao projeto devido à Pandemia Covid-19. Em 2021 foi realizada a campanha de campo do caso de estudo da AdA, nomeadamente em Maio, com medições no local pela equipa do IST, nomeadamente a variação da qualidade da água no reservatório inicial Oriental em Algoz, por alteração da proporção da % de água subterrânea tratada que permitiu verificar em tempo real, a forma como o escoamento da água ocorre no reservatório desde a entrada até à sua saída e verificar eventuais pontos de maior residência da água.

- Realização de um estágio na ETA de Fontaínhas, em cooperação com a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, durante o mês de agosto, no âmbito do Programa de Introdução à Prática Profissional I e II (PIPP I e PIPP II) do curso de Engenharia do Ambiente.
- Ensaios laboratoriais de identificação das lamas produzidas nas Estações de Tratamento de Águas do Algarve: Prestação de serviços realizada pelo Departamento de Engenharia Civil (DEC) do Instituto Superior de Engenharia (ISE) da Universidade do Algarve (UAlg) tendo sido realizadas colheitas de lamas desidratadas das quatro ETA da AdA, nos meses de junho e julho de 2020, e realizados ensaios laboratoriais para a identificação granulométrica das lamas produzidas no tratamento de água. A AdA participou em 2021 no grupo de Trabalho da AdP de Lamas com vista à eventual desclassificação de lamas de ETA como resíduo e viabilização de eventual introdução das lamas de ETA na Economia Regional, para produção de mosaicos/telhas. O dossier está em elaboração e já estão identificadas eventuais indústrias que poderão utilizar as lamas de ETA no processo industrial.

Elaboração de propostas para candidaturas de projetos I&D+I a programas de financiamento

o *SIFIDE*

Fruto dos vários projetos de IDI que a Empresa tem vindo a executar, submeteu-se no ano de 2021 a candidatura ao SIFIDE (Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial) para o exercício fiscal relativo a 2020.

Artigos / Comunicações / Poster

- o Silva C, Almeida MM, Rodrigues JÁ, Silva S, Coelho MR, Martins A, Lourinho R, Cardoso E, Cardoso VV, Benoliel MJ, Rosa MJ. 2021. Occurrence and seasonality of pharmaceutical compounds in urban wastewaters in two Portuguese regions. *Urban Water Journal*. Vol. 18(6): 465-478.
- o Martins A, Wilfer P, Fontinha P, Rosário S, Freire J, Barreto S, Micó M. Projeto WATER MINING – caso de Estudo ETAR de Faro/Olhão. *ENEG*. 23-26 novembro 2021. Vilamoura.
- o Barreto S, Correia R, Soares M, Freire J, Martins A, Barros R, Fernández M. Análise do desempenho de reatores anaeróbios de fluxo ascendente inovadores nas ETAR de Lagos e Loulé. *ENEG*. 23-26 novembro 2021. Vilamoura.
- o Sandra V, Soares M, Fernandes R, Freire J, Martins A. 2021. Conversão de leitos de secagem em leitos de macrófitas para desidratar lamas de depuração. *ENEG*. 23-26 novembro 2021. Vilamoura.
- o Martins A, Freire J, Sousa J. ApR no Algarve – Uma breve descrição. XII Jornadas de Engenharia. 25-29 outubro 2021.
- o Adriana E, Sousa J. PRR – Principais Desafios para o Sistema Multimunicipal. XII Jornadas de Engenharia. 25-29 outubro 2021.
- o Martins A, Fontinha P, Rosário S, Freire J, Barreto S. Projeto WATER MINING – caso de Estudo ETAR de Faro/Olhão. XII Jornadas de Engenharia. 25-29 outubro 2021.

- o Barreto S, Correia R, Soares M, Freire J, Martins A, Barros R, Fernández M. Análise do desempenho de reatores anaeróbios de fluxo ascendente inovadores nas ETAR de Lagos e Loulé. XII Jornadas de Engenharia. 25-29 outubro 2021.
- o Sandra V, Martins A, Freire J, Fernandes R, Soares M. 2021. Conversão de leitos de secagem em leitos de macrófitas para desidratar lamas de depuração. XII Jornadas de Engenharia. 25-29 outubro 2021.
- o Silva N, Verissimo F, Barreto S, Freire J. Afluências Salinas. Fórum iAFLUI. 13 outubro 2021.
- o Martins AMP. 2021. Piloto ETAR de Lagos – Sessão de Capitalização do projeto IdiAqua: Apresentação de pilotos inovadores. SmallWat21v – Wastewater in Small Communities. 17 e 18 Junho. Sevilha & Online/Virtual.
- o Barreto S, Correia R, Soares M, Freire J, Martins A, Barros R, Fernández M. Performance analysis of innovative upflow anaerobic reactor at the Lagos and Loulé WWTP. SmallWat21v – Wastewater in Small Communities. 17 e 18 Junho. Sevilha & Online/Virtual.
- o Sandra V, Soares M, Freire J, Fernandes R, Freire J, Martins A. 2021. Conversion of drying beds into macrophyte beds to dewater sludge at the Alcoutim WWTP. SmallWat21v – Wastewater in Small Communities. 17 e 18 Junho. Sevilha & Online/Virtual.
- o Wilfert P, Zlopasa J, Selsl V, Xevgenos, Baghat D, Korving L, Renard V, Oosterhuis M, Reche MMM, Garcia T, A. Martins, Barreto S, Vasilev S, Lennep D, van Loosdrecht MCM. 2021. 5th IWA Specialized International Conference 'Ecotechnologies for Wastewater Treatment (EcoSTP) 2021' - June 21-25, Milan, Italy.

4.8. Eventos Posteriores ao Fecho

A guerra iniciada recentemente entre a Rússia e a Ucrânia trará inevitavelmente impactos significativos às economias portuguesa e europeia.

Poder-se-ão sentir os seus efeitos por exemplo no aumento dos preços da energia e gás, bem como, por arrasto, de diversos outros produtos e serviços.

Não obstante este quadro incerto a Administração da Águas do Algarve entende que a solvabilidade da Empresa, bem como a continuação da sua atividade normal, não estão em causa.

Desvio de Recuperação de Gastos:

Nos termos do Contrato de Concessão em vigor submetemos no dia 31 de Janeiro de 2022 à ERSAR o Relatório Desvio de Recuperação de Gastos de 2021.

Pelo teor do cálculo das métricas que efetuámos, medindo-as face às que foram definidas pela ERSAR, e considerando os ajustamentos que a Empresa entende por necessárias, nomeadamente, desconsideração de gastos operacionais relacionados diretamente com o covid-19/políticas de confinamento seguidas, acréscimo de faturação perdida como consequência das políticas seguidas, a Empresa propôs à ERSAR que não haja lugar a qualquer ajustamento à Remuneração Acionista de 2021.

A ERSAR entretanto remeteu em 28 de Fevereiro de 2022 o seu Projeto de Decisão respetivo, no qual define um ajustamento de 503 mil euros de gastos não aceites.

Em sede de contraditório a Empresa vai apresentar argumentação para sustentar a sua posição de que nenhum ajustamento deve ser aplicado às contas de 2021. A expectativa da Administração da Águas do Algarve é a de que essa justificação seja aceite.

Covid 19 e efeitos das políticas seguidas no cenário macroeconómico e da Empresa para 2022:

À data do fecho das contas de 2021 regista-se uma pressão assinalável relativamente ao aumento dos preços de diversos produtos e serviços, derivados das quebras nas cadeias de fornecimento internacional, fruto das políticas de confinamento que foram adotadas e consideradas como as que melhor responderiam à situação de pandemia internacional, tal como definida pela Organização Mundial de Saúde.

Esta pressão inflacionária poderá, caso se concretize em aumento efetivo dos preços globais, trazer um crescimento nos gastos operacionais da Empresa.

Não obstante, a solvabilidade da Empresa não está em causa, até porque por exemplo em 2021 o Resultado Líquido da atividade, + 7,7 milhões de euros, corresponde a 13% do volume de faturação da Empresa. Acresce a situação confortável do grupo em termos de capacidade de gerar fluxos financeiros para suprir eventuais cenários inflacionários.

Independentemente disto, a Empresa entende que os efeitos e consequências que os haja não põem em causa as contas de 2021.

Relembrando, já desde o início de 2020, portanto há 2 anos, a Águas do Algarve e o Grupo AdP, desenvolveram e implementaram os seus planos de contingência, que enumeram as ações concretas e concertadas, que abrangem a Empresa, bem como todo o Grupo AdP, e que incluem a operação de água, saneamento, restantes atividades e estrutura da Empresa e do Grupo AdP.

Os respetivos Planos de Contingência podem ser consultados na íntegra nos endereços seguintes:

- <https://www.aguasdoalgarve.pt/noticias/plano-de-contingencia-covid-19>
- <https://www.adp.pt/pt/?id=69&idn=359>

A Administração da Águas do Algarve SA continua plenamente confiante de que o normal funcionamento da Empresa, da saúde dos seus trabalhadores, a salvaguarda da informação em suporte físico e informático, bem como o respetivo acesso a essa informação, a integridade dos seus ativos, e a sua atividade operacional estão assegurados.

4.9 Cumprimento das Orientações Legais

ENQUADRAMENTO

As Empresas deverão incluir nos seus R&C um capítulo autónomo (anexo I) dedicado ao Cumprimento das Orientações e Obrigações Legais, conforme estipulado nas Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2021, constantes do ofício-circular identificado.

O presente documento respeita a ordem constante do ofício mencionado, e visa auxiliar as Empresas na elaboração do referido anexo, designadamente através da disponibilização de textos a constar. Todavia, os textos em causa não dispensam a inclusão da restante informação, nomeadamente os quadros solicitados no anexo.

Reforça-se a necessidade da justificação dos eventuais incumprimentos ser efetuada no ponto a que respeita (*“Qualquer eventual não cumprimento dos aspetos legais ou das orientações transmitidas, deverá ser objeto de fundamentação rigorosa, com a indicação da data prevista para a regularização desse incumprimento, bem como com a explicitação de eventual Despacho/Diploma Legal que permita a exceção.”*). Paralelamente, no quadro do apêndice 2, na coluna da justificação, deve constar a remissão para o respetivo ponto.

Chama-se a atenção para a necessidade de assegurar a consistência dos valores reais (históricos) agora a reportar com outros anterior e formalmente reportados (nomeadamente em sede de PAO e de R&C anteriores).

Quando se verificarem discrepâncias dever-se-á apresentar o motivo e, se possível, demonstrar a reconciliação dos números (ex.: n.º trabalhadores: diferente critério no apuramento do número – especificar qual).

[Ponto I - Objetivos de gestão \(artigo 38º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial\) e Plano de Atividades e Orçamento](#)

a) Apresentação dos Objetivos Definidos

Na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas realizada em 28 de junho de 2021 foram aprovadas as Orientações Estratégicas e Objetivos e Indicadores de Gestão para o mandato em curso (2021-2023), cujo grau de concretização relativamente ao exercício de 2021 será objeto de apreciação na assembleia geral anual de março de 2021.

Glosário

AA = Abastecimento de Água;

AR = Águas Residuais;

PRC = Plano de Redução de Custos;

PAO = Plano de Atividade e Orçamento;

PMP = Prazo Médio de Pagamento;

RCM = Resolução de Conselho de Ministros;

PP = Ponto Percentual;

RL = Resultado Líquido;

DRG = Devio de Recuperação de Gastos;

AQA = Avaliação da Qualidade da Água;

AQAR = Avaliação da Qualidade da Água Residual;

Os objetivos e indicadores de desempenho, com metas a atingir e fórmulas de cálculo para aferir o grau de cumprimento dos mesmos foram os seguintes:

	Indicador	Cálculo	Escala	AdA
Financeiros	Eficiência de Gestão	PRC = $[(GV+FSE+GP)/VN]$ Variação face ao PAO proposto	1. var < +0,10pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 3. var < -0,10 pp	10,0%
	Dívida Comercial de devedores municipais	DCDMA = $[\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N)}] / [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N-1)}] * 100$	1. DCDMA > 105% 2. 95% <= DCDMA <= 105% 3. DCDMA < 95%	10,0%
	Limite ao endividamento	Endividamento = $[\text{Stock Dívida (Ano N)} / \text{Stock Dívida (Ano N-1)}] - 1 * 100$	1: X > 2% 2: 1,5% <= X <= 2% 3: X < 1,50% * investimentos materialmente relevantes são excluídos do calculo, a percentagem adotada corresponde ao definido na legislação.	10,0%
	Respeito Prazos de Pagamento	Variação do PMP face ano anterior	Quando PMP <= 60 dias e cumpre com o estipulado na RCM 34/2008: 1: Incumprir: quando PMP aumenta mais de 1 dia face ao ano anterior; 2: Cumprir: quando PMP aumenta 1 dia; 3: Excede: quando PMP <= 60 dias. Quando PMP > 60 dias ou incumprir com a RCM 34/2008: 1: Incumprir: PMP > -15% face ao ano anterior; 2: Cumprir: -25% <= PMP <= -15%, face ao ano anterior; 3: Excede: face ao ano anterior, PMP < -25%.	10,0%
	Rentabilidade	Variação do RL face ao PAO	1. Var < -5% 2. -5% <= Var <= 5% 3. Var > 5% *excluindo o efeito DRG	10,0%

	Indicador	Calculo	Escala	AdA
Ambientais e de Serviço	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	1. Nº Ações executadas face ao previsto < 80,00% 2. Nº Ações executadas face ao previsto >= 80,00%;<90,00% 3. Nº Ações executadas face ao previsto >=90,00%	10,0%
	Qualidade da Água Fornecida	AQA = QA (Ano N)	1. AQA <97,00% 2. 97,00% <= AQA <99,00% 3. AQA >=99,00% *sem deterioração face ao ano anterior	7,5%
	Qualidade das Águas Residuais	AQAR = QAR (Ano N)	1. AQAR <90,00% 2. 90,00% <= AQAR <=95,00% 3. AQAR > 95,00% *sem deterioração face ao ano anterior	7,5%
	Neutralidade Energética	Implementação do Plano de Neutralidade Energética	1. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção inferior a 75% face ao previsto no PAO 2. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto no PAO 3. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto no PAO	7,5%
	Plano de Lamas	Implementação do Plano de lamas	1. Lançamento, em cada ano, de concursos de empreitadas para reduzir produção de lamas em < 40% do previsto no PAO; 2. Lançamento, em cada ano, de concursos de empreitadas para reduzir produção de lamas em 40% do previsto no PAO; 3. Lançamento, em cada ano, de concursos de empreitadas para reduzir produção de lamas em 60% do previsto no PAO.	7,5%
	Plano de Eficiência Hídrica	Cumprimento do Plano de Implementação de Eficiência Hídrica no Algarve.	Cumprimento do plano de ação para as medidas de interligação Sotavento/Barlavento, Aproveitamento do volume morto - Beliche; Águas para Reutilização, Tomada de Água no Pomorão e Dessalinização, de acordo com a tabela em Anexo (?)	5,0%
	Efluentes Agroindustriais e agropecuários	Implementação de atividade acessória e complementar nos Sistemas em Alta de AR e Implementação da plataforma digital integrada para gestão de atividade de operador de ultimo recurso no território nacional	1. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar após 31.03.2022 2. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar até 31.03.2022 3. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar até 31.12.2021 *após verificação dos intervalos de disponibilidade, acrescentando às ACA's existentes	5,0%

100,0%

Para 2021 não foram considerados os seguintes Indicadores:

- Neutralidade Energética
- Plano de Lamas
- Água para Reutilização (incluído no Plano de Eficiência Hídrica)
- Efluentes Agroindustriais e agropecuários

Tendo os respetivos ponderadores sido distribuídos proporcionalmente pelos restantes indicadores.

Sintetiza-se no quadro seguinte a avaliação do cumprimento dos indicadores estabelecidos:

AVALIAÇÃO:

		2,7						
Indicador	Cálculo	AdA	Pontuação Final do Período					
			PRC à data 2021 (%)	PRC à data PAO 2021 (%)	PRC Dez PAO 2021 (%)	Var 2021 - PAO à data (%)	Classificação	
Financieiros	Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV+FSE+GP)/VN]$ Variação face ao PAO proposto	12,7%	51,72%	53,15%	53,15%	-2,70%	3
	Dívida Comercial de devedores municipais	$DCDMA = [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N)}] / [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N-1)}] * 100$	12,7%	Dívida Vencida Cliente 2021 à Data (M€)	Dívida Vencida Cliente 2020 à Data (M€)	Dívida Vencida Cliente 2020 Dez (M€)	DCDMA (%)	Classificação
				14,50	14,62	14,62	99%	2
	Limite ao endividamento	$\text{Endividamento} = [\text{Stock Dívida (Ano N)} / \text{Stock Dívida (Ano N-1)}] * 100$	12,7%	Stock da Dívida 2021 à Data Ajustado (M€)	Stock da Dívida 2020 à Data (M€)	Stock da Dívida 2020 Dez (M€)	Endividamento (%)	Classificação
				175,8	186,2	186,2	-6%	3
	Respeito Prazos de Pagamento	Variação do PMP face ano anterior	12,7%	PMP 2021 à Data (dias)	PMP 2020 à Data (dias)	PMP 2020 Dez (dias)	Var PMP (N/N-1) (dias ou %)	Classificação
				38	47	47	-20%	2
	Rentabilidade	Variação do RL face ao PAO	12,7%	RL sem DRG 2021 à Data (€)	RL sem DRG à Data PAO 2021 (€)	RL sem DRG PAO 2021 Dez (€)	Var RL 2021 - PAO à Data sem Efeito do DRG (%)	Classificação
				7 766 081	5 589 159	5 589 159	39%	3
Ambientais e de Serviço	Indicador	Calculo	AdA	Pontuação Final do Período				
	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	12,7%	Número de Ações Realizadas em 2021 à Data	Número de Ações Previstas em 2021 à Data	Número de Ações Previstas em 2021 Dez	Execução do Plano de Manutenção (%)	Classificação
						12 575	91,0%	3
	Qualidade da Água Fornecida	AQA = QA (Ano N)	9,5%	Análises Realizadas (AR) ao abrigo do PCQA	Análises Conformes Segundo o PCQA 1.º Semestre 2021	Qualidade da Água Fornecida N-1 (%)	Qualidade da Água Fornecida (%)	Classificação
				8445	8433	99,9%	99,9%	3
	Qualidade das Águas Residuais	AQAR = QAR (Ano N)	9,5%	Análises Realizadas (AR) ao abrigo do Normativo de Descarga 2021	Análises Conformes (AC) Segundo o Normativo de Descarga 2021	Qualidade das Águas Residuais N-1 (%)	Qualidade das Águas Residuais (%)	Classificação
				2110	2069	98,1%	98,1%	3
	Plano de Eficiência Hídrica	Cumprimento do Plano de Implementação de Eficiência Hídrica no Algarve.		Cumprimento do Plano de Implementação de Eficiência Hídrica no Algarve				Classificação
			1,3%	Interligação Barlavento - Sotavento	Abertura dos procedimentos para elaboração projectos de Interligação		4º trimestre	2
			1,3%	Aproveitamento do volume morto - Beliche	Submissão dos projetos da Comporta e do Sistema Elevatório		3º trimestre	2
		1,3%	Tomada de água no Pomarão	Abertura procedimento para elaboração do projecto		fev/22	1	
		1,3%	Dessalinização	Adjudicação procedimento para elaboração do estudo prévio		jan/22	1	

Modo de Avaliação		Avaliação dos Gestores	
1	Não Atingido	<1,8	Não Cumprido
2	Atingido	$1,8 \leq \text{Avaliação} < 2,5$	Cumprido
3	Superado	$\geq 2,5$	Superado

A avaliação dos gestores é feita pelo arredondamento a uma casa decimal do somatório da pontuação de cada indicador determinado nos termos do disposto acima.

A Empresa superou o objetivo global de 2021 ao atingir 2,7. Em 2020, embora com indicadores e forma de os calcular um pouco diferentes, a Empresa tinha atingido uma notação de 2,0, atingido.

Por outro lado, os princípios estabelecidos no Estatuto do Gestor Público quanto ao exercício das funções de administração nas Empresas do Setor Empresarial do Estado implicam que, de forma eficiente e empenhada, se cumpre a missão da Empresa como concessionária do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, “em alta”, para a região do Algarve.

A materialização dos objetivos que daí resultam é efetuada no plano de atividades e orçamento (PAO) que foi elaborado e aguarda aprovação, à data de encerramento do presente relatório de gestão pelas entidades competentes.

Em linhas gerais, o Plano de Atividades e Orçamento, incluindo o Plano de Investimentos, assentou no estabelecimento de um conjunto de objetivos para 2021, face ao ano de 2020, que de seguida se apresentam:

- i. A melhoria da eficiência operacional, traduzida numa redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios;
 - ii. A contenção dos gastos com pessoal;
 - iii. Que o crescimento do endividamento remunerado corrigido de aumentos de capital e líquido do financiamento de novos investimentos não excede os 2%;
 - iv. Que novas atividades sejam sustentadas em análise de custo-benefício demonstrativas da racionalidade económica para a prossecução dos objetivos gerais da Empresa.
- b) Execução do Plano de Atividade e Orçamento 2021 na vertente Investimento e nível de Endividamento.

Investimentos Abrangidos no PRR	Soma de Acm Global R 2020	Soma de 2021 à data	Soma de PAO à data	Soma de 2021-PAO2021
341-Sistema Elevatório Água para o Túnel de Odelouca/Beliche	1.450	52.870	0	52.870
343-Reforço Ligação Sotavento/Barlavento	0	10.089	0	10.089
Total Geral	1.450	62.959	0	62.959

Ponto 2 - Gestão do Risco Financeiro

Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos 5 anos, acompanhada de uma análise da eficiência da política de financiamento, quando aplicável.

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado financeiro, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding (AdP SGPS).

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS tem financiamentos externos de longo prazo, através de três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, através da escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final.

No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneo e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneo.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permite fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o "rating" dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das Empresas, são primeiramente utilizados para o financiamento das Empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada do grupo e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

Apresenta-se no quadro abaixo a remuneração do financiamento, sob as várias componentes e igualmente as taxas médias anualizadas referentes aos juros suportados e encargos sob financiamento (all-in).

ANOS	2021	2020	2019
Endividamento	175 833 499	186 166 180	196 871 226
Remuneração do financiamento	6 432 308	7 918 843	7 628 588
Juros Suportados	5 182 892	5 577 482	6 018 977
Imposto Selo s/ Operações Financeiras	6 140	5 342	5 976
Diferenças de câmbio desfavoráveis de financiamento	0	0	0
Perdas em Instrumentos Financeiros (justo Valor)	0	0	0
Outros Gastos e Perdas de Financiamento	1 247 015	2 336 019	1 603 635
TPPE - Ativos em Curso	-3 740	0	0
Taxa média juros suportados	2,74%	2,73%	2,97%
Taxa média total de financiamento	3,53%	4,07%	3,57%

Ponto 3 - Limite de crescimento do endividamento

Nos termos definidos no n.º1 do artigo 60.º da Lei n.º 2/2021, de 31 de março (lei do Orçamento de Estado para 2021, retificada pela Lei 27-A/2021, de 24 de julho, apurado nos termos da fórmula disposta no n.º4 do artigo 159.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho (DLEO2019)

A Águas do Algarve, S.A. tem vindo a reduzir o seu endividamento, conforme se detalha no quadro seguinte, cumprindo os termos definidos para 2019 na Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro, apurados nos termos das orientações do ofício-circular de instruções para elaboração dos IPG-2019.

PASSIVO REMUNERADO (em €)	2017	2018	2019	2020	2021	Varição 2021/2020 Valor	%
Financiamentos obtidos (correntes e não correntes)	224 839 857	217 954 163	196 217 956	185 596 610	175 347 329	-10 249 281	-5,5%
- dos quais concedidos pela DGTf							
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	0	0	0	
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0	0	0	0	0	0	
Endividamento Ajustado	224 839 857	217 954 163	196 217 956	185 596 610	175 347 329	-10 249 281	-5,5%

Resultados	2021	2020
Financiamento remunerado (corrente e não corrente)	175.347.329	185.596.610
Capital Social	29.825.000	29.825.000
Novos Investimentos no ano (expressão material)	0	0
Varição do Endividamento	-5,52%	

Ponto 4 - Evolução do Prazo Médio de Pagamento

Verifica-se uma diminuição, de 2020 para 2021, do prazo médio de pagamento conforme quadro seguinte:

PMP	2021	2020	Varição	
			Dias	%
PMP (dias)	38	47	-9	-19,1%

No termos do ponto 9 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 de 22 de fevereiro, "os objetivos de prazos de pagamento a fornecedores e respetivo grau de cumprimento estabelecem-se com base no PMP do ano anterior e de acordo com a tabela seguinte:"

Grau de cumprimento do objectivo

	Superação	Cumprimento	Incumprimento
<i>PMP</i> do ano anterior inferior a 45	<i>PMP</i> < 30 d	30 d ≤ <i>PMP</i> < 40 d	<i>PMP</i> ≥ 40 d.
<i>PMP</i> do ano anterior superior ou igual a 45	Redução do <i>PMP</i> superior a 25 %.	Redução do <i>PMP</i> no intervalo (15 %; 25 %).	Aumento do <i>PMP</i> ou redução inferior a 15 %.

Deste modo, e face aos valores atingidos em 2020, verifica-se que em 2021 estamos dentro do indicador.

Abaixo a divisão dos valores em dívida, por prazos de vencimento:

	Dívidas não vencidas	Dívidas vencidas	Dívidas vencidas de acordo com o artigo 1.º DL n.º 65-A/2011			
	Dívidas não vencidas	Entre 0 a 90 dias [0 a 90]	Após 90 dias]90 a 120]	Após 120 dias]120 a 240]	Após 240 dias]240 a 360]	Após 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	2 316 268	437 624	34 750	85 781	127 176	-62 216
Aquisição de Capital	1 301 228	49 059	4 409	-201	7 027	986 636
TOTAL	3 617 495	486 683	39 159	85 579	134 202	924 420

Ponto 5 - Cumprimento das Recomendações do Acionista

Não foram feitas recomendações por parte do acionista para o ano de 2021 aquando da aprovação das contas do exercício de 2020. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da Empresa.

Ponto 6 - Remunerações

Apresentam-se de seguida os quadros com as remunerações dos Órgãos Sociais da Empresa

a) Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2021 (€)			
				Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)+(2)+(3)
2021-2023	Presidente	Rogério Conceição Bacalhau Coelho	575,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
2021-2023	Vice-Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes	470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
2021-2023	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	375,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
				0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Conselho de Administração

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma ⁽¹⁾	Data	[Entidade pagadora]	(O/D) ⁽²⁾
2021 - 2023	Presidente Executivo	António Paulo Jacinto Eusébio	AG	15/03/2021	Águas do Algarve, S.A.	AdA / AdA
2021 - 2023	Vice-Presidente Executivo	Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	AG	15/03/2021	Águas do Algarve, S.A.	AdA / AdA
2021 - 2023	Vogal Executivo	Hugo Miguel Guerreiro Nunes	AG	15/03/2021	Águas do Algarve, S.A.	CMR Sul-CHUA / AdA
2021 - 2023	Vogal Não Executivo	Ana Paula Fernandes Martins	AG	15/03/2021	C. M. Tavira	C. M. Tavira
2021 - 2023	Vogal Não Executivo	José Carlos Martins Rolo	AG	15/03/2021	C. M. Albufeira	C. M. Albufeira

Número estatutário mínimo e máximo de membros - [3] / [9]

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

(2) O/D - Origem / Destino

Sendo a Águas do Algarve, S.A. uma Empresa classificada de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, e sem prejuízo dos casos de opção pelo vencimento dos lugares de origem, as remunerações dos administradores são as que resultam da aplicação do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro.

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Ana Paula Fernandes Martins	Câmara Municipal de Tavira	Presidente	Público
José Carlos Martins Rolo	Câmara Municipal de Albufeira	Presidente	Público

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado (S/N)	Classificação (A/B/C)	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento	Despesas de representação
António Paulo Jacinto Eusébio	S	B	4.878,93	1.951,57
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	S	B	4.391,04	1.756,42
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	S	B	3.903,14	1.561,26

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2021 (€)					
	Fixa (*)	Variável	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
Joaquim Carlos Correia Peres	18 486	0	18 486	924	0	17 562
António Paulo Jacinto Eusébio	88 032	0	88 032	4 402	0	83 630
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	80 554	0	80 554	4 028	0	76 526
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	61 623	0	61 623	3 081	0	58 542
Legenda: (*) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)			248 695	12 435	0	236 260

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade	[Identificar]	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	[Identificar]	Encargo anual da entidade
António Paulo Jacinto Eusébio	7,14	1 735,02	CGA	19 650,58	1 465,91	697,81	- - -	
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	7,14	1 756,44	Segurança Social	13 118,68	1 319,32	949,83	- - -	
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	7,14	1 413,72	Segurança Social	14 316,57	1 172,76	1 395,63		
		5 255,04		51 481,80	3 958,00	3 043,27		0

Encargos com viaturas - 2021									
Membro do CA	Viatura Atribuída (S/N)	Celebração de Contrato (S/N)	Valor de Referência da Viatura (€)	Modalidade (1) (Identificar)	Ano de Início	Ano de Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes (nº)
António Paulo Jacinto Eusébio	Sim	Sim	28.231,03	AOV	2018	2022	467,33	5.607,96	4
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	Sim	Sim	25.251,47	AOV	2018	2022	426,56	5.118,72	5
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	Sim	Sim	25.251,47	AOV	2018	2022	426,56	5.118,72	5

Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)						
Membro do CA	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
António Paulo Jacinto Eusébio	0,00	0,00	0,00	Refeições	57,88	57,88
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	0,00	0,00	0,00	Refeições	50,74	50,74
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	0,00	0,00	0,00	Refeições	28,56	28,56

b) Conselho Fiscal

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	Nº de Mandatos
			Forma ⁽¹⁾	Data		
2019 - 2021	Presidente	Município de Lagoa, representado pela Presidente da Câmara Municipal, Luis António Alves da Encarnação (*)	AG	15/03/2021	AG	2
2019 - 2021	Viogal Efetivo	Sandra Simões Filipe Valério	AG	08/04/2019	AG	2
2019 - 2021	Viogal Efetivo	João Daniel Salgado Alves Salgueiro de Matos	AG	08/04/2019	AG	2
2019 - 2021	Viogal Suplente	António Jorge Morgado	AG	19/06/2020	AG	2

(1) Indicar AG/DUE/Despacho

Membro do Órgão de Fiscalização	Remuneração Anual 2021 (€)			
	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
Município de Lagoa, representado pela Presidente	0,00	0,00	0,00	0,00
João Daniel Salgado Alves Salgueiro de Matos	14 301	715,40		13 585,74
Sandra Simões Filipe	13 025	649,00		12 375,96
	27 326,10	1 364,40	0,00	25 961,70

c) Revisor Oficial

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no Grupo	N.º de anos de funções exercidas na empresa
		Nome	N.º Inscrição na OROC	N.º de Registo na CMVM	Forma ¹	Data	Contratada		
2019-2021	SROC	PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC Lda, representada por José Alves Bizarro	183	20161485	AG	05/04/2019	Sim	3	3.º ano de exercício
2019-2021	ROC	José Alves Bizarro Duarte	1957	20200003	AG	05/04/2019	Sim	2	2.º ano de exercício
2019-2021	ROC Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	AG	05/04/2019	Sim	3	3.º ano de exercício

Legenda (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

Nome	Revisão de Contas de 2021 (€)
PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC Lda, representada por João Rui Fernandes Ramos e Jorge Manuel Santos Costa	11.205

Ponto 7 - Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei nº8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

- a) À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Empresa;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Empresa.

- b) Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

c) Despesas com comunicações;

O valor anual das despesas com comunicações dos gestores da Águas do Algarve, S.A. é o que se apresenta no quadro seguinte:

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
António Paulo Jacinto Eusébio	N/A	170,51	
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	N/A	154,50	
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	N/A	0,00	

d) Despesas com Combustível e Portagens em Viaturas de Serviço.

O quadro seguinte apresenta os gastos com combustível e portagens pelas viaturas dos gestores da Empresa:

Membro do CA	Plafond Mensal Combustíveis e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
António Paulo Jacinto Eusébio	486,43	2236,90	638,12	2875,02	
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	389,15	1359,64	184,67	1544,31	
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	389,15	1487,09	257,95	1745,04	

Ponto 8 - Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e do artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

A Águas do Algarve, S.A. dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, não aceitando despesas não documentadas ou confidenciais.

Ponto 9 - Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março

Em cumprimento do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a Águas do Algarve, S.A. promoverá, divulgará internamente e disponibilizará no sítio da internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, através do seu relatório anual de sustentabilidade, na Simbiose dos Colaboradores, no Princípio “Valorizamos a relação com os colaboradores”, no Compromisso “Comprometemo-nos a garantir a igualdade de oportunidades e a promover o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional”.

A informação relativa ao ano de 2021 é apresentada de seguida:

Número de Pessoas por Género	2021	
	F	M
Chefia	7	4
Chefia intermédia	2	9
Técnico de apoio administrativo	12	3
Técnico operacional	0	50
Técnico superior ou equiparado	51	41
Total por género	72	107

Retribuição Total Média Mensal por Género	2021	
	F	M
Chefia	4 187	5 730
Chefia intermédia	3 534	3 810
Técnico de apoio administrativo	1 591	1 655
Técnico operacional		1 503
Técnico superior ou equiparado	1 893	2 115

Ponto 10 - Elaboração e divulgação do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas e do relatório Anual onde é indicado o grau de implementação das medidas elencadas no Plano, tendo em consideração as recomendações do Conselho de Previsão da Corrupção, designadamente a recomendação do referido Conselho, datado de 1 de julho de 2009.

A Empresa adotou desde 27 de dezembro de 2011, a Comissão Executiva da Águas do Algarve, S.A. aprovou a revisão do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – publicado no sítio da internet <https://www.aguasdoalgarve.pt/content/regulamentos> - e a manutenção de sua aplicação. À 14 de janeiro a Comissão Executiva da Águas do Algarve, S.A. aprovou os complementos ao plano-recomendação emanada pelo Conselho de Previsão da Corrupção (CPC) de 07 de novembro de 2014. Encontra-se em fase de conclusão a revisão do referido Plano, por forma a adaptá-lo às novas recomendações emanadas pelo CPC e ajustá-lo à evolução da realidade da Empresa em matérias de corrupção e de infrações conexas.

O Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. tem como principais objetivos, identificar as áreas que potencialmente poderão ser mais sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela Empresa visando a sua mitigação.

Este Plano pretende também reforçar a cultura da Empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais stakeholders. Compreendendo toda a Empresa, este Plano dá cumprimento à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), de 1 de julho de 2009.

No sentido de observar o previsto no n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a [EMPRESA] procede à avaliação anual do PGRIC em vigor na Empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008 de 4 de setembro, nomeadamente:

“a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público Empresarial”.

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º 2 do artigo 46.º do Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da [EMPRESA] e remetido à Unidade Técnica (UTAM).

Registe-se ainda que em 2019, a Empresa, subscreeu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao Call to Action Anticorrupção, lançada pelo United Nations, Global Compact, que incentiva o setor Empresarial a promover a tomada de medidas de transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo com o qual “as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno”.

Destaque-se que o Grupo AdP apresentou a 17 de dezembro de 2021 a sua Política de Integridade assente num modelo de governação com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública, sendo a AdA, S.A. uma das Empresas que subscreeu o Compromisso de Integridade, representando um comprometimento com a implementação da referida Política de Integridade, designadamente de todos os instrumentos que lhe estão associados, visando assegurar continuamente uma capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade

A Águas do Algarve, S.A. e o Grupo AdP reforçam assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e ao empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Ponto 11 - Contratação Pública, indicando, designadamente:

- a) O modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2019, sendo que, nas Empresas-mãe de grupos públicos, esse ponto deverá incluir todas as Empresas em que estas participem maioritariamente;
- b) Os procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com referência à última atualização;
- c) Os atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 M€, independentemente da espécie do ato, ou contrato, em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).

O Grupo AdP assegurou, através da AdP Serviços, até 31 de julho de 2020 e através da AdP SGPS a partir de 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços transversais, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das Empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

A avaliação do potencial para a captura de valor está intimamente ligada às sinergias e economias de escala que advém da centralização de compras, com especial enfoque em categorias como energia, comunicação, seguros,

reagentes, viaturas, materiais de laboratório, etc. procurando-se sistematicamente a respetiva concretização através da obtenção de ganhos financeiros e da redução de custos, contribuindo para a otimização da capacidade do Grupo AdP.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de novas categorias centralizadas, tem possibilitado uma maior capacidade de planeamento, aproveitando a maturidade exigida para a implementação de novos processos transversais.

O planeamento e gestão da função compras por categorias, alicerçados no trabalho colaborativo possibilitam sistematicamente alcançar um conhecimento mais profundo das necessidades aquisitivas do Grupo AdP.

A existência desta estrutura interna, assegurada diretamente pela AdP SGPS, permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de Empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e transaccional associada, acrescentando também nessa dimensão, valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as Empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, designadamente os seguros, energia, reagentes químicos e materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

Foi desenvolvido um trabalho exaustivo no sentido de uniformizar procedimentos ao nível das Empresas e garantir a observância de requisitos legais e de orientações internas relativas a procedimentos de contratação pública ao abrigo do Regime Geral, em face das alterações introduzidas ao CCP pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, no sentido de preparar um guião, designado manual de contratação, que oriente os seus utilizadores na interpretação e aplicação das mais importantes inovações trazidas por esta revisão legislativa e incorporando toda a “aprendizagem” do Grupo.

Em articulação com o guião indicado no parágrafo anterior, foi desenvolvido também um manual de compras, que visa sistematizar o papel de cada um dos intervenientes no processo de compras, potenciando uma visão integrada e abrangente, partilhando os mesmos conceitos, uniformizando as ferramentas utilizadas, as designações, procedimentos internos e cooperação para o desenvolvimento sustentado dos processos de compras. Por sua vez, estes processos, estão desde logo incluídos no planeamento dos trabalhos de auditoria interna.

O ano de 2021 ficou marcado pela publicação da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprovou um conjunto de medidas especiais de contratação pública em matéria de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus, de habituação e descentralização, de tecnologias de informação e conhecimento, de saúde e apoio social, de execução do Plano de Estabilização Económica e Social e do Plano de Recuperação e Resiliência, alterando concomitantemente o Código dos Contratos Públicos (CCP).

Por conseguinte, este diploma legal reveste-se de importância crucial para a atividade desenvolvida pelas Empresas do Grupo AdP, quer pelas modificações que introduziu ao nível das regras de tramitação de procedimentos de contratação pública e de execução de contratos públicos estabelecidas no CCP, criando, inclusive, novos tipos de procedimentos, pelo que se procedeu à atualização do Manual de Contratação do Grupo AdP, municiando a generalidade das minutas-tipo do programa do procedimento e do caderno de encargos para os diferentes preceitos pré-contratuais.

a) Modo de aplicação das normas de Contratação Pública

A central de compras do Grupo AdP, operacionalizada através da Direção de Compras e Logística da AdP Serviços, permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e, com isso, obter condições contratuais mais atrativas para o conjunto das Empresas. Complementarmente, ao libertar as Empresas da carga administrativa e financeira associada à necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, acrescentando valor à sua atividade.

Acresce que a contratação implica um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos, resultante das particularidades técnicas relevantes de boa parte dos bens e serviços de que as Empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, de que são exemplo designadamente os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes.

b) Procedimentos Internos para contratação de Bens e Serviços

A Águas do Algarve, S.A. possui um departamento, designado “Departamento de Compras e Logística”, o qual tem por obrigação e competência a preparação de desenvolvimento de todas as aquisições de bens e serviços de que a Empresa necessita para a sua atividade.

Este departamento centraliza toda a logística das aquisições, cuja necessidade lhe é encaminhada através de requisições efetuadas no sistema SAP, por todos os departamentos e áreas da Empresa.

c) Contratos celebrados de valor superior a 5 milhões de euros

Em 2021 foram celebrados os seguintes contratos de valor superior a 5 milhões de euros:

- “Reabilitação da ETAR de Lagos por Conceção / Construção”, celebrado a 4 de março de 2021, no valor de 13.229.190,00€ (treze milhões, duzentos e vinte e nove mil, cento e noventa euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

Ponto 12 - Medidas tomadas ao nível da adesão da Empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As Empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março. As Empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este figurino jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

Ponto 13 - Medidas de redução de gastos operacionais previstas no DESPACHO N° 395/2020 – SET, da Secretaria de Estado do Tesouro, justificando detalhadamente o não cumprimento das orientações e objetivos definidos.

(Indicar eventuais Despachos aplicáveis [de exceção e/ou de autorização para utilizar outro indicador para medir a eficiência operacional e/ou aumento de recursos humanos]; Inserir a estrutura do quadro adaptado à estrutura do quadro do PRC constante das IPG)

No quadro abaixo são apresentados os valores respeitantes à verificação do cumprimento dos respetivos objetivos, que se resumem:

- Redução do peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios face a 2019;
- Redução ou manutenção dos seguintes conjuntos de gastos face a 2019: (1) Gastos com contratações de estudos, pareceres e consultoria;
- Não incremento dos gastos associados à frota automóvel, face a 2019;
- Não agravamento dos gastos-com-pessoal-corrigidos, face a 2019.

Unidade: euros

PRC	2021 Exec.	2020 Exec.	2019 Exec.	Variação 2021 -2020	
				em €	em %
(1) CMVMC ajustado	1 819 276	2 247 217	1 948 028	-427 941	-19,04%
CMVMC da Empresa	1 959 076	2 387 017	2 087 828	-427 941	-17,93%
CMVMC da ETAR da Companhia	0	0	0	0	0,00%
CMVMC da ETAR de Faro/Olhão	-139 800	-139 800	-139 800	0	0,00%
(2) FSE Ajustado	19 965 924	20 130 988	20 839 106	-165 064	-0,82%
FSE da Empresa	23 893 319	24 193 356	24 733 456	-300 037	-1,24%
FSE da ETAR da Companhia	-2 959 717	-2 959 717	-2 959 717	0	0,00%
FSE da ETAR de Faro/Olhão	-1 128 464	-1 128 464	-1 128 464	0	0,00%
FSE outras deduções (a)	-1 15 679	-187 811	0	72 132	-38,41%
Efeitos da aplicação da IFRS 16	276 465	213 624	193 831		0,00%
(3) Gastos com o Pessoal Ajustado	5 167 498	5 253 686	5 101 506	-86 188	-1,64%
Gastos com o Pessoal da Empresa	5 598 973	5 685 161	5 532 981	-86 188	-1,52%
Gastos com o Pessoal da ETAR da Companhia	-57 311	-57 311	-57 311	0	0,00%
Gastos com o Pessoal da ETAR de Faro/Olhão	-374 164	-374 164	-374 164	0	0,00%
(4) Gastos Operacionais ajustados = (1) + (2) + (3)	26 952 699	27 631 891	27 888 640	-679 192	-2,46%
(5) Volume de Negócios Ajustado (VN)	52 111 405	51 973 733	52 220 110	137 672	0,26%
Volume de Negócios da Empresa	59 834 278	59 021 350	60 476 160	812 928	1,38%
VN da ETAR da Companhia	-4 568 727	-4 568 727	-4 568 727	0	0,00%
VN da ETAR de Faro/Olhão	-3 687 323	-3 687 323	-3 687 323	0	0,00%
VN acréscimos (b)	533 178	1 208 434	0	-675 256	-55,88%
(6) Peso dos Gastos / VN = (4)/(5)	51,72%	53,17%	53,41%	-1,44%	-2,72%
(7) Deslocações e alojamento	14 836	22 500	54 255	-7 664	-34,06%
(8) Ajudas de custo	89	599	2 845	-509	-85,08%
(9) Gastos com a frota automóvel	99 552	100 096	115 024	-544	-0,54%
(7) + (8) + (9)	114 478	123 195	172 125	-8 717	-7,08%
Gastos com contratações de estudos, pareceres e consultoria	447 201	398 822	556 838	48 380	12,13%

(a) gastos diretos covid19

(b) acréscimo de faturação de água perdida devido ao covid/políticas de confinamento (Despacho N° 398/2020-SET de 28 de Julho)

Conforme se constata, não foram cumpridos os objetivos respeitantes aos gastos com o pessoal, no entanto o aumento desta rubrica foi antecipadamente autorizado por via da aprovação do Plano de Atividade e Orçamento de 2021.

Verifica-se o cumprimento do peso dos gastos operacionais no volume de negócios.

Quanto aos objetivos referentes aos restantes gastos, é de referir os seguintes valores gastos em 2021:

- Gastos associados à frota automóvel com viaturas: objetivo atingido;
- Gastos com deslocações/estadas: objetivo atingido;
- Gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultadoria: objetivo atingido.

Quanto ao número de viaturas ao serviço da Empresa importa salientar que a Empresa passou a utilizar 16 viaturas elétricas e manteve o número de viaturas do parque automóvel.

Ponto 14 – Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria – indicação do modo como foi dado cumprimento ao disposto no nº7 do artigo 49º do DLEO 2019

A Comissão Executiva da AdP SGPS aprovou o modelo de relacionamento abaixo discriminado, para dar cumprimento às formalidades que precedem a decisão de contratar serviços externos cujo objeto consista em estudos, pareceres, projetos e consultoria por parte das Empresas do Grupo AdP:

1. Cada Empresa deverá assegurar que não tem capacidade interna, através de recursos próprios, para satisfazer as necessidades aquisitivas em apreço;
2. Verificada a condição (1), é submetido o pedido à Direção de Compras e Logística da AdP SGPS que por sua vez promove a auscultação interna a todas as Empresas do Grupo AdP, no sentido de avaliar se aquela necessidade pode ser satisfeita por outra Empresa que se encontre em relação de grupo, fixando um prazo de resposta e disponibilizando a informação necessária para a tomada de decisão informada por parte de todos os intervenientes;
3. Vencido o prazo fixado em (2) e na ausência de resposta positiva por parte das Empresas do Grupo AdP
 - a. Caso o objeto do contrato a celebrar não se enquadre nos serviços preconizados no n.º 2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP SGPS submete o pedido junto da PARPÚBLICA, para que aquela entidade possa avaliar a elegibilidade da satisfação da necessidade aquisitiva por via dos seus recursos próprios, ou de outras Empresas também em relação de Grupo, fixando um prazo de resposta.
 - b. Caso o objeto do contrato a celebrar se enquadre nos serviços preconizados no n.º 2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP SGPS informa a Empresa quanto à impossibilidade de satisfazer a necessidade aquisitiva através dos recursos das Empresas do Grupo AdP, para que procedam respetivamente à colocação do pedido junto da PARPÚBLICA, na página da internet disponibilizada para o efeito.

Não havendo manifestação de disponibilidade, ficam reunidas as condições necessárias para envidar um procedimento de contratação pública, ficando demonstrada a impossibilidade de satisfação das necessidades aquisitivas assinaladas, através de recursos próprios ou de Empresas que se encontrem em relação de grupo.

Ponto 15 - Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do Decreto-Lei n.º133/2013 de 3 de outubro, artigo 160.º da LOE2019 e artigo 115.º do DLEO2019)

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das Empresas do Grupo abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido:

acompanhou as Empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;

encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;

Em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;

Em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 220 milhões de euros a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas Empresas existentes, a decorrer até 2021, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário.

Dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros;

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneiio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

O Grupo AdP, para o biénio 2020-2021, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através dos seguintes despachos do IGCP:

Despacho SGC nº 126, de 15 de dezembro de 2020, para os seguintes serviços:

Valores inerentes às operações de financiamento realizadas;

Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;

Valores movimentados através da vertente credora dos débitos diretos, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;

Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades da AdP;

Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição.

Despacho SGC nº 223, de 29 de novembro de 2021, para os seguintes serviços:

Valores arrecadados pela DPG – Digital Payment Gateway da SIBS, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP.

Banco / Instituição	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
APLICAÇÕES FINANCEIRAS				
IGCP				
Fundo de Compensação do Trabalho	6 381	7 203	8 016	8 992
Total de Aplicações Financeiras	6 381	7 203	8 016	8 992
DEPÓSITOS À ORDEM e CAIXA				
Novo Banco	645	645	535	535
BPI	23 768	23 602	23 436	23 244
Santander	33 830	31 021	30 555	28 382
BBVA	159 317	151 596	112 394	220 756
Millennium BCP	4 536	1 466	9 189	6 118
CGD	118 761	-263 649	66 103	630 425
IGCP	13 199	13 423	13 423	13 423
Bankinter	2 597	10 860	10 145	10 064
Euro Bic	464	464	448	417
Total de Depósitos à Ordem	357 117	-30 572	266 226	933 363
Caixa	8 887	9 000	9 000	9 000
JUROS AUFERIDOS				
IGCP				
Banca Comercial				
Total de Juros Auferidos	0	0	0	0

Ponto 16 - Divulgação das recomendações dirigidas à Empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado

Através do Relatório de Auditoria n.º 7/2017, de 27 de abril de 2017, tendo por incidência os ajustes diretos realizados pelas Empresas do Grupo Águas de Portugal no período compreendido entre 2012 e o 1.º semestre de 2014, foram realizadas as seguintes recomendações aos Conselhos de Administração:

- No recurso ao ajuste direto devem ser aplicadas, com todo o rigor devido, as normas do CCP tendo designadamente em atenção a jurisprudência deste Tribunal de Contas;
- Planeamento da contratação em função das necessidades historicamente recorrentes e realização, sempre que possível, de procedimentos de contratação pública concorrenciais (incluindo acordos quadro periódicos, se necessários).

Tendo em vista o cumprimento das recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas foram implementadas medidas destinadas a garantir o cumprimento do regime previsto no Código dos Contratos Públicos e a monitorização da execução contratual, com especial relevo para a promoção de ações de formação, para a

divulgação de esclarecimentos sobre a interpretação e a aplicação da legislação vigente e para o reforço dos mecanismos de controlo para assegurar o adequado cumprimento das regras legais e das orientações internas em matéria de contratação pública.

No ano de 2021, foi efetuada a seguinte Recomendação pelo Tribunal de Contas, referente ao processo de visto n.º 601/2021, no âmbito da empreitada de Reabilitação da ETAR de Lagos por Conceção / Construção:

“2) Recomendar à entidade fiscalizada, ao abrigo do disposto no artigo 44.º, n.º 4, da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), que em futuros procedimentos proceda a:

a) Cumpra rigorosamente o disposto nos artigos 139.º e 146.º, n.º 1, do CCP e os princípios da proporcionalidade e da necessidade na respetiva interpretação e aplicação, adotando, sempre que possível, fórmulas de avaliação do fator preço que permitam graduar os vários limiares de preços admissíveis permitindo, por essa via, a ordenação de todas as propostas;

b) Identificação dos pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que possam condicionar o procedimento e a execução do contrato, nas peças do procedimento, em conformidade.”

[Ponto 17 - Elaboração e Divulgação do plano para a Igualdade \(anual\), conforme determina o artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 01 de agosto, e indicação do cumprimento da obrigação de comunicação às Comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho](#)

[Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional \(vide n.º 2 do artigo 50.º do RJSPE\);](#)

O Grupo AdP tem implementada uma política sustentada da Igualdade de Género. Esta política específica é coadjuvada pela existência de um conjunto de outras políticas não discriminatórias, tais como, o Código de Conduta e Ética, o Acordo Coletivo de Trabalho e a certificação na norma de Responsabilidade Social SA8000, que consolidam a atuação da Empresa, aumentando a cultura corporativa e a coesão social.

A igualdade entre mulheres e homens significa a igual oportunidade de participação de homens e mulheres em todas as esferas da vida pública e privada. Está consagrada na Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 13º, e constitui um princípio fundamental do direito comunitário considerado no artigo 2º do Tratado da Comunidade Europeia.

Na sua dimensão laboral, este princípio traduz-se na:

- Igualdade de oportunidades no acesso ao trabalho, ao emprego, à formação profissional e à progressão na carreira;
- Participação equilibrada dos homens e das mulheres na vida profissional e na vida familiar, nomeadamente no que respeita à necessidade de ausência ao trabalho por licença de maternidade e/ou paternidade e para prestação de cuidados a pessoas dependentes.

Entendemos que a política de igualdade de género e de conciliação das obrigações profissionais e familiares é, não só um fator de desenvolvimento que permite eliminar e promover um melhor aproveitamento dos recursos humanos, mas também uma componente necessária à evolução das sociedades.

O Grupo AdP em executou o seu Plano de igualdade de género 2019-2021 e já estabeleceu e divulgou o Plano de igualdade de género 2021, em estrito cumprimento com o estabelecido na Lei nº 62/2017 de 1 de agosto.

Este Plano está organizado em áreas agregadoras que compreendem várias medidas de intervenção, às quais se associam indicadores de sucesso e as entidades/órgãos responsáveis pela sua execução:

- ✓ Estratégia, Missão e Valores;
- ✓ Igualdade no acesso a emprego;
- ✓ Formação inicial e contínua;
- ✓ Igualdade nas condições de trabalho;
- ✓ Proteção na parentalidade;
- ✓ Conciliação Entre a Vida Pessoal, Familiar e Profissional;
- ✓ Prevenção da prática de assédio no trabalho.

Estas áreas compreendem objetivos e medidas de intervenção, às quais está associado o estado de implementação, a responsabilidade pela sua execução, o prazo, o custo e as metas a alcançar.

Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro;

O Grupo AdP divulga anualmente no seu R&C e no seu Relatório de Sustentabilidade Corporativo a informação relevante de Recursos Humanos desagregada por sexo (bem como nos relatórios individuais das Empresas). O Relatório de Sustentabilidade Corporativo é enviado aos principais *stakeholders* e é disponibilizado na intranet e no sítio da internet da Águas do Algarve e da Águas de Portugal.

O Plano de igualdade de género referido na alínea anterior visa a implementação de um conjunto de medidas tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional. De entre os objetivos definidos, podemos exemplificar:

Objetivos:

- Assegurar um contexto de trabalho isento de discriminação em função do sexo, da parentalidade e/ou da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal;
- Garantir o princípio da igualdade e não discriminação no acesso ao emprego;
- Promover a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens no acesso à formação;
- Promover a igualdade entre mulheres e homens no domínio da progressão e desenvolvimento profissional;
- Garantir o direito ao gozo das licenças de parentalidade pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras. Incentivar os trabalhadores homens ao uso partilhado da licença parental inicial;
- Promover a conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal dos trabalhadores e das trabalhadoras;
- Prevenir e combater o assédio no trabalho. Prevenir e combater a prática de outras ofensas à integridade física ou moral, liberdade, honra ou dignidade do trabalhador ou da trabalhadora.

Para cumprimento dos objetivos acima referidos, podemos de entre outras, exemplificar as seguintes medidas:

Medidas:

- Consultar os trabalhadores/as sobre o grau de satisfação com as políticas e medidas implementadas, relativas às dimensões de diversidade e igualdade, ética, não discriminação e equilíbrio e conciliação vida profissional, familiar e pessoal;

- Verificação de todos os anúncios de oferta de emprego e outras formas de publicidade ligadas à pré-seleção de forma a garantir que não contém, direta ou indiretamente, qualquer restrição, especificação ou preferência baseada no sexo;
- Criação e implementação de procedimento interno para assegurar que mulheres e homens têm igual oportunidade ao número de horas de formação certificada estabelecida por lei;
- Criação de procedimento e/ou mecanismos de divulgação de oportunidades internas, nomeadamente área específica no portal interno;
- Promover a equidade Homem/Mulher no gozo das licenças parentais através da divulgação de direitos e deveres na maternidade/parentalidade, previstos na legislação;
- Disponibilização de um conjunto de medidas/benefícios para os trabalhadores e trabalhadoras que promovem a conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal. Exemplo: iniciativas de bem-estar e entretenimento;
- Formação para todos os colaboradores em matéria de Código de Conduta e Ética e em Responsabilidade Social.

Para cada medida estão definidos indicadores e metas que são disponibilizadas anualmente no Relatório de Sustentabilidade do Grupo.

De forma a solidificar o seu posicionamento a Águas de Portugal renovou o seu compromisso ao Fórum Empresas para a Igualdade (IGEN), na promoção da igualdade de género e de melhoria ao nível da sustentabilidade, da justiça organizacional e da satisfação dos seus colaboradores e das suas colaboradoras. Com esta adesão, a Águas de Portugal compromete-se a desenvolver ações de promoção de igualdade de género, assumindo compromissos de melhoria em dimensões que incorporam os princípios da igualdade e da não discriminação entre homens e mulheres no trabalho e no emprego, bem como na conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar e proteção na parentalidade.

A Águas de Portugal é uma das organizações bandeira do Pacto da Conciliação e encontra-se certificada na NP 4552: 2016 - Sistema de Gestão de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e em 2016 subscreveu a Carta Portuguesa para a diversidade.

Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela entidade, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional (vide n.º 1 do artigo 50.º do RJSPE);

A Águas do Algarve, S.A. assume, no âmbito da política corporativa de gestão de recursos humanos da AdP, SGPS, o compromisso de promover ativamente o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus recursos humanos, respeitando os seguintes princípios:

- Criar oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional;
- Promover comportamentos éticos e de respeito mútuo;
- Assegurar a saúde e segurança no trabalho;
- Respeitar as relações laborais;
- Acolher a diversidade;
- Fortalecer a motivação dos colaboradores;
- Promover o envolvimento e o compromisso com o Grupo AdP.

Nesse sentido, estão implementadas um conjunto de políticas corporativas que visam realizar o referido compromisso:

[Formação Contínua](#)

Corporizando a cultura de melhoria contínua inscrita na nossa estratégia, entendemos que é fundamental dotar os nossos recursos humanos com as competências necessárias, que lhes permitam realizar todo o seu potencial, contribuindo assim para o sucesso da Águas do Algarve, S.A.. Desta forma, a formação dos colaboradores é uma aposta forte da política de gestão de Recursos Humanos.

Os processos de planeamento, gestão e avaliação da formação, visam dar resposta às necessidades formativas identificadas e garantir a qualidade, eficácia e adequação das mesmas. São igualmente dinamizadas ações de formação de cariz transversal e estratégico, com vista a promover o desenvolvimento organizacional, assim como o reforço e consolidação de valores de partilha e de trabalho e desenvolvimento alinhado e conjunto.

[Valorização Profissional](#)

Um dos valores da Águas do Algarve, S.A. é o seu contributo para o desenvolvimento dos colaboradores através da aquisição de competências e aprendizagem ao longo da vida. Os colaboradores são incentivados a participar em programas de Pós-Graduação, Mestrado ou Doutoramento em domínios diretamente relacionados com a sua atividade e que contribuam inequivocamente para o aumento do seu capital intelectual.

A participação em Associações Profissionais ou de Classe que contribuam para a valorização profissional ou se mostrem adequadas ao prosseguimento dos fins da Empresa é igualmente incentivada e suportada

[Horário flexível](#)

Tendo em vista o compromisso de promoção do equilíbrio entre vida pessoal e profissional dos colaboradores é disponibilizado o regime de horário de trabalho flexível que permite a gestão individual do horário de trabalho de cada trabalhador garantindo em simultâneo o cumprimento de todas as obrigações profissionais e de produtividade estabelecidas.

No sentido de mitigar os problemas derivados da pandemia covid e, acompanhando as diretrizes governamentais, a Empresa implementou um sistema de trabalho remoto, para todos os colaboradores da Empresa, cujas funções o permitissem.

[Seguros](#)

A saúde e segurança dos colaboradores é muito valorizada pela Águas do Algarve, S.A.. Todos os colaboradores têm acesso a um conjunto de seguros que garantem apoio ao próprio e à família em caso de acidente ou doença e também nos casos de invalidez ou morte.

[Nascer no Mundo AdP](#)

No âmbito da promoção do envolvimento dos colaboradores com a Empresa e do equilíbrio entre vida pessoal e profissional, quando nasce um filho de um colaborador é oferecido um cabaz nascimento que pretende celebrar esse momento único que é o nascimento de uma nova vida no Mundo AdP.

Gestão do Desempenho

O Processo de Avaliação de Desempenho tem como objetivo gerir e desenvolver os contributos individuais, por forma a garantir o alinhamento dos desempenhos com a estratégia e os objetivos da Empresa e potenciar o aumento da produtividade. O Sistema de Avaliação de Desempenho prevê que a avaliação não seja um ato isolado mas antes, parte de um processo permanente e contínuo, que integra a observação, o acompanhamento, a avaliação e o desenvolvimento dos colaboradores.

Gestão de Carreiras

A mobilidade interna de colaboradores é uma prática que o Grupo AdP valoriza e estimula constituindo um fator importante na evolução profissional dos nossos recursos humanos.

O recrutamento interno de profissionais para alocar a projetos e/ou para suprir necessidades de *know-how* específico é um processo que acrescenta valor ao Grupo AdP e possibilita aos colaboradores e colaboradoras a exposição a novos contextos e desafios que potenciam a aquisição de aprendizagens e competências transversais. A Política Corporativa de Mobilidade Geográfica, implementada desde 2015, tem dado um contributo ativo para a dinamização de processos de mobilidade funcional ao garantir um conjunto de apoios aos colaboradores, em mobilidade, destinados a facilitar e apoiar a transição e a instalação no novo local de trabalho.

Ponto 18 - Elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.º-B ou 508.º-G do CSC, contendo, no mínimo, a informação indicada nos n.ºs 2 dos mencionados artigos. Esta informação deverá ser preferencialmente apresentada em relatório separado do Relatório de Gestão, em anexo ao RGS (vide manual para a elaboração do RGS, disponível no sítio da internet da UTAM).

A Águas do Algarve, S.A. não tem a obrigatoriedade individual de reportar a informação não financeira (artigo 66º CSC revisto pelo DL 89/2017). Todavia, esta informação vai ser disponibilizado no relatório consolidado de sustentabilidade do Grupo AdP.

Ponto obrigatório constar no anexo I.

Relativamente ao constante do nº2 dos art.º 66-B e 508.º-G, recomenda-se que, neste ponto, seja feita referência aos capítulos relativos à sustentabilidade e capital humano, do Relatório de Gestão, capítulos estes em que consta já a informação mínima requerida.

Nos casos aplicáveis, deve ser feita remissão para o anexo do RGS.

Ponto 19 - Divulgação de Informação no Site da Águas do Algarve, S.A.

Conforme orientações da DGTF, a Águas do Algarve S.A. não divulga informação no sítio do SEE na internet em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	N.A.		
Caracterização da Empresa	N.A.		
Função de tutela e accionista	N.A.		
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais			
- Identificação dos órgãos sociais	N.A.		
- Estatuto Remuneratório Fixado	N.A.		
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	N.A.		
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	N.A.		
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	N.A.		
Esforço Financeiro Público	N.A.		
Ficha Síntese	N.A.		
Informação Financeira histórica e atual	N.A.		
Princípios de Bom Governo			
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	N.A.		
- Transações relevantes com entidades relacionadas	N.A.		
- Outras transações	N.A.		
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:			
Económico	N.A.		
Social	N.A.		
Ambiental	N.A.		
Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo			
- Código de ética	N.A.		

Ofício-Circular da DGFT

Cumprimento das Orientações Legais - 2021	Cumprimento	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S-N-N/A		
Objectivos de Gestão 2021			
Indicadores de Gestão Global	S	Classificação de 2,7 numa escala até 3,0.	Ponto 1 - Objectivos de gestão (artigo 38º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial) e Plano de Atividades e Orçamento
Metas a atingir constantes no PAO 2021			
Investimento	N	Orçamento de 15,3 milhões de €, executado 7,3 milhões de €, 48% de taxa de execução.	Atrasos acumulados derivados dos efeitos de combate à pandemia covid19
Nível de endividamento	N	Orçamento de 153,5 milhões de €; realizado 175,8 milhões de €.	Expectativa de cessão de Acordo de Regularização de Dívida de cliente a uma entidade bancária, o qual não se concretizou ainda.
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	S	Rácio Gastos Operacionais / Volume de Negócios: Orçamento de 53,15%, realizado de 51,75%.	
Gestão do Risco Financeiro			
		Taxa média de financiamento	
Limites de Crescimento do Endividamento	S	Var. Endividamento de -6%	
Evolução do PMP a fornecedores	S	-9 dias	
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	1,7 milhões de € vencidos.	Sem casos problemáticos.
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			
Recomendação	NA		
Reserva emitida na última CLC			
Reserva	S	sem reservas	
Remunerações/honorários			
Não atribuição de prémios de gestão	S	Não houve atribuições em 2021	
CA-Reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	S	5% de redução	
Fiscalização (CF/ROC/FUI) - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	NA		
Auditor Externo - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	NA		
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	NA	A Empresa não tem cartões de crédito em 2021	
Não reembolso de despesas de representação pessoal	NA	Nada a assinalar	
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	NA	Nada a assinalar	
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	Cumpre	
Despesas não documentadas ou confidenciais n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S	Nada a assinalar	
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	site da empresa	
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	site da empresa	
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	Código dos Contratos Públicos	
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	NA		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	3 contratos, totalizando 21,96 milhões de euros.	
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S	Economato, energia, viaturas.	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S	Variação de -2,5%.	
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (artigo 49.º do DLEO 2019)	N	Variação de + 12%.	Assistência informática em 2021: com diversos gastos incorridos no reforço da segurança cibernética.
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	% de disponibilidades: 2%.	Em 2022 já se procedeu à operacionalização total da conta sediada no IGCP, pelo que haverá uma concentração do movimento de disponibilidades por este banco.
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	Sem aplicações na banca	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	Nada a assinalar	
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	S	site da empresa	
Apresentação da demonstração não financeira	NA	Relatório elaborado pela holding	

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.

C- Perspetivas Futuras

A Águas do Algarve, S.A. mantém na sua estratégia e linhas de conduta a promoção da melhoria da sustentabilidade ambiental, económica e social. Também se pretende aprofundar a tendência para a redução das emissões de carbono, apostando-se cada vez mais na utilização de carros elétricos e no alargamento de novas medidas ambientalmente sustentáveis.

As alterações climáticas, nomeadamente secas prolongadas no Algarve, que durante 2021 se sentiram durante uma parte importante do ano, vão trazer novos desafios em relação às origens de água, a reutilização adequada das águas residuais e o aproveitamento de lamas para fins úteis.

Decorrente da assinatura do novo contrato de concessão e, da concordância de todos os municípios clientes, a faturação da área de negócio do saneamento é efetuada através dos "rendimentos tarifários", desde o ano de 2021. De acordo com a respetiva repartição por utilizador municipal, o valor definido para 2021 será de 26.237.120€, já atualizado pelo IHPC de acordo com as instruções do Regulador (ERSAR).

Em maio de 2021 a Empresa assinou um Acordo de Regularização de Dívida com o cliente Vila Real de Santo António SGU/Município de Vila Real de Santo António, no montante de 16,5 milhões de euros, que titulariza uma parte da dívida total. A Águas do Algarve tem a expectativa de cessão em 2022 deste Acordo a uma entidade bancária.

Em relação ao Investimento a Empresa estimou no seu Plano de Atividades e Orçamento, um valor de 15,3 milhões de euros para o ano de 2021, sendo que neste valor se incluem os seguintes integrados no Programa De Recuperação e Resiliência no Contexto dos Instrumentos Comunitários de Apoio à Recuperação da Economia:

Reforço\Melhorias do Sistema de Aviso e Alerta da Barragem de Odelouca (SAABO)

Compreenderá em traços gerais:

- Reabilitação dos postes de aviso sonoro, tanto ao nível de construção civil de modo a diminuir o furto/vandalismo, como ao nível de instalações elétricas, equipamentos e automação, de maneira a garantir continuidade de serviço mesmo em circunstâncias extremas de emergência, sendo exploradas as seguintes vertentes:

- Arquitetura de comunicações;
- Alimentação de Energia;
- Desativação dos postes de aviso luminoso e substituição por infraestrutura amovível a colocar em determinados sítios a estudar;

- Atualização do SCADA da Barragem de Odelouca com a inclusão dos sinais provenientes do SAABO, mas que em caso de rotura do sistema SCADA o funcionamento dos intervenientes neste sistema não sejam perturbados.

Sistemas de Medição de Energia

Para responder ao grande desafio de aumentar a eficiência de utilização dos recursos e no estrito cumprimento das Orientações Estratégicas para o Grupo Águas de Portugal, determinadas pela Tutela, foi desenvolvido um Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE), que tem como pressupostos a racionalização dos consumos de energia e a maximização do aproveitamento energético, e permitiu identificar, organizar, calendarizar e quantificar recursos e metas, que possibilitem racionalizar esses mesmos consumos, promovendo a descarbonização da economia, possibilitando a redução ou compensação das emissões dos GEE e a minimização dos efeitos e/ ou consequências das alterações climáticas.

Para dar cumprimento ao estipulado no PEPE, a Águas do Algarve, S.A., procedeu à identificação de 12 infraestruturas, prevendo para cada uma delas, a instalação de equipamentos para monitorização do desempenho energético dos diversos consumidores (analísadores de rede), que deverão ser instalados em quadros elétricos, existentes, ou novos, estando previstos autómato, cartas, consolas de leitura, analisadores de rede, assim como toda a cablagem de alimentação e sinal, em calhas técnicas, se necessário. Pretende-se ainda que os dados de energia recolhidos pelos analisadores de rede instalados em vários pontos, enviados para os autómato a instalar e visualizados nas consolas HMI, sejam ligados às redes de telegestão de cada uma das instalações através dos protocolos existentes ou novos e a partir daí, reencaminhados para a Base de Dados Central, através dos SCADA existentes, associados ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve.

ApR: Estação Elevatória, desinfecção, adução e pontos de entrega: reutilização da água tratada na ETAR de Vila Real de Santo António

No plano de investimentos foram considerados em 2022 valores de investimento do projeto ApR (Água para Reutilização) no montante de 1,6 milhões de euros.

Este projeto tem por objetivo a reutilização de água residual tratada da ETAR de Vila Real de Santo António para rega dos dois campos de existentes na zona norte de concelho de Castro Marim – Castro Marim Golf e Country Club e Quinta do Vale – Golfe e Urbanizações Vale do Odiana Sucursal. O projeto contempla a implementação de um sistema de desinfecção adicional que permita a produção de uma Água para Reutilização (ApR), uma Estação Elevatória e respetivo troço de sistema adutor, incluindo os respetivos pontos de entrega, necessário para elevar e transportar o efluente entre a ETAR produtora e os utilizadores.

Central de secagem solar de lamas da ETAR da de Vila Real de Santo António

O investimento referente à construção da referida central tem um valor previsto de 2M€ e um prazo de execução de 12 meses e prevê a instalação de um módulo de secagem solar na ETAR de Vila Real de Santo António que permitirá a secagem integral das lamas produzidas nesta instalação.

Este investimento é de extrema importância para a Águas do Algarve, S.A uma vez que constitui uma mais-valia ambiental significativa à atual exploração da instalação de Vila Real de Santo António, quer por via da redução do número de transportes e conseqüente redução das emissões de gases efeito estufa, quer por via da melhoria da qualidade física, assim como uma mais-valia económica cujo retorno do investimento estimado será inferior ao período do atual contrato de concessão em vigor.

O ano de 2022 será um ano, que se espera, seja de recuperação, ainda que parcial, dos impactos significativos e negativos causados pela pandemia e políticas de confinamento seguidas no seu combate.

D- Considerações Finais

Para o resultado obtido a todos os níveis muito contribuíram e, por isso, aqui deixamos expressos os nossos agradecimentos:

- Ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, na pessoa de Sua Excelência o Sr. Ministro João Pedro Matos Fernandes, pelo interesse, empenho, incentivo e apoio;
- Aos nossos Acionistas, com especial relevo para a Águas de Portugal, S.G.P.S., SA, que continuamente nos têm acompanhado e cuja confiança acreditamos que continuaremos a merecer;
- Aos nossos Colaboradores, cujo esforço e dedicação tornou possível o desenvolvimento e dinâmica da Empresa;
- À Entidade Reguladora dos Serviços e Resíduos, à Agência Portuguesa para o Ambiente e aos organismos regionais pela cooperação prestada;
- Aos atuais Órgãos Sociais da Empresa pela cooperação demonstrada no exercício das suas competências.

E- Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido positivo do exercício no valor de 365.764 euros tenha a seguinte aplicação:

- Reserva legal, equivalente a 5% dos resultados líquidos, no valor de 18.288 euros;
- Remanescente, no valor de 347.476 euros para resultados transitados.

O Conselho de Administração

António Paulo Jacinto Eusébio
(Presidente Executivo)

Maria Isabel Fernandes da Silva Soares
(Vice-Presidente Executivo)

Hugo Miguel Guerreiro Nunes
(Vogal Executivo)

Ana Paula Fernandes Martins
(Vogal)

José Carlos Martins Rolo
(Vogal)

A- Contas do exercício de 2021

Introdução

Nos termos da Lei e dos estatutos, vem o Conselho de Administração da Águas do Algarve S.A. submeter à apreciação da Assembleia Geral desta empresa, as contas do exercício de 2021.

Em termos de apresentação o presente documento contém as seguintes informações financeiras:

- Demonstração da posição financeira;
- Demonstração dos resultados e do rendimento integral;
- Demonstração das variações no capital próprio;
- Demonstração dos fluxos de caixa.

Constituem, também, elementos do relatório os seguintes Anexos:

- Notas às demonstrações financeiras.

No final do presente relatório encontram-se à disposição dos acionistas os seguintes documentos:

- Relatório e parecer do conselho fiscal;
- Certificação legal de contas.

Índice

1- Informação geral.....	7
2- Políticas contabilísticas.....	11
3- Novas normas e alteração de políticas.....	16
4- Políticas de gestão de risco.....	18
5- Ativos intangíveis.....	22
6- Ativos fixos tangíveis.....	26
7- Locações.....	29
8- Outros ativos financeiros.....	34
9- Desvio de recuperação de gastos (Défice / Superavit tarifário).....	34
10- Clientes.....	36
11- Outros ativos.....	43
12- Inventários.....	45
13- Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.....	45
14- Caixa e seus equivalentes.....	48
15- Capital próprio.....	49
16- Provisões, ativos e passivos contingentes.....	51
17- Acréscimos de gastos de investimento contratual.....	54
18- Subsídios ao investimento.....	55
19- Empréstimos.....	56
20- Fornecedores e outros passivos.....	58
21- Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9.....	60
22- Rédito de contratos com clientes.....	61
23- Gastos da vendas.....	62
24- Fornecimento e serviços externos.....	63
25- Gastos com pessoal.....	64
26- Amortizações e depreciações do exercício.....	65
27- Provisões e reversões do exercício.....	65
28- Perdas por imparidades e reversões do exercício.....	66
29- Outros gastos e perdas operacionais.....	66
30- Outros rendimentos e ganhos operacionais.....	67
31- Gastos financeiros.....	67
32- Rendimentos financeiros.....	68
33- Imposto sobre o rendimento,.....	68
34- Saldos e transações com partes relacionadas.....	73
35- Compromissos.....	75
36- Investimento Contratual.....	79
37- Honorários de auditoria e de revisão legal de contas.....	79
38- Outros assuntos – COVID-19.....	79
39- Eventos subsequentes.....	81

Demonstração da posição financeira

RUBRICAS	NOTAS	2021	2020
ATIVO			
Ativos Não Correntes			
Ativos intangíveis	5	397.541.132	405.664.457
Ativos fixos tangíveis	6	968.716	996.635
Ativos sob direito de uso	7	236.022	394.774
Outros ativos financeiros	8	8.992	5.506
Impostos diferidos ativos	33	34.774.155	30.911.859
Clientes e outros ativos não correntes	10	0	5.712
Total dos ativos não correntes		433.529.016	437.978.943
Ativos Correntes			
Inventários	12	2.484.794	2.338.662
Ativos fin. ao justo valor rend.int.	13	16.466.032	0
Clientes	10	19.165.184	34.742.566
Imposto sobre o rendim. do exercício	34	0	46.442
Outros ativos correntes	11	11.217.506	15.481.235
Caixa e depósitos bancários	15	942.363	141.026
Total dos ativos correntes		50.275.879	52.749.931
Total do ATIVO		483.804.895	490.728.874
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital próprio dos acionistas			
Capital social	15	29.825.000	29.825.000
Reservas e outros ajustamentos	15	3.275.316	3.238.347
Resultados transitados	15	(2.909.491)	(3.611.887)
Resultado líquido do exercício		365.764	739.364
Total do CAPITAL PRÓPRIO		30.556.589	30.190.825
PASSIVO			
Passivos Não Correntes			
Provisões	16	81.500	81.500
Empréstimos	19	135.972.619	151.846.648
Passivos da locação	7	2.081	114.128
Fornecedores e outros passivos não correntes	20	3.707.776	4.307.369
Impostos diferidos passivos	33	6.285.461	6.383.294
Acréscimo de gastos de investimento contratual	17	69.315.131	64.815.748
Subsídios ao investimento	18	148.706.182	155.669.532
Desvio tarifário passivo	9	34.799.628	24.890.259
Total dos passivos não correntes		398.870.379	408.108.478
Passivos Correntes			
Empréstimos	19	39.819.121	33.749.962
Passivos da locação	7	159.579	210.675
Fornecedores	20	6.005.006	7.501.945
Outros passivos correntes	20	7.385.306	10.966.989
Imposto sobre o rendim. do exercício	33	1.008.915	0
Total dos passivos correntes		54.377.927	52.429.572
Total do PASSIVO		453.248.306	460.538.049
Total do PASSIVO e CAPITAL PRÓPRIO		483.804.895	490.728.874

Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2021	2020	
Vendas	+	22	33.596.511	32.542.552
Prestações de serviços	+	22	26.237.766	26.478.797
Rendimentos construção ativos concessionados	+	22	7.292.383	7.349.960
Défice/superavit tarifário	-	9	9.909.369	6.478.507
Gasto das vendas/variação inventários	-	23	1.959.076	2.387.017
Gastos construção ativos concessionados	-	23	7.292.383	6.996.549
Fornecimentos e serviços externos	-	24	23.893.319	24.193.356
Gastos com pessoal	-	25	5.598.973	5.685.161
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	-	26	20.226.439	19.322.648
Provisões e reversões do exercício	-	27	0	516.839
Perdas por imparidade e reversões do exercício	-	28	1.040.188	0
Subsídios à exploração	+	30	338.098	124.770
Subsídios ao investimento	+	18	5.771.409	5.635.771
Outros gastos e perdas operacionais	-	29	657.224	650.682
Outros rendimentos e ganhos operacionais	+	30	1.273.461	632.455
Resultados operacionais	=		3.932.657	7.567.226
Gastos financeiros	-	31	6.426.168	7.913.501
Rendimentos financeiros	+	32	1.860.376	1.352.951
Resultados financeiros	=		4.565.792	6.560.550
Resultados antes de imposto	=		(633.135)	1.006.675
Imposto do exercício	-	33	2.961.230	3.472.062
Imposto diferido	+	33	3.960.129	3.204.751
Res. Líquido do exercício operações continuadas	=		365.764	739.364
Resultado líquido do exercício	=		365.764	739.364
Rendimento integral	=		365.764	739.364
Resultado por ação (básico e diluído)		15	0,06	0,12
Resultado integral por ação (básico e diluído)		15	0,06	0,12

Demonstração das variações no capital próprio

Demonstração das variações de Capital Próprio	Notas	Capital Social	Reservas	Resultados Transitados	Res. Líquido do Exercício	TOTAL
Saldo a 31.12.2018		29.825.000	3.178.306	-4.752.683	1.200.838	29.451.461
Aplicação do RL do Exercício	15	0	60.042	1.140.796	(1.200.838)	0
Realização de Capital		0	0	0	0	0
Distribuição de dividendos		0	0	0	0	0
DRG acumulado		0	0	0	0	0
DRG acumulado - Imposto Diferido		0	0	0	0	0
Resultado Líquido do Exercício		0	0	0	739.364	739.364
Saldo a 31.12.2019		29.825.000	3.238.347	(3.611.887)	739.364	30.190.825
Aplicação do RL do Exercício	15	0	36.969	702.396	(739.364)	0
Realização de Capital		0	0	0	0	0
Distribuição de dividendos		0	0	0	0	0
DRG acumulado		0	0	0	0	0
DRG acumulado - Imposto Diferido		0	0	0	0	0
Resultado Líquido do Exercício		0	0	0	365.764	365.764
Saldo a 31.12.2020		29.825.000	3.275.316	(2.909.491)	365.764	30.556.589

Demonstração dos fluxos de caixa

FLUXO	NOTAS	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		64.234.641	64.145.957
Recebimentos operacionais - Outros		7.284.735	4.642.521
Pagamentos a fornecedores		(35.223.725)	(32.783.210)
Pagamentos ao pessoal		(3.658.547)	(3.361.803)
Pagamentos ao Estado		(2.778.565)	(2.703.639)
Pagamento de IRC		(1.928.182)	(3.868.468)
Pagamento operacionais outros		(5.522.815)	(500.359)
Fluxo das atividades operacionais		22.407.542	25.570.999
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos de investimentos financeiros		1	0
Recebimentos de ativos tangíveis	7	0	0
Recebimentos de ativos intangíveis		0	19.745
Recebimentos de subsídios de investimento	11	1.616.518	1.789.421
Pagamentos de investimentos financeiros		0	0
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	7	0	0
Pagamentos de ativos intangíveis		(6.374.939)	(7.991.117)
Fluxo das atividades de investimento		(4.758.420)	(6.181.951)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos de empréstimos obtidos	19	13.500.000	11.700.000
Recebimentos de Subsídios e doações		0	0
Outros recebimentos de financiamento		0	51.432
Recebimentos de realizações de capital		0	0
Pagamentos de empréstimos obtidos	19	(23.413.085)	(22.642.422)
Pagamentos de juros e gastos similares		(6.329.218)	(6.346.483)
Pagamentos de dividendos	15	0	(2.459.092)
Outros pagamentos de financiamentos	7	(373.684)	0
Fluxo das atividades de financiamento		(16.615.987)	(19.696.565)
Varição de caixa e seus equivalentes		1.033.135	(307.517)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	14	(91.452)	216.065
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	14	941.682	(91.452)

Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	Notas	2021	2020
Caixa	14	9.000	9.000
Depósitos à ordem	14	933.363	132.026
Tesouraria ativa		942.363	141.026
Descobertos bancários	19	(681)	(232.478)
Tesouraria passiva		(681)	(232.478)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		941.682	(91.452)

Notas às demonstrações financeiras

I - Informação geral

I.1 Identificação e atividade da empresa

A Águas do Algarve, S.A. (adiante designada também por AdA S.A., entidade, empresa ou Sociedade) foi constituída em 5 de Agosto de 2000, tendo a sua sede social na Rua do Repouso, nº 10, em Faro.

São acionistas da AdA S.A.:

Acionistas (acções)	Quantidade	Valor	Classe	%
Águas de Portugal, SGPS, SA	3.247.447	16.237.235	A + B	54,44%
Município de Albufeira	289.270	1.446.350	A + B	4,85%
Município de Alcoutim	17.236	86.180	A	0,29%
Município de Aljezur	34.046	170.230	A	0,57%
Município de Castro Marim	32.787	163.935	A	0,55%
Município de Faro	409.788	2.048.940	A + B	6,87%
Município de Lagoa	187.813	939.065	A + B	3,15%
Município de Lagos	202.726	1.013.630	A + B	3,40%
Município de Loulé	338.797	1.693.985	A	5,68%
Município de Monchique	25.718	128.590	A	0,43%
Município de Olhão	230.791	1.153.955	A	3,87%
Município de Portimão	369.206	1.846.030	A + B	6,19%
Município de São Brás de Alportel	49.607	248.035	A + B	0,83%
Município de Silves	222.439	1.112.195	A + B	3,73%
Município de Tavira	135.680	678.400	A	2,27%
Município de Vila do Bispo	53.605	268.025	A + B	0,90%
Município de Vila Real de Santo António	118.044	590.220	A	1,98%
Total	5.965.000	29.825.000		100,00%

O capital social realizado da Empresa é de 29.825.000 euros, correspondendo a 5.965.000 ações de valor nominal de 5 euros cada.

A empresa é uma Sociedade Anónima de direito privado e capitais integralmente públicos criada pelo Decreto-lei nº 168/2000 de 5 de agosto, por fusão das Sociedades Águas do Sotavento Algarvio, S.A. e Águas do Barlavento Algarvio, S.A.. Essas Sociedades foram constituídas, respetivamente, pelo Decreto-lei nº 130/95, de 5 de junho, e nº 136/95, de 12 de junho, com a responsabilidade pelo cumprimento dos dois contratos de concessão outorgados em 10 de Agosto de 1995 com o Estado Português, relativos aos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água ao Sotavento e ao Barlavento Algarvio, criados pelo Decreto-lei nº 379/93 de 05 de novembro.

Com a criação pelo Decreto-lei nº 167/2000 do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, foi atribuída à Sociedade a concessão da exploração e gestão do referido sistema pelo Decreto-lei nº 172/B-2001 de 26 de maio e celebrado o Contrato de Concessão entre o Estado Português e a Empresa em 26 de maio de 2001.

Em 8 de novembro, com a publicação do Decreto-lei nº 285/2003, foi criado o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água ao Algarve, resultante da fusão dos Sistemas do Barlavento e do Sotavento, tendo sido em 7 de fevereiro de 2005 assinado o respetivo contrato de concessão.

Em 2019 foi assinado um novo Contrato de Concessão (CC), no dia 24 de julho de 2019, para o período 2019-2048. Atendendo ao ponto I da Clausula 1.ª do CC, o Concedente atribuiu à Águas do Algarve, S.A. nos termos desse contrato e do Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, a concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Algarve (adiante abreviado por Sistema), criado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo. Este Sistema substitui os dois sistemas multimunicipais extintos, nomeadamente o sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve e o sistema multimunicipal de saneamento do Algarve.

1.2 Atividade económica

A Águas do Algarve, S.A., tem como atividade principal a exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais (saneamento) no Algarve.

As tarifas e os rendimentos tarifários em “alta” praticados pela Águas do Algarve, S.A. são fixados pela ERSAR, sendo calculadas com base nos encargos eficientes aceites por esta entidade.

Para a Águas do Algarve, S.A. as tarifas e os rendimentos tarifários encontram-se estabelecidos para o primeiro período tarifário no decreto-lei de constituição e respetivo contrato de concessão. Neste período, a ERSAR valida a atualização das tarifas e dos rendimentos tarifários com base na taxa de inflação (IHPC).

Nos termos do contrato de concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifários a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável. Durante o ano de 2021, as tarifas aplicadas na faturação pela Águas do Algarve, S.A., foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR em 2020.

O diploma constituinte da agregação do SMM, Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, e respetivo contrato de concessão, estabelece a metodologia de registo e de recuperação do Desvio de Recuperação de Gastos (DRG), tendo sido determinado um período máximo de geração adicional de DRG até 10 anos e um período máximo de reintegração destes ativos (ou passivos) até 25 anos. De acordo com esta metodologia em 2043, o saldo atual dos DRG registado nas contas da Águas do Algarve, S.A. estará recuperado.

Para o SMM gerido pela Águas do Algarve, S.A., ao abrigo do novo contrato de concessão celebrado em 2019, foi efetuado o registo inicial dos DRG, e a partir daí o correspondente a cada exercício económico.

1.2.1 Atividade regulada

O modelo dos contratos de concessão e parceria criado para o sistema multimunicipal possui as seguintes características:

- i) as infraestruturas e equipamentos da concessão são construídos ou adquiridos pela empresa concessionária;

- ii) o financiamento destas aquisições/construções é efetuado parcialmente com recursos a subsídios comunitários a fundo perdido e a financiamentos de longo prazo efetuados maioritariamente pelo Banco Europeu de Investimentos (BEI);
- iii) os preços de venda (tarifa) praticados são genericamente fixados e sufragados pela entidade reguladora (ERSAR) e incluem uma parcela de remuneração do capital investido, correspondente a um indexante (taxa das Obrigações do Tesouro), acrescida de três pontos percentuais a título de prémio de risco. A AdA tem assegurada a sua remuneração através das cláusulas de reequilíbrio dos contratos de concessão. A concessão tem a duração de 30 e decorre até ao ano 2048. Em 2021, a taxa de juro média diária das obrigações do tesouro a 10 anos cifrou-se em 0,30%.

Água e saneamento	Concessão/Parceria	Prazo	Período	Remuneração acionista Taxa de remuneração	Remuneração acionista Base de incidência (1)
Águas do Algarve SA (2)	Concessão	30 anos	2019-2048	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal

(1) A remuneração OT 10 anos + 3% incide sobre o capital social e reserva legal. Adicionalmente sobre os dividendos em dívida incide remuneração equivalente à OT 10 anos.

(2) A 24 de julho de 2019 foi celebrado Contrato de Concessão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Algarve gerido pelas Águas do Algarve, S.A. por um prazo de 30 anos (2019-2048). Este contrato resulta da agregação dos contratos de concessão existentes àquela data.

A empresa desenvolve a sua atividade num sector regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade da empresa está no escrutínio que a entidade reguladora faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como do respetivo orçamento anual. Com a alteração dos estatutos da ERSAR, operada pela Lei 10/2014, de 6 de março, as tarifas aplicadas aos serviços prestados aos utilizadores passaram a ser aprovadas pela entidade reguladora, tendo deixado de estar sujeitas a qualquer intervenção por parte do Concedente. Com a alteração introduzida aos Estatutos da ERSAR, aprovados pela Lei 10/2014, de 6 de março, pelo art.º 428.º da Lei 75-B/2020, de 31 de dezembro, os poderes da Entidade Reguladora sobre as tarifas passam a ser exercidos pelo Concedente.

Por via do contrato de concessão, a entidade reguladora, passou ainda a deter o poder de aprovar o valor do desvio de recuperação de gastos que a Águas do Algarve S.A. pode registar nas suas contas anuais. Facto que confere à entidade reguladora o poder efetivo de determinar os gastos que podem ser recuperados por via tarifária.

Em 31 de dezembro de 2021 estavam registados nas contas da Águas do Algarve, S.A., cerca de 34,8 milhões de euros de DRG de natureza superavitária, decorrente da atividade do SMM.

A empresa está ainda sujeita à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

A empresa tem uma concessão atribuída pelo Estado em regime de exclusividade para a prestação de serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais. O contrato de concessão caracteriza-se por contemplar elevados níveis de investimentos a efetuar pela empresa. O financiamento é obtido através de fundos comunitários, empréstimos bancários, capitais próprios e pelos meios gerados pela atividade, sendo também acionistas os municípios a quem são prestados os serviços. O serviço prestado é pago através de tarifa fixada pela entidade reguladora (ERSAR) e faturada aos municípios que são servidos pela concessão. Uma das características do contrato de concessão é ter retorno garantido sobre o capital investido.

1.3 Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração que teve lugar no dia 08 de março de 2022 na sede da Empresa em Faro. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

2- Políticas contabilísticas

2.1 Bases de apresentação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo “*International Accounting Standards Board*” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “*International Financial Reporting Interpretations Committee*” (“IFRIC”) ou pelo anterior “*Standing Interpretations Committee*” (“SIC”), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2021.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nas respetivas notas relacionadas com as demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

As demonstrações financeiras da AdA foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, os quais se encontram registados ao respetivo justo valor (valor de mercado).

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e suposições adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.2 Data de referência das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa da AdA S.A. relativamente a 31 de dezembro de 2021 e comparativos a 31 de dezembro de 2020.

2.3 Conversão cambial

2.3.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da empresa e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.3.2 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data da demonstração de posição financeira, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas são assim registadas em resultados do exercício ou em “Reservas e outros ajustamentos”, consoante o registo apropriado

para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional pela empresa de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

2.4 Direito de Utilização de Infraestruturas (“DUI”) - Concessões

2.4.1 Classificação da infraestrutura

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma a AdA S.A. presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível.

Adicionalmente, nos termos da IFRIC 12, a infraestrutura não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Atendendo à tipologia dos contratos de concessão da empresa gestor do SMM (sistema multimunicipal), nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), o modelo que se adequa à realidade da empresa é o do intangível. Deste modo, a AdA, empresa gestora do SMM (sistema

multimunicipal) classifica, como concessionária, as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis (DUI) em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetos ao ativo intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no ativo intangível e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo intangível . As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

2.4.3 Amortizações

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações na empresa são calculadas pelo método da soma das unidades de produção, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente tratados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

Áreas de Negócio	Total do investimento do contrato	ANOS	Total de caudais do contrato (m3)	Taxa depleção 2021
ÁGUA	472.853.067	30	1.892.458.222	4,0193%
SANEAMENTO	374.945.428	30	1.233.840.012	3,2678%
ESTRUTURA	10.365.875	30	3.126.298.234	3,7239%
	858.164.371		6.252.596.468	

2.4.4 Acréscimos de gastos de investimento contratual

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de

benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão.

No caso da AdA S.A., os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica acréscimo de gastos de investimento contratual (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.4.5 Desvio de recuperação de gastos (Défice / Superavit tarifário)

Consideram-se desvios de recuperação de gastos: (i) à diferença existente, à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas extintos em 2015, entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido; e (ii) à diferença verificada, anualmente, até ao termo do segundo período quinquenal da concessão entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras estipuladas na determinação das tarifas.

Os desvios de recuperação de gastos podem assumir natureza deficitária ou superavitária, nos termos definidos no contrato de concessão e são registados ao custo amortizado. A Águas do Algarve regista nas suas contas os desvios de recuperação de gastos que se verificarem anualmente até ao termo do segundo período quinquenal, registando, em simultâneo com a celebração do contrato de concessão, os desvios de recuperação de gastos determinados à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas agregados, incluindo a remuneração acionista em dívida capitalizada com a taxa correspondente às Obrigações de Tesouro Portuguesas a 10 anos, acrescida de três pontos percentuais até à data de entrada em vigor do contrato de concessão, com base nas respetivas contas individuais das sociedades.

Os desvios de recuperação de gastos de natureza deficitária e de natureza superavitária existentes à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas agregados em 2015 e os gerados na vigência da concessão até ao termo do segundo período quinquenal, capitalizados nos termos definidos no contrato de concessão, devem ser recuperados pela via tarifária ou refletidos nas tarifas, consoante o caso, até ao termo do quinto período quinquenal da concessão.

Assim, anualmente é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – “Défice/superavit tarifário de recuperação de gastos” – e o imposto induzido por estes

numa conta de imposto diferido, por contrapartida de balanço, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do desvio de recuperação de gastos corresponde à correção (a crédito ou a débito) a fazer ao rédito das atividades reguladas, para que os rendimentos destas sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

2.4.6 Rédito da construção

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido, em 2021, pela AdA SA, que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

2.5 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AdA SA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, encontram-se descritos ao longo do Anexo nas divulgações associadas às respetivas rubricas:

- Nota 5.2 - vida útil e imparidade de ativos intangíveis
- Nota 6.2 - vida útil e imparidade de ativos fixos tangíveis
- Nota 7.2 - vida útil de locações
- Nota 9.2 - estimativa do Desvio de recuperação de gastos
- Nota 10.2 - imparidade de ativos financeiros
- Nota 13.2 - justo valor de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral
- Nota 16.2 - provisões, ativos e passivos contingentes
- Nota 33.1 - estimativa de impostos e impostos diferidos

2.6 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração de posição financeira (DPF) que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da DPF são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da DPF que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da DPF, se materiais, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3- Novas normas e alteração de políticas

3.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2021 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

3.2 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 01 de janeiro de 2021

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

Descrição	Alteração	Data efetiva
• IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19	Aplicação de isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações	1 de junho de 2020
• IFRS 4 – diferimento da aplicação da IFRS 9	Fim do diferimento do início da aplicação da IFRS 9 para as entidades com atividade seguradora, adiado para 1 de janeiro de 2023	1 de janeiro de 2021
IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência – fase 2	Isenções adicionais relacionadas com os impactos da reforma das taxas de juro referência (“IBOR”), e especialmente a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa nos instrumentos financeiros negociados	1 de janeiro de 2021

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações, não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AdA SA.

3.3 Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2022 e que a empresa não adotou antecipadamente são as seguintes:

- **Já endossadas pela UE**

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis	1 de janeiro de 2022
IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso	1 de janeiro de 2022
IFRS 3 – Referências à estrutura conceptual	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais	1 de janeiro de 2022
IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19 após 30 de junho de 2021	Extensão do período de aplicação da isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações, até 30 de junho de 2022	1 de abril de 2021
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Contratos de seguro (alterações)	Inclusão de alterações à IFRS 17 em áreas como: i) âmbito de aplicação; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações.	1 de janeiro de 2023
Ciclo de Melhorias 2018 – 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	1 de janeiro de 2022

- **Ainda não endossadas pela UE**

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras - Classificação de passivos	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento. Nova definição de “liquidação” de um passivo	1 de janeiro de 2023
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas materiais, em detrimento de políticas contabilísticas significativas	1 de janeiro de 2023
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023
IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.	1 de janeiro de 2023

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AdA SA após 1 de janeiro de 2022.

4- Políticas de gestão de risco

4.1 Fatores de risco

As atividades da empresa estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. A AdA desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da empresa. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria da AdP SGPS, com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais da empresa. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição.

4.2 Risco de mercado

4.2.1 Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da AdA, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AdA ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AdA ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da empresa.

Juros Suportados à taxa variável	2021	2020
Real	478.128	555.208
Taxa média + 1%	760.427	859.705
Taxa média - 1%	199.594	249.705

Impacto da variação de taxa mensurada num prazo de 12 meses.

4.2.2 Risco de taxa de câmbio

A exposição ao risco de câmbio da empresa é residual. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional.

4.2.3 Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais da empresa em energia e combustíveis representam aproximadamente 14% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo AdP, através da AdP VALOR, negocia centralmente a aquisição destas matérias-primas. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

4.3 Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AdA SA pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A AdP, mandatada pela AdA SA, efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

Risco de Liquidez	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	39.819.121	50.527.522	85.445.097
Fornecedores e outros passivos	13.390.312	2.327.760	1.380.016
	53.209.433	52.855.282	86.825.113

Os empréstimos BEI permitem contratualmente que a AdA escolha a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa revisível por um determinado período de tempo. Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, pelo que, para o período temporal após o qual a taxa fixada está em vigor não foram considerados juros no quadro acima por não ser determinável de forma fiável qual o juro a incorrer no futuro.

Em setembro de 2017 a AdP celebrou um contrato de financiamento a 25 anos, de 220 milhões de euros (tranche A) com o Banco Europeu de Investimento, ao abrigo de uma linha de crédito de 420 milhões de euros, aprovada em julho de 2017 pelo Conselho de Administração desta instituição financeira. Adicionalmente, em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou os remanescentes 200 milhões de euros (tranche B) que podem ser utilizados por contrapartida da cedência de acordos de regularização de dívida celebrados entre o Grupo AdP e os clientes municipais conforme previsto no Decreto-Lei n° 5/2019, de 14 de janeiro. Em 30 de junho de 2021, o Grupo tem utilizados 30 milhões de euros de tranche A e 41,8 milhões de euros de tranche B.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AdA não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a AdA dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

Risco de Liquidez (milhões de euros)	Plafond disponível	Plafond utilizado	Plafond não utilizado
Descobertos Bancários	7.000.000	0	7.000.000

O objetivo da AdA SA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração de posição financeira é manter uma estrutura de capital ótima, através

da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da empresa, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo AdP é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos à AdA SA. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

Risco de Capital	Notas	2021	2020
Empréstimos não correntes	19	135.972.619	151.846.648
Empréstimos correntes	19	39.819.121	33.749.962
Passivos da locação	7	161.659	324.803
Disponibilidades	14	942.363	(141.026)
Dívida líquida		176.895.764	185.780.387
Subsídios ao Investimento	18	148.706.182	155.669.532
Total do Capital Próprio	15	30.556.589	30.190.825
Capital e subsídios		179.262.771	185.860.356
Dívida líquida		0,99	1,00

O modelo de financiamento da empresa assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI, no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

4.4 Risco de Crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A AdA está sujeito ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento).

A composição da carteira de clientes da AdA SA tem apenas uma natureza: autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados. O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas traduzidas em processos judiciais. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas (ver nota 11) bem como os rendimentos financeiros (ver nota 32).

O Conselho de Administração da AdA continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdA a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2021 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na DPF, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração de posição financeira.

Ativos financeiros bancários	Nota	2021	2020
Depósitos à Ordem	14	933.363	132.026
Fundo de compensação do Trabalho	8	8.992	5.506
Ativos financeiros bancários		942.355	137.532

Rating	2021	2020
A2	28.382	29.462
A3	220.756	52.213
B1	535	0
B2	0	145
Ba1	0	7.271
Baa1	33.308	27.696
Baa2	649.966	0
Baa3	0	15135,49
não disponível	417	102,49
	933.363	132.026

Nota: notação de rating da Moody's obtida nos sites das instituições financeiras em dezembro de 2021.

4.5 Risco de exploração

4.5.1 Risco de catástrofe

A empresa está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a AdA SA tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

4.5.2 Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela empresa. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem

recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

5- Ativos intangíveis

5.1 Políticas contabilísticas

Direito de Utilização de Infraestruturas (“DUI”) - Concessões

Para as políticas contabilísticas relativas ao Direito de Utilização de Infraestruturas, consultar divulgação na nota 2.4.

Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Os gastos de investigação e desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de despesas de desenvolvimento enquanto ativos intangíveis são reconhecidos em gastos do período quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos do exercício não são reconhecidos como ativos intangíveis em períodos subsequentes. Investimentos que aumentem a performance dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*.

Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Os custos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos.

Imparidade

Os ativos da empresa são analisados à data de cada demonstração de posição financeira por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Para outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do relato.

Tendo em conta as premissas do contrato de concessão, o valor recuperável do direito de utilização de infraestruturas (DUI) corresponde ao valor de uso, e este por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados periodicamente para o regulador do sector.

Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da empresa. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) a AdA SA efetua uma análise da imparidade. No caso em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

5.2 Estimativas e julgamentos

Vida útil

A determinação das vidas úteis do Direito de Utilização de Infraestruturas bem como o respetivo método de amortização é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão. No entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil do Direito de Utilização de Infraestruturas está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da concessão), e de acordo com os respetivos contratos de concessão ou parceria. No fim das concessões ou parcerias o Direito de Utilização de Infraestruturas está amortizado a 100%. Adicionalmente, face à característica da concessão de rendimento garantido, alterações nos caudais não tem impacto no resultado líquido dado que essas variações são neutralizadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos (ver nota 9).

Na determinação do investimento contratual a AdA utiliza para efeitos de base de amortizações o valor dos investimentos contratuais previstos nos contratos de concessão e/ou EVEF's (Estudos de Viabilidade Económica e Financeira) submetidos posteriormente ao Concedente, os quais poderão estar sujeitos a revisão e aprovação por parte do mesmo, com consequente impacto nas demonstrações financeiras da empresa.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da AdA SA, tais como a disponibilidade futura de

financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

5.3 Detalhe e movimento

O detalhe dos ativos intangíveis em 31 de dezembro 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Ativo líquido intangível	2021	2020
Despesas de desenvolvimento	19.917	39.317
Programas de Computador	0	0
Propriedade industrial e outros direitos	207.638	234.748
Diretos de Utilização de Infraestruturas (DUIs)	397.313.577	405.390.392
Ativos Intangíveis	397.541.132	405.664.457

A AdA não reconhece ativos intangíveis gerados internamente.

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

Ativos líquidos intangíveis	2019	Aumentos	Abates	Alienações	Transferências	Reclassificações	2020
Valor bruto dos ativos intangíveis:							
Despesas de desenvolvimento	420.988	51.365	0	0	0	0	472.353
Programas de Computador	3.116	0	0	0	0	0	3.116
Propriedade industrial e outros direitos	773.334	0	0	0	0	0	773.334
Ativos intangíveis em curso (DUI)	29.155.641	6.691.903	0	0	(7.787.424)	0	28.060.120
Direitos de utilização de infraestruturas	620.654.736	752.545	0	(18.945)	7.787.424	0	629.175.760
Valor Bruto dos ativos intangíveis	651.007.815	7.495.813	0	(18.945)	0	0	658.484.682
Amortizações acumuladas dos ativos intangíveis:							
Despesas de desenvolvimento	415.356	17.680	0	0	0	0	433.035
Programas de Computador	2.164	952	0	0	0	0	3.116
Propriedade industrial e outros direitos	511.477	27.109	0	0	0	0	538.586
Direitos de utilização de infraestruturas	233.245.124	13.506.448	0	0	0	5.093.915	251.845.487
Amortizações acumuladas dos ativos intangíveis	234.174.121	13.552.189	0	0	0	5.093.915	252.820.225
Ativos líquidos intangíveis	416.833.694	(6.056.376)	0	(18.945)	0	(5.093.915)	405.664.457

Ativos líquidos intangíveis	2020	Aumentos	Abates	Alienações	Transferências	Reclassificações	2021
Valor bruto dos ativos intangíveis:							
Despesas de desenvolvimento	472.353	2.942	0	0	0	0	475.295
Programas de Computador	3.116	0	0	0	0	0	3.116
Propriedade industrial e outros direitos	773.334	0	0	0	0	0	773.334
Ativos intangíveis em curso (DUI)	28.060.120	6.278.452	0	0	(3.018.521)	0	31.320.051
Direitos de utilização de infraestruturas	629.175.760	1.013.931	0	0	3.018.521	0	633.208.212
Valor Bruto dos ativos intangíveis	658.484.682	7.295.326	0	0	0	0	665.780.008
Amortizações acumuladas dos ativos intangíveis:							
Despesas de desenvolvimento	433.035	22.342	0	0	0	0	455.378
Programas de Computador	3.116	0	0	0	0	0	3.116
Propriedade industrial e outros direitos	538.586	27.109	0	0	0	0	565.696
Direitos de utilização de infraestruturas	251.845.487	13.868.074	0	0	1.501.125	0	267.214.687
Amortizações acumuladas dos ativos intangíveis	252.820.225	13.917.526	0	0	1.501.125	0	268.238.876
Ativos líquidos intangíveis	405.664.457	(6.622.200)	0	0	(1.501.125)	0	397.541.132

A transferência no montante 3.018.521 euros para a rubrica “Direito de utilização de infraestruturas” é explicada essencialmente pela entrada em funcionamento ou término das obras em várias infraestruturas

(novas infraestruturas ou investimentos de reabilitação de infraestruturas de tratamento e transporte de água e saneamento). Na sequência da entrada em funcionamento ou término de obras destas infraestruturas, foi reclassificado da rubrica “Acréscimo de gastos de investimento contratual” para amortizações acumuladas do Direito de utilização de infraestruturas, o montante de 1.501.125 euros.

Das empreitadas que foram passadas a firme destacam-se a seguinte: Reabilitação de coletores da Zona 4 - Fase I.

Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica “Ativos intangíveis em curso” corresponde a obras em curso em infraestruturas das empresas da empresa (novas infraestruturas ou investimentos de reabilitação de infraestruturas de tratamento e transporte de água e saneamento). Destacam-se as seguintes:

Principais Obras em Curso	Montante
Sistema Elevatório Olhão-Faro	3.090.199
Reformulação sistema de telegestão SMAAA	1.853.684
Reabilitação das EEAR de Faro e de Olhão	5.126.132
Beneficiações na ETA de Alcantarilha	5.381.821
Forn. Montag. Data Center e Disaster AdA	603.285
Colocação de Geradores nas EEAR	561.231
Nova Reserva do Barlavento	2.280.511
Rep. e Melhorias em Infr. Saneamento	1.009.698
Conceção-Construção ETAR de Faro-Olhão	546.236
Obras Complementares às Novas Infra-Estr	1.809.470
	22.262.266

No presente exercício, foram capitalizados 331.319 mil euros, 327.579 euros referentes a gastos com pessoal e 3.740 euros referentes a gastos financeiros. Em 2020 foram capitalizados 353.411 mil euros, 333 mil euros referentes a gastos com pessoal e 20.468 mil euros referentes a gastos financeiros. (ver nota 25 e 31). As principais adições respeitam às empreitadas Nova Reserva do Barlavento e Rep. e Melhorias em Infr. Saneamento

A empreitada da “Nova Reserva do Barlavento” tem por objetivo a execução de um reservatório, composto por duas células, e a execução do desvio da conduta de adução ao Reservatório RXVI, no qual será implantado o mesmo. O sistema de abastecimento do Barlavento apresenta uma insuficiente capacidade de armazenamento, problemática que se torna ainda mais relevante nos períodos de maior consumo. A construção de um novo reservatório visa: (1) aumentar a capacidade de armazenamento do sistema e a capacidade de regularização do mesmo; (2) não se desperdiçar água na ETA das Fontainhas; (3) assegurar a não interrupção do abastecimento nos pontos de entrega do sistema. O novo reservatório será implantado num troço da conduta de adução ao Reservatório RXVI.

O contrato de Reparações e Melhorias visa tratar de anomalias que vão surgindo ao nível das nossas infraestruturas de saneamento. O objeto da empreitada inclui trabalhos de reparação de roturas que possam vir a ocorrer nas infraestruturas de transporte de águas residuais, trabalhos de reparação de Construção Civil que se venha a verificar como necessárias, trabalhos de pintura e trabalhos de reparações em pavimentos, entre outros. Estes trabalhos são necessários para garantir o bom funcionamento das instalações e a continuidade do serviço, essenciais para assegurar o adequado tratamento e transporte das águas residuais.

6- Ativos fixos tangíveis

6.1 Políticas contabilísticas

Reconhecimento e mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor contabilístico.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Depreciações

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Edifícios e outras construções	10 - 75
Equipamento Básico	3 - 55
Equipamento Transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento Administrativo	4 - 10

Os terrenos não são objeto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

Imparidade

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registrar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Desreconhecimento

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

6.2 Estimativas e julgamentos

Vida útil

A determinação das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados. Este parâmetro foi definido de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos em questão.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à AdA S.A..

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

6.3 Detalhe e movimento

O detalhe dos ativos fixos tangíveis em e 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Ativo líquido tangível	2021	2020
Terrenos e Recusos Naturais	88.600	88.600
Edifícios e outras construções	709.661	736.128
Equipamento Básico	11.100	9.675
Equipamento Administrativo	23.679	28.808
Ativo fixo tangível - Outros	63	70
Ativo fixo tangível - Em Curso	135.614	133.354
Ativos tangíveis	968.716	996.635

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e no exercício de 2020 é como segue:

Valor líquido dos ativos fixos tangíveis	2019	Aumentos	Abates	Alienações	Transferências	Reclassificações	2020
Valor bruto dos ativos fixos tangíveis:							
Terrenos	88.600	0	0	0	0	0	88.600
Edifícios e outras construções	1.326.876	0	0	0	0	0	1.326.876
Equipamento básico	28.793	10.484	0	0	0	0	39.276
Equipamento de transporte	98.845	0	0	0	0	0	98.845
Equipamento administrativo	1.827.082	0	0	0	0	0	1.827.082
Outros	10.484	0	0	0	0	0	10.484
Ativos tangíveis fixos em curso	133.266	88	0	0	0	0	133.354
Valor bruto dos ativos fixos tangíveis	3.513.945	10.571	0	0	0	0	3.524.516
Depreciações acumuladas dos ativos fixos tangíveis:							
Terrenos	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	564.280	26.468	0	0	0	0	590.748
Equipamento básico	25.661	3.940	0	0	0	0	29.601
Equipamento de transporte	98.845	0	0	0	0	0	98.845
Equipamento administrativo	1.793.145	5.129	0	0	0	0	1.798.274
Outros	10.403	11	0	0	0	0	10.414
Depreciações acum. dos ativos fixos tangíveis	2.492.334	35.547	0	0	0	0	2.527.881
Ativos líquidos fixos tangíveis	1.021.611						996.635

Valor líquido dos ativos fixos tangíveis	2020	Aumentos	Abates	Alienações	Transferências	Reclassificações	2021
Valor bruto dos ativos fixos tangíveis:							
Terrenos	88.600	0	0	0	0	0	88.600
Edifícios e outras construções	1.326.876	0	0	0	0	0	1.326.876
Equipamento básico	39.276	8.381	0	0	0	0	47.657
Equipamento de transporte	98.845	0	0	0	0	0	98.845
Equipamento administrativo	1.827.082	0	0	0	0	0	1.827.082
Outros	10.484	0	0	0	0	0	10.484
Ativos tangíveis fixos em curso	133.354	2.260	0	0	0	0	135.614
Valor bruto dos ativos fixos tangíveis	3.524.516	10.641	0	0	0	0	3.535.156
Depreciações acumuladas dos ativos fixos tangíveis:							
Terrenos	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	590.748	26.468	0	0	0	0	617.215
Equipamento básico	29.601	6.956	0	0	0	0	36.557
Equipamento de transporte	98.845	0	0	0	0	0	98.845
Equipamento administrativo	1.798.274	5.129	0	0	0	0	1.803.402
Outros	10.414	7	0	0	0	0	10.421
Depreciações acum. dos ativos fixos tangíveis	2.527.881	38.560	0	0	0	0	2.566.440
Ativos líquidos fixos tangíveis	996.635						968.716

7- Locações

7.1 Políticas contábilísticas

As locações nas quais a AdA é locatário, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de entrada em vigor da locação, a AdA reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A empresa reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

A) Identificação de uma locação

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração:

- O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento em que fica disponível para uso pelo locatário; e

- b) A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

Separar componentes de um contrato

Se um contrato é, ou contém uma locação, a empresa contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a AdA (como locatário) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

Prazo da locação

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- i) Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- ii) Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de entrada em vigor da locação (“*commencement date*”) corresponde à data em que o locador coloca o ativo subjacente da locação disponível para uso do locatário.

B) Contabilização nos locatários

Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de entrada em vigor da locação a AdA reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Mensuração inicial do ativo sob direito de uso (“Right-of-use asset”)

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis (baseados em índices ou taxas) futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expeável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

Mensuração subsequente da locação

Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Edifícios e outras construções	1 - 40
Equipamento de transporte	1 - 4
Licenças de software	3
Outro equipamento	1 - 4

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a AdA mensura o passivo da locação por:

- i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;

- iii) Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):
 - a. Implica ajustar o valor contábilístico do direito de uso do ativo da locação;
 - b. Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

Expedientes práticos utilizados pelo AdA enquanto locatário

A AdA utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 USD (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a AdA é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica “Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres”.

7.2 Estimativas e julgamentos

Vida útil

A determinação das vidas úteis dos ativos é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados.

7.3 Ativos sob direito de uso

O detalhe dos ativos sob direito de uso em 31 de dezembro de 2021 e no exercício de 2020 e o respetivo movimento ocorrido naquelas datas é como segue:

Ativos sob direito de uso	01.01.2021			Depreciações do exercício	31.12.2021		
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido		Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido
a) que em 31.12.2020 estavam classificados como locações financeiras							
Viaturas	526.258	(369.359)	156.899	188.288	637.350	(557.646)	79.704
Outros equipamentos	244.672	(6.796)	237.875	81.557	244.672	(88.353)	156.318
Subtotal	770.929	(376.155)	394.774	269.845	882.022	(646.000)	236.022
a) que em 31.12.2020 estavam classificados como locações operacionais							
Viaturas	0	0	0	0	0	0	0
Outros equipamentos	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	770.929	(376.155)	394.774	269.845	882.022	(646.000)	236.022

7.4 Passivos da locação

O detalhe dos passivos da locação em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Passivos da locação	31.12.2021	31.12.2020
Não corrente	2.081	114.128
Corrente	159.579	210.675
	161.659	324.803

Capital em dívida por natureza de ativos sob direito de uso	31.12.2021	31.12.2020
Equipamento de transporte	80.045	162.287
Outros equipamentos	81.615	162.515
	161.659	324.803

Futuros pagamentos mínimos	31.12.2021	31.12.2020
Até 1 ano	162.689	215.929
De 1 a 5 anos	2.206	160.502
Mais de 5 anos	0	0
	164.895	376.431

Juros	31.12.2021	31.12.2020
Até 1 ano	1.601	5.254
De 1 a 5 anos	1.634	46.374
Mais de 5 anos	0	0
	3.235	51.628

Valor presente dos pagamentos mínimos	31.12.2021	31.12.2020
Até 1 ano	159.579	210.675
De 1 a 5 anos	2.081	114.128
Mais de 5 anos	0	0
	161.659	324.803

7.5 Pagamentos da locação

Ativos sob direito de uso e passivos da locação	2021	2020
Aumento do ativo - Direito de uso do ativo da locação	111.093	338.427
Aumento do passivo - Passivo da locação	(163.143)	70.030

Total dos Pagamentos da Locação	2021	2020
Contabilizadas de acordo com a IFRS 16	342.084	197.865
Contabilizadas como despesa em resultados	31.600	30.231
TOTAL	373.684	228.096

8- Outros ativos financeiros

8.1 Políticas contábilísticas

Para as políticas contábilísticas relativas aos outros ativos financeiros, consultar divulgação na nota 13.

8.2 Detalhe

O detalhe dos outros ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Investimentos Financeiros	2021	2020
Fundo de compensação do Trabalho	8.992	5.506
Caixa e Bancos	8.992	5.506

Os ativos existentes respeitam ao fundo de compensação do trabalho exigido legalmente.

9- Desvio de recuperação de gastos (Défice / Superavit tarifário)

9.1 Políticas contábilísticas

Para as políticas contábilísticas relativas ao desvio de recuperação e gastos, consultar divulgação na nota 2.4.5.

9.2 Estimativas e julgamentos

O Desvio de Recuperação de Gastos ('DRG') é calculado nos termos dos DL 92, 93 e 94/2015 de 29 de maio ('DL das Agregações'), DL 16/2017 de 1 de fevereiro, DL 34/2017 de 24 de março e dos contratos de concessão que estipulam, para o período regulatório atual, que o DRG resulta da diferença verificada, anualmente, entre o resultado líquido da sociedade adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas necessárias que tem como critério a recuperação dos custos de exploração o investimento e uma remuneração dos capitais próprios e reservas legais corresponde à rentabilidade média diária das OT a 10 anos + 3% e da remuneração acionista em dívida à rentabilidade média diária das OT a 10 anos; não devendo incorporar as diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos admissíveis em cenário de eficiência

produtiva, de acordo com critérios previamente definidos pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos ('ERSAR') ('Critérios de Eficiência Produtiva').

Nos termos dos respetivos Contratos de Concessão, as concessionárias devem enviar à ERSAR, até 31 de janeiro do ano seguinte a que respeita, o cálculo do montante do DRG, para que no âmbito das suas competências aprove o respetivo valor até ao final de fevereiro. A estimativa do DRG é, em cada exercício, determinada com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessa estimativa do DRG. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das presentes demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

9.3 Detalhe e movimento

Em 2021 a empresa atingiu o seguinte Resultado Líquido da atividade: 7.766.081€.

Nos termos do Contrato de Concessão, e considerando a taxa das OTs em 2021, de 0,30%, o valor da Remuneração Acionista é de 1.083.078€. Este valor esteve ainda sujeito a um ajustamento líquido definido pela ERSAR, uma redução no montante de 371.499€.

Assim, o Resultado Líquido de 2021 é de 365.764€, conforme abaixo se discrimina:

Rubrica	Valor a Remunerar	Dias de Remuneração	Forma de Remuneração	Remuneração
Capital Social a 1 de janeiro de 2021	29.825.000	366	OT + 3%	984.225
Reserva Legal a 1 de janeiro de 2021	3.238.347	366	OT + 3%	106.865
Adicional de dividendos distribuídos	(3.286.136)	366	OT	(9.858)
Remuneração Acionista não distribuída de 2019 e 2020	702.396	366	OT	1.686
Ajuste líquido ERSAR referente ao DRG de 2019	(371.499)	19	OT 2020	(816)
Aumentos de capital entre 01-01-2021 e 31-12-2021	0		OT + 3%	0
Reforço da Reserva Legal (AG de 15 de Março de 2021)	36.968	268	OT + 3%	976
Remuneração Acionista de 2021				1.083.078
Ajuste líquido ERSAR referente ao DRG de 2020				(717.314)
Resultado Líquido de 2021				365.764

De referir que a Assembleia Geral de aprovação das contas de 2020 foi realizada no dia 15 de março de 2021, pelo que só a partir dessa data se procedeu à aplicação dos Resultados Líquidos de 2020, com efeitos neste caso para o cálculo da remuneração acionista sobre as Reservas Legais constituídas em 2021, e a Remuneração Acionista de 2020 não distribuída (e que foi contabilizada em Resultados Transitados).

Por definição o Desvio de Recuperação de Gastos corresponde à diferença entre o Resultado Líquido da atividade e a Remuneração Acionista calculada nos termos do Contrato da Concessão, líquida de eventuais ajustamentos da ERSAR.

Assim temos:

Resultado Líquido da Atividade	DRG bruto	DRG bruto	Imposto Diferido DRG	Remuneração Acionista
Resultado Líquido da atividade (antes DRG)	7.766.081	(9.909.369)	2.509.052	365.764

Na Demonstração da Posição Financeira está registado no Passivo não corrente o valor de 34.799.628€, que se refere ao Desvio tarifário passivo acumulado no final de 2021. Este valor era de 24.890.259€ no

final de 2020, tendo a variação de 9.909.369 € sido devida ao registo DRG bruto de 2021, conforme acima discriminado.

9.4 Rendimento garantido

Tal como referido na nota introdutória e nos termos do Contrato de Concessão os capitais próprios aplicados na Empresa serão remunerados através de uma margem, a qual corresponderá à aplicação, ao capital social e reserva legal, de uma taxa correspondente à base de Obrigações do Tesouro a 10 anos (OT) ou outra equivalente que venha a substituir, acrescida de 3 pontos percentuais a título de prémio de risco.

No ano de 2021 foi utilizado a taxa de 0,30% (taxa média do ano das obrigações do tesouro a 10 anos) acrescida de 3% de margem (*spread*) conforme definido pelo despacho do Concedente.

No final de 2021 o quadro abaixo na coluna Dívida Acionista Acumulada reflete um montante de 2.236.265€ que foram distribuídos a mais aos acionistas. E devido a isto não está considerado no cálculo abaixo uma eventual distribuição de dividendos aos acionistas relativamente ao Resultado Líquido de 2021.

ANO	Remuneração Anual Acionista	Ajuste da Regulação	Remuneração Anual Acionista (após ajuste da Regulação)	Resultados líquidos anuais antes do DRG	Défice tarifário líquido anual em DPF	Remuneração acionista distribuível	Dividendos distribuídos	Dívida Acumulada aos Acionistas após Distribuição de Dividendos	OT+3%
1995 a 2010	27.535.281	0	27.535.281	20.518.703	7.016.578	26.158.591	13.151.516	13.007.075	
2011	5.302.599	0	5.302.599	3.239.065	2.063.535	5.037.469	4.877.900	13.166.644	13,24%
2012	4.598.287	0	4.598.287	3.441.306	1.156.981	4.368.373	3.269.241	14.265.775	10,46%
2013	4.318.509	0	4.318.509	3.098.569	1.219.940	4.102.583	2.943.641	15.424.718	9,29%
2014	3.238.535	0	3.238.535	5.139.191	(1.900.655)	3.076.609	4.882.231	13.619.095	6,75%
2015	2.569.955	0	2.569.955	6.942.498	(4.372.543)	2.441.457	11.297.273	4.763.280	5,42%
2016	2.515.188	0	2.515.188	6.810.569	(4.295.381)	2.389.428	6.470.040	682.668	6,18%
2017	2.169.472	0	2.169.472	7.306.257	(5.136.786)	2.060.998	1.951.378	792.288	6,06%
2018	1.697.930	0	1.697.930	7.191.847	(5.493.917)	1.613.034	6.832.254	(4.426.933)	4,84%
2019	1.200.838	0	1.200.838	5.208.485	(4.007.647)	1.140.796	0	(3.286.136)	3,75%
2020	1.110.863	(371.499)	739.364	5.577.513	(4.838.149)	702.396	0	(2.583.741)	3,41%
2021	1.083.078	(717.314)	365.764	7.766.081	(7.400.317)	347.476	0	(2.236.265)	3,30%
SOMA	57.340.535	(1.088.813)	56.251.722	82.240.084	(25.988.361)	53.439.210	55.675.475	(2.236.265)	

10- Clientes

10.1 Políticas contabilísticas

Classificação

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - a. Ativos financeiros detidos para negociação;

- b. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
- c. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da empresa, a AdA apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (divulgados na nota 13).

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros pelo custo amortizado”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente crédito a clientes (acordos de regularização de dívida celebrados pelo prazo de cinco anos e contas a receber decorrentes da atividade operacional da empresa).

Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a empresa determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a empresa não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, a AdA valoriza os ativos financeiros pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral ou ao justo valor através de resultados. Face à atividade da empresa, a AdA apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) São reconhecidos impactos em gastos ou rendimentos do período, quando o instrumento financeiro é desreconhecido, ou quando são reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a AdA recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela empresa no curso normal das suas atividades ou correspondem a direitos a receber. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

Crédito abatido ao ativo (*write-off*)

A AdA reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela empresa se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

Imparidade de ativos financeiros

No que respeita aos saldos a receber reconhecidos nas rubricas “Clientes” e “Outros ativos”, a AdA aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de *default* anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de *default* representa a perda expectável quando o *default* ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a empresa não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a empresa alterar o modelo de negócio para a gestão de uma categoria de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

Política de desreconhecimento

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contábilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido do balanço, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos no balanço e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contábilísticos:
 - Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
 - O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre
 - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido do balanço qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
 - Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo no balanço por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

10.2 Estimativa e julgamentos

Imparidade de ativos financeiros

As perdas por imparidade para clientes e outros ativos são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras consolidadas da AdA não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da AdA.

Conforme divulgado na nota 5.4. face à tipologia de clientes da AdA para os quais na sua maioria são considerados de risco baixo (Municípios) e conjugado com o facto de eventuais perdas por imparidade reconhecidas nas concessões ou parcerias serem considerados como um gasto aceite no Desvio de recuperação de gastos, não foram efetuadas análises de sensibilidade, dado que não existem impactos no resultado líquido nem no capital próprio da AdA.

10.3 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o detalhe de Clientes é como segue:

Clientes	2021	2020
Clientes (c/c)	7.661.362	6.858.525
Clientes (acordos)	1.063.104	17.443.323
Clientes (juros mora)	93.549	93.549
Clientes (injunções)	13.065.809	13.065.809
Clientes (imparidades)	(2.718.640)	(2.718.640)
Clientes	19.165.184	34.742.566

O saldo de injunções registado é composto por dívida reclamada aos clientes.

- TAVIRAVERDE E.M. (3.230.140 €),
- VRSA SGU EM/Município de VRSA (9.780.290 €),
- Município de Vila do Bispo (55.380 €).

O ARD celebrado em 2011 com a FAGAR não regista alterações de 2020 para 2021, mantendo um valor de 1.057.392 milhões de euros incluídos acima na linha Clientes (acordos). Faz-se notar o seguinte relativamente a este ARD:

1. Em 2021 foi iniciado um processo para conciliação de registos contabilísticos e acerto de contas com a CM Faro e a FAGAR, visando resolver algumas divergências que persistiram durante alguns anos.
2. A conciliação dos registos contabilísticos ficou encerrada no exercício de 2021.

3. Os trabalhos referentes à formalização da transferência da propriedade de ativos e do cumprimento dos termos da adesão do Município de Faro aos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento estão em curso, tendo as entidades acordado a contratação de serviços jurídicos comuns para o efeito.

O montante de € 2.718.640 registado em Clientes (imparidades) é composto pelas imparidades constituídas para os clientes VRSA SGU EM (€ 734.122) e TAVIRAVERDE E.M. (€ 1.984.519). Não há quaisquer novas imparidades de clientes registadas em 2021.

É convicção do Conselho de Administração que as imparidades constituídas são suficientes para cobrir o risco de cobrabilidade dos valores a receber de clientes

Ativos financ. ao justo valor rend. Integral	2021	2020
Clientes (ARDs)	16.466.032	0
Clientes (ARDs)	16.466.032	0

Em 2020, ao abrigo do Dec-Lei nº 5/2019, foi assinado, a 25 de novembro de 2020, um memorando de entendimento com o Município de VRSA, do qual resultou um Acordo de Regularização de Dívida para regularização de 16.788.663 euros. O acordo referido está espelhado nas contas como ativo financeiro ao justo valor através do rendimento integral, e o valor em dívida no fim do exercício, após o recebimento das 2 primeiras prestações, é de 16.466.032€.

Em 31 de dezembro 2021 o saldo a receber de Municípios apresenta o seguinte detalhe:

Clientes	2021	2020	Variação (€)	Variação (%)
MUNICÍPIO DE LOULÉ	622.819	625.148	(2.329)	-0,37%
MUNICÍPIO DE LAGOS	465.639	456.396	9.243	2,03%
EMARP EM	1.225.241	1.193.216	32.025	2,68%
MUNICÍPIO DE S BRÁS DE ALPORTEL	105.685	129.861	(24.177)	-18,62%
INFRALOBO EM	61.256	30.107	31.149	103,46%
INFRAQUINTA EM	92.380	58.764	33.616	57,21%
MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	1.386.468	616.417	770.050	124,92%
MUNICÍPIO DE LAGOA	647.315	266.352	380.963	143,03%
MUNICÍPIO DE SILVES	304.621	646.696	(342.075)	-52,90%
MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO	229.362	124.936	104.426	83,58%
MUNICÍPIO DE MONCHIQUE	31.991	29.959	2.031	6,78%
MUNICÍPIO DE ALJEZUR	47.833	53.887	(6.054)	-11,24%
MUNICÍPIO VILA REAL SANTO ANTÓNIO	16.474.537	500.243	15.974.294	3193,30%
MUNICÍPIO DE ALCOUTIM	21.428	18.811	2.617	13,91%
MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM	95.304	165.022	(69.718)	-42,25%
TAVIRAVERDE, EM	3.670.285	3.722.261	(51.976)	-1,40%
FAGAR EM	1.586.392	1.583.401	2.991	0,19%
INFRAMOURA EM	217.768	319.052	(101.284)	-31,75%
VRSA SGU EM SA	9.771.784	25.604.777	(15.832.993)	-61,84%
AMBIOLHÃO EM	606.291	631.226	(24.935)	-3,95%
ADVRS - ÁGUAS DE VRSA	685.457	690.384	(4.927)	-0,71%
Totais (Clientes)	38.349.856	37.466.918	887.865	2,36%

Nota: no total não estão deduzidas as imparidades.

Após a nomeação do Conselho de Administração em 12 de Março de 2018 para o triénio 2018-2020, foram efetuadas várias reuniões com os municípios/entidades municipais que registavam saldos com idade superior a 2 meses. Estas reuniões tiveram o objetivo de estabelecerem plataformas de entendimento para que os acordos existentes fossem respeitados e/ou se estabelecessem novos acordos. O ponto de situação para três casos existentes é o seguinte:

- TAVIRAVERDE E.M. – Existe contencioso judicial relativo a parte da dívida (VMG dos anos de 2007 a 2011) para a qual está registada uma imparidade de 1.984.519 euros. No exercício de 2021 foram regularizados 61.200 € da dívida considerada no acordo de regularização de dívida (ARD) firmado em 2017;
- Foi assinado ARD com o município de VRSA considerando 13.379.743 € de dívida respeitante a faturação emitida pela empresa, mais 3.408.921 € de juros de mora referentes a essa mesma faturação.
- Na tabela acima, ainda consta o cliente VRSA SGU EM SA. Contudo, a dívida deste é atualmente dívida do município de VRSA.

As outras variações significativas que estão evidenciadas na tabela acima não resultam de quaisquer diferendos entre estas e a AdA SA. Em termos gerais, verifica-se, o cumprimento do determinado no contrato de concessão, concretamente, às condições de crédito que este determina (60 dias). Em alguns casos, os saldos apresentados correspondem apenas às faturas emitidas a 31 de dezembro de 2021.

II- Outros ativos

II.1 Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos, consultar divulgações nas notas:

- 10 - Clientes
- 18 - Subsídios ao investimento

II.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o detalhe de Outros ativos é como segue:

Outros Ativos correntes	2021	2020
Adiantamentos a Fornecedores	381.284	105.782
Pessoal	7.066	5.992
Outros Devedores	5.290.479	11.226.229
Devedores por acréscimos de rendimentos	5.104.142	3.891.655
Diferimentos - Gastos a Reconhecer	434.534	251.577
	11.217.506	15.481.235

Relativamente à variação verificada na rubrica Outros Devedores, a diminuição do saldo é explicada principalmente pelos subsídios ao investimento.

Na rubrica Devedores por acréscimos de rendimentos, fazer notar que o saldo considera acréscimos de juros de mora por ausência de regularização de faturas por parte de 3 clientes, concretamente dos clientes Município de VRSA, TAVIRAVERDE EM e Município de Vila do Bispo, 2.648.151€, 1.046.590€ e 1.795€, respetivamente.

A) Subsídios ao investimento

Valores a receber de fundo coesão

Encontram-se registados em Outros Devedores cerca de 3,2 milhões de euros a receber no âmbito de candidaturas ao POSEUR. Em 2021 a empresa recebeu 1.616.518 de euros de apoios comunitários ao investimento.

Código Operação	EMPREITADA	Por receber
POSEUR-03-2012-FC-000002	LIGAÇÃO DE MONCHIQUE NORTE AO SISTEMA DE SANEAMENTO DO ALGARVE	29.601
POSEUR-03-2012-FC-000025	LIGAÇÃO DE ALGOZ - TUNES AO SISTEMA DE SANEAMENTO DE ALBUFEIRA LAGOA E SILVES	106.300
POSEUR-03-2012-FC-000026	SISTEMA INTERCETOR E ELEVATÓRIO DE VILA DO BISPO E SAGRES	91.707
POSEUR-03-2012-FC-000027	ETAR DA COMPANHEIRA	1.535.921
POSEUR-03-2012-FC-000028	ETAR DE FARO - OLHÃO E SISTEMA ELEVATÓRIO DE OLHÃO	631.602
POSEUR-03-2012-FC-000835	REFORÇO DA CAPACIDADE DE TRATAMENTO DA ETA DE ALCANTARILHA	35.154
POSEUR-03-2012-FC-001445	CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE ELEVAÇÃO E ADUÇÃO DE ApR DA ETAR de VRSA	797.343
TOTAL A RECEBER		3.227.627

Reconciliação do fundo coesão

OP COD	OP DESIG	RECEBIMENTO	CANDIDATURA	OP TERMO ACEITACAO c/ REPROGRAMAÇÕES	AJUSTAMENTO 2021
POSEUR-FC-000002	LIGAÇÃO DE MONCHIQUE NORTE AO SISTEMA DE SANEAMENTO DO ALGARVE	-622.382,50	655.139,48	651.983,53	-3.155,95
POSEUR-FC-000025	LIGAÇÃO DE ALGOZ - TUNES AO SISTEMA DE SANEAMENTO DE ALBUFEIRA LAGOA E SILVES	-1.438.183,25	1.491.322,35	1.544.482,79	53.160,44
POSEUR-FC-000026	SISTEMA INTERCETOR E ELEVATÓRIO DE VILA DO BISPO E SAGRES	-1.630.601,81	1.723.278,82	1.722.308,94	-969,88
POSEUR-FC-000027	ETAR DA COMPANHEIRA	-8.694.058,49	9.373.304,92	10.229.979,03	856.674,11
POSEUR-FC-000028	ETAR DE FARO - OLHÃO E SISTEMA ELEVATÓRIO DE OLHÃO	-13.524.001,47	17.921.100,37	14.155.603,33	-3.765.497,04
POSEUR-FC-000835	REFORÇO DA CAPACIDADE DE TRATAMENTO DA ETA DE ALCANTARILHA	-3.235.271,47	2.412.010,24	3.270.425,34	858.415,10
POSEUR-FC-001445	CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE ELEVAÇÃO E ADUÇÃO DE ApR DA ETAR de VRSA	-12.089,25	809.432,61	809.432,61	0,00
TOTAIS		-29.156.588,24	34.385.588,79	32.384.215,57	-2.001.373,22

O remanescente valor é referente a diversas situações tais como valores a receber de subsídios à exploração (567 mil euros), à faturação emitida referente a atividades complementares tais como a venda de análises e energia, e 1,5 M€ a receber da ApA referente aos encargos com energia (30% dos gastos totais na elevação de água na EEI) e exploração da EEI, que ultrapassam o valor acordado no protocolo entre esta entidade e a AdA SA (1 M€).

A rubrica de outros ativos decresceu cerca de 4M€ por via do recebimento dos encargos relacionados com o protocolo com a ApA (0.5M€), pelo registo de imparidades com outros devedores (1M€) e com as reprogramações das candidaturas do POSEUR (2M€).

B) Estado e outros entes públicos

Estado e Outros Entes Públicos	2021	2020
IVA a receber	523.626	852.818
Tributação autárquica	0	0
EOEP ativos	523.626	852.818

C) Perdas por imparidade para outros ativos

A AdA registou em imparidades de outros ativos, em 2021, 1.040.188€ (ver nota 28).

12- Inventários

12.1 Políticas contabilísticas

Os inventários estão valorizados ao valor mais baixo entre o custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio

12.2 Detalhe e movimento

O detalhe dos inventários em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Inventários	2021	2020
Matérias Primas e Subsidiárias	2.484.794	2.338.662
Inventários	2.484.794	2.338.662

Em 31 de dezembro de 2021, os inventários relacionados com peças de manutenção totalizam 2.141.127 euros. Em matérias subsidiárias estão registados 343.667 euros respeitantes, na sua generalidade, a reagentes.

O movimento ocorrido nas matérias-primas exercício findo a 31 de dezembro de 2021 e no exercício de 2020 e o apuramento do gasto com mercadorias e matérias consumidas é como segue:

Gastos das vendas	2021	2020
Inventários início exercício	2.338.662	2.386.618
Compras	2.105.208	2.339.061
CMVMC e regularizações	(1.959.076)	(2.387.017)
Inventários início exercício	2.484.794	2.338.662

13- Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

13.1 Políticas contabilísticas

Classificação

Um ativo financeiro que é um instrumento de dívida é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo combina o recebimento de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros e a sua venda; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, decorrentes da celebração de Acordos de Regularização de Dívida (ARD's) com clientes no âmbito do Decreto-Lei nº 5/2019, de 14 de janeiro.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a empresa não tivesse efetuado a transação.

Mensuração subsequente

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros têm procedimento igual ao dos ativos ao custo amortizado, sendo reconhecidos em resultados utilizando a taxa de juro efetiva da transação;
- b) As perdas por imparidade ou ganhos na sua recuperação são reconhecidas em resultados; e
- c) As restantes variações de valor são reconhecidas em outro rendimento integral.

Assim, quando um instrumento de dívida é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral, os valores reconhecidos no resultado do período são os mesmos que os que seriam reconhecidos se mensurados pelo custo amortizado.

Quando um instrumento de dívida valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral é reclassificado para o resultado do exercício.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro em conformidade com a política adotada pela empresa, a Ada recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

13.2 Estimativas e julgamentos

Os Ativos Financeiros ao Justo Valor através de Outro rendimento Integral detidos pela AdA correspondem aos Acordos de Regularização de Dívida (ARD's) celebrados com os clientes municipais no âmbito do Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro. Em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou com o Banco Europeu de Investimento uma linha de 200 milhões de euros que podem ser utilizados por contrapartida da cedência de ARD's. A cedência será feita pelo valor nominal dos créditos. Neste sentido considera-se que o justo valor dos ARD's corresponde ao seu valor nominal

13.3 Detalhe

O detalhe dos ativos financeiros ao Justo valor através de outro rendimento em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Ativos financ. ao justo valor rend. Integral	2021	2020
Clientes (ARDs)	16.466.032	0
Clientes (ARDs)	16.466.032	0

Em 14 de janeiro de 2019 foi publicado o Decreto-Lei n.º 5/2019, o qual estabelece os termos e as condições a que obedecem os acordos de regularização das dívidas das autarquias locais, serviços municipalizados e serviços intermunicipalizados e às empresas municipais e intermunicipais e que tenham por objeto o exercício de atividades de distribuição de água e saneamento de águas residuais, às entidades gestoras de sistemas multimunicipais ou de outros sistemas de titularidade estatal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais e às entidades gestoras de parcerias entre o Estado e as autarquias locais, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril.

O mencionado Decreto-Lei prevê que as entidades utilizadoras que celebrem um Acordo de Regularização de Dívida ("ARD") beneficiam de uma redução correspondente a 30 % dos juros vencidos à data de 31 de dezembro do ano anterior à celebrado do ARD, sendo este prejuízo computado como encargo para efeitos de contabilização do desvio de recuperação de gastos das Entidades Gestoras, com efeito de neutralizar o prejuízo de aí decorrente.

Por fim, o diploma permite a cessão destes créditos a terceiros (sem recurso ao grupo AdP), bem como: (i) os créditos que digam respeito a dívida reconhecida por sentença judicial transitada em julgado, após celebração de Acordo de Regularização de Dívida, substancialmente nos termos e condições definidos no anexo ao presente decreto-lei; e (ii) os créditos que já tenham sido objeto de acordo de pagamento, independentemente da sua designação.

A cessão dos créditos permite a extensão do prazo de reembolso a 25 anos, ficando este prazo limitado a 5 anos em caso de impossibilidade de cessão do crédito decorridos 12 meses desde a data de efetividade do ARD.

A Lei do Orçamento de Estado para 2020 (Lei 2/2020, de 31 de março), no seu artigo 128.º, estabelece que durante o ano 2020, podem ser celebrados novos ARD's nos mesmos termos definidos no DL 5/2019, de 14 de janeiro: (i) dívidas vencidas e reconhecidas até 31 de dezembro de 2019; (ii) perdão de

30% dos juros de mora vencidos até 31 de dezembro de 2019 caso os ARD's sejam celebrados até 28 de setembro de 2020; (iii) celebração de ARD's possível até 31 de dezembro de 2020 (mas sem perdão de juros); (iv) prazo máximo de ARD's até 25 anos; e (v) dispensa da exigibilidade do visto do Tribunal de Contas ao ARD. A Lei do Orçamento de Estado para 2021 (Lei 75-B/2020, de 31 de dezembro) no seu artigo 129º, estabelece para 2021 o mesmo regime previsto na LOE 2020, com as devidas alterações nas datas de referência da dívida.

Em 7 de abril de 2020, foi publicado o Decreto-Lei nº 14-B/2020 que estabeleceu medidas excepcionais e temporárias de resposta à COVID-19: (i) diferimento no pagamento das prestações de junho e setembro de 2020 dos ARD's celebrados ao abrigo do DL 5/2019, para data posterior a 30 de setembro de 2020, por um prazo máximo de 2 anos a contar da data de cada prestação; (ii) no período que medeia entre a data de produção de efeitos do DL 14-B/2020 e o dia 30 de setembro de 2020 ou a data de cessão de créditos, consoante o evento que ocorrer primeiro, não são devidos ao Grupo AdP os juros financeiros previstos nos ARD's celebrados; e (iii) foi prorrogado até ao dia 30 de setembro de 2020 o prazo para a cessão de ARD's celebrados em 2019 ao abrigo do DL 5/2019.

Em 7 de maio de 2020, foi publicada a Lei nº 11/2020 que estabelece um regime excepcional e transitório para a celebração de ARD's: (i) até ao dia 31 de dezembro de 2020, as dívidas relativas à prestação de serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais do período compreendido entre 1 de abril e 30 de junho de 2020, podem ser regularizadas mediante a celebração de ARD's nos termos definidos no DL 5/2019; (ii) o valor do ARD não pode exceder mais do que 50% do montante devido pela prestação de serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais naquele período, devendo os restantes 50 % ser integralmente liquidados junto da respetiva entidade gestora até à data de celebração do acordo; (iii) as entidades utilizadoras deveriam notificar a entidade gestora até 30 de junho de 2020 da intenção de celebração de ARD.

O Ativo Financeiros ao Justo Valor através de Outro rendimento Integral detidos pela AdA correspondem ao Acordo de Regularização de Dívida (ARD's) celebrado com o Município de Vila Real de Santo António.

Os instrumentos financeiros ao justo valor são categorizados em três níveis, definidos da seguinte forma:

2021			2020		
Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
0	0	16.466.032	0	0	0

14- Caixa e seus equivalentes

14.1 Políticas contabilísticas

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários (no caso da Demonstração dos Fluxos de Caixa), sem risco significativo de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados na demonstração de posição financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

14.2 Detalhe

O detalhe de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro 2020 é como segue:

Caixa e depósitos bancários no fim do período	2021	2020
Caixa	9.000	9.000
Depósitos à ordem	933.363	132.026
Caixa e Bancos	942.363	141.026

15- Capital próprio

15.1 Políticas contabilísticas

Classificação

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- i) se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- ii) se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Dividendos

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas

15.2 Capital Social

O capital no montante de 29.825.000 euros é constituído por 5.965.000 ações de 5 euros cada e encontra-se integralmente realizado.

Capital Social	%	2021		2020	
		Capital Subscrito	Capital Realizado	Capital Subscrito	Capital Realizado
Águas de Portugal, SGPS, SA	54,44%	16.237.235	16.237.235	16.237.235	16.237.235
Município de Albufeira	4,85%	1.446.350	1.446.350	1.446.350	1.446.350
Município de Alcoutim	0,29%	86.180	86.180	86.180	86.180
Município de Aljezur	0,57%	170.230	170.230	170.230	170.230
Município de Castro Marim	0,55%	163.935	163.935	163.935	163.935
Município de Faro	6,87%	2.048.940	2.048.940	2.048.940	2.048.940
Município de Lagoa	3,15%	939.065	939.065	939.065	939.065
Município de Lagos	3,40%	1.013.630	1.013.630	1.013.630	1.013.630
Município de Loulé	5,68%	1.693.985	1.693.985	1.693.985	1.693.985
Município de Monchique	0,43%	128.590	128.590	128.590	128.590
Município de Olhão	3,87%	1.153.955	1.153.955	1.153.955	1.153.955
Município de Portimão	6,19%	1.846.030	1.846.030	1.846.030	1.846.030
Município de São Brás de Alportel	0,83%	248.035	248.035	248.035	248.035
Município de Silves	3,73%	1.112.195	1.112.195	1.112.195	1.112.195
Município de Tavira	2,27%	678.400	678.400	678.400	678.400
Município de Vila do Bispo	0,90%	268.025	268.025	268.025	268.025
Município de Vila Real de Santo António	1,98%	590.220	590.220	590.220	590.220
Capital Social	100,00%	29.825.000	29.825.000	29.825.000	29.825.000

15.3 Resultado líquido por ação

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o resultado líquido por ação é o seguinte:

Resultado por ação	2021	2020
Resultado líquido	365.764	739.364
Número médio de ações (5,00 Eur/cada)	5.965.000	5.965.000
Resultado por ação	0,06	0,12

Resultado por ação (sem DRG)	2021	2020
Resultado líquido da Atividade (nota 9)	7.766.081	5.577.513
Número médio de ações (5,00 Eur/cada)	5.965.000	5.965.000
Resultado por ação	1,30	0,94

O resultado contratual por ação valorizou 39% face a 2020. Este aumento é explicado pelos resultados da atividade de 2021.

15.4 Reservas e outros ajustamentos

O detalhe das reservas e outros ajustamentos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Resultados - movimentos exercício	2020	Afetação Res. Líq.	DRG	Dividendos	Res. Líquido	2021
Reservas e outros ajustamentos	3.238.347	36.968	0	0	0	3.275.316
Resultados transitados	(3.611.887)	702.396	0	0	0	(2.909.491)
Resultado Líquido do exercício	739.364	(739.364)	0	0	365.764	365.764
SOMA	365.825	0	0	0	365.764	731.589

De acordo com o disposto nos Estatutos da empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, incluída na rubrica Outras reservas, no Capital Próprio, pelo menos, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

16- Provisões, ativos e passivos contingentes

16.1 Políticas contabilísticas

Provisões

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a empresa divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data da demonstração de posição financeira, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Passivos contingentes

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da empresa. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A AdA procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

Ativos contingentes

Ativos contingentes são potenciais ativos da empresa que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

16.2 Estimativas e julgamentos

A AdA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A empresa é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

16.3 Detalhe e movimento

O detalhe das provisões em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue.

Movimentos de provisões	2020	Aumento (nota 27)	Reversões (nota 27)	2021
Provisões - outros	81.500	0	0	81.500
Movimentos de provisões	81.500	0	0	81.500

Não existem quaisquer provisões registadas em 2021 e a provisão em saldo está relacionada com o diferendo entre a empresa e um antigo fornecedor de assessoria jurídica e respeita a honorários.

Processos judiciais em curso

A empresa faz uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados e à probabilidade de materialização em passivos considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas. Da avaliação efetuada e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

A correr em tribunal, e já devidamente contestadas, a empresa tem as seguintes ações interpostas por terceiros.

Tipo de Ação	Descrição da Ação	Valor da responsabilidade máxima	Valor da probabilidade da obrigação	Valor da provisão constituída na contabilidade	Probabilidade de desfecho favorável à AdA SA
OUTROS	Ação de Processo Comum por referência a descrição matricial correspondente ao artigo 125 da secção P da União de Freguesias de Moncarapacho e Fusetas.	30.000	0	0	POSSÍVEL
OUTROS	Ação Administrativa de Contencioso Pré-Contratual para anulação de decisão de adjudicação. Sentença favorável à AdA SA mas interposto recurso pela requerente.	30.000	0	0	PROVÁVEL
EXPROPRIAÇÕES	Ação Executiva contra o Fagar - Faro, Gestão de Águas e Resíduos, E.M., tendo como objecto a Sentença condenatória Judicial proferida no âmbito do Processo n.º 627/2002. INTERVENIENTE ACIDENTAL: ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.	14.964	0	0	POSSÍVEL
OUTROS	Pedido formulado contra a AdA, p/ Sociedade de Construções Soares SA (inicialmente contra a Águas do Sotavento Algarvio, S.A). Decorrida a fase de julgamento, aguarda-se pela emissão de sentença.	2.662.386	0	0	POSSÍVEL
CONTRAORDENAÇÕES	Ação contra AdA, por Somague, Engigás, Neopul, Construtores ACE. Empreitada de "Concepção/construção do SAAS às ilhas da Culatra e da Armona - Travessias da Ria Formosa Perfuração Horizontal Dirigida. Inexequibilidade técnica das travessias da Ria Formosa.	8.332.017	0	0	POSSÍVEL
CONTRAORDENAÇÕES	Actualização do pedido de €8.332.017,21 formulado na anterior ação n.º 46/09.3 BELLE).	9.191.598	0	0	POSSÍVEL
OUTROS	Ação Declarativa de Condenação em Processo Comum, com petição para anulação de decisão de adjudicação	80.000	0	0	POSSÍVEL
CONTRAORDENAÇÕES	Aplicação de coima IGAMAOT - ETAR de Pinhal do Concelho	50.075	0	0	POSSÍVEL

A Administração considera que as provisões e imparidades registadas são adequadas face aos riscos emergentes dos processos judiciais em curso.

Garantias

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas por unidades de negócio das empresas incluídas no perímetro de consolidação demonstram-se como se segue:

Garantias Bancárias	Valor
Tribunais Cíveis	624.540
Petrogal	10.475
ARH	566.466
Abastecimento	1.201.481
IP - infraestruturas de Portugal	5.000
Rotas do Algarve Litoral	40.000
Tribunais Cíveis	300.541
Saneamento	345.541
Total	1.547.022

O detalhe das principais rubricas de garantias é apresentado no quadro seguinte:

Principais beneficiários	Natureza	Banco	Valor
ARH	AA	CGD	566.466
Tribunal Civil da Comarca de Silves	AA	Millenium BCP	229.582
Tribunal Civil da Comarca de Silves	AR	CGD	192.329
Tribunal Civil da Comarca de Loulé	AA	CGD	124.699
Tribunal Civil da Comarca de Monchique	AA	Millenium BCP	57.955

16.4 Direitos e obrigações

De acordo com o protocolado com a APA (Agência Portuguesa do Ambiente), a Águas do Algarve, S.A. tem um gasto anual até 1.000.000 Euros, destinado à comparticipação nas despesas de 70% de manutenção e 30% de energia do Sistema de Odeleite-Beliche (EEI).

Este gasto encontra-se refletidos em fornecimentos e serviços externos (nota 24).

A Águas do Algarve tem um protocolo com o ICNB - Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, o qual pressupõe uma contribuição anual de 280.000 euros, atualizado à taxa de inflação, destinada à exploração e manutenção do Centro Nacional de Reprodução do Lince Ibérico. O referido protocolo terminará em 2025.

17- Acréscimos de gastos de investimento contratual

17.1 Políticas contabilísticas

Ver política contabilística na nota 2.4.4.

17.2 Detalhe e movimento

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF perfazem o montante 858.163.721 euros, sujeitos a amortização no prazo da concessão, dos quais 633.208.212 euros já se encontram realizados (DUI firme), e em curso, 31.320.051 euros (ver nota 5). Em 2021 foi considerado o investimento incremental referente Empreitada de Infr. Elevação e Adução de ApR da ETAR VRSA - Fase I (1.630.590 euros).

Movimentos do período

Quanto ao DUI em curso, este, no final do exercício, totalizava 31.320.051 euros (ver nota 5). O valor dos acréscimos de gastos de investimento contratual constam do quadro seguinte:

Acréscimo gastos invest. contratual	2020	Aumentos (nota 26)	Diminuições	Reclassificações (nota 5)	2021
Acréscimo gastos invest. contratual	64.815.748	6.000.508	0	(1.501.125)	69.315.131

As amortizações do exercício dos investimentos futuros ascenderam a cerca de 6.0 milhões de euros tendo sido transferidos para amortizações acumuladas do direito de utilização das infraestruturas cerca de 1.5 milhões de euros (ver nota 5).

18- Subsídios ao investimento

18.1 Políticas contabilísticas

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a empresa cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da depreciação dos ativos subjacentes.

18.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o detalhe dos subsídios ao investimento é como segue:

Saldo dos subsídios ao investimento	2021	2020
Fundos comunitários	111.076.796	116.469.297
Integração património	37.629.387	39.200.235
	148.706.182	155.669.532

- ii) O movimento ocorrido nos Subsídios ao investimento – Fundo de coesão no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e no exercício de 2020 é como segue:

OP COD	OP DESIG	RECEBIMENTO	CANDIDATURA	OP TERMO ACEITACAO e/ REPROGRAMAÇÕES	AJUSTAMENTO 2021
POSEUR-FC-000002	LIGAÇÃO DE MONCHIQUE NORTE AO SISTEMA DE SANEAMENTO DO ALGARVE	-622.382,50	655.139,48	651.983,53	-3.155,95
POSEUR-FC-000025	LIGAÇÃO DE ALGOZ - TUNES AO SISTEMA DE SANEAMENTO DE ALBUFEIRA LAGOA E SILVES	-1.438.183,25	1.491.322,35	1.544.482,79	53.160,44
POSEUR-FC-000026	SISTEMA INTERCETOR E ELEVATÓRIO DE VILA DO BISPO E SAGRES	-1.630.601,81	1.723.278,82	1.722.308,94	-969,88
POSEUR-FC-000027	ETAR DA COMPANHEIRA	-8.694.058,49	9.373.304,92	10.229.979,03	856.674,11
POSEUR-FC-000028	ETAR DE FARO - OLHÃO E SISTEMA ELEVATÓRIO DE OLHÃO	-13.524.001,47	17.921.100,37	14.155.603,33	-3.765.497,04
POSEUR-FC-000835	REFORÇO DA CAPACIDADE DE TRATAMENTO DA ETA DE ALCANTARILHA	-3.235.271,47	2.412.010,24	3.270.425,34	858.415,10
POSEUR-FC-001445	CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE ELEVAÇÃO E ADUÇÃO DE ApR DA ETAR de VRSA	-12.089,25	809.432,61	809.432,61	0,00
	TOTAIS	-29.156.588,24	34.385.588,79	32.384.215,57	-2.001.373,22

Valores reconhecidos em resultados

Varição dos subsídios de Investimento	2020	Reconhecimento	Aumentos	Diminuições	Transferências	2021
Fundos comunitários	116.469.434	(4.200.561)	2.577.682	(3.769.623)	0	111.076.933
Integração património	39.200.098	(1.570.848)	0	0	0	37.629.250
Varição subsídios de Investimento	155.669.532	(5.771.409)	2.577.682	(3.769.623)	0	148.706.182

O total de recebimentos em 2021 ascenderam a 1.6 milhões de euros. A AdA SA, tal como em 2020, verteu em pedidos de pagamento praticamente toda a despesa incorrida no âmbito das empreitadas candidatas ao POSEUR.

O aumento relatado refere-se a um novo apoio comunitário aprovado para a Empreitada de Infr. Elevação e Adução de ApR da ETAR VRSA - Fase I (809.433€) assim como às várias reprogramações de candidaturas se encontram a decorrer há vários anos.

A diminuição resulta também de reprogramações de candidaturas, das quais se destaca a reprogramação à candidatura de ETAR de Faro-Olhão e Sistema Elevatório de Olhão, que foi revista em menos 3,8 milhões de euros.

19- Empréstimos

19.1 Políticas contabilísticas

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos” e “Fornecedores e outros passivos”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A empresa apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos (bancários e obrigacionistas) são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos financeiros” da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a empresa liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data da demonstração de posição financeira, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

19.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o detalhe dos empréstimos obtidos é como segue:

Empréstimos por natureza	2021	2020
Empréstimos Bancários BEI	135.972.619	146.846.648
Empréstimos Empresa mãe	0	5.000.000
Empréstimos não correntes (1)	135.972.619	151.846.648
Descobertos Bancários	681	232.478
Empréstimos Bancários BEI	11.165.500	10.017.484
Empréstimos Empresa mãe	28.652.940	23.500.000
Empréstimos correntes (2)	39.819.121	33.749.962
Total de empréstimos (3 = 1 + 2)	175.791.741	185.596.610

No presente exercício destaca-se a redução dos empréstimos em cerca de 9.8 milhões de euros.

Contudo, em 2021, os gastos financeiros com juros por liquidar, acrescidos, que se encontram em dívida a 31.12.2021, no valor de 444.412 euros, estão relatados como empréstimos. Em 2020 os juros a liquidar estavam apresentados na rubrica “Fornecedores e outros passivos correntes – Acréscimos de gastos e diferimentos – Credores por acréscimos de juros” (461.251 euros).

Movimento nos empréstimos obtidos

O movimento ocorrido nos empréstimos obtidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e no exercício de 2020, e a sua reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa, é como segue:

Varição nos Saldos em Empréstimos (não correntes e correntes)	Empréstimos BEI	Empréstimos Empresa mãe	Descobertos bancários	SOMA
Saldo em 01.01.2021	156.864.132	28.500.000	232.478	185.596.610
Novos empréstimos obtidos	0	13.500.000	681	13.500.681
Juros em dívida a 31.12.2021	291.472	152.940	0	444.412
Amortização de empréstimos	(10.017.484)	(13.500.000)	(232.478)	(23.749.962)
Saldo em 31.12.2021	147.138.120	28.652.940	681	175.791.741

Empréstimos por maturidade

O capital dos empréstimos BEI e AdP SGPS, a 31 de dezembro de 2021 e no exercício de 2020 tem a seguinte maturidade:

Empréstimos por Maturidade	2021	2020
Até 1 ano	39.819.121	33.749.962
De 1 a 2 anos	11.420.128	15.874.028
De 2 a 3 anos	12.344.970	11.420.128
De 3 a 4 anos	12.971.520	12.344.970
De 4 a 5 anos	13.790.904	12.971.520
Superior a 5 anos	85.445.097	99.236.001
Empréstimos por Maturidade	175.791.741	185.596.610

Não se antecipa quaisquer restrições no cumprimento das obrigações relativamente aos financiamentos apresentados.

Empréstimos por tipo de taxa

Em 31 de dezembro de 2021 e no exercício de 2020, os empréstimos BEI e AdP SGPS apresentam o seguinte detalhe por tipologia de taxa de juro:

Empréstimos por tipo de taxa	2021	2020
Taxa de juro variável		
Até 1 ano	28.653.621	23.732.478
De 1 a 2 anos	0	5.000.000
De 2 a 3 anos	0	0
Superior a 3 anos	0	0
Total de empréstimos com taxa de juro variável	28.653.621	28.732.478
Taxa de juro fixa		
Até 1 ano	11.165.500	10.017.484
De 1 a 2 anos	11.420.128	10.874.028
De 2 a 3 anos	12.344.970	11.420.128
Superior a 3 anos	112.207.521	124.552.492
Total de empréstimos com taxa de juro fixa	147.138.120	156.864.132
Total de empréstimos	175.791.741	185.596.610

Justo valor

Os empréstimos obtidos pela Ada correspondem a empréstimos BEI (147.138.120 euros) e a empréstimos da AdP SGPS, suprimentos e linha de apoio à tesouraria (28.652.940 mil euros). Atendendo ao facto de (i) não existirem comparativos de mercado que permitam aferir a que taxas de financiamento alternativas ao BEI se poderia financiar atendendo aos montantes e prazos envolvidos (25 anos), não é possível determinar o justo valor dos empréstimos obtidos de uma forma razoável.

20- Fornecedores e outros passivos

20.1 Políticas contabilísticas

Incluem passivos a pagar por bens e serviços que a empresa adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os passivos são classificados como correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, os passivos são classificados como não correntes.

20.2 Detalhe

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o detalhe de fornecedores e outros passivos é como segue:

- i) Fornecedores e outros passivos não correntes

Fornecedores e outros passivos não correntes	2021	2020
Fornecedores de investimento	2.633.827	2.929.885
Outras contas a pagar	1.073.629	1.365.172
Outros fornecedores	320	12.313
Fornecedores e outros passivos não correntes	3.707.776	4.307.369

A rubrica Fornecedores de investimento respeita essencialmente a obrigações resultantes da integração de património dos municípios. O valor da rubrica de outras contas a pagar incorpora os passivos não correntes resultantes do protocolo de exploração do Centro do Lince firmado com o ICNF. O protocolo com o ICNF finda no ano de 2025.

ii) Fornecedores correntes

Fornecedores correntes	2021	2020
Fornecedores c/c - Gerais	2.868.204	4.323.476
Fornecedores c/c - Empresa mãe	0	472.746
Fornecedores c/c - Outras partes relacionadas - Municípios	0	1.065
Fornecedores c/c - Outras partes relacionadas - Outras	7.597	386.428
Fornecedores - Faturas Receção/Conferência	763.344	975.071
Outras contas a pagar - Fornecedores Investimento	2.365.861	1.343.159
	6.005.006	7.501.945

Outros Passivos Correntes	2021	2020
Pessoal	2.550	1.691
Acréscimo com férias e subsídio de férias	678.942	643.413
Adiantamento de Subsídios	0	0
Outros acréscimos e diferimentos	3.405.049	4.241.267
Outros credores	3.298.766	6.080.619
Outros Passivos Correntes	7.385.306	10.966.989

A rubrica de **Outros acréscimos e diferimentos** inclui valores a pagar relacionados com o protocolo assinado com o ICNF relativo ao Centro Nacional de Reprodução do Lince Ibérico, seguros, juros, eletricidade, trabalhos especializados, conservação e manutenção. Relativamente ao decréscimo verificado na rubrica Outros credores, este está relacionado com o pagamento pela AdA, em 2021, à ApA, da TRH de 2019, que não foi regularizada em 2020.

iii) Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a rubrica Estado e outros entes públicos tem o seguinte detalhe:

Imposto sobre o rendimento	2021	2020
Pagamentos por conta	2.541.015	2.827.854
Pagamento adicional por conta	385.986	453.135
Retenções na fonte	1.517	1.264
Imposto corrente	(3.937.433)	(3.235.811)
Imposto sobre o rendimento	(1.008.915)	46.442

Estado e Outros Entes Públicos	2021	2020
Retenções - IRS	(63.084)	(58.856)
Retenções - Segurança Social	(106.402)	(102.680)
Outros	(2.500.286)	(2.497.112)
EOEP passivos	(2.669.772)	(2.658.648)

21- Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9

2021

Instrumentos financeiros por categoria	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos financeiros através de outro rendimento integral	Passivos Financ. ao Custo Amortizado	TOTAL	ATIVO/PASSIVO não classif. c/ Inst. Financ.	TOTAL DPF a 31.12.2021
Ativos Intangíveis	0	0	0	0	397.541.132	397.541.132
Ativos Tangíveis	0	0	0	0	968.716	968.716
Ativos sob direito de uso	0	0	0	0	236.022	236.022
Outros Ativos financeiros	8.992	0	0	8.992	0	8.992
Clientes CORRENTES	19.165.184	0	0	19.165.184	0	19.165.184
Impostos diferidos Ativos	0	0	0	0	34.774.155	34.774.155
Inventários	0	0	0	0	2.484.794	2.484.794
Ativos financeiros ao justo valor	0	16.466.032	0	16.466.032	0	16.466.032
Outros ativos correntes	11.217.506	0	0	11.217.506	0	11.217.506
Caixa e seus equivalentes	942.363	0	0	942.363	0	942.363
Total do ATIVO	31.334.044	16.466.032	0	47.800.076	436.004.819	483.804.895
Provisões	0	0	0	0	81.500	81.500
Empréstimos NÃO CORRENTES	0	0	135.972.619	135.972.619	0	135.972.619
Passivos da locação NÃO CORRENTES	0	0	2.081	2.081	0	2.081
Fornecedores de Outros passivos NÃO CORRENTES	0	0	3.707.776	3.707.776	0	3.707.776
Impostos diferidos Passivos	0	0	0	0	6.285.461	6.285.461
Acréscimos de Gastos de Investimento Contratual	0	0	0	0	69.315.131	69.315.131
Subsídios ao Investimento	0	0	0	0	148.706.182	148.706.182
Desvio tarifário passivo	0	0	0	0	34.799.628	34.799.628
Empréstimos correntes	0	0	39.819.121	39.819.121	0	39.819.121
Passivos da locação CORRENTES	0	0	159.579	159.579	0	159.579
Fornecedores	0	0	6.005.006	6.005.006	0	6.005.006
Outros passivos correntes	0	0	7.385.306	7.385.306	0	7.385.306
Imposto s/ rendimento do exercício	0	0	0	0	1.008.915	1.008.915
Total do PASSIVO	0	0	193.051.488	193.051.488	260.196.818	453.248.306

2020

Instrumentos financeiros por categoria	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos financeiros ao justo valor	Passivos Financ. ao Custo Amortizado	TOTAL	ATIVO/PASSIVO não classif. c/ Inst. Financ.	TOTAL DPF a 31.12.2020
Ativos Intangíveis	0	0	0	0	405.664.457	405.664.457
Ativos Tangíveis	0	0	0	0	996.635	996.635
Ativos sob direito de uso	394.774	0	0	394.774	0	394.774
Outros Ativos financeiros	5.506	0	0	5.506	0	5.506
Clientes e Outros Ativos NÃO CORRENTES	5.712	0	0	5.712	0	5.712
Clientes CORRENTES	34.742.566	0	0	34.742.566	0	34.742.566
Impostos diferidos Ativos	0	0	0	0	30.911.859	30.911.859
Inventários	0	0	0	0	2.338.662	2.338.662
Imposto s/ rendimento do exercício	0	0	0	0	46.442	46.442
EOEP (A)	0	0	0	0	852.818	852.818
Ativos financeiros ao justo valor	0	0	0	0	0	0
Outros ativos correntes	10.373.411	0	0	10.373.411	4.255.006	14.628.417
Caixa e seus equivalentes	141.026	0	0	141.026	0	141.026
Total do ATIVO	45.662.995	0	0	45.662.995	445.065.879	490.728.874
Provisões	0	0	0	0	81.500	81.500
Empréstimos NÃO CORRENTES	0	0	151.846.648	151.846.648	0	151.846.648
Passivos da locação NÃO CORRENTES	0	0	114.128	114.128	0	114.128
Fornecedores de Outros passivos NÃO CORRENT	0	0	4.307.369	4.307.369	0	4.307.369
Impostos diferidos Passivos	0	0	0	0	6.383.294	6.383.294
Acréscimos de Gastos de Investimento Contratual	0	0	0	0	64.815.748	64.815.748
Subsídios ao Investimento	0	0	0	0	155.669.532	155.669.532
Desvio tarifário passivo	0	0	0	0	24.890.259	24.890.259
Empréstimos correntes	0	0	33.749.962	33.749.962	0	33.749.962
Passivos da locação CORRENTES	0	0	210.675	210.675	0	210.675
Fornecedores	0	0	7.501.945	7.501.945	0	7.501.945
Outros passivos correntes	0	0	3.420.200	3.420.200	4.888.142	8.308.342
Imposto s/ rendimento do exercício	0	0	0	0	0	0
EOEP (P)	0	0	0	0	2.658.648	2.658.648
Total do PASSIVO	0	0	201.150.927	201.150.927	259.387.122	460.538.049

22- Rédito de contratos com clientes

22.1 Políticas contábilísticas

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da empresa. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a AdA avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o grupo efetua a sua melhor estimativa.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela AdA, existe apenas uma obrigação de desempenho (“*performance obligation*”), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens (venda de água) ou da prestação do serviço (saneamento) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido como segue:

Prestação de serviços

Atividade regulada - Serviços em “alta” – Saneamento e parcerias

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos quando se verificarem quebras de exclusivo do contrato de concessão; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados;

Venda de bens

Atividade regulada - Serviços em “alta” – Abastecimento de água

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos quando se verificarem quebras de exclusivo do contrato de concessão; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Serviços de construção

Ver política contabilística descrita na nota 2.4.6.

22.2 Detalhe

O rédito de contratos com clientes em 31 de dezembro de 2021 e 2020 apresenta o seguinte detalhe:

Vendas, Prestação de Serviços e Rendimentos de Serviços de Construção	2021	2020
Venda de água	33.596.511	32.542.552
Prestações de Serviços - Tratamento de Efluente	26.237.113	26.472.353
Prestações de Serviços - Atividades assessoria/complementares	653	1.054
Rendimentos de serviços de construção	7.292.383	7.349.960
Correções exercício anteriores	0	5.390
Total	67.126.661	66.371.310

Em 2021 constatou-se um acréscimo operacional das Vendas de água (1 milhão de euros face a 2020).

Relativamente à Prestações de Serviços – Tratamento de efluentes verificou-se uma redução de 0,2 milhões de euros face a 2020 explicada pela atualização negativa do rendimento tarifário. Assim, a variação de 2020 para 2021 não reflete quaisquer alterações na atividade, que foi similar à de 2020, mas antes a mudança de regime de faturação.

Quanto aos Rendimentos de serviços da construção, face a 2020, a diminuição não é significativa, o que demonstra que o investimento realizado em 2021 foi semelhante ao realizado em 2020.

23- Gastos da vendas

O gasto das vendas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 apresenta o seguinte detalhe:

Gastos das vendas e da construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	2021	2020
CMVMC - Mercadorias	211.787	323.945
CMVMC - Matérias-primas e subsidiárias	1.747.289	2.143.735
CMVMC - Correções exercícios anteriores	0	(80.663)
Gastos das Vendas/Variação de inventários	1.959.076	2.387.017
Gastos da construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	7.292.383	6.996.549
Gastos das vendas e dos serviços de construção	9.251.459	9.383.566

Em 2020 a empresa passou a registar em CMVMC – Mercadorias, a água adquirida à Associação de Regantes do Alvor, proveniente da Barragem da Bravura que até 2019 tinham sido registados na conta de conservação e reparação. A diminuição verificada decorre da menor utilização deste recurso em 2021.

Os gastos com consumos, CMVMC - Matérias-primas tiveram vários fatores com implicações em sentidos inversos, dos quais se destaca a menor utilização da barragem do Funcho.

Gastos das vendas	2021	2020
Inventários - início exercício (nota 12)	-	2.338.662
Compras	+	2.105.208
Inventários - fim exercício (nota 12)	-	2.484.794
CMVMC e regularizações =	(1.959.076)	(2.387.017)

24- Fornecimento e serviços externos

24.1 Políticas contabilísticas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Os subsídios à exploração são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, e abatem diretamente à natureza do custo.

Trabalhos para a própria empresa, são os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

24.2 Detalhe

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os fornecimentos e serviços externos têm o seguinte detalhe:

Fornecimento e serviços externos	2021	2020
Subcontratos	11.134.618	10.663.185
Electricidade	3.209.701	4.888.086
Rendas e Alugueres	122.540	173.062
Seguros		
Multiriscos	179.075	290.925
Outros seguros	49.757	183.441
Conservação e reparação		
Edifícios	58.305	50.114
Equipamento básico	2.835.277	2.679.508
Outras despesas conservação	37.759	36.570
Trabalhos especializados		
Assistência técnica	514.625	481.794
Análises/Monitorização	441.056	489.891
Recolha e transporte de lamas	1.637.529	1.442.718
FEE gestão	897.514	885.320
Outros trabalhos especializados	926.264	741.565
Material de laboratório	332.939	259.494
Outros FSE	1.516.359	927.682
Fornecimento e serviços externos	23.893.319	24.193.356

A rubrica Eletricidade regista uma diminuição de 34% face a 2020 pela alteração da contratação que permitiu poupanças significativas em 2021.

A variação dos gastos com seguros de 246 mil euros face a 2020 é justificada pela inclusão das infraestruturas “barragens” nos prémios de seguro contratados, como não gastos a considerar no âmbito do protocolo AHOB firmado com a ApA.

25- Gastos com pessoal

25.1 Detalhe

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os fornecimentos e serviços externos têm o seguinte detalhe:

Gastos com pessoal	2021	2020
Remunerações	4.566.938	4.384.746
Encargos sociais sobre remunerações	1.022.986	983.836
Outros gastos com pessoal	336.629	316.074
Correções relativas a exercícios anteriores	0	504
Gastos com pessoal capitalizados em ATIVO (nota 5.3)	(327.579)	0
Gastos com pessoal	5.598.973	5.685.161

Face a 2020, os Gastos com o Pessoal registam um aumento de 242 mil euros. Este aumento é explicado pela integração de novos colaboradores.

Em 2021, foram capitalizados em ativo 328 mil euros de gastos com pessoal afeto à Direção de Gestão de Ativos. O valor das capitalizações em ativos de gastos com pessoal é apresentada, em 2021, como diminuição aos gastos com pessoal. Em 2020 (330 mil euros) era apresentada como margem da IFRIC 12.

Número médio de pessoal

Número médio de colaboradores	2021	2020
Órgãos Sociais	5	5
Trabalhadores efetivos e outros	172	166
Número médio de colaboradores	177	171

Número de colaboradores a 31 de dezembro	2021	2020
Órgãos Sociais	5	5
Trabalhadores efetivos e outros	179	170
Número de colaboradores a 31 de dezembro	184	175

26- Amortizações e depreciações do exercício

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as amortizações e depreciações têm o seguinte detalhe:

Depreciações e amortizações do exercício	2021	2020
Amortizações de ativos intangíveis (nota 5)	13.917.526	13.552.189
Amortizações de gastos do investimento contratual (nota 17)	6.000.508	5.540.346
Depreciações de ativos tangíveis (nota 6)	38.560	35.547
Depreciações ADU - Equipam. de Transporte (nota 7)	269.845	194.566
Depreciações e amortizações do exercício	20.226.439	19.322.648

27- Provisões e reversões do exercício

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as provisões e reversões têm o seguinte detalhe:

Provisões e reversões do exercício	2021	2020
Provisões - outros (nota 16)	0	81.500
Reversões de provisões (nota 16)	0	(598.339)
Total	0	(516.839)

28- Perdas por imparidades e reversões do exercício

Perdas por imparidade e reversões do exercício	2021	2020
Perdas por imparidade de clientes	0	0
Perdas por imparidade de outros devedores	1.040.188	0
Total	1.040.188	0

Relativamente à Somague ACE temos registado no ativo um valor de 1.013.226€, cuja origem se prende com 2 Autos de Multa aplicados ao ACE, e que foram logo contestados pelo próprio ACE. A AdA intentou posteriormente uma ação judicial que não teve provimento em 1ª instância, por alegadamente ter dado entrada fora de prazo. Não obstante a AdA ter recorrido seguidamente para um tribunal de instância superior, sem decisão até à data, a probabilidade de reversão deste não provimento ronda os 50%, de acordo com a Jurista da AdA. E num cenário de reversão da decisão, a probabilidade de haver uma decisão posterior favorável à AdA e de haver o recebimento efetivo não se afigura robusta. Assim, parece mais prudente a constituição de uma imparidade, o reconhecimento de uma perda potencial, no valor igual ao dos 2 Autos de Multa, 1.013.226€.

Relativamente ao que a Somague exige à Águas do Algarve, um montante a rondar os 9,2 milhões, a expectativa é a de que de facto a Somague perca outra vez esta ação, seguindo a tendência das decisões já conhecidas dos tribunais. Para este montante de 9,2 milhões de euros entendeu-se por conseguinte não constituir qualquer valor para provisão para riscos e encargos, pois a AdA está confiante da sua ilibação no final.

29- Outros gastos e perdas operacionais

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os outros gastos e perdas operacionais têm o seguinte detalhe:

Outros gastos e perdas operacionais	2021	2020
Impostos	474.278	455.949
Donativos	59.599	20.594
Quotizações	3.190	5.170
Outros gastos operacionais	104.940	136.110
Correções relativas a exercícios anteriores	15.217	32.859
Outros gastos e perdas operacionais	657.224	650.682

Os valores registados na rubrica de Impostos referem-se essencialmente às taxas da ERSAR, taxas essas devidas no âmbito das atividades de abastecimento e saneamento. Relativamente à rubrica **Donativos**, a variação é explicada pela celebração, em 2021, do protocolo FALANGES com a QUERCUS e com o ZOOMARINE.

30- Outros rendimentos e ganhos operacionais

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os outros rendimentos e ganhos operacionais têm o seguinte detalhe:

Outros rendimentos e ganhos operacionais	2021	2020
Venda de Energia	10.713	11.144
Venda de Análises	368.935	339.503
Outros rendimentos e ganhos operacionais	584.384	265.324
Correções relativas a exercícios anteriores	309.428	16.485
Outros rendimentos e ganhos operacionais	1.273.461	632.455

O incremento verificado na rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais resulta de reversões de excessos de estimativas de encargos com revisões de preços de subcontratos.

Subsídios à exploração

Na tabela abaixo detalha-se a rubrica Subsídios à exploração:

Subsídios à exploração	2021	2020
Subs. à Exploração - EOEP	10.987	19.461
Subs. à Exploração - De Out. Entidades	327.112	105.308
	338.098	124.770

Reconheceram-se em 2021 vários rendimentos associados a projetos de I&D, dos quais destacamos as candidaturas PREDAQUA e IDIAQUA.

Os subsídios recebidos do IEFP para os estágios profissionais, que decorrem ou decorreram no exercício, estão registados como rendimento **Subs. à Exploração – EOEP**.

31- Gastos financeiros

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os gastos financeiros têm o seguinte detalhe:

Gastos Financeiros	2021	2020
Juros Suportados	5.182.892	5.577.482
Comissões AdP	1.009.697	1.069.689
Outros gastos financeiros	237.318	1.266.330
Gastos financeiros capitalizados em ATIVO (nota 5.3)	(3.740)	0
Gastos Financeiros	6.426.168	7.913.501

A redução dos juros suportados é justificada pela amortização de capital em dívida referente a empréstimos BEI (ver nota 19).

Relativamente à rubrica Outros gastos financeiros, a redução resulta de em 2020 se ter registado o perdão de juros de mora concedido ao município de VRSA, no âmbito do memorando de entendimento assinado em 2020 (ver nota 13). Os gastos financeiros registados em 2020, relacionados com perdão de juros ao município de VRSA, que foram registados em Outros gastos financeiros, referem-se a juros acrescidos nos exercícios de 2019, e anteriores.

Quanto a gastos financeiros capitalizados em ativo, o valor capitalizado em 2021 foi de 3.740€, e em 2020 foram capitalizados 20.468€ (em 2020 os gastos capitalizados estão deduzidos à rubrica juros suportados).

32- Rendimentos financeiros

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os rendimentos financeiros têm o seguinte detalhe:

Rendimentos financeiros	2021	2020
Juros mora	1.630.003	1.299.528
Juros acordos	191.136	0
Outros juros	39.237	53.423
Rendimentos financeiros	1.860.376	1.352.951

Na rubrica de juros de mora e acordos destacam-se essencialmente os rendimentos com os juros de mora relativos a clientes que apresentam as dívidas vencidas mais relevantes, destacando-se o município de VRSA. Os juros de acordos respeitam aos juros acordo de regularização de dívida firmado com o município de VRSA em 2021.

33- Imposto sobre o rendimento,

Imposto sobre o rendimento

A AdA, residente em Portugal encontram-se sujeitas à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base nas respetivas matérias coletáveis e às taxas de imposto aplicáveis.

A empresa direta ou indiretamente são tributadas à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões

de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados consolidados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, ao empresa cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras. A empresa entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma altura e com a mesma autoridade. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data da demonstração de posição financeira e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados consolidados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, exceto quando a AdA seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

33.1 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo corresponde ao valor do IRC a pagar referente a 2020 e 2021.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020 a carga fiscal registrada apresenta o seguinte detalhe:

Imposto sobre o rendimento	2021	2020
Imposto corrente	3.937.433	3.235.811
Excesso/Insuficiência de estimativa de imposto	(976.203)	236.251
Imposto diferido	(3.960.129)	(3.204.751)
Imposto sobre o rendimento	(998.899)	267.311

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

Reconciliação taxa efetiva imposto	2021	2020
Resultado antes impostos	(633.135)	1.006.675
Taxa de imposto sobre o rendimento	0,21	0,21
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	(132.958)	211.402
Variações patrimoniais		
Variação patrimonial negativa	(5.018)	(5.018)
Variação patrimonial positiva	538.119	849.662
	+	
	533.101	844.644
Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais		
Donativos	0	1.500
Multas, coimas e juros compensatórios	2.085	1.267
Provisões não dedutíveis	6.000.508	5.940.211
Correções relativas a exercícios anteriores	0	0
Seguros	32.706	34.545
Acréscimo de subsídios - IFRIC 12	0	0
Desvio de Recuperação de Gastos	9.909.369	6.478.507
Outros	355.316	46.560
	+	
	16.299.984	12.502.589
Encargos dedutíveis para efeitos fiscais		
Recup. de amort. anteriormente tributadas (Subs.Futuro+subs. IFRIC 12)	578.550	632.227
Reversão de ajustamentos e de perdas por imparidades tributadas	163.992	852.235
Benefícios fiscais	39.779	33.703
	-	
	782.320	1.518.165
Lucro tributável	15.417.630	12.835.744
Imposto calculado	3.237.702	2.695.506
Tributação autónoma	7.719	6.086
Derrama municipal	116.130	87.431
Derrama estadual	575.881	446.787
	+	
	699.731	540.304
Imposto sobre o rendimento	3.937.433	3.235.811
Insuficiência / Excesso Estimativa	(976.203)	236.251
Imposto sobre o rendimento	2.961.230	3.472.062
Aumento / reversão dos Impostos diferidos	(3.960.129)	(3.204.751)
Imposto sobre o rendimento	(998.899)	267.311
Taxa efetiva de imposto	157,77%	26,55%

O detalhe dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Naturezas	2020	Dotação	Utilização	2021
Taxa de IRC	21,00%	21,00%	21,00%	21,00%
Taxa de Derrama		4,32%	4,32%	
Ativos por Impostos Diferidos				
Provisões				
Outros				
Amortizações não aceites /investimento contratual não realizado	88.674.278	6.000.508	(651.233)	94.023.554
Diferença Amortização/subsídios – investimentos realizados	8.513.554		(5.018)	8.508.536
Desvio tarifário (nota 9)	24.890.259	9.909.369		34.799.628
Passivos da locação (nota 7)	0			0
Base de incidência	122.078.091	15.909.878	(656.251)	137.331.718
IRC	25.636.798	3.341.074	(137.813)	28.840.060
Derrama	5.275.061	687.388	(28.353)	5.934.095
Imposto diferido ATIVO reconhecido	30.911.859	4.028.462	(166.166)	34.774.155
<hr/>				
Taxa de IRC	21,00%	21,00%	21,00%	
Taxa de Derrama		4,32%	4,32%	
Passivos por impostos diferidos				
Outros				
Ajustamentos Transição - Amort./subsídios - Inv. Contratual NÃO Realiz.	24.291.776	0	(538.119)	23.753.684
Efeito IFRIC 12 Exercício - Sub IFRIC 12 vs Fiscal				
Diferença Amort. fiscal/contabilística/subsídio Inv. Contratual NÃO Realiz.	917.262	151.754		1.069.016
Ativos sob direito de uso (nota 7)	0			0
Base de incidência	25.209.038	151.754	-538.119	24.822.699
Taxa de IRC	5.293.892	31.868	-113.005	5.212.756
Taxa de Derrama	1.089.402	6.557	-23.249	1.072.709
Imposto diferido PASSIVO reconhecido	6.383.294	38.425	-136.255	6.285.461

A Águas do Algarve, S.A. procede ao reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos que são maioritariamente resultantes dos (i) acréscimos de gastos para investimentos contratuais, (ii) das diferenças das depreciações e subsídios dos investimentos realizados reconhecidos contabilisticamente face aos fiscalmente dedutíveis.

Até 31 de dezembro de 2009 a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias estava adstrita às instruções emanadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) na Diretriz Contabilística n.º 4/91, de 19 de dezembro, tendo sido aprovado pelas Autoridades Fiscais, a pedido da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., um entendimento que deu relevância em sede de IRC às instruções emanadas pela CNC na referida Diretriz Contabilística n.º 4/91.

A partir de 1 de janeiro de 2010, com a revogação da Diretriz Contabilística n.º 4/91, pelo n.º 2 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias passou a ser efetuada supletivamente (uma vez que do SNC não resultou nenhuma norma contabilística sobre os contratos de concessão) pela IFRIC 12, adotada pelo Regulamento (CE) n.º 254/2009 da Comissão, de 25 de março de 2009.

Em termos gerais, a adoção da política contabilística emanada pela IFRIC 12, para efeitos de IRC, implicou o desreconhecimento do montante das despesas capitalizáveis relativas ao investimento a realizar por via dos resultados transitados e o registo de uma provisão, conforme requerido na IFRIC 12, para as obrigações não regulares de manutenção e reparação de infraestruturas a efetuar no futuro, não sendo esta provisão aceite para efeitos fiscais, por não se encontrar prevista no artigo 39º do Código do IRC.

Este entendimento levou a que se tivesse procedido a ajustamentos com efeitos retroativos, desde o início da concessão, desconsiderando, por via de resultados transitados, as amortizações acumuladas dos investimentos a realizar, bem como a diferença entre as amortizações calculadas pelo prazo de concessão e pela aplicação do método de depleção e correspondente subsídio, aceites fiscalmente até à data da transição, gerando um encargo fiscal. As alterações contabilísticas que resultaram da adoção da IFRIC 12 deverão ser consideradas para efeitos fiscais retrospectivamente, desde o início de concessão, aplicando-se o regime transitório previsto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho.

O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção da IFRIC 12, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes. Contudo, a AdA SA, entendeu que este procedimento coloca em causa o princípio de balanceamento dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência do contrato de concessão, não se justificando que as Concessionárias tenham de pagar impostos nos próximos 5 exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os 5 exercícios.

Neste contexto, foi entregue uma exposição junto dos Ministérios das Finanças e do Ambiente, solicitando que as correções retroativas decorrentes da alteração das políticas contabilísticas devam concorrer, em partes iguais, para a formação do lucro tributável ao longo do período remanescente da concessão, uma vez que é esse o período temporal fiscalmente relevante para efeitos contabilísticos e fiscais, tutelando assim as legítimas expectativas criadas sem pôr em causa a sustentabilidade económica e financeira dos Sistemas Multimunicipais. Desta forma, o valor apresentado pela Águas do Algarve, S.A. respeita ao valor de imposto que deverá ser pago até ao final da Concessão.

Conforme indicado na nota 33 - Imposto sobre o rendimento, e nesta nota 7 – Impostos diferidos ativos e passivos, a AdA regista impostos diferidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo esta avaliação realizada anualmente e refletida nas respetivas contas.

34- Saldos e transações com partes relacionadas

34.1 Partes relacionadas

A Empresa é detida em 54,44% pela entidade Águas de Portugal, SGPS, SA, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nessa mesma entidade. A decomposição dos movimentos e saldos com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 é espelhada nas tabelas seguintes:

Movimentos com partes relacionadas	2021	2021	2020	2020
	Proveitos	Gastos	Proveitos	Gastos
ÁGUAS DE PORTUGAL SGPS, SA	0	2.612.988	0	2.513.158
AdP VALOR, SA	0	5.448	0	458.350
ÁGUAS PÚBLICAS DO ALENTEJO, SA	368.935	0	329.547	0
EPAL, SA	1.740	57.076	0	18.629
RECICLAM	0	68.584	0	72.089
MUNICÍPIO DE LOULÉ	7.555.074	9.007	7.599.789	9.821
MUNICÍPIO DE LAGOS	5.895.930	28.065	5.731.887	56.146
EMARP, E.M.	7.367.591	70.828	7.328.214	83.112
MUNICÍPIO DE S BRÁS DE ALPORTEL	1.223.898	404	1.205.040	566
INFRALOBO, E.M.	455.827	890	435.107	517
INFRAQUINTA, E.M.	748.319	3.636	655.640	4.066
MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	9.097.661	931	8.905.022	14.902
MUNICÍPIO DE LAGOA	3.980.695	4.037	3.695.150	8.090
MUNICÍPIO DE SILVES	3.826.363	1.263	3.936.941	4.679
MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO	774.316	15.630	863.821	16.496
MUNICÍPIO DE MONCHIQUE	184.200	0	185.842	0
MUNICÍPIO DE ALJEZUR	677.805	295	697.252	319
MUNICÍPIO VILA REAL SANTO ANTÓNIO	1.757.380	0	511.522	0
MUNICÍPIO DE ALCOUTIM	221.305	3.259	203.692	2.549
MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM	1.220.101	1.446	1.235.558	2.158
TAVIRAVERDE, E.M.	2.198.383	18.783	2.186.012	17.029
FAGAR, E.M.	6.073.802	29.351	6.518.307	33.961
INFRAMOURA, E.M.	2.114.686	1.314	1.916.329	1.187
VRSA SGU, E.M.	0	0	671.374	0
AMBIOLHÃO, E.M.	3.563.698	5.078	3.639.676	12.739
ADVRS - ÁGUAS DE VRSA	2.719.644	6.787	2.753.874	9.201
	62.027.353	2.945.099	61.205.596	3.339.763

SalDOS com partes relacionadas	2021	2021	2020	2020
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
ÁGUAS DE PORTUGAL SGPS, SA	0	28.810.810	28.243	29.099.631
AdP VALOR, SA	0	5.448	0	377.940
ÁGUAS PÚBLICAS DO ALENTEJO, SA	129.427	0	384.921	0
EPAL, SA	590	0	0	0
RECICLAM	0	10.504	0	18.849
MUNICÍPIO DE LOULÉ	622.819	337	625.148	212
MUNICÍPIO DE LAGOS	465.639	0	456.396	0
EMARP, E.M.	1.225.241	2.218.273	1.193.216	2.462.849
MUNICÍPIO DE S BRÁS DE ALPORTEL	105.685	37	129.861	12
INFRALOBO, E.M.	61.256	(50)	30.107	(57)
INFRAQUINTA, E.M.	100.493	167	58.764	319
MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	1.386.468	(59)	616.417	(59)
MUNICÍPIO FARO	0	4.907	0	4.907
MUNICÍPIO DE LAGOA	647.315	51	266.352	615
MUNICÍPIO DE SILVES	304.621	0	646.696	0
MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO	231.157	419.965	126.731	436.168
MUNICÍPIO DE MONCHIQUE	31.991	0	29.959	0
MUNICÍPIO DE ALJEZUR	47.833	7.212	53.887	7.875
MUNICÍPIO VILA REAL SANTO ANTÓNIO	28.894.473	172	511.522	0
MUNICÍPIO DE TAVIRA	0	0	0	0
MUNICÍPIO DE ALCOUTIM	21.428	251	18.811	(45.606)
MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM	95.304	50.891	165.022	50.891
TAVIRAVERDE, E.M.	4.716.875	3.287	4.705.091	2.009
FAGAR, E.M.	1.590.235	16.401	2.158.415	3.719
INFRAMOURA, E.M.	217.768	106	319.052	128
MUNICÍPIO DE OLHÃO	0	0	0	0
VRSA SGRU, E.M.	0	0	27.184.570	421
AMBIOLHÃO, E.M.	606.291	395	631.226	475
ADVRS - ÁGUAS DE VRSA	685.457	0	690.384	1.229
MUNICÍPIO PORTIMÃO	0	0	0	0
	42.188.366	31.549.103	41.030.794	32.422.528

Os saldos do município de VRSA e de TAVIRAVERDE EM consideram os juros de mora acrescidos para a ausência de regularização de várias faturas (ver notas 10 e 32).

35- Compromissos

A Empresa possui assumidos os seguintes compromissos que não se encontram incluídos na demonstração de posição financeira apresentada:

- a) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta dos quadros seguintes:

Contratos de Empreitada (contratos superiores a 500 mil euros)

Empreitadas	Fornecedor	Adjudicação	Executado a 31.12.2021
Empreitada de Reabilitação da ETAR de Lagos por Conceção-Construção	ECOCIAF - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS	7.629.190	184.327
Empreitada de Reabilitação da ETAR de Lagos por Conceção-Construção	SUEZ TREATMENT SOLUTIONS, S.A.	5.600.000	216.000
Empreitada para Desativar a ETAR do Rogil e do Carrascalinho e Respetivos Emissários.	AQUINO CONSTRUÇÕES, SA	1.458.107	23.488
Empreitada de Central de Secagem solar de lamas da ETAR de Vila Real de Santo António por Conceção-Construção	NOV PRO CONSTRUÇÕES, S.A.	1.138.000	0
Empreitada de Central de Secagem solar de lamas da ETAR de Vila Real de Santo António por Conceção-Construção	SUEZ TREATMENT SOLUTIONS, S.A.	820.000	0

Contratos de prestações de serviços (contratos superiores a 100 mil euros)

Prestações de Serviços e Bens	Fornecedor	Adjudicação	Executado a 31.12.2021
Aquisição de Serviços de Operação e Manutenção do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve - Zona Poente	BE WATER, S.A.	4.365.264	3.444.084
Aquisição de serviços de Operação e Manutenção do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve – Zona Poente	BE WATER, S.A.	4.365.264	1.462.485
Comissões de intermediação às linhas de financiamento do Banco Europeu de Investimento	AGUAS PORTUGAL SGPS SA	1.146.760	928.788
FEE de Gestão de Serviços de Administração e Gestão, correspondentes à aplicação de 1.5% ao Volume de Negócios estimado para o ano de 2021, concretamente, a Vendas de “água” e a Tratamento de Efluente “saneamento	AGUAS PORTUGAL SGPS SA	937.374	859.259
Níveis de Serviços Estabelecidos - Contrato de Prestação de Serviços Técnicos de Administração nos Domínios dos Sistemas de Informação, Compras Centralizadas e Apoio Jurídico, ano 2020 e 2021	AGUAS PORTUGAL SGPS SA	440.653	326.669
Aquisição de serviços de recolha, transporte e armazenamento/valorização/deposição em destino final de lamas de ETAR de Lagunagem	BIOSMART-SOLUÇÕES AMBIENTAIS, SA	420.000	133.877
Aquisição de Reagentes e Material para Análises de Águas pelas Empresas do Grupo Águas de Portugal	IBERLAB & IMUNOREAGE - SOLUÇÕES PAR	381.505	49.635
Captação de água para produção de água para consumo humano na ETA de Fontainhas	ASSOC REGANTES E BENEF DO ALVOR	346.500	211.787
Aquisição de Serviços de Operação da Estação Elevatória I e Sistema Primário do Aproveitamento Hidráulico de Odeleite	AGS-ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTE	319.718	319.718
Aquisição de Serviços de Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Seg. em Obra e de Gestão Ambiental da Emp. Reab. ETAR Lagos	PROSPECTIVA - PROJECTOS, SERVIÇOS,	312.040	19.533
Aquisição de Serviços de Limpeza	ILUSOTOUCH - LIMPEZAS TÉCNICAS, LDA	309.600	88.007
Aquisição de Hipoclorito de Sódio e Hidróxido de Sódio pelas Empresas do Grupo Águas de Portugal	SAPEC - QUIMICA SA	303.730	157.655
Contrato de Aquisição de Serviços de Transporte de Lamas de Clarificação de Água - Lotes I, II, III e IV	BIOSMART-SOLUÇÕES AMBIENTAIS, SA	300.020	96.250
Contratação de patrocínio judiciário2021	AAMM-SOCIEDADE ADVOGADOS, RL	286.000	255.311
Aquisição de Serviços de Trabalho Temporário - MULTITRAB	MULTITRAB - TRABALHO TEMPORÁRIO, LD	266.000	210.035
Contratação de juros financeiros para a linha Suprimentos de médio/ longo prazo, contratada à AdP SGPS, referente à utilização prevista para o ano 2021	AGUAS PORTUGAL SGPS SA	258.542	208.250
Aquisição de Gases Industriais: Dióxido de Carbono e Azoto	SOCIEDADE PORTUGUESA DO AR LIQUIDO	243.687	41.151
Protocolo Falanges - Fase de Implementação no Terreno das Acções de Conservação	MUNDO AQUÁTICO - PARQUES OCEANOGRÁF	240.000	30.000

Contratos de prestações de serviços (contratos superiores a 100 mil euros, continuação)

Prestações de Serviços e Bens	Fornecedor	Adjudicação	Executado a 31.12.2021
Protocolo Falanges - Fase de Implementação no Terreno das Acções de Conservação	QUERCUS-ANCN	240.000	30.000
Contrato de Aquisição de Serviços de Análises de Águas Naturais, Águas para Consumo Humano, Lamas e Reagentes de Processo	INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO	230.000	226.669
Contrato de Aquisição de Serviços de Limpezas Industriais, Inspeções vídeo por CCTV e encaminhamento de Resíduos removidos a destino final para o Subsistema de Águas Residuais de Faro-Olhão	BRUNO BARTOLOMEU, UNIPESSOAL LDA	200.000	12.084
Aquisição de Gases Industriais	NIPPON GASES PORTUGAL, UNIP., LDA	180.635	14.532
Seguros de pessoas e aquisição de serviços de corretagem para as empresas do Grupo Águas de Portugal LOTE I - Seguros de Saúde	AON PORTUGAL - CORRETORES DE SEGURO	163.972	163.972
Aq. Serviços de Fiscalização, Gestão Qualidade, CSO e Coordenação Gestão Ambiental da Empreitada "Central de Secagem Solar de Lamas da ETAR de VRSA"	PROSPECTIVA - PROJECTOS, SERVIÇOS,	158.800	0
Contrato de Aquisição de Serviços de Fiscalização, Coordenação de Segurança em Obra e Acompanhamento Arqueológico da Empreitada da Nova Reserva do Barlavento	VITOR HUGO - COORDENAÇÃO E GESTÃO D	158.030	87.800
Gestão das Faixas de Combustível e Espaços Verdes nas Instalações da Águas do Algarve, S.A.	ECOAMBIENTE-CONSULTORES DE ENGENHAR	153.107	34.078
Gestão das Faixas de Combustível e Espaços Verdes nas Instalações da Águas do Algarve, S.A.	ECOAMBIENTE-CONSULTORES DE ENGENHAR	153.107	28.565
Gestão das Faixas de Combustível e Espaços Verdes nas Instalações da Águas do Algarve, S.A.	ECOAMBIENTE-CONSULTORES DE ENGENHAR	148.659	29.498
LOTE II - Seguro de responsabilidade civil e seguro de responsabilidade ambiental	MARSH LDA	146.078	146.078
Aquisição de Cloro pelas Empresas do Grupo Águas de Portugal	BONDALTI CHEMICALS, SA	145.220	141.881
Aquisição de Reagente para Tratamento de Água para Consumo Humano - Hidróxido de Cálcio	QUIMITEJO - PRODUTOS QUIMICOS SA	133.724	112.314
LOTE I - Seguros de danos relativos a bens e a interesses patrimoniais seguráveis, Multirriscos ME64665965	MDS - CORRETOR DE SEGUROS, SA	131.761	131.761
Contrato de Aquisição de Serviços de Aluguer Operacional, Lavagem, Higienização e Conservação de Vestuário Profissional	SPAST - SOCIEDADE PORTUGUESA DE ALU	125.000	16.308
Gestão das Faixas de Combustível e Espaços Verdes nas Instalações da Águas do Algarve, S.A.	ECOAMBIENTE-CONSULTORES DE ENGENHAR	123.578	27.667
Aquisição de Serviços de Fiscalização da Empreitada para Desativar a ETAR do Rogil e do Carrascalinho e Respetivos Emissários	RIPÓRTICO - ENGENHARIA LDA	116.970	9.510
Prestação de Serviços de manutenção do Sistema Multimunicipal de abastecimento de água do Algarve- Autos de medição- Acerto de Contas relativo ao período de 01-07-2019 a 30-03-2020	BE WATER, S.A.	116.205	116.205

Contratos de prestações de serviços (contratos superiores a 100 mil euros, continuação)

Prestações de Serviços e Bens	Fornecedor	Adjudicação	Executado a 31.12.2021
Contratação de juros financeiros para a linha Suprimentos de longo prazo, contratada à AdP SGPS, referente à utilização prevista para o ano 2021	AGUAS PORTUGAL SGPS SA	114.514	98.431
NSE's para o DCL + DJUR referente ao período de 01 janeiro a 31 julho 2020	ADP VALOR - SERV AMBIENTAIS S.A.	112.080	112.080
Aquisição de serviços de comunicações de voz e dados móveis e voz fixa	NOS COMUNICAÇÕES, S.A.	105.291	0
Fornecimento e instalação de equipamentos de monitorização, sondas e analisador, para protótipo UASB na ETAR de Lagos.	HACH LANGE-CONTROLE ANALISE AGUAS,L	103.398	103.398
Contrato de Aquisição de Serviços para realização de procedimentos de expropriações e de constituição de servidões – Grupo IX	AERO TOPOGRÁFICA LIMITADA	100.625	23.460
		18.603.410	10.508.783

36- Investimento Contratual

A estimativa de compromissos financeiros assumidos pela Ada não relevados na demonstração de posição financeira, decorrentes da celebração dos contratos de concessão relativamente a investimentos iniciais, renovação e expansão a efetuar no decorrer do período remanescente de concessão. A 31 de dezembro de 2021, dos 858.163.721 euros previstos no contrato de concessão, a AdA realizou já 633.208.388 euros. Fazer notar que em 2021 a AdA SA incrementou o investimento previsto no contrato de concessão em 1.630.590 euros, incremento esse decorrente da aprovação pelo concedente do investimento não previsto no EVEF de 2018, concretamente, o investimento na Infraestrutura de Elevação e Adução de ApR da ETAR VRSA - Fase I.

37- Honorários de auditoria e de revisão legal de contas

Os honorários de Auditoria e de Revisão Legal de contas da AdA no exercício de 2021 foram os seguintes:

Honorários	Revisão legal de contas	Outros serviços relacionados com auditoria	Outros serviços	Total
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores de Contas, Lda	11.205	0	0	11.205
	11.205	0	0	11.205

38- Outros assuntos – COVID-19

O ano de 2020 e 2021 fica fortemente marcado pela infeção pelo novo coronavírus COVID-19, que foi e será marcante para a atividade socioeconómico do país, com impactos ainda não integralmente quantificados quanto às respetivas magnitudes. Portugal, em linha com a União Europeia, tem adotado várias medidas que vão no sentido de procurar mitigar os impactos na economia nacional deste evento.

Inserem-se nestas medidas as que se destinam a manter os serviços de interesse económico geral em funcionamento. Âmbito no qual está incluído as atividades da AdA SA.

Para todas as atividades de abastecimento e saneamento, entre os outros serviços, as empresas gestoras dos sistemas definiram as equipas necessárias para assegurar a continuidade e a ininterruptibilidade da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano.

Ao nível de impactos nas demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2021 destacam-se como principais:

- Ativos

Não foi registada imparidade para os ativos da AdA SA por via dos efeitos covid, uma vez que os ativos não deixaram de gerar benefícios económicos e futuros de forma permanente.

- Rácio GO/VN
 - Quanto ao Volume de Negócios

Verifica-se uma quebra nas vendas e prestações de serviço de algumas empresas operacionais, por redução das atividades económicas, não colmatável pelo aumento do consumo doméstico, decorrente do isolamento profilático determinado à população.

Estas quebras foram mais significativas na AdA, cujos efeitos das vendas são diretamente repercutidos nos resultados do ano e em consequência no resultado consolidado do Grupo AdP. No que concerne aos efeitos económicos nos Sistemas Multimunicipais e Parcerias Estado-Autarquias, o mesmo foi e será coberto pelo registo do desvio de recuperação de gastos do ano, não sendo de eliminar a possibilidade de interrupção da tendência de geração de superávits tarifários verificada desde 2018.

O serviço prestado não tem tido interrupções, atendendo aos planos de contingências de operação, trabalhadores e com os fornecedores.

- Quanto aos Gastos Operacionais

Verificou-se um aumento dos gastos operacionais, quer decorrente da estratégia de aquisição de bens e serviços, quer pelo aumento de gastos com pessoal por forma a assegurar a capacidade de resposta das equipas, uma vez que foi aumentado em número e estendido no tempo, bem como de aumento de horas extraordinárias de trabalho. Aumentaram os custos com manutenção preventiva, por força da estratégia de redução da probabilidade de falhas, com reflexo posterior em maiores custos com manutenção curativa.

As empresas do Grupo AdP, nos casos possíveis quer pela capacidade, quer pela natureza dos respetivos reagentes, estão a maximizar os respetivos stocks, política mais exigente em termos de tesouraria, mas que acautela a respetiva continuidade de serviço, minimizando a exposição a fornecedores críticos. Esta circunstância obriga naturalmente a entregas de quantidades mais pequenas para reposição de stock, logo, consequentemente com custos-unitários mais elevados, atendendo à maior representatividade dos custos fixos associados à logística que está subjacente ao transporte e entrega.

Em sentido contrário verificou-se uma redução das despesas de deslocações e estadas.

- Rácio de variação do endividamento

Pese embora tenha ocorrido uma redução dos pagamentos associados ao investimento, por menor disponibilidade das equipas dos fornecedores de equipamento e dos empreiteiros, que representaram nesta fase, apenas, um impacto positivo na tesouraria, verifica-se uma redução nos recebimentos dos clientes Municípios. Os prazos médios de pagamento a fornecedores mantêm-se estáveis. Apesar destes efeitos contrários, a liquidez do Grupo melhorou face a 31 de dezembro de 2020.

Caso a crise associada ao COVID-19 venha a apresentar algum impacto na avaliação que os mercados fazem da situação financeira nacional, traduzida numa alteração da yield das Obrigações do Tesouro a 10 anos, também por esta via poderemos ter impacto no Grupo AdP, na medida em que os resultados líquidos dos Sistemas Multimunicipais e da Parcerias Estado-Autarquias são determinados por este indicador macro económico. As Obrigações do Tesouro a 10 anos, apresentavam em 2021 uma cotação média de 0,30%. O aumento da taxa OT10 anos pode contribuir para atenuar a magnitude da trajetória de superávits tarifários iniciada em 2018.

O Grupo AdP não antecipa que nenhuma das suas empresas venha a apresentar problemas de continuidade das respetivas operações nos próximos doze meses. Conforme referido na nota 4.3. o Grupo AdP dispõe de linhas de crédito de médio e longo prazo contratadas com o BEI no montante de 420 milhões de euros (348 milhões não utilizados) e linhas de crédito de curto prazo contratadas com a Banca Comercial Portuguesa no montante de 140 milhões de euros, sendo convicção do Conselho de Administração que as mesmas serão suficientes para fazer face aos compromissos de dívida assumidos e para fazer face a uma eventual redução de liquidez na sequência de potenciais atrasos nos recebimentos de clientes e por quebra no volume de negócios.

Em 2021 o Grupo AdP não solicitou adiamentos, reestruturações ou outro tipo de alterações aos compromissos quer sejam contratualizados ou não, com os seus credores e fornecedores, nem antecipa vir a solicitar.

39- Eventos subsequentes

Nos termos do Contrato de Concessão em vigor submetemos no dia 31 de Janeiro de 2022 à ERSAR o Relatório Desvio de Recuperação de Gastos de 2021. Pelo teor do cálculo das métricas que efetuámos, medindo-as face às que foram definidas pela ERSAR, e considerando os ajustamentos que a Empresa entende por necessárias, nomeadamente, desconsideração de gastos operacionais relacionados diretamente com o covid-19/políticas de confinamento seguidas, acréscimo de faturação perdida como consequência das políticas seguidas, a Empresa propôs à ERSAR que não houvesse lugar a qualquer ajustamento à Remuneração Acionista de 2021. A ERSAR entretanto remeteu em 28 de Fevereiro de 2022 o seu Projeto de Decisão respetivo, no qual define um ajustamento de 503 mil euros de gastos não aceites. Em sede de contraditório a Empresa vai apresentar argumentação para sustentar a sua posição de que nenhum ajustamento deve ser aplicado às contas de 2021. A expectativa da Administração da Águas do Algarve é a de que essa justificação seja aceite.

Não existe mais nada de relevante a assinalar com relação a eventos subsequentes.

O Conselho de Administração

António Paulo Jacinto Eusébio
(Presidente Executivo)

Maria Isabel Fernandes da Silva Soares
(Vice-Presidente Executivo)

Hugo Miguel Guerreiro Nunes
(Vogal Executivo)

Ana Paula Fernandes Martins
(Vogal)

José Carlos Martins Rolo
(Vogal)

O Contabilista Certificado

O Diretor Administrativo e Financeiro

Maria Madalena Mendes

Nuno Miguel Cupertino Franco

2 Glossário Financeiro e Técnico

Águas de Portugal, SGPS, SA – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

AdA – Águas do Algarve, S.A.

Ambiente- “... Conjunto de condições que envolvem e sustentam os seres vivos na biosfera, como um todo ou em parte desta, abrangendo elementos do clima, solo, água e de organismos”

ACE – Agrupamentos Complementares de Empresas. São entidades constituídas por pessoas singulares ou coletivas, nomeadamente sociedades comerciais, que se agrupam, sem prejuízo da sua personalidade jurídica, a fim de melhorar as condições de exercício ou de resultado das suas atividades.

Caixa e equivalentes de caixa – correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Cash Flow –A diferença entre os *cash inflows* e os *cash outflows* num determinado período.

COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*. É uma metodologia de controlo interno criada por uma organização privada dos EUA em 1985 para prevenir e evitar fraudes nas demonstrações financeiras das empresas.

Dívida Líquida – Dívida financeira de curto e longo prazo - Disponibilidades

EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation) - Resultados operacionais antes de amortizações. EBITDA = resultado operacional + amortizações+provisões.

ERSAR – Entidade reguladora dos serviços de águas e resíduos. Entidade cuja competência é o acompanhamento da atividade da concessão;

ETA – Estação de tratamento de águas para consumo humano.

ETAR – Estação de tratamento de águas residuais.

Habitante Equivalente – representa a carga orgânica biodegradável com uma carência bioquímica de oxigénio ao fim de 5 dias (CBO5), de 60 g de oxigénio por dia.

HH's – Horas Homem

IAS/IFRS – *International Accounting Standards*. Normas Internacionais de Contabilidade / *International Financial Reporting Standards*. Novo normativo contabilístico emanado pelo *International Accounting Standards Board*, que foi adotado pela empresa a partir de 1 de Janeiro de 2010 e que substituiu o anterior normativo POC.

Meio Ambiente - “soma total das condições externas circundantes no interior das quais um organismo, uma condição, uma comunidade ou um objeto existe. O meio ambiente não é um termo exclusivo; os organismos podem ser parte do ambiente de outro organismo”

Natureza - “termo genérico que designa organismos e o ambiente onde eles vivem: o mundo natural”

Outsourcing – Designa a ação que existe por parte de uma organização em obter mão-de-obra de fora da empresa, ou seja, mão-de-obra terceirizada. Está fortemente ligada à ideia de subcontratação de serviços.

OT's- Ordens de Trabalho

PCQA – Plano de controlo da qualidade da água

PIB – Produto interno bruto

POC – Plano Oficial de Contabilidade.

Rating – Termo utilizado para designar a classificação de uma empresa em termos de risco de crédito, mediante a utilização de uma escala pré-definida de atributos e qualificações. A avaliação de risco pode incidir genericamente sobre uma empresa ou instituição, tendo em conta a sua situação económica e financeira e a sua capacidade e perspectivas de gerar lucros, ou apenas especificamente sobre o seu risco de crédito medido pela sua capacidade em cumprir o serviço com as dívidas. O *rating* é, desta forma, um instrumento de extrema relevância para o mercado na medida em que fornece aos potenciais credores uma opinião independente sobre o risco de crédito.

3 Principais Diplomas Relativos ao Setor da Água e Saneamento Publicados em 2021

B- Anexos do Relatório e Contas

Relatório dos Administradores Não Executivos

sobre o desempenho dos Administradores Executivos da empresa Águas do Algarve SA

Ano de 2021

1.. Introdução

Nos termos do n.º 8 do artigo n.º 407 do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos Administradores com funções executivas da Águas do Algarve SA, é emitido o presente Relatório sobre o Desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2020.

2.. Atividade

Nos termos da Lei e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo Conselho de Administração da Águas do Algarve, acompanhamos a gestão da empresa e o desempenho dos seus Administradores Executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que aos Administradores Executivos se refere, livre e não condicionado.

3.. Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos Administradores Executivos da Águas do Algarve, salientando também a preocupação deles em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão deles próprios, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Faro, 31 de janeiro de 2022.

Os Administradores Não Executivos da Águas do Algarve SA

Ana Paula Fernandes Martins

José Carlos Martins Rolo

Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria – indicação do modo como foi dado cumprimento ao disposto no n.º7 do artigo 49.º do DLEO2019

A Comissão Executiva da AdP SGPS aprovou o modelo de relacionamento abaixo discriminado, para dar cumprimento às formalidades que precedem a decisão de contratar serviços externos cujo objeto consista em estudos, pareceres, projetos e consultoria por parte das empresas do Grupo AdP:

1 – Cada empresa deverá assegurar que não têm capacidade interna para satisfazer as respetivas necessidades aquisitivas;

2 – Verificada a condição (1), é submetido o pedido à Direção de Compras e Logística da AdP Serviços que por sua vez promove a auscultação interna junto de todas as empresas do Grupo no sentido de avaliar se aquela necessidade pode ser satisfeita por outra empresa, fixando um prazo de resposta, disponibilizando a informação necessária para a tomada de decisão informada por parte das empresas;

3- Vencido o prazo fixado em (2) e na ausência de resposta positiva por parte das empresas do Grupo AdP:

3.1 – Caso o objeto do contrato a celebrar não se enquadre nos serviços preconizados no n.º2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP Serviços submete o pedido junto da PARPÚBLICA, para que aquela entidade possa avaliar a elegibilidade da satisfação da necessidade aquisitiva por via dos seus recursos próprios, ou de outras empresas também em relação de Grupo, fixando um prazo de resposta.

3.2 – Caso o objeto do contrato a celebrar se enquadre nos serviços preconizados no n.º2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP Serviços informa a empresa quanto à impossibilidade de satisfazer a necessidade aquisitiva através dos recursos das empresas do Grupo AdP, para que procedam respetivamente à colocação do pedido junto da PARPÚBLICA, na página da internet disponibilizada para o efeito.

Não havendo manifestação de disponibilidade, ficam reunidas as condições necessárias para envidar um procedimento de contratação pública, ficando demonstrada a impossibilidade de satisfação das necessidades aquisitivas assinaladas, através de recursos próprios ou de empresas que se encontrem em relação de grupo.

Faro, 8 de março de 2022

O Conselho de Administração

António Paulo Jacinto Eusébio
(Presidente Executivo)

Maria Isabel Fernandes da Silva Soares
(Vice-Presidente Executivo)

Hugo Miguel Guerreiro Nunes
(Vogal Executivo)

Ana Paula Fernandes Martins
(Vogal)

José Carlos Martins Rolo
(Vogal)

Relatório e Contas

2021